

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL
– SEDIR –

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS REGIONAIS E MUNICIPAIS – CEP

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SERRA GERAL
– PDRS SERRA GERAL –

Salvador - Bahia
Julho - 2007

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR
(BA)

Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: PDRS Serra
Geral;

1. Região Serra Geral – Estratégia de Desenvolvimento
2. Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Serra Geral –
Bahia. I. Título.

CDU:

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL
- SEDIR -**

EDMON LOPES LUCAS

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL

PAULO CEZAR LISBOA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR
Paulo Cezar Lisboa

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS REGIONAIS E MUNICIPAIS – CEP
Juarez José de Jesus Paiva

GT SERRA GERAL
Adilson Bastos Luz
Arnaldo Dias Mariano Filho
Cesar Luiz Alves de Souza
José Valdeilson Salles da Silva
Lindenilda Pereira Fernandes
Mary Vânia Maia Santos
Manuel Antonio Cavalcante Reis

APOIO TÉCNICO
Maurício Cerqueira Bunn - Estagiário

APRESENTAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Serra Geral – PDRS Serra Geral – que agora é divulgado, utilizou como macro-referências orientadoras no seu processo de elaboração, a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, documentos estabelecidos pelas Nações Unidas; e o Modelo Teórico-Metodológico para os programas de desenvolvimento regional sustentável concebido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR.

Enquanto a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecem novos princípios e valores voltados para a dignidade, igualdade e equidade humana, o documento Modelo Teórico-Metodológico fornece o instrumental necessário para a concepção de uma proposta de desenvolvimento regional baseada nos princípios da sustentabilidade, partindo do pressuposto de que os enfoques tradicionais de desenvolvimento têm acelerado o esgotamento dos recursos naturais e aprofundado as disparidades sociais, econômicas e espaciais.

Este Programa, ao lado dos outros Programas que utilizaram o modelo de planejamento fundamentado na sustentabilidade, elaborados pela CAR para as Regiões Econômicas Litoral Sul, Extremo Sul, Chapada Diamantina, Oeste, Médio São Francisco, Recôncavo Sul, Sudoeste, Nordeste, Baixo Médio São Francisco e Irecê, disponibiliza para o Estado da Bahia, propostas de desenvolvimentos regionais amplos e de longo prazo com menor exclusão social, maior participação da sociedade e maior responsabilidade ambiental.

A elaboração deste Programa além de ter contado com a participação das principais lideranças dos segmentos sociais e econômicos da Região Serra Geral, reuniu o esforço de uma equipe técnica multidisciplinar da Coordenação de Estudos e Projetos Regionais e Municipais – CEP, no trabalho de levantamento das informações e de discussão sobre os desafios para o desenvolvimento da área estudada.

Assim, o PDRS Serra Geral apresenta oportunidades potenciais de desenvolvimento existentes na Região, que sendo transformadas em projetos, tenderão a superar os desafios colocados ao processo de desenvolvimento sustentável, no seu compromisso com a participação ampla da sociedade e acordo entre as gerações atuais e futuras.

Paulo Cezar Lisboa
Diretor Executivo
CAR

AGRADECIMENTOS

O Governo do Estado da Bahia, através da CAR, órgão da SEDIR, agradece às Instituições abaixo relacionadas pelo apoio logístico concedido e pela sua efetiva contribuição em diversos momentos do processo de elaboração do PDRS Serra Geral.

Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Agências do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia – SEBRAE, Algodoeira Sudoeste LTDA, Associação Baiana dos Produtores de Algodão – APABA, Associações Comerciais, Agropecuárias e Industriais e Câmaras de Diretores Lojista – CDL; Associações Comunitárias de Moradores de Bairros, Rurais e de Pequenos Produtores, Associação das Cerâmicas do Sudoeste da Bahia – ACESUBA, Associação de Irrigantes do Projeto do Brumado – ADIB, Associação do Distrito de Irrigação do Brumado, Associação dos Municípios da Serra Geral e Vale do São Francisco - AMAVALE, Associação dos Produtores de Cana de Caetité – APROCANA, Associação dos Produtores de Manga de Livramento – C.O.A.L, A TARDE (sucursal de Vitória da Conquista), Banco do Brasil, Banco Nordeste do Brasil – BNB, Banco Brasileiro de Descontos S. A. – BRADESCO, Caixa Econômica Federal; Centro de Profissionalização do Algodão – CENTROVALE/EBDA, Centro de Recursos Ambientais – CRA, Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, Companhia de Engenharia Rural da Bahia S/A – CERB, Cooperativa Agrícola do Projeto de Irrigação de Ceraíma, Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas – COOAMAC, Cooperativa Mista de Garimpeiros, Lapidários e Agropecuaristas do Município de Licínio de Almeida, Escola Agrotécnica Federal Antonio José Teixeira, Escola Família Agrícola de Licínio de Almeida, empresas agropecuárias, produtores rurais, comerciantes e industriais da Região Serra Geral; Diretorias Regionais de Saúde e Educação da Região Serra Geral; Empresa Baiana de Água e Saneamento – EMBASA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, IBAR Nordeste, Indústria de Cimento Itaguarana S/A, Indústrias Nucleares do Brasil - INB, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Jornal A Tribuna do Sertão, Jornal A Tarde, Lojas Maçônicas da Região Serra Geral; Lions, Magnesita S.A., Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional de Educação Ambiental, Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antônio – MODERA, Revista Integração, Rotary, prefeituras, secretarias, câmaras e conselhos municipais; sindicatos patronais e de trabalhadores rurais da Região Serra Geral, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Superintendência dos Recursos Hídricos – SRH, Universidade Estadual Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Xilolite S/A – Fabricação e Mineração.

Um agradecimento especial, também, a todas as pessoas contatadas, que facilitaram, com entusiasmo, as entrevistas e a coleta da documentação, concedendo o apoio necessário quando da realização dos eventos, além de viabilizarem a elaboração deste Programa na forma requerida, qual seja, com a participação da sociedade civil organizada e dos seus beneficiários, ainda que em organizações informais.

Equipe Técnica

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	iii
Lista de Siglas	v
Lista de Abreviaturas e Símbolos	vii
Mapas de Localização	ix
Indicadores Básicos de Desenvolvimento	xiii

APRESENTAÇÃO

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE I – CONTEXTO PARA A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA	7
---	----------

1 Estado, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável	9
2 Configuração do Ambiente Natural e do Espaço Regional	13
2.1. Unidades Geoambientais	13
2.2. Ação Antrópica e Estado Ambiental	28
2.3. Áreas de Influências e Subespaços Regionais	34
3 Dinâmica Demográfica	41
3.1 Ocupação e Povoamento	41
3.2 Distribuição e Evolução da População	42
3.3 Causas do Crescimento Populacional	44
3.4 População por Faixa Etária e Sexo	45
3.5 Urbanização	47
4 Infra-Estrutura e Organização Social	51
4.1 Infra-estrutura Social	51
4.2 Infra-estrutura Física e Rede Urbana	69
4.3 Organização Social	78
5 Governo	83
5.1 Ações do Governo Federal	83
5.2 Ações do Governo Estadual	84
5.3 Finanças Municipais	87
5.4 Arrecadação do ICMS por Setores Econômicos	99
6 Dinâmica da Economia Regional	103
6.1 Formação da Economia Regional	103
6.2 Estrutura Produtiva	105
6.3 População Ocupada	107
6.4 Rendimento Mensal	109
6.5 Setor Primário e a Agropecuária Regional	110
6.6 Indústria e Mineração	157
6.7 Comércio e Serviços	161
7 Potencialidades e Condicionantes	163

PARTE II – MÉTODOS, INSTRUMENTOS E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS	171
8 Fundamentos Teóricos- Metodológicos	173
8.1 Marco Conceitual do Desenvolvimento Sustentável	173
8.2 Procedimentos Metodológicos	176
8.3 Procedimentos Operacionais	178
9 Dimensões Estratégicas do Desenvolvimento Sustentável	177
9.1 Dimensão Econômico-social	177
9.2 Dimensão Científico-tecnológica	188
9.3 Dimensão Geoambiental	202
9.4 Dimensão Histórico-cultural	218
9.5 Dimensão Político-institucional	234
10 Ambiente Institucional Local e Articulação com os Atores Sociais	245
10.1 Ambiente Institucional	245
10.2 Entrevista de Qualidade	247
PARTE III – ESTRUTURA E GESTÃO INTEGRADA DO PROGRAMA	249
11 Objetivos	251
11.1 Objetivo Geral	251
11.2 Objetivos Específicos	251
12 BENEFICIÁRIOS	253
13 Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da Serra Geral	255
13.1 Pressupostos	255
13.2 Contexto Regional e Cenários do Desenvolvimento Regional	257
13.3 Vetores Estratégicos, Linhas de Ação e Projetos	259
14 Síntese dos Projetos Indicados	263
15 Gestão e Implementação do Programa	295
15.1 Estrutura e Sistema de Gestão	295
15.2 Fatores Relevantes para a Implementação do Programa	299
15.3 Fase Piloto (2 anos)	302
15.4 Execução Plena (a partir do 3º ano)	302
REFERÊNCIAS	303
ANEXO I – Eventos Culturais da Região Serra Geral	317

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

- 1- Relação entre as Áreas Total e Antropizada nos Subespaços e na Região - 1998
- 2- Participação Percentual da População, Segundo os Subespaços na Região - 1970/1980/1991/2000
- 3- Distribuição da População por Faixa Etária, Sexo e Taxa Anual de Crescimento - 1970/2000
- 4- Taxa de Urbanização por Subespaço - 1970/1980/1991/2000
- 5- População Analfabeta entre as Pessoas com 5 Anos e mais e Taxa de Analfabetismo Geral por Subespaço - 1991/2000
- 6- Taxa de Analfabetismo Geral dos Residentes em Áreas Urbana e Rural por Subespaço - 1991
- 7- Número de Estabelecimentos que Ministram Pré-escolar, Fundamental e Médio por Dependência Administrativa - 1996/2002
- 8- Matrícula Inicial e Participação Percentual da Educação Pré-Escolar, Fundamental e Médio por Subespaço - 2002
- 9- Matrícula Inicial na Educação Pré-Escolar, Fundamental e Médio por Dependência Administrativa - 1996/2002
- 10- Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Geral por Subespaço - 1991/2000
- 11- Taxa de Mortalidade Infantil - 1994/1998
- 12- Número de Ações/Projetos Governo Federal por Áreas de Investimentos e Subespaços - 2000-2004
- 13- Valor das Ações/Projetos do Governo Federal por Áreas de Investimentos e Subespaços - 2000-2004
- 14- Número de Ações/Projetos do Governo Estadual por Áreas de Investimentos e Subespaços - 2000-2004
- 15- Valor das Ações/Projetos do Governo Estadual por Áreas de Investimentos e Subespaços - 2000-2004
- 16- Valor das Receitas e Despesas do Estado e da Região (Em R\$ 1000,00 de out/2003) - 1996/2002
- 17- Receita e Despesa *Per Capita* segundo Subespaços, Região e Estado - 1996/2002
- 18- Tipos de Receitas Correntes (Em R\$ 1.000,00 de out/2003) - 1996/2002
- 19- Receitas de Capital (Em R\$ 1.000,00 de out/2003) - 1996/2002
- 20- Receitas e Despesas por Subespaços (Em R\$ 1.000,00 de out/2003) - 1996/2002
- 21- Receitas Tributárias (Em R\$ 1.000,00 de out/2003) - 1996/2002
- 22- Valor e Participação Percentual na Arrecadação do ICMS por Setor Econômico, segundo Subespaços - 1995-1996
- 23- Evolução do Produto Interno Bruto (PIB), por Setores Econômicos e Subespaços - 1999/2003
- 24- Participação Percentual dos Setores Econômicos na Formação do PIB, Segundo os Subespaços - 2003
- 25- Número e Distribuição Percentual da População Ocupada por Setor Econômico e Subespaços - 2000
- 26- Proporção de Pessoas com 10 anos ou mais de Idade, por Classes de Rendimento Nominal Mensal - 1991/2000
- 27- Uso da Terra - 1985/1995-1996
- 28- Distribuição e Variação do Número dos Estabelecimentos e da Área por Grupos de Área - 1985/1995-1996
- 29- Distribuição e Variação do Número dos Estabelecimentos Agropecuários e da Área por Subespaço - 1985/1995-1996
- 30- Participação Percentual do Número e Área dos Estabelecimentos de até 100 ha, por Subespaço - 1985/1995-1996
- 31- Concentração da Propriedade Terra na Bahia e Região Serra Geral - Índice de Gini - 1980/1985/1995-1996
- 32- Índice de Gini por Subespaço - 1985/1995-1996

- 33 Valor da Produção, Participação Regional e Taxa de Crescimento dos Produtos Extrativos Vegetais - 1990-2003
- 34 Produção e Valor dos Principais Produtos Extrativos Vegetais - 1990-2003
- 35 Número de Informantes, Produção Obtida e Vendida de Lenha, por Estrato de Área - 1995-1996
- 36 Número de Informantes, Produção Obtida e Vendida de Carvão, por Estrato de Área - 1995-1996
- 37 Participação Percentual do Valor Bruto da Produção e Taxa de Crescimento dos Principais Produtos Regionais - 1990/2002
- 38 Valor da Produção da Região e do Estado por Atividade - 1995-1996
- 39 Área, Produção e Valor das Principais Lavouras Temporárias e Variação Percentual - 1990/2002
- 40 Valor Bruto da Produção Segundo Tipo de Atividade, por Subespaço - 1995-1996
- 41 Área Média Plantada em hectare e Participação dos Principais Produtos em relação à Região e ao Estado - 1990-2002
- 42 Produção Acumulada, Média e Taxa de Crescimento dos Principais Produtos - 1990-2002
- 43 Participação Percentual nas Áreas de Lavouras Temporárias, por Estrato de Área - 1995-1996
- 44 Participação Percentual nas Áreas de Lavouras Permanentes, por Estrato de Área - 1995-1996
- 45 Participação Percentual no Valor da Produção de Lavouras Temporárias, segundo Estrato de Área - 1995-1996
- 46 Participação Percentual no Valor da Produção de Lavouras Permanentes, por Estrato de Área - 1995-1996
- 47 Área Média Plantada em ha das Lavouras Temporárias e Permanentes - 1990-2002
- 48 Valor Acumulado e Médio da Produção dos Principais Produtos Comparados aos mesmos produtos do Estado - 1990-2002
- 49 Participação Percentual da Assistência Técnica, Finalidade, Origem e Práticas de Conservação de Solos por Subespaço, em Relação ao Total de Estabelecimentos da Região - 1995-1996
- 50 Assistência Técnica, Finalidade, Origem e Práticas de Conservação de Solos, por Subespaço - 1995-1996
- 51 Distribuição Percentual de Estabelecimento com Irrigação, Área Irrigada e Sistemas de Irrigação por Subespaço - 1995-1996
- 52 Indicação dos Estabelecimentos com Irrigação e Área Irrigada por Subespaço - 1995-1996
- 53 Percentual dos Estabelecimentos com Indicação de Uso de Irrigação e Sistemas de Irrigação por Subespaço - 1995-1996
- 54 Evolução e Percentual de Variação dos Rebanhos por Subespaços, Região e Estado - 1990/2002
- 55 Uso das Terras segundo Categoria de Exploração - 1995-1996
- 56 Efetivo do Rebanho Bovino, Variação Anual e Participação no Estado - 1990-2002
- 57 Distribuição Percentual do Rebanho Bovino por Grupos de Áreas de Pastagens - 1995-1996
- 58 Distribuição do Rebanho Bovino segundo Finalidade dos Animais, por Subespaço - 1995-1996
- 59 Evolução, Variação Anual e Participação do Rebanho Regional de Caprinos e Ovinos no Rebanho Estadual, em Mil Animais - 1990-2002
- 60 Distribuição Média Anual dos Rebanhos Caprinos e Ovinos por Subespaço - 1990-2002
- 61 Pessoal Ocupado por Sexo e Grupo de Atividade Agropecuária - 1995-1996
- 62 Pessoal Ocupado por Grupos de Atividades Agropecuárias e Subespaço - 1995-1996
- 63 Pessoal Ocupado por Estrato de Área - 1995-1996
- 64 Número de Contratos, Valores Totais e Médios e Evolução dos Financiamentos - 1996-2001
- 65 Número de Contratos, Valor, Variação e Participação Regional no Estado - 1996-2001
- 66 Número de Contratos, Valores e Distribuição Percentual Segundo Regiões Econômicas - 1996/2001

- 67 Valores de Crédito Rural Aplicados e Participação Percentual por Subespaço (Valores em R\$ 1.000,00 a preços de outubro de 2003) - 1996-2001
- 68 Distribuição Percentual do Valor do Crédito por Subespaço e Atividade - 1996-2001
- 69 Distribuição Percentual do Valor do Crédito por Atividade nos Subespaços - 1996-2001
- 70 Distribuição do Crédito de Custeio, Investimento e Comercialização por Atividade - 1996-2001

Quadros

- 1- Indicadores Básicos da Região
- 2- Síntese das Unidades Geoambientais
- 3- Sumário dos Aspectos Ambientais e das Derivações Antropogênicas nas Unidades Geoambientais
- 4- Regionalização
- 5- Subespacialização
- 6- Potencialidades e Condicionantes - 2005

Figuras

- 1- Localização da Região Econômica Serra Geral
- 2- Localização dos Municípios da Região Econômica Serra Geral
- 3- Unidades Geoambientais
- 4- Vegetação
- 5- Tipologia Climática (Thornthwaite & Mather)
- 6- Temperatura
- 7- Recursos Minerais
- 8- Recursos Hídricos
- 9- Participação Percentual das Áreas Antropizadas nos Subespaços
- 10- Participação Percentual dos Subespaços nas Áreas Antropizadas da Região
- 11- Subespaços Regionais
- 12- Participação Percentual da População Regional por Subespaço - 2000
- 13- Taxa de Crescimento da População por Subespaço – 1970/2000
- 14- Taxas de Crescimento das Populações Urbana, Rural e Total - 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000
- 15- Evolução da Taxa de Urbanização por Subespaço - 1970/1980/1991/2000
- 16- Taxa de Mortalidade Geral - 1991/2000
- 17- Taxas de crescimento dos setores econômicos por Subespaço e Região - 1999-2003
- 18- Distribuição do PIB por Subespaço - 2003
- 19- Distribuição da população Ocupada por Setor Econômico - 2000
- 20- Ambiente Institucional: Papéis dos Principais Atores no Processo de Desenvolvimento Regional Sustentável
- 21- Estrutura de Gestão Proposta do PDRS Serra Geral

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ACESUBA	Associação dos Ceramistas do Sudoeste da Bahia
ADIB	Associação dos Irrigantes do Vale do Rio Brumado
ADS	Agência do Desenvolvimento Solidário
AECOFABA	Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia
AIDS	Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural
APROCANÁ	Associação de Produtores de Cana e Derivados de Caetité
APROMAL	Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora
BCG	Vacina contra a Tuberculose com o Bacilo de <i>Calmette</i> e <i>Guérin</i>
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco

	Mundial)
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CENTREVALE	Centro de Profissionalização dos Produtores de Algodão
CEP	Coordenação de Estudos e Projetos Regionais e Municipais
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COODAMAC	Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Auto-sustentável de Caetité
COOMAC	Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DDF	Departamento de Desenvolvimento Florestal (atualmente extinto)
DNOCS	Departamento de Obras Contra a Seca
DPT	Vacina Tríplice contra Difteria, Tétano e Coqueluche
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA	Escola Família Agrícola
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETFAB	Escola Técnica da Família Agrícola da Bahia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FLONA	Unidade de Conservação Floresta Nacional
FM	Frequência Modular
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAR	Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
IVVC	Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis
JUCEB	Junta Comercial da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MODERA	Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antônio
OM	Ondas Médias
ONG	Organização Não-Governamental
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAC	Programa de Apoio às Comunidades
PAM	Produção Agrícola Municipal
PCBR	Programa de Combate à Pobreza Rural (Programa Produzir)
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPM	Produção Pecuária Municipal
PRADES	Planos de Recuperações de Áreas Degradadas
PROGAVIÃO	Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar

PSF	Programa de Saúde da Família
QPM	Quota de Participação dos Municípios
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SPO	Superintendência de Programação Orçamentária
SUS	Sistema Único de Saúde
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
UG	Unidade Geoambiental
UGs	Unidades Geoambientais
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEFAB	União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

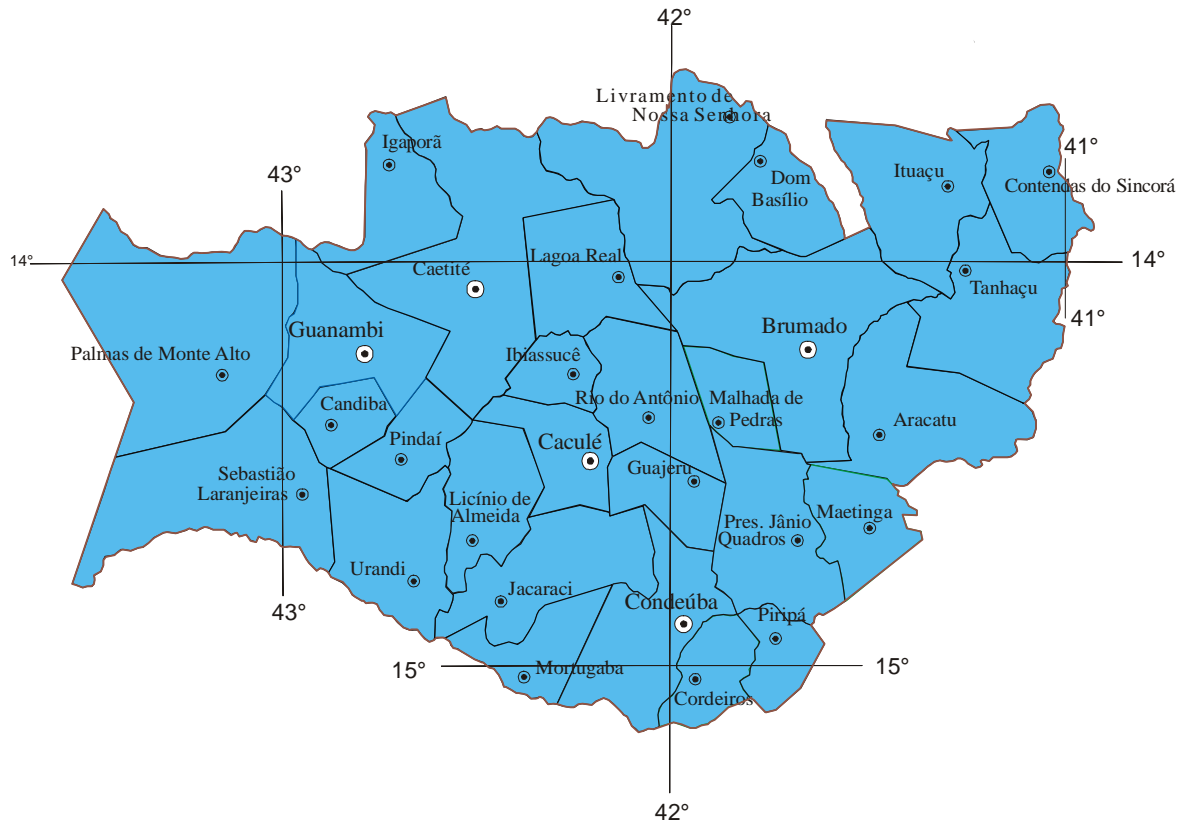
a.a.	ao ano
ha/ano	hectare por ano
hab/km²	habitantes por quilômetro quadrado
EP	evapotranspiração potencial
g/l	grama por litro
ha	hectare
m	metro
mm	milímetro
m³	metro cúbico
m³/h/m	metro cúbico por hora por metro
km	quilômetro
km²	quilômetro quadrado
kWh	quilowatt por hora
kWh/consumidor	quilowatt por hora e por consumidor
Pa	precipitação pluviométrica anual
Pot. Hidrogeo.	potencial hidrogeológico
Prof.	Profundidade
t	tonelada
Ta	temperatura anual
Tip.	tipologia
t/ano	tonelada por ano
°C	grau Celsius
%	por cento (participação percentual)
‰	por mil (participação por mil)

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO

Figura 1
Localização da Região Econômica Serra Geral



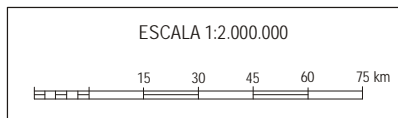
Figura 2
Localização dos Municípios da Região Econômica Serra Geral



LEGENDA

Localidades:
 Centro Subespaço ◉
 Cidade ○

Limites:
 Municipal ———
 Regional ———



INDICADORES BÁSICOS DE DESENVOLVIMENTO

Quadro 1

Indicadores Básicos da Região

Indicadores/Ano	Especificação/Unidade	Valores
1. Superfície Regional	Total (km ²)	32.354,6
	Em relação ao Estado (%)	5,7
2. Municípios	Número	29
	Área média (km ²)	1.115,7
3. População (2000)	6.1 Total Habitantes	565.037
	Em relação ao Estado (%)	4,3
	6.2 Urbana (%)	43,4
	6.3 Rural (%)	56,6
	6.4 Densidade (hab/km ²)	17,5
	6.5 Taxa de urbanização (%)	43,4
4. Taxa de Crescimento da População	Período 1970/1980 (% a.a.)	1,9
	Período 1980/1991 (% a.a.)	1,3
	Período 1991/2000 (% a.a.)	0,7
	Período 1970/2000 (% a.a.)	1,3
5. Produto Interno Bruto – PIB (2000)	absoluto ¹ (R\$ 1.000)	1.631,05
	em relação ao Estado (%)	2,5
6. Agricultura	Área Lavoura - 2002 (ha)	101.656
	Área Pastagem - 1995 (ha)	817.956
	Valor Prod. Lavoura - 2002 ¹ (R\$ 1.000,00)	203.040
7. Concentração da Terra (1995)	Índice de Gini	0,66
8. Rendimento (2000)	Pessoas s/Rendimento e c/1 SM	375.742
9. Educação (2000)	Taxa de Analfabetismo Geral	30,6
	Taxa de Analfabetismo Urbana	20,8
	Taxa de Analfabetismo Rural	38,2
10. Saúde (1988)	Mortalidade Infantil (‰)	37,8
11. Saneamento Básico	Domicílios c/serviço de esgoto – 2000 (%)	20,4
	Domicílios c/serviço limp. Pública–2000(%)	68,7
	Domicílios c/abast. de água –2004 (%)	56,5
12. Energia (2003)	Consumo em relação ao Estado (%)	1,5
13. Estradas (2004)	Pavimentada (km)	798,0
	Revestimento primário (km)	551,2
	Leito natural (km)	32,0
	Tratamento contra pó (km)	100,3
14. Telefonia (2000)	Terminais em serviços	28.726
	Nº pessoas/terminais telefônicos	19,7
15. Organizações Sociais (2004)	Número estimado	967

Fonte: Governo do Estado da Bahia

¹ Valor atualizado a preço de outubro/2003.

INTRODUÇÃO

A Região Econômica Serra Geral é composta atualmente por 29 municípios e possui uma superfície territorial de 32.354,60 km², correspondendo a 5,7% da superfície estadual. Segundo o Censo Demográfico de 2000, esta Região contava com uma população de 565.037 hab, representando 4,3% da população do Estado da Bahia. Em 2000, sua densidade demográfica era de 17,5 hab/km², enquanto que a do Estado da Bahia correspondia a 23,2 hab/km².

É importante observar que embora a Região tenha apresentado um aumento de 181.970 pessoas no período 1970-2000, o comportamento da população da Serra Geral entre as décadas, caracterizou-se por um ritmo de crescimento declinante, tendo inclusive apresentado, nas duas últimas décadas do referido período, a segunda mais baixa taxa de crescimento entre todas as regiões econômicas do Estado. Desta forma a Serra Geral, ao apresentar este comportamento no final do século XX, caracterizava-se por ser uma Região de baixa ou nenhuma atração de população. É possível que esta situação tenha sido decorrente da crise da atividade algodoeira que a mesma já enfrentara. Reverter tal condição e transformar os limites regionais em oportunidades é um dos desafios colocados por este Programa. A baixa densidade regional, a predominância da população jovem bem como a existência de considerável contingente populacional ainda residente em áreas rurais, longe de se constituir em entraves, conforme preconizava o modelo de desenvolvimento tradicional, podem transformar-se em elementos favoráveis ao desenvolvimento sustentável através de intervenções públicas específicas para estes segmentos: jovem e rural.

A diversidade da economia, do patrimônio natural e cultural identificados nos subespaços bem como as riquezas decorrentes da mineração, além de componentes diferenciadores desta região são elementos que estimulados e potencializados podem gerar mais desenvolvimento e bem-estar social. O pioneirismo com que a Região tratou os problemas educacionais já no início do século XIX, a partir da formação de professores no município de Caetité e a prioridade dada à educação, de modo geral, é incompatível com os índices de analfabetismo ainda existentes na sociedade regional. Estes índices denunciam um projeto educacional de vanguarda interrompido durante a gestão dos governos militares. De qualquer modo está semeada na Região a idéia da essencialidade da educação como um fim em si mesmo. Educação como ideário de aperfeiçoamento da condição humana. Embora o desenvolvimento humano seja um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a atual sociedade do conhecimento tende a tratar a educação com fins instrumentais. De qualquer forma a retomada de um projeto educacional arrojado pode se constituir em diferencial importante para o desenvolvimento regional.

Instrumento essencial para a compreensão das sociedades contemporâneas, o modelo de desenvolvimento global, que nos anos 80 ficou conhecido como

processo de globalização e foi fortemente associado ao neoliberalismo econômico tornou-se tão onipresente nestas sociedades que ficou impossível decifrá-las sem uma leitura mais adequada e crítica deste modelo. As referências clássicas das ciências sociais, das ciências ambientais, da economia, da ciência política, entre tantas outras referências que serviram de base para o desenvolvimento de políticas públicas e do planejamento, antes ancorados no conhecimento dos estados nacionais, tiveram que ampliar os seus horizontes para alcançar o mundo na sua totalidade e nova complexidade.

No decorrer deste processo muitos mitos se interpõem até mesmo pela sua novidade mas é, sobretudo, a junção da força econômica dos grupos transnacionais com o fortalecimento do poder político dos países mais ricos que assumiram a dianteira do processo, que faz da globalização um fenômeno real, embora revestido de contradições e mitos até mesmo para entendimento de alguns estudiosos do tema. Cada vez mais torna-se necessário decifrar e desmistificar este processo uma vez que seus impactos têm diferentes alcances na vida coletiva e dos indivíduos. Os seus efeitos, muitos dos quais invisíveis, tocam no cotidiano das pessoas, no comportamento dos grupos, modificam comunidades e sociedades.

Uma discussão freqüente acerca da globalização diz respeito à perda de importância dos espaços locais com a supervalorização da homogeneidade deste *sistema-mundo*. Homogeneidade que não se concretizou em totalidade e nada indica que se consolidará, revertendo a previsão dos adeptos mais apressados da globalização. A diversidade dos espaços nacionais e regionais e a resistência da cidadania em aderir a modos de vida hegemônicos evidenciam que a pluralidade é imanente à condição humana. Além do mais, é contra esta pretensa hegemonia que diferentes movimentos sociais cresceram em defesa das culturas e modos de vida locais. Importante é a assertiva que o momento presente parece combinar globalização com particularismos, identidades locais com estilo de vida cosmopolita, portanto, as lógicas locais ao invés de constituírem em oposição às lógicas globais ora se entrelaçam ora se separam. Não há um movimento único nem unilateral. O que importa é que as regiões que querem alcançar maior desenvolvimento precisam compreender esta lógica ao invés de se renderem a ela de forma acrítica.

Ainda que não seja possível minimizar a importância do processo de globalização e os seus impactos diante das mudanças em curso, já é possível constatar que este processo não é linear, nem uniforme, tampouco consensual. E, não sendo monolítico, tem se apresentado ao longo de duas décadas e meia nos seus aspectos negativos e também positivos. Dos aspectos negativos salientam-se, sobretudo: a concentração da riqueza em contraposição ao aumento da pobreza em escala planetária; custos e oportunidades diferenciados no interior do sistema mundial; o desemprego tecnológico; as assimetrias de poder entre os países centrais e periféricos e a redução do papel do Estado mesmo em países pobres onde a necessidade de uma rede de proteção social e o desenvolvimento

nacional dependem da presença de um Estado forte; as oportunidades para melhorar o padrão de vida dos cidadãos são cada vez mais escassas e as desigualdades sociais produzidas neste cenário são tão expressivas que têm sido reconhecidas através de diferentes estudos e até mesmo por organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Das iniquidades produzidas pelo modelo vigente identifica-se um mal-estar crescente entre a população mundial e vários riscos decorrentes deste modelo em curso. Alguns sociólogos contemporâneos têm cunhado a expressão *sociedade de riscos* para designar o estágio atual desta sociedade na sua dimensão mundial.

Positivamente, verifica-se: crescimento e difusão de novas tecnologias, em particular as tecnologias de informação e comunicação; convergência e simultaneidade da informação, maior atenção ao meio ambiente; valorização da sociedade civil e da democracia; revalorização da base territorial; possibilidade de novas formas de solidariedade no plano internacional, surgimento de novos atores sociais reclamado por mudanças localizadas e transformações na estrutura do sistema mundial; revalorização das culturas locais como forma de preservação da diversidade mundial; diferentes questionamentos quanto aos modelos tradicionais de desenvolvimento; preocupação de importantes atores internacionais em minimizar a pobreza e os riscos sociais, entre outros aspectos.

As mudanças no plano mundial e a redefinição do papel do Estado produziram profundas conseqüências sociais e econômicas no país. Em função da globalização dos mercados e da preponderância da idéia de Estado mínimo, por meio de privatizações dos serviços públicos, da adoção de diretrizes de desregulamentação do comércio internacional e integração dos mercados, a economia brasileira vem sofrendo impactos com restrições de oportunidades de negócios e, conseqüentemente, com o agravamento do desemprego.

Tais mudanças contribuíram para a elevação da exclusão social, a precariedade das relações de trabalho, o declínio das formulações de políticas públicas eficazes, bem como a degradação ambiental, afetando a perspectiva da busca pelo desenvolvimento sustentável. Na base desse processo encontra-se a informatização, que ampliou as condições técnicas de ação em escala mundial, aliada aos sistemas de comunicação e de transporte que obtiveram consideráveis reduções de seus custos, facilitando o acesso a bens e serviços com significativos estímulos à expansão do comércio entre as nações.

Destaca-se a redução da importância dos estados nacionais, enquanto premissa imposta pelo consenso neoliberal, que defende a hegemonia do mercado em detrimento da ação do Estado interventor e propulsor do desenvolvimento econômico. Na seqüência das diversas transformações que ocorreram no mundo, surgiram crises que afetaram os países com alto endividamento externo, inclusive o Brasil e seus vizinhos latino-americanos, os quais passaram por um processo de instabilidade e por um reduzido crescimento, à taxas bem inferiores às dos períodos de prosperidade, nos quais a economia brasileira se destacava por elevados índices de crescimento.

Emerge, então, a necessidade da presença do Estado como elemento regulador e indutor do desenvolvimento, sobretudo para as regiões economicamente mais debilitadas, vez que dificilmente estas áreas poderão se incorporar ao mercado de forma competitiva, se não houver uma ação efetiva do Estado na correção das históricas distorções da economia. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, as mudanças geradas pelo processo de globalização demandam a reorganização do Estado para a definição de políticas de educação, investimentos em infra-estrutura e modernização tecnológica, criando as condições efetivas para a incorporação das áreas mais pobres ao processo produtivo e à competitividade com as regiões mais desenvolvidas.

É neste contexto que se inscreve e ganha sentido o conceito e posteriormente o modelo e a construção dos Programas de desenvolvimento sustentável com suas múltiplas dimensões, a saber: Político-institucional, econômico-social, científico-tecnológico, geoambiental e histórico-cultural. Tais dimensões não constituem regra para todos os Programa de Desenvolvimento desta natureza, embora o Estado da Bahia tenha optado por trabalhar com ênfase nas mesmas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Serra Geral considera a necessidade de ampliar o desenvolvimento deste espaço respeitando as condições necessárias para que este desenvolvimento seja duradouro, equilibrado, justo, responsável e democrático em adequação aos pressupostos que norteiam a noção de sustentabilidade.

Considerando as exigências e complexidade de um Programa desta natureza, utilizou-se o pluralismo metodológico, haja vista a necessidade de se utilizar teorias e métodos diferenciados: a) a Região foi subespecializada com metodologia específica, resultando seis subespaços diferenciados, que exigem do poder público intervenções igualmente diversificadas. Dado que o processo de desenvolvimento em curso ainda não tem permitido reduzir substancialmente a pobreza incrustada nas áreas periféricas das economias locais ou regionais, governo e sociedade estão cada vez mais conscientes da necessidade de priorizar o elemento espaço nas estratégias de desenvolvimento. É certo que a distribuição mais equilibrada das atividades em um território garantirá maior inclusão de pessoas neste processo de desenvolvimento, reduzindo a constante pressão exercida pelo aumento nos contingentes populacionais pobres dos centros urbanos; b) a construção do perfil regional, enquanto instrumento importante para embasamento deste Programa, porque informa sobre a realidade regional com seus particularismos locais, baseou-se no tripé clássico das ciências sociais: referencial teórico, dados secundários e dados primários, estes últimos obtidos através de pesquisa qualitativa feita pelos técnicos que participaram da elaboração do presente trabalho. Os recursos naturais desta Região estão caracterizados através da identificação de suas unidades geoambientais - UGs, definidas como compartimentos espaciais que apresentam características próximas, nos processos de definição da paisagem regional, primeiramente com relação aos aspectos geomorfológicos e, secundariamente quanto aos elementos

pedológico, geológico, fitoecológico, hidrográfico, formas de uso da terra e clima.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável caracteriza-se como uma proposta de crescimento da economia, de forma harmônica com o ambiente natural e com maior justiça social, participação dos atores e incentivo à preservação e produção dos bens culturais. Pressupõe um conjunto de atividades voltadas para o futuro, com ações de curto, médio e longo prazos, capazes de estabelecer um elo de solidariedade entre as gerações atuais e futuras. A proposta para a Região Serra Geral da Bahia não se constitui num plano de governo elaborado de forma isolada da sociedade, mas em um roteiro de ações definidas a partir da participação de variados atores regionais, acerca das alternativas de sustentabilidade.

Este PDRS é composto por três partes complementares: além da Introdução e das Referências, a Parte I, com sete capítulos, abrange os diversos assuntos relacionados com o contexto para a formulação do Programa e se inicia com o Capítulo 1, o qual analisa os condicionantes que possibilitaram a ocorrência da nova mudança de paradigma, voltada para o surgimento do novo modelo de desenvolvimento sustentável. O Capítulo 2 caracteriza o espaço regional com relação ao ambiente natural (i), a partir das suas unidades geoambientais, quanto à ação antrópica e o estado ambiental; e ao sistema de regionalização (ii), com indicação e caracterização dos subespaços regionais. As análises sobre o processo histórico de ocupação, povoamento e o comportamento demográfico são encontradas no Capítulo 3. O Capítulo 4 apresenta as características da infraestrutura física e social e da organização social, enquanto que o Capítulo 5 apresenta estudos sobre as finanças municipais, as ações governamentais e a arrecadação do ICMS. O Capítulo 6 descreve a dinâmica do desenvolvimento com relação à estrutura econômica e os diferentes setores da economia. A Parte I se conclui com o Capítulo 7, o qual apresenta uma síntese das principais potencialidades e condicionantes, produto final do trabalho de conhecimento da realidade regional. Os capítulos inseridos nesta parte foram baseados no documento Perfil da Região Serra Geral.

A Parte II, em três capítulos, trata do conjunto de métodos e instrumentos determinantes para definir os conteúdos básicos do Programa. Esta parte se inicia no Capítulo 8, que indica os Fundamentos Teórico- Metodológicos do Desenvolvimento Sustentável, composto do Marco Conceitual e dos Procedimentos Metodológicos e Operacionais, utilizados pela equipe técnica de elaboração do Programa. Enquanto o Capítulo 9 apresenta uma análise sobre como se configuram as cinco dimensões da sustentabilidade no espaço regional, (econômico-social, geoambiental, político-institucional, histórico-cultural científico-tecnológico), o Capítulo 10 sintetiza o ambiente institucional e o processo de articulação com os atores sociais na Região.

A Parte III compreende cinco capítulos, reunindo os itens mais substantivos do documento, onde são apresentadas a estrutura e a gestão para a implementação do Programa. Esta Parte abrange os Capítulos 11, 12 e 13 que apresentam,

respectivamente, os objetivos gerais e específicos, os beneficiários potenciais e a estratégia para o desenvolvimento da Região, onde são incluídos os cenários de desenvolvimento, os vetores estratégicos e as linhas de ação, O Capítulo 14 apresenta uma síntese dos projetos executivos propostos para implementação. Questões relacionadas com a gestão e as fases de implementação do Programa são encontradas no Capítulo 15.

PARTE I
CONTEXTO PARA A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA

1 ESTADO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No Brasil, a partir dos anos 50 do século passado, o Estado exerceu um papel fundamental na promoção do crescimento econômico, através da formulação de diretrizes políticas, realização de grandes investimentos na infra-estrutura, na criação de empresas e geração de emprego e renda.

Em uma retrospectiva histórica podem-se identificar diversos momentos em que os planos nacionais orientaram o rumo da economia brasileira. Foi desde o processo de industrialização, via substituição de importações, seguido pelo Plano de Metas em meados dos anos 50, que se estruturou o parque industrial instalado no Sudeste e Sul do país, e que ao longo do tempo conseguiu atingir sua autonomia, apresentando-se, atualmente, em condições de integração aos movimentos da economia mundial de forma competitiva. No Nordeste, diferentemente do que ocorreu naquelas regiões, implantou-se uma base industrial limitada e altamente dependente do mercado consumidor das regiões mais populosas. Paralelo aos investimentos na infra-estrutura produtiva, políticas sociais compensatórias foram estabelecidas para as áreas deprimidas, como estratégia na busca de redução dos desníveis econômicos e sociais de caráter regional.

Entre os anos 50 e 80 do século passado o país vivenciou grande expansão econômica, sobressaindo-se a última década (70/80), com um crescimento a taxas elevadas e constantes, que correspondeu à fase do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. A partir de 1980 o país entrou em crise, por conta do excessivo endividamento externo, embora tenha se recuperado entre meados e fins dessa década, com taxas inferiores em relação às fases precedentes. Nos anos 90, destacou-se por um período de declínio, voltando a crescer na segunda metade da década. Em síntese, pode-se concluir que, no conjunto, a economia tem-se caracterizado por uma grande capacidade de crescimento, sendo o Estado o grande promotor deste processo.

As mudanças no plano mundial e a redefinição do papel do Estado produziram profundas conseqüências sociais e econômicas no país. Em função da globalização dos mercados e da preponderância da idéia de Estado mínimo, por meio de privatizações dos serviços públicos, da adoção de diretrizes de desregulamentação do comércio internacional e integração dos mercados, a economia brasileira vem sofrendo impactos com restrições de oportunidades de negócios e, conseqüentemente, com o agravamento do desemprego.

As transformações das relações econômicas e sociais por que passou o mundo, ocorridas nas últimas décadas do século XX, repercutiram mais fortemente nos países em desenvolvimento. O processo de globalização das relações econômicas entre as nações aprofundou as desigualdades entre elas, suas regiões e sub-regiões, como conseqüências de inovações tecnológicas que

determinaram maior velocidade dos fluxos de bens e serviços, elementos facilitadores para a ampliação da competitividade das grandes corporações industriais, comerciais e de serviços que influenciam o processo de decisão das políticas econômicas implementadas pelas nações.

Tais mudanças contribuíram para a elevação da exclusão social, a precariedade das relações de trabalho, o declínio das formulações de políticas públicas eficazes, bem como a degradação ambiental, afetando a perspectiva da busca pelo desenvolvimento sustentável. Na base desse processo encontra-se a informatização, que ampliou as condições técnicas de ação em escala mundial, aliada aos sistemas de comunicação e de transporte que obtiveram consideráveis reduções de seus custos, facilitando o acesso a bens e serviços com significativos estímulos à expansão do comércio entre as nações.

Destaca-se a redução da importância dos estados nacionais, enquanto imposição ideológica do paradigma neoliberal, que defende a hegemonia do mercado em detrimento da ação do Estado interventor e propulsor do desenvolvimento econômico. Na seqüência das diversas transformações que ocorreram no mundo, surgiram crises que afetaram os países com alto endividamento externo, inclusive o Brasil e seus vizinhos latino-americanos, os quais passaram por um processo de instabilidade e por reduzido crescimento, à taxas bem inferiores às dos períodos áureos, nos quais a economia brasileira se destacava por elevados índices.

Neste cenário o setor privado, tendo uma reduzida capacidade de investimento associada a sua aversão ao risco para estruturar um projeto de desenvolvimento, leva o Estado brasileiro a se apresentar como o responsável pela sua condução, atuando como agente promotor, através de diversos instrumentos de política econômica. Desse modo, nas diversas regiões do país, os investimentos realizados pelo Estado viabilizaram a infra-estrutura econômica, a produção isolada e a formação de parceria com empresas privadas nacionais e multinacionais e, assim, implementou-se um projeto desenvolvimentista.

Assim é que emerge, então, a necessidade da presença do Estado como elemento regulador e indutor do desenvolvimento, sobretudo para as regiões economicamente mais debilitadas, vez que, dificilmente estas áreas poderão se incorporar ao mercado de forma competitiva se não houver uma ação efetiva do Estado na correção das históricas distorções da economia. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, as mudanças geradas pelo processo de globalização demandam a reorganização do Estado para a definição de políticas de educação, investimentos em infra-estrutura e modernização tecnológica, criando as condições efetivas para a incorporação das áreas mais pobres ao processo produtivo e à competitividade com as regiões mais desenvolvidas.

É neste contexto que está sendo proposto o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Econômica Serra Geral. Esta proposta busca

estabelecer uma nova trajetória nos processos produtivos e na distribuição dos resultados, diferentemente do modelo dominante, que tem privilegiado o crescimento econômico em detrimento das questões sociais e ambientais. As mudanças de paradigmas, embora venham sendo absorvidas por setores da sociedade, em função dos problemas com os quais se têm defrontado, ainda não se constituem em unanimidade, persistindo resistências em segmentos e áreas economicamente importantes. Os resultados alcançados, no entanto, revelam que o próprio Estado, que deveria atuar como principal agente de implementação do processo de desenvolvimento sustentável, não vem cumprindo este papel, o que facilita a exploração predatória do meio ambiente nas diversas atividades econômicas.

O programa de desenvolvimento sustentável se caracteriza como uma proposta de crescimento da economia, de forma harmônica com o ambiente natural e com maior justiça social. Pressupõe um conjunto de atividades voltadas para o futuro, com ações de médio e longo prazos, capazes de estabelecer um elo de solidariedade entre as gerações atuais e as futuras.

Ainda que o Estado se encontre pressionado e inserido num claro contexto de redução do seu papel, restringindo-se a determinadas funções no processo do desenvolvimento, são de sua responsabilidade:

- a) garantir o acesso à educação, visando ampliar o nível de consciência e cidadania da população e a oportunidade de mobilidade social;
- b) definir diretrizes de intervenção e realização de investimentos na infraestrutura de apoio ao processo de desenvolvimento, a fim de reduzir as disparidades regionais;
- c) adotar políticas públicas e programas integrados que promovam a geração de emprego e uma melhor distribuição da renda e da riqueza nacional;
- d) estabelecer mecanismos reguladores na operação de setores estratégicos, tais como energia elétrica e telecomunicação, objetivando apoiar o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social;
- e) criação de programas de apoio técnico e financeiro para atender pequenas e médias empresas e pequenos produtores rurais, visando estruturar a sua capacidade produtiva e ampliação de renda.

Estas responsabilidades são, a princípio, conflitantes, pela urgente necessidade da presença de um Estado indutor do desenvolvimento, por um lado – na medida em que a superação dos problemas que afetam a grande maioria da população requer uma solução – e, por outro, face à crise que atinge o setor público, dada a sua incapacidade financeira de realizar investimentos, em decorrência de compromissos financeiros assumidos junto ao sistema bancário nacional e internacional e da sua inserção no processo de globalização.

As atividades econômicas regionais se encontram, hoje, em rota de colisão com

os princípios da sustentabilidade, ao promoverem a degradação ambiental e a exclusão social. É bem verdade que a Região Serra Geral precisa ampliar a sua base produtiva, em termos de melhoria da sua base tecnológica, melhorar os seus indicadores sociais e econômicos, mas sem destruir o potencial produtivo dos seus recursos naturais e nem comprometer, mais ainda, a qualidade dos seus ecossistemas.

2.1 Unidades Geoambientais

A caracterização do cenário natural se constitui em uma fase de trabalho importante para a melhor compreensão dos fatores e condicionantes que regem a realidade ambiental da Região. Ao lado dos segmentos socioeconômicos, histórico-cultural, científico-tecnológico e político institucional, o cenário natural contribui para um melhor entendimento das relações de causa e efeito, uma vez que o meio ambiente se comporta como uma caixa de ressonância da interação dessas dimensões com os meios biótico e abiótico. Assim, em resposta a distúrbios provocados pelo homem no meio, surgem ambientes artificiais de feições que variam conforme o grau de intensidade e a qualidade do estímulo a que o meio natural foi submetido.

Os aspectos naturais da Região foram caracterizados através das Unidades Geoambientais – UGs, em uma abordagem integrada que expressa, além dos aspectos físicos — geomorfológico, pedológico, geológico, fitoecológico, hidrográfico, formas de uso da terra e clima — a maneira como o espaço foi ocupado e as repercussões decorrentes das ações antrópicas. A opção pela abordagem através das UGs tem a vantagem de enriquecer o conhecimento do espaço interno da Região e, ao evidenciar as diferenças, contribui para ressaltar as limitações e potencialidades e ajuda a compreender e identificar a capacidade de suporte do meio ambiente.

Dada a sua importância como um efetivo fator condicionante da produção agropecuária, o clima será abordado regionalmente, com informações complementares no Quadro 1. Há deficiências hídricas em graus variados de intensidade, que resulta na predominância do tipo semi-árido, distribuído com maior frequência na região da Depressão Sertaneja, onde, também, potencialmente, há maior susceptibilidade de se desenvolverem processos de desertificação, devido à apropriação inadequada dos recursos naturais. Em menor proporção, nas áreas mais elevadas ou sob sua influência, ocorre o tipo climático seco subúmido. No entanto, uma das características mais importantes do clima regional é a irregularidade interanual da precipitação pluviométrica, tanto espacial quanto temporal. As oscilações dos volumes pluviométricos interferem grandemente na atividade agropecuária de sequeiro e, em situação mais aguda, desorganiza a própria economia regional.

Como reforço, são apresentadas figuras cartográficas, simplificadas, na escala aproximada de 1:2.000.000, representando as Unidades Geoambientais, a vegetação, a tipologia climática - destacando a pluviosidade -, a temperatura média anual e os recursos minerais. Além disso, quadros complementares resumem o estado da arte ambiental evidenciando as características físicas, o uso, as limitações e potencialidades das UGs. No recorte regional das feições

ambientais foram identificadas e caracterizadas¹ na Serra Geral dez Unidades Geoambientais (Figura 3) apresentadas, sumariamente, a seguir:

2.1.1 Unidade Vão do São Francisco

Esta unidade é limitada a Leste pelo Planalto do Espinhaço (localmente representada pela Serra Geral, Serra das Ametistas e Serra das Almas) e relevos residuais adjacentes, que constituem o divisor de águas entre as bacias do rio São Francisco e de Contas. A Oeste o limite da unidade se estende até o Planalto do Divisor do São Francisco-Tocantins, fora da Região, formando, no geral, um plano inclinado. Está inserida no domínio das depressões pediplanadas, na Bacia do Rio São Francisco, composto pelo rio Casa Velha, afluente intermitente, e o riacho Mandiroba, subafluente do rio Verde Pequeno, pertencente à sub-bacia do rio Verde Grande, que atua como limite interestadual com Minas Gerais.

A sua distribuição espacial está concentrada na área de maior influência do Rio São Francisco, envolvendo grande parte do território dos municípios de Palmas de Monte Alto (67%), Sebastião Laranjeiras (90%) e Urandi (25%), sendo uma continuidade do Vale do Iuiu.

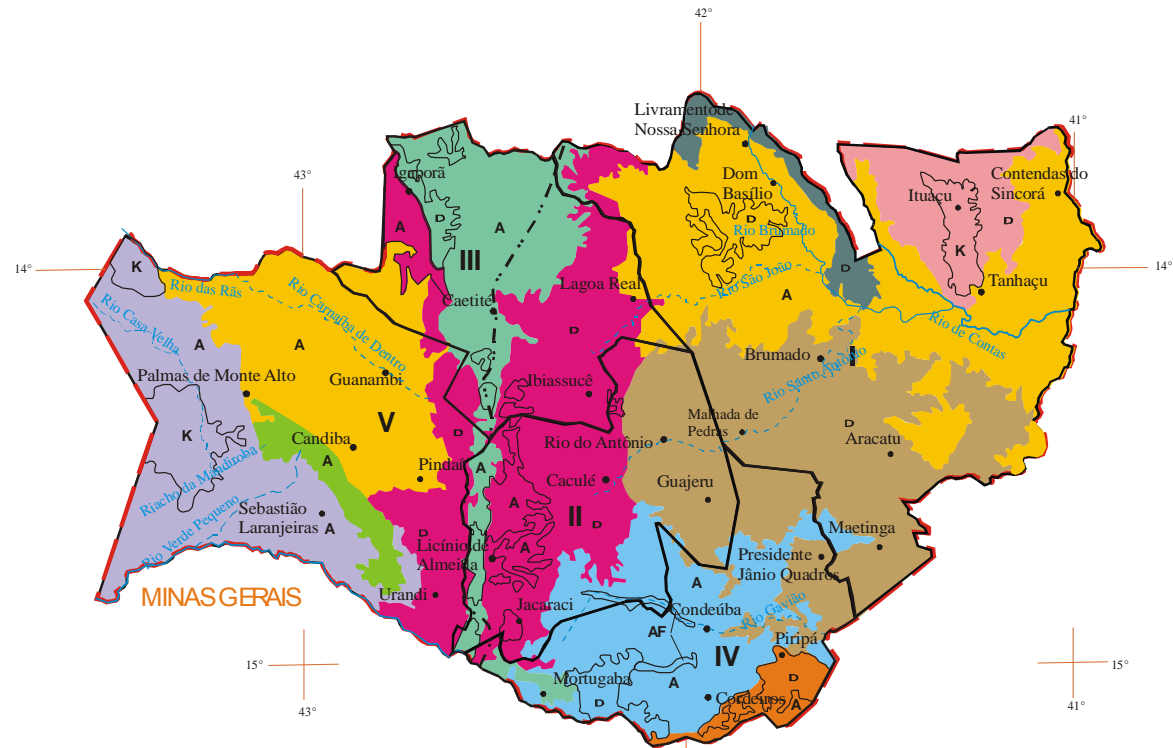
2.1.2 Unidade Pediplano Sertanejo

Esta unidade se apresenta como dois compartimentos distintos na Região. A Serra do Espinhaço atua como divisor de águas separando o setor da bacia do rio de Contas, que é circundado por serras, planaltos e patamares, do setor da bacia do rio São Francisco, feições inseridas na Depressão Sertaneja. As superfícies aplanadas são predominantes, ocorrendo pequeno trecho de modelado dissecado na bacia do rio de Contas, resultantes de processos morfogenéticos de desagregação e fragmentação do escudo cristalino (embasamento). No geral são planos inclinados no sentido da rede de drenagem, apresentando, aleatoriamente, pequenas depressões circulares (pseudocársticas), conhecidas como lagoas, acumuladoras de água no período das chuvas e utilizadas como principal fonte de abastecimento do gado, no período de secas prolongadas. A ocorrência de elevações (*inselbergs*) de rochas mais resistentes quebra a monotonia da paisagem plana e completa o aspecto geral da unidade.

O compartimento situado na bacia do rio de Contas é banhado pelos rios Brumado, de regime permanente, e Santo Antônio, São João e rio Gavião (limite Leste) de regimes temporários, estando submetido ao regime climático de condições as mais secas de toda a Região. Destaca-se, no entanto, o rio Gavião, que, a jusante de Anagé, teve seu curso perenizado. Neste setor foi criada a Unidade de Conservação Floresta Nacional de Contendas do Sincorá – FLONA, com 11.034 ha, em estágio de regeneração inicial a médio, administrada pelo IBAMA, a única, nesta categoria, do bioma caatinga, no Estado da Bahia.

¹ Ver Perfil Regional Serra Geral (documento no prelo).

Figura 3
Região Serra Geral
Unidades Geoambientais



LEGENDA
UNIDADES GEOAMBIENTAIS

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| Vão do São Francisco | Pediplano do Rio Pardo |
| Planalto dos Geraizinhos | Patamares do Espinhaço |
| Superfícies dos Gerais | Patamares do Rio de Contas |
| Serras da Borda da Chapada | Pediplano Sertanejo |
| Pediplano da Chapada | Serras Centrais |

MODELADOS

- A - Aplanação
D - Dissecado
K - Dissolução
AF - Acumulação

SUBESPAÇOS

- I - Brumado
II - Caculé
III - Caetité
IV - Condeúba
V - Guanambi

Limites de subespaços

Cidades

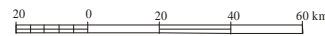
Divisor de águas

Curso d'água permanente

Curso d'água intermitente

Nota: elaborado pela CEP/CAR, a partir do Levantamento de Recursos Naturais, folhas SD 24 (Salvador) e 23 (Brasília) do PROJETO RADAMBRASIL

ESCALA 1:2.000.000



No compartimento inserido na bacia do rio São Francisco (área de influência de Guanambi), destaca-se o rio Carnaíba de Dentro, de regime intermitente, pertencente à sub-bacia do rio das Rãs, cujo trecho superior foi barrado para formar o açude Ceraíma, no limite com a Unidade Geoambiental Patamares do Espinhaço, para a implantação, pela CODEVASF, de um perímetro de irrigação para produção de fruteiras e outros produtos agrícolas.

Espacialmente esta é a unidade que ocupa, individualmente, a maior parte do território regional (20% a 25%) abrangendo, aproximadamente, os municípios de Tanhaçu (80%), Contendas do Sincorá (80%), Ituaçu (15%), Aracatu (25%), Brumado (30%), Lagoa Real (5%), Dom Basílio (85%), Livramento de Nossa Senhora (80%) e Rio do Antônio (2%), na bacia do rio de Contas. Também cobre cerca de 95% de Guanambi e de Candiba, 60% de Pindaí, 30% de Palmas de Monte Alto, 10% de Igaporã e 5% de Caetité, na bacia do rio de São Francisco.

2.1.3 Unidade Patamares do Espinhaço

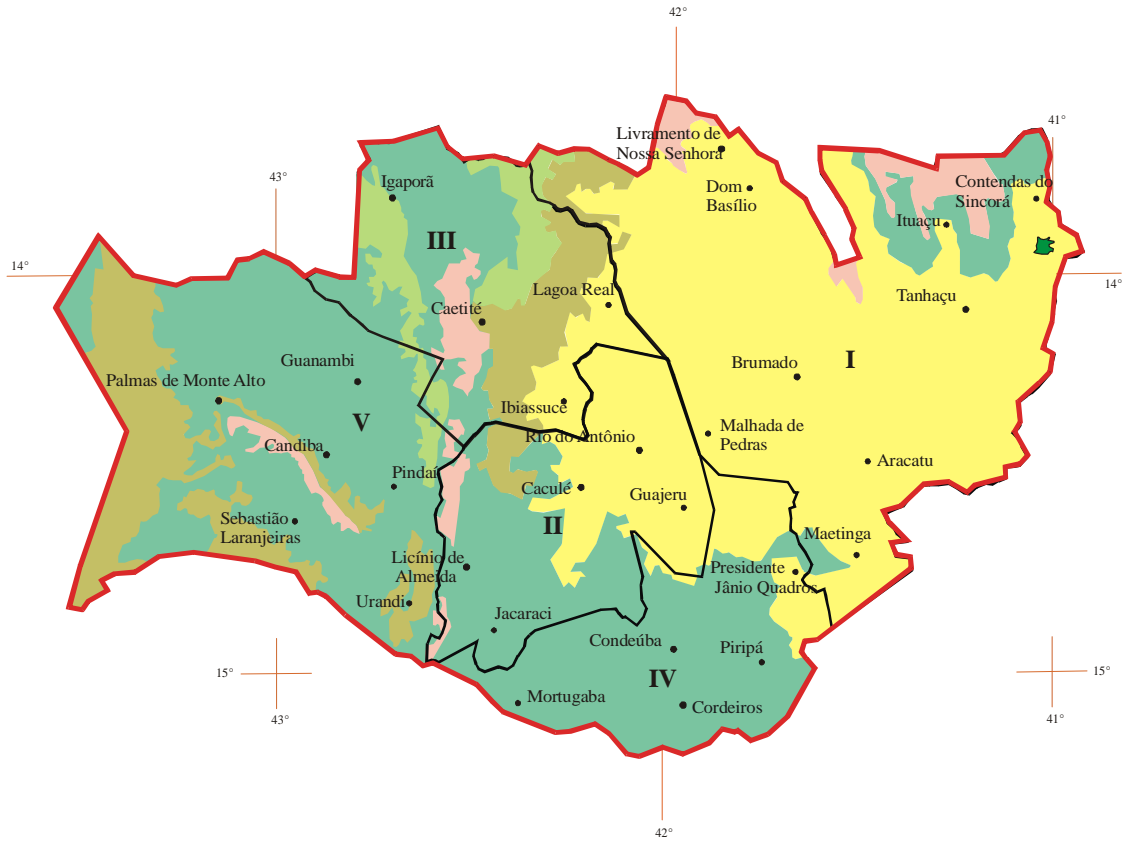
Esta unidade situa-se nas bordas Leste e Oeste do Planalto do Espinhaço — grande conjunto de elevações estendendo-se, no sentido Norte-Sul, desde Minas Gerais à Bahia e que funciona como divisor de águas entre o rio São Francisco e as bacias que drenam para o Sul da Bahia — constituindo-se em um verdadeiro degrau. Este posicionamento em ambos os lados do planalto insere a unidade tanto na bacia do São Francisco (borda ocidental) como na bacia do rio de Contas (borda oriental). É uma área de feição predominantemente dissecada, com relevo ondulado ou forte ondulado, com moderada a alta vulnerabilidade a desenvolver erosão laminar ou em sulco, processo este potencializado pela supressão da cobertura vegetal. As áreas de feições aplanadas, em menor proporção, concentram-se, basicamente, na borda oriental, sendo menos susceptíveis a desenvolver processos de perda de solos. Na utilização da terra destaca-se o Projeto de Irrigação de Estreito, na fronteira com o Estado de Minas Gerais, onde são cultivadas fruteiras, principalmente, a banana e o coco.

Esta unidade abrange 100% dos territórios de Caculé e Ibiassucê, e aproximadamente 70% de Lagoa Real, 10% de Rio do Antônio, 80% de Licínio de Almeida, 57% de Jacarací, 5% de Mortugaba, 60% de Urandi e de Pindaí, 10% de Caetité, 10% de Igaporã, e 4% de Livramento de Nossa Senhora.

2.1.4 Patamares do Rio de Contas

Situa-se no trecho médio da bacia do rio de Contas com altitude que varia de 400 a 800m constituindo-se, na paisagem, em um degrau em posição intermediária entre a Depressão Sertaneja e as áreas mais elevadas que antecedem o Planalto do Espinhaço. Corresponde às superfícies dissecadas da Depressão Pediplanada, compreendendo colinas e lombadas relativamente amplas, de topos abaulados ou planos e vertentes que apresentam rampas de fraca declividade. Com estas características, no geral, o relevo se apresenta pouco

Figura 4
Região Serra Geral
Vegetação



LEGENDA

REGIÕES FITOECOLÓGICAS

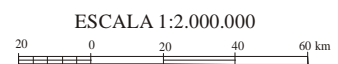
- Cerrado
- Caatinga
- Floresta Estacional Decidual
- Floresta Estacional Semidecidual
- Áreas de Tensão Ecológica

- Unidade de Conservação
 FLONA - Floresta Nacional de Contendas do Sincorá

SUBESPAÇOS

- I - Brumado
- II - Caculé
- III - Caetité
- IV - Condeúba
- V - Guanambi

- Limites de subespaços
- Cidades



Nota: Elaborado pela CEP/CAR, a partir do Levantamento de Recursos Naturais, folhas SD 24 (Salvador) e 23 (Brasília) do PROJETO RADAMBRASIL.

movimentado, condicionando o escoamento superficial na forma concentrada, que mesmo intermitente, promove o aprofundamento dos vales, enquanto nas vertentes, o processo difuso carrega, lentamente, material fino, porém, atua com maior vigor e volume, quando a cobertura vegetal é suprimida. Esta cobertura já se encontra bastante degradada, a maioria em estágio inicial de regeneração quando não incorporada ao processo produtivo.

A distribuição da UG nos municípios abrange 100% de Malhada de Pedras e, aproximadamente, 95% de Guajeru, 90% de Maetinga, 88% de Rio do Antônio, 75% de Aracatu, 60% de Brumado e de Jânio Quadros, 12% de Tanhaçu, 10% de Piripá e 5% de Cordeiros.

2.1.5 Planaltos dos Geraizinhos

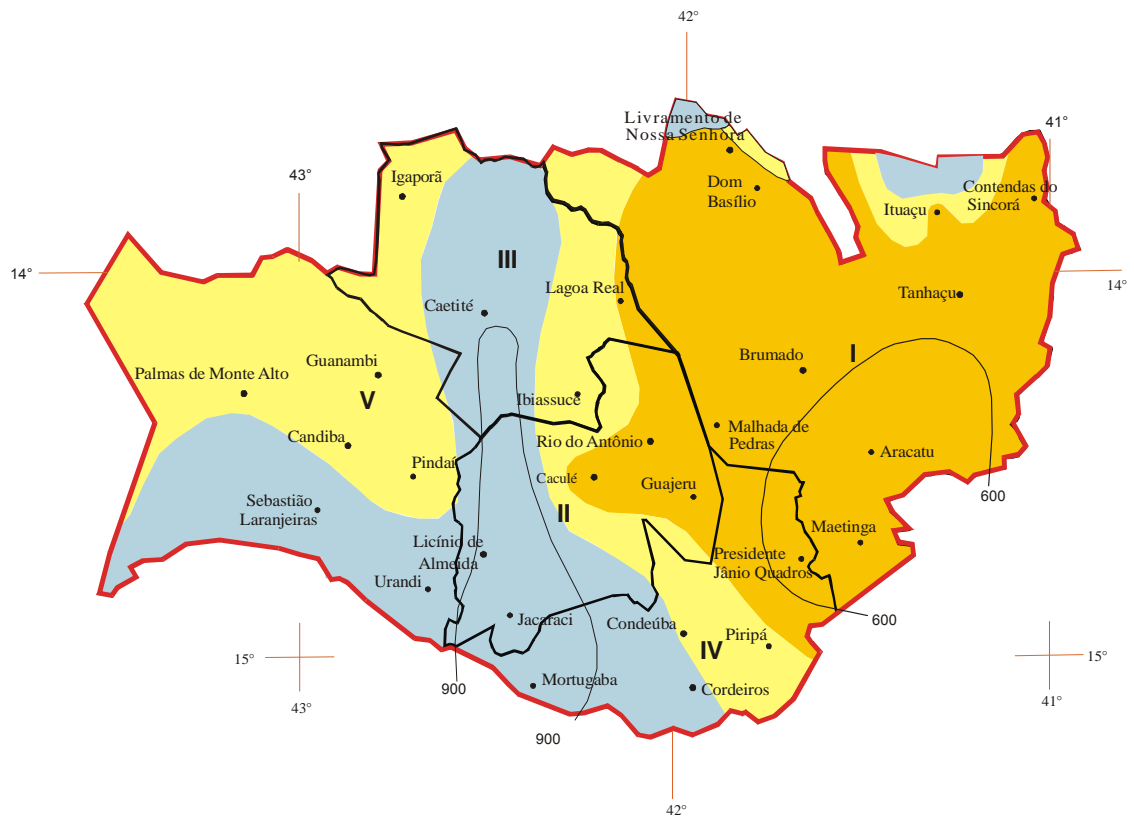
Corresponde às superfícies pertencentes ao Domínio dos Planaltos Inumados, ou seja, recoberto por sedimentos e devido sua altitude entre 700m e 900m é denominado também como Cimeiros, atuando como divisor de águas entre as bacias dos rios de Contas e Pardo. São amplas superfícies, predominantemente planas, circundadas por patamares ou em contato menor com pediplanos dissecados. Algumas incisões mais amplas da rede de drenagem conformam feições particulares como o modelado de acumulação, cujo maior exemplo é o Vale do Gavião. O escoamento geral superficial é difuso, predominando a infiltração da água pluvial alimentadora do fluxo subsuperficial, o que determina uma certa estabilidade estrutural a esta Unidade. O escoamento é comandado por uma rede de drenagem dendrítica, onde o rio Gavião se destaca como o afluente do rio de Contas de maior porte na unidade geoambiental, no qual seu vale vem sendo preenchido por depósitos alúvio/coluvial, formando pequenas planícies fluviais. Nas proximidades dos drenos e bordas mais declivosas a predisposição para a formação de ravinamentos, fase mais aguda da erosão em sulco, é maior, principalmente quando há desmatamentos, seja para a construção de estradas ou mesmo para atividade agropecuária, que neste caso específico pode levar à erosão por movimento de massa como os “terracetes” formados pelo pisoteio do gado nas vertentes.

A unidade ocupa aproximadamente 85% dos territórios de Mortugaba e Cordeiros; 40% de Jacaraci e Jânio Quadros; 10% de Piripá e Maetinga.







2.1.6 Unidade Superfícies dos Gerais

Esta unidade que integra a região do Planalto do Espinhaço, é uma estrutura sedimentar situada numa posição das mais elevadas entre todas as Unidades Geoambientais, correspondendo ao topo da Serra do Espinhaço. O modelado de aplanamento, predominante, apresenta topografia uniforme com altitude que varia de 900m a 1.230m, algumas vezes interrompida por vales da rede de drenagem que nascem nessa área, como a do rio Santo Onofre. Avança no sentido Norte-Sul para Minas Gerais, com escarpas ou ressaltos nos limites com os patamares.

Figura 5
Região Serra Geral
Tipologia Climática (Thorntwaite & Mather)



LEGENDA

TIPO	PLUVIOSIDADE (mm anuais)	SUBESPAÇOS
	Subúmido a seco 800 a <1000	I - Brumado II - Caculé III - Catité IV - Condeúba V - Guanambi
	Semi-árido de caráter atenuado 700 a < 800	
	Semi-árido de caráter acentuado 500 a < 700	
	Isoieta em mm anuais	
	Limites dos Subespaços	
	Cidades	



Nota: elaborado pela CEP/CAR, a partir dados pluviométricos da SUDENE e do Atlas Climatológico do Estado da Bahia

O escoamento superficial é difuso nos topos, facilitando a infiltração da água, entretanto, nos vales e áreas de modelado dissecado (parte Sul e em Igaporã) e de borda, é concentrado e com maior poder de erosão.

Face às limitações dos solos, um contingente substancial de trabalhadores rurais se dedica à mineração artesanal de natureza informal, em garimpos de ametista e quartzo, submetendo-se a condições de insalubridade e de grande risco.

Esta unidade ocupa cerca de 85% do território de Caetité; 15% de Lagoa Real; 10% de Mortugaba; 4% de Livramento de Nossa Senhora; e 3% de Jacaraci e Pindaí.

2.1.7 Unidade Serras Centrais

Esta unidade também faz parte do grande Planalto do Espinhaço, compondo três serras descontínuas, em Minas e na Bahia, onde é representado pela serra Monte Alto. Destaca-se na paisagem plana das unidades Vão do São Francisco e Pediplano Sertanejo, atuando como limite municipal entre Sebastião Laranjeira, Guanambi, Candiba, Pindaí e Palmas de Monte Alto. Tem alinhamento no sentido geral Noroeste-Sudeste, com topo plano e pequena inclinação para o Sudoeste (monoclinal), favorecendo o escoamento superficial neste sentido, que alimenta várias nascentes como as do rio Casa Velha e riachos Mandiroba e Agupapé.

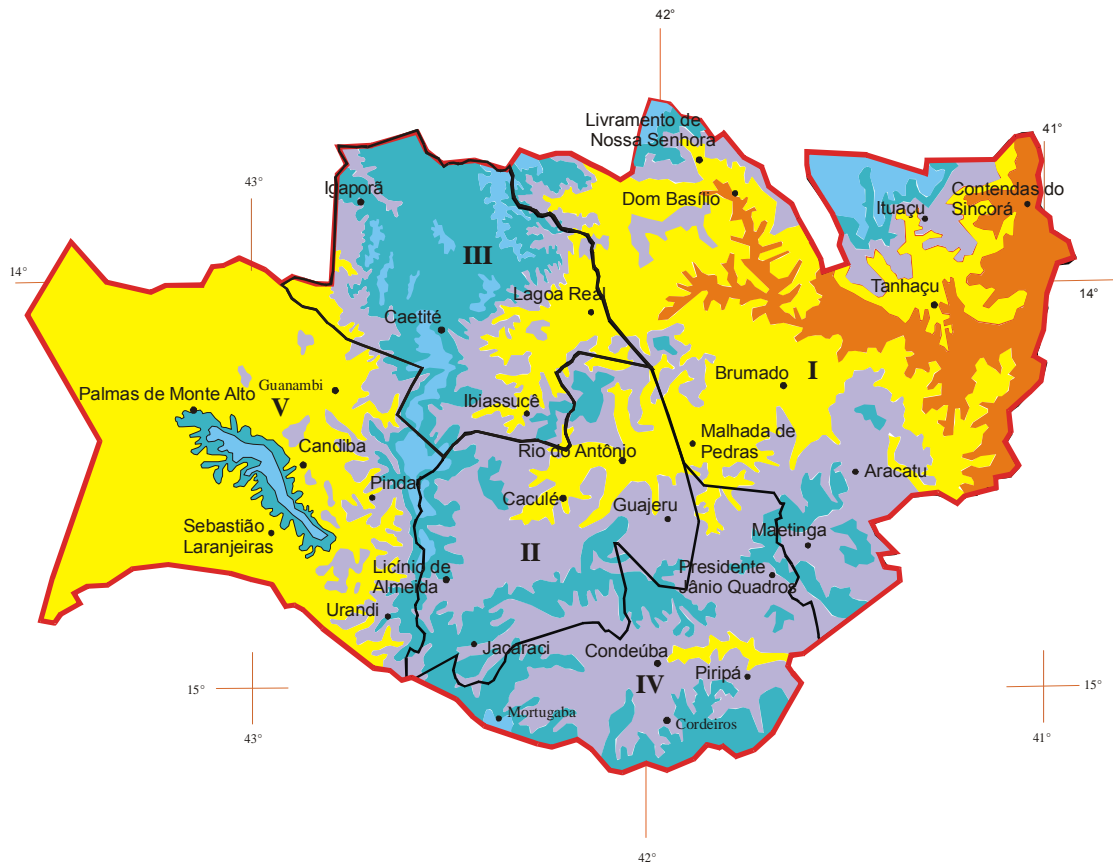
Esta unidade ocupa, aproximadamente, 15% do território de Urandi, 10% de Sebastião Laranjeiras e 3% de Palmas de Monte Alto.

2.1.8 Unidade Serras da Borda da Chapada

É um conjunto de serras compondo os planaltos meridionais da parte ocidental da Chapada Diamantina. Na Região avança como uma cunha de sentido Norte-Sul até as proximidades do rio Brumado, sendo representada pela serra de Rio de Contas, com a maior altitude de todas as unidades geoambientais, variando de 500m a 1.265m, predominando aquelas acima de 1.000m. Fora da área atinge em Piatã e Rio de Contas os pontos culminantes do Estado, nos picos do Barbado (2.033m) e das Almas (1.958m).

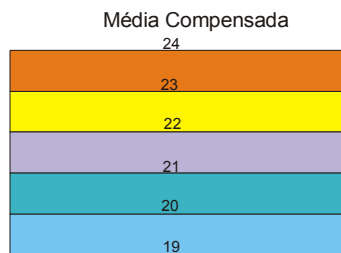
Trata-se de um conjunto de relevo montanhoso de desnivelamento abrupto, em alguns trechos escarpados, esculpido em rochas duras metamórficas diversas e quartzitos. Conformam um modelado dissecado onde o escoamento superficial, difuso e concentrado, de ação vigorosa, escava sulcos e ravinas nas encostas que finalizam em amplos cones de dejeção, já na unidade Pediplano Sertanejo, caracterizando um ambiente de grande instabilidade, ou seja, de alta susceptibilidade à erosão. O rio Brumado, de regime permanente, um dos afluentes mais importantes da margem direita do rio de Contas, tem suas nascentes nesta unidade. No seu curso superior formam-se pequenas quedas d'água e cachoeiras. Esta característica assegura à UG um potencial para o desenvolvimento de turismo, pela sua beleza cênica e por se constituir em áreas de nascentes de vários cursos d'água.

Figura 6
Região Serra Geral
Temperatura



LEGENDA

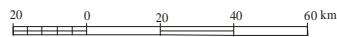
TEMPERATURA MÉDIA ANUAL (°C)



SUBESPAÇOS

- I - Brumado
- II - Caculé
- III - Caetité
- IV - Condeúba
- V - Guanambi
- Limites de subespaços ———
- Cidades ●

ESCALA 1:2.000.000



Nota: elaborado pela CEP/CAR, a partir do doc. Nº 1, anexo 2 do Atlas Climatológico do Estado da Bahia.

A distribuição da unidade cobre, aproximadamente, 10% de Brumado, 15% de Dom Basílio e 10% de Livramento de Nossa Senhora.

2.1.9 Unidade Pediplano da Chapada

Corresponde aos planaltos e relevos residuais do Pediplano Central da região da Chapada Diamantina, destacando-se pelo modelado dissecado, representado por pequenas serras como a da Canabrava, do Sincorá, das Grotas, da Cabeça Inchada, do Cipó. Apresenta uma depressão no seu interior esculpida em rocha calcária, caracterizando o modelado de dissolução, evidenciado pela presença de Gruta da Mangabeira (3 km de extensão) em Ituaçu, como resultado do processo de modelagem. O escoamento superficial, difuso e concentrado em grande parte da unidade, cria um ambiente instável, mas na depressão calcífera o escoamento é praticamente subterrâneo. A rede de drenagem é composta pelos rios Ourives e Mato Grosso, afluentes intermitentes do rio de Contas. Nas áreas de temperaturas amenas, devido à condição geográfica de continuidade da Chapada, há cultivos de café com boa produtividade, ampliando a zona de influência do pólo cafeeiro de Barra da Estiva.

Cerca de 85% de Ituaçu, 20% de Contendas do Sincorá e 8% de Tanhaçu estão inseridas nesta unidade.

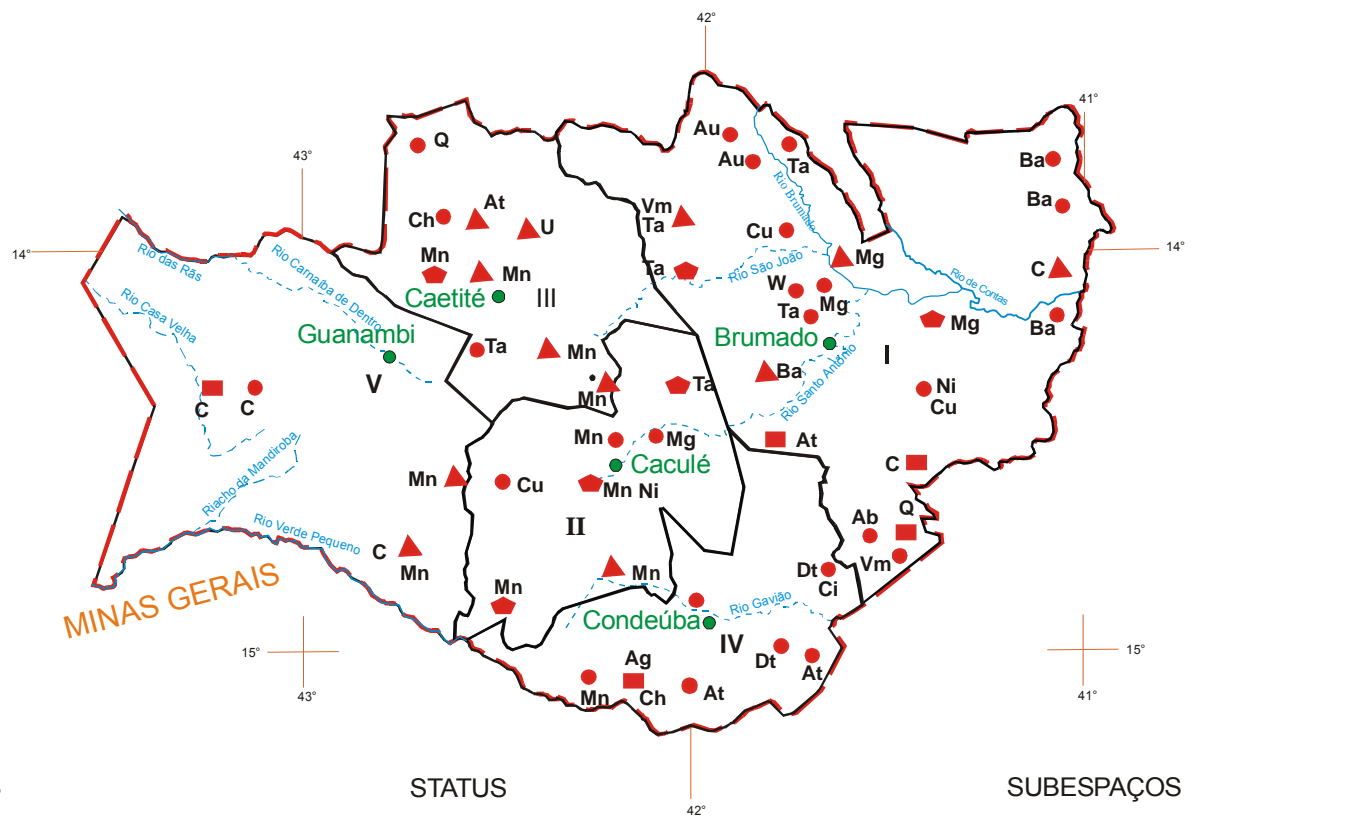
2.1.10 Unidade Pediplano do Rio Pardo

Esta unidade é um conjunto de relevos dissecado (feição predominante) e aplanado (partes elevadas de topos planos) pertencente à região da Serra do Espinhaço, que circunda o Planalto dos Geraizinhos e os Patamares do rio de Contas. Está inserida na bacia do rio Pardo e na sub-bacia do Gavião, funcionando como pequeno divisor de águas destas bacias, onde nascem vários riachos de regime intermitente. Destaca-se, no uso, o plantio de eucalipto, no limite com Minas Gerais.

Esta unidade se distribui apenas em dois municípios, ocupando cerca de 80% de Piripá e 10% de Cordeiros.

No Quadro 2 são apresentadas as principais características ambientais das UGs.

Figura 7
Região Serra Geral
Recursos Minerais



LEGENDA

PRINCIPAIS MINERAIS

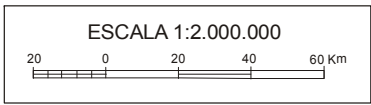
- | | | |
|---------------|-----------------|------------------|
| Ab - Amianto | Ch - Calcedônia | U - Urânio |
| Ag - Ágata | Cu - Cobre | Vm - Vermiculita |
| At - Ametista | Dt - Diatomita | W - Tungstênio |
| Au - Ouro | Mn - Manganês | Q - Quartzo |
| Ba - Bário | Mg - Magnesita | |
| C - Calcário | Ni - Níquel | |
| Ci - Cianita | Ta - Talco | |

STATUS

- Garimpo
- Ocorrência
- ▲ Mina
- ◆ Depósito

SUBESPAÇOS

- I - Brumado
- II - Caclulé
- III - Caetité
- IV - Condeúba
- V - Guanambi
- Limites de subespaços ———
- Sede de subespaços ●
- Curso d'água permanente ———
- Curso d'água intermitente - - - - -



Fonte: SEI

Quadro 2
Região Serra Geral
Síntese das Unidades Geoambientais

Unidades Geoambientais	Modelado	Atributos Ecológicos			
		Geológico/Litológico	Solo/Relevo/Altitude	Climático/Hídrico	Vegetação/Use da Terra
Vão do São Francisco (Subespaço Guanambi)	Dissolução Aplanamento	Grupo Bambuí; Rocha Calcária; Coberturas detríticas.	Cambissolo; latossolo; latossolo vermelho escuro; Plano e suave ondulado; 300m-450m.	Pa: 700mm-900mm distribuição irregular; Período: primavera-verão; Ta: 22°C -23°C; Tip.: semi-árido atenuado ² e subúmido a seco ³ ; Pot. Hidrogeo.: ≤1 m ³ /h/m; Grau de salinidade total:<1g/l; Prof. Nível estático: ≤30m.	Contato caatinga-floresta estacional decidual, floresta decidual submontana; Bovinocultura semi-intensiva e intensiva, algodão empresarial; Rudimentar com culturas de subsistência.
Pediplano Sertanejo (Subespaços Brumado, Guanambi e Caetité)	Aplanamento Dissecado	Complexos Caraíbas-Paramirim e de Brumado; Coberturas detríticas.	Latossolo, argissolo (podzólico), luvisso (podzólico eutrófico), planossolo; cambissolo, neossolo litólico; Plano e suave ondulado; 200m-500m.	Pa: 500mm-700mm; Período: primavera-verão; Ta: 22°C - 24°C; Tip.: semi-árido de caráter acentuado ⁴ (predominante) e atenuado; Pot. Hidrogeo.: ≤0,5m ³ /h/m; Grau de salinidade total: <1g/l, (Tanhaçu, Lagoa Real e Guanambi = 2-4g/l); Prof. Nível estático: ≤30m.	Caatinga (setor oriental), contato caatinga-floresta estacional decidual (setor ocidental); Bovinocultura extensiva, Caprino-ovinocultura extensiva, palmas forrageiras; Irrigação, fruticultura Culturas de subsistência e algodão rudimentar, olerícolas (margem rio de Contas).
Patamares do Rio de Contas (Subespaços Brumado, Caculé e Condeúba)	Dissecado	Complexo Caraíbas-Paramirim e Complexo Brumado; Coberturas detríticas; Formação Rio Gavião.	Latossolo, latossolo vermelho escuro, luvisso (podzólico eutrófico), cambissolo; Suave ondulado e ondulado; 400m-800m.	Pa: 500mm-750 mm; Período: primavera -verão; Ta: 21°C - 23°C; Tip.: semi-árido de caráter acentuado (predominante) e atenuado; Pot. Hidrogeo.: ≤0,5m ³ /h/m; Grau de salinidade total: <1g/l, (Brumado e Aracatu = 1-2g/l); Prof. Nível estático: ≤30m.	Caatinga; Bovinocultura extensiva, Caprino-ovinocultura extensiva, palmas forrageiras, Mandioca e culturas de subsistência.

Continuação...

² Aqui considerado quando o Índice hídrico (Balanço Hídrico do Estado da Bahia. SEI, 1999) é inferior a -20 e a pluviosidade superior a 700mm anuais.

³ Índice hídrico superior a -20 e a pluviosidade superior a 800mm anuais.

⁴ Aqui considerado quando o Índice hídrico é inferior a -20 e a pluviosidade inferior a 700mm anuais.

... Continua

Unidades Geoambientais	Modelado	Atributos Ecológicos			
		Geológico/Litológico	Solo/Relevo/Altitude	Climático/Hídrico	Vegetação/Use da Terra
Patamares do Espinhaço (Subespaços Caetité, Caculé e Guanambi)	Aplanamento Dissecado	Complexo Caraíbas-Paramirim, Complexo Brumado, Santa Isabel e Urandi; Granitóide São Timóteo; Coberturas Detríticas.	Latossolo; latossolo vermelho escuro; luvissole (podzólico eutrófico); cambissolo; neossolo litólico; Suave ondulado, ondulado e plano; 700m-900m.	Pa: 700mm-900mm; Período: primavera, verão e outono; Ta: 20°C a 22°C; Tip.: semi-árido atenuado e subúmido a seco; Pot. Hidrogeo.: $\leq 0,5m^3/h/m$; Grau de salinidade total: $<1g/l$, (Lagoa Real = 2-4g/l; e Igaporã, Caetité $>4g/l$ em); Prof. Nível estático: $\leq 30m$.	Floresta estacional decidual, floresta estacional semi-decidual, Caatinga; Bovinocultura extensiva, palmas forrageiras; Mandioca e culturas de subsistência.
Pediaplano do Rio Pardo (Subespaço Condeúba)	Aplanamento Dissecado	Complexo Caraíbas-Paramirim, Grupo Serra de Inhaúma, Suíte Intrusiva Ninheira, Coberturas Detríticas	Neossolo litólico, latossolo; afloramento de rocha, luvissole (podzólico eutrófico); Ondulado, forte ondulado, montanhoso e suave ondulado; 800m-900m.	Pa: 700mm – 900 mm; Período: primavera –verão; Ta: 20°C-21°C; Tip.: subúmido a seco e semi-árido atenuado; Pot. Hidrogeo.: $\leq 0,5m^3/h/m$; Grau de salinidade total: $<1g/l$; Prof. Nível estático: $\leq 30m$.	Contato caatinga-floresta estacional decidual e contato cerrado-floresta estacional decidual, cerrado; Bovinocultura extensiva, palmas forrageiras; Mandioca e culturas de subsistência.
Pediaplano da Chapada (Subespaço Brumado)	Aplanamento Dissecado Dissolução	Formação Seabra; Formação Tombador; Formação Bambuí; Formação Bebedouro; Depósitos Fluviais.	Neossolo litólico, afloramento de rocha, luvissole (podzólico eutrófico); Suave ondulado, ondulado, forte ondulado, Montanhoso; 500m-1000m.	Pa: 600mm – 900 mm; Período: primavera –verão; Ta: 19°C -23°C; Tip.: semi-árido e subúmido a seco; Pot. Hidrogeo.: $1-5m^3/h/m$; Grau de salinidade total: $<1g/l$, (Ituaçu = 2-4g/l); Prof. Nível estático: $\leq 30m$.	Caatinga, cerrado, contato caatinga-floresta estacional decidual, contato cerrado-floresta estacional decidual Montana; Bovinocultura extensiva; Culturas de subsistência e café.
Serras da Borda da Chapada (Subespaço Brumado)	Dissecado	Formação Seabra; Complexo Caraíbas-Paramirim; Complexo Brumado; Rochas Granitóides.	Neossolo litólico, afloramento de rocha, luvissole (podzólico eutrófico); Forte ondulado, montanhoso, ondulado; 500m-260m.	Pa: 700mm-900 mm; Período: primavera -verão Ta: 19°C -22°C; Tip.: semi-árido atenuado e subúmido a seco. Pot. Hidrogeo.: $1-5m^3/h/m$ Grau de salinidade total: $<1g/l$ Prof. Nível estático: $\leq 30m$	Refúgio ecológico montano, cerrado e contato cerrado-caatinga Culturas de subsistência.

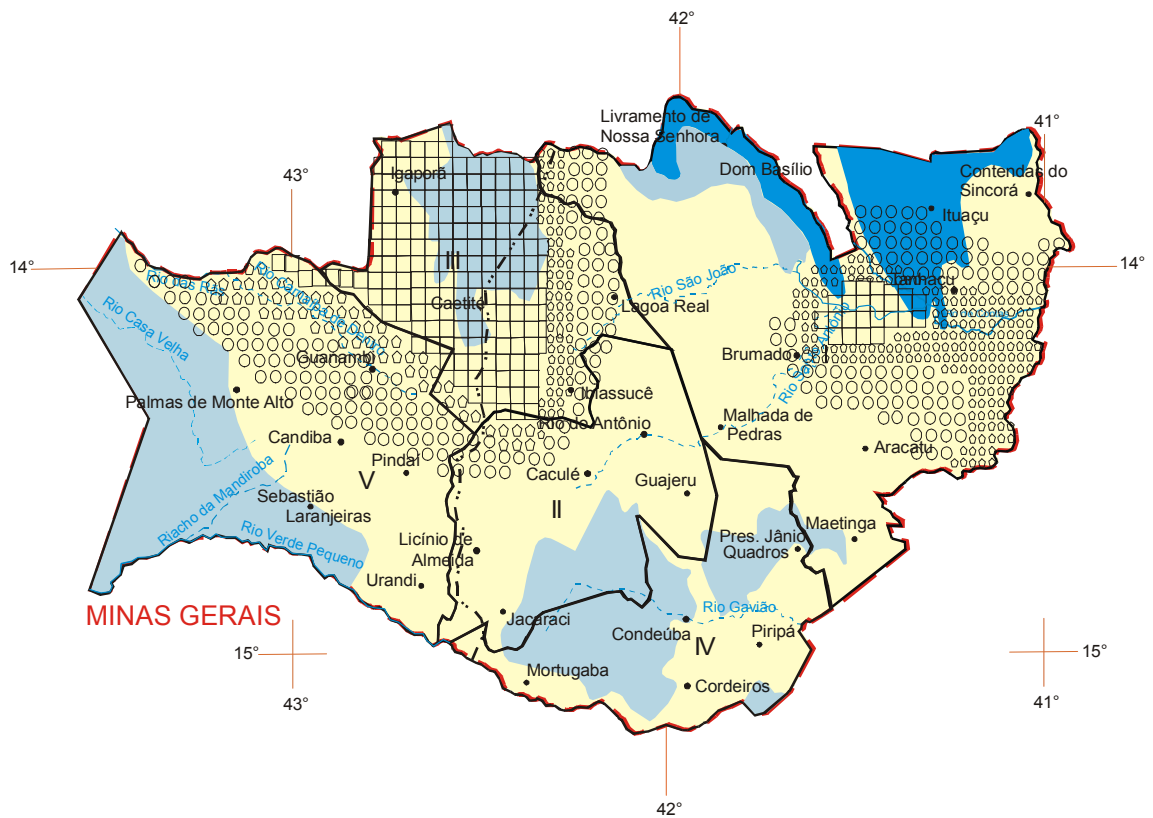
Continuação ...

... Continua

Unidades Geoambientais	Modelado	Atributos Ecológicos			
		Geológico/Litológico	Solo/Relevo/Altitude	Climático/Hídrico	Vegetação/Use da Terra
Serras Centrais (Subespaço Guanambi)	Aplanamento	Formação Palmas de Monte Alto Grupo Santo Onofre Formação Jequitaí	Neossolo litólico, afloramento de rocha, latossolo; Topo plano e suave ondulado, ondulado, forte ondulado e escarpado; 900m–1260m.	Pa: 800mm-1000 mm Período: primavera-verão Ta: 19°C -21°C Tip.: subúmido a seco; Pot. Hidrogeo.: <0,5m ³ /h/m; Grau de salinidade total: <1g/l; Prof. Nível estático: ≤30m.	Cerrado, floresta estacional decidual; Culturas de subsistência.
Planaltos dos Geraízes (Subespaços Condeúba e Caculé)	Aplanamento Dissecado Acumulação	Coberturas detríticas Complexos Caraíbas-Paramirim e Santa Isabel Depósitos Aluviais.	Latossolo, Luvisso (podzóico eutrófico), Planossolo; Plano e suave ondulado; 700m-900 m.	Pa 700mm-900 mm; Período: primavera-verão; Ta: 20°C -22°C; Tip.: subúmido a seco e semi-árido; Pot. Hidrogeo.: ≤1m ³ /h/m; Grau de salinidade total: <1g/l; Prof. Nível estático: ≤30m.	Contato caatinga-floresta estacional decidual; Bovinocultura, palma forrageira, capineira; Mandioca, culturas de subsistência, cana-de-açúcar.
Superfícies dos Gerais (Subespaços Caetitê e Caculé)	Aplanamento Dissecado	Coberturas detríticas Grupo Santo Onofre (formações Canatiba, Pajeú e Sítio Novo) Complexo Caraíbas-Paramirim	Latossolo, Neossolo quartzarênico (areia quartzosa); Plano e suave ondulado, ondulado e forte ondulado; 900m-1230 m.	Pa 800mm-1000 mm; Período: primavera, verão e outono; Ta: 19°C -21°C; Tip.: subúmido a seco; Pot. Hidrogeo.: ≤1m ³ /h/m; Grau de salinidade total: ≤4g/l(norte) e <1g/l; Prof. Nível estático: ≤30m.	Contato cerrado-floresta estacional decidual, cerrado gramíneo, parque e arbóreo aberto, floresta estacional semidecidual; Bovinocultura extensiva; Culturas de subsistência, cana-de-açúcar.

Fonte: Mapa Hidrogeológico do Estado da Bahia, escala 1:1.000.000. CEPLAB/SEPLANTEC. 1980. (Informações sobre os aspectos hídricos).

Figura 8
Região Serra Geral
Recursos Hídricos



LEGENDA

Água Subsuperficial

Potencialidade Hidrogeológica ($m^3/h/m$)

- < 0,5
- 0,5 - 1,0
- 1,0 - 5,0

Grau de Salinidade Total (g/l)

- < 1
- 1 - 2
- 2 - 4
- > 4

Profundidade do nível estático - 0 a 30 m

Subespaços

- I - Bumado
- II - Caculé
- III - Caetité
- IV - Condeúba
- V - Guanambi

- Limites de subespaços
- Cidades
- Divisor de águas
- Curso d'água permanente
- Curso d'água intermitente

Nota: Adaptado do Mapa Hidrogeológico Estado da Bahia, CEPLAB/SEPLAN/TEC, 1980.



2.2 Ação Antrópica e Estado Ambiental

Na Região, a interação homem/natureza resultou na configuração atual dos espaços urbanos e rurais, que refletem a ocupação pela agropecuária e a exploração dos recursos minerais, gerando um expressivo passivo ambiental, nas mais variadas formas de agressão à natureza com a conseqüente diminuição da qualidade de vida da população local e perdas de bens naturais. Praticamente, não existe mais ecossistema inalterado na Região. A biodiversidade foi muito reduzida comprometendo, inclusive, a capacidade regional de seqüestro de carbono (o desmatamento desenfreado é o principal responsável), ampliando, como conseqüência, os efeitos negativos das secas.

De fato, as atividades desenvolvidas na Região, notadamente a agropecuária e as atividades de produção de carvão para as siderúrgicas, promoveram grandes vazios na cobertura vegetal original. Segundo o mapeamento da cobertura vegetal do Estado, realizado pela SEMARH/DDF, as áreas antropizadas regionais correspondem a 68,5% da área total (Tabela 1) e se distribui de forma desigual nos subespaços, mantendo estreita a correlação com a atividade econômica, ao registrar os maiores percentuais, justamente naqueles de maior dinamismo econômico, respectivamente, nos subespaços Brumado (77,7%) e Guanambi (67,4%), que no conjunto respondem por 62,9% de toda a área antropizada da Região. Como os referidos subespaços concentram as áreas mais secas e de solos mais rasos, o desmatamento praticado concorreu para ampliar as possibilidades de desenvolvimento de processos de degradação graves, a exemplo da desertificação, já iniciado em determinados locais, além de diminuir a biodiversidade e capacidade regional de captura de carbono.

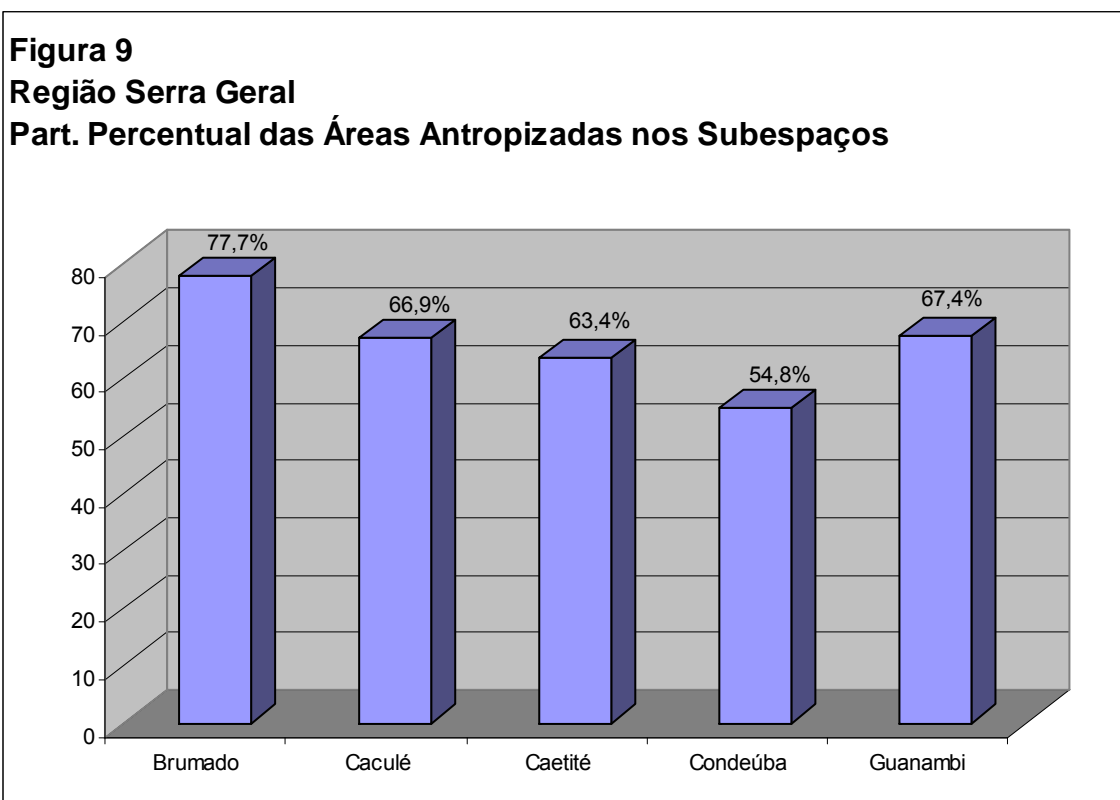
Tabela 1
Região Serra Geral
Relação entre as Áreas Total e Antropizada nos Subespaços e na Região
1998

Subespaços	Áreas (Km ²)		Participação percentual	
	Total	Antropizada	Em relação ao subespaço	Em relação à Região
Brumado	10.930,30	8.494,77	77,7	38,3
Caclé	4.359,40	2.914,70	66,9	13,1
Caetitê	4.528,10	2.870,38	63,4	12,9
Condeúba	4.456,40	2.443,18	54,8	11,0
Guanambi	8.080,40	5.449,40	67,4	24,7
Total	32.354,60	22.172,43	68,5	100,0

Fonte: Mapeamento da Cobertura Vegetal do Estado da Bahia escala 1:100.000. SEMARH/DDF.1998.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são responsáveis pelo atual quadro ambiental, situação agravada, principalmente, pela ausência da prática de elaboração e implantação de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADES), instrumentos que mitigam os efeitos das atividades impactantes. Em

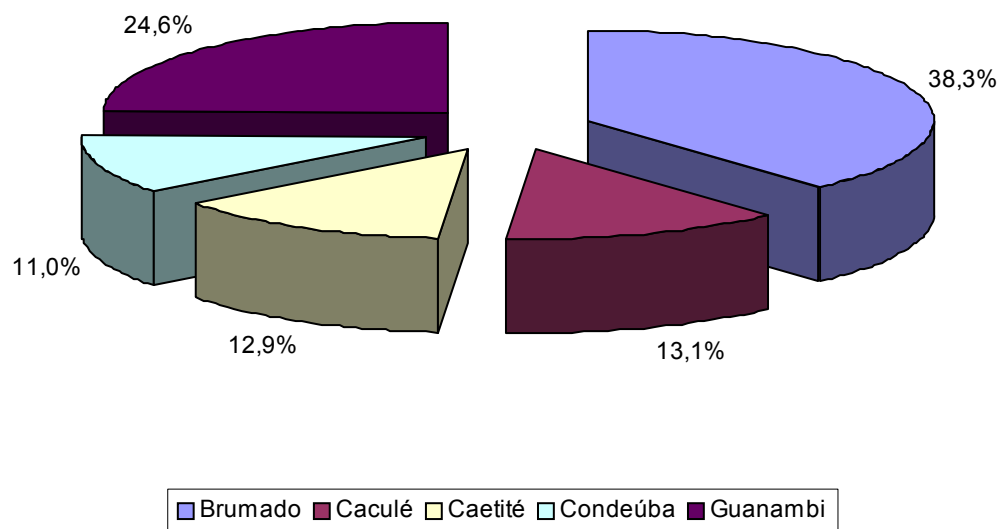
algumas UGs, a exemplo do Pediplano Sertanejo e Patamares do Rio de Contas, já existem evidências de início de processo de desertificação. Também na maioria das áreas de irrigação, o manejo de solo e água e/ou os sistemas ineficientes utilizados, são responsáveis por vários problemas. Destacam-se a esterilização da terra pela salinização (Projeto de Irrigação de Ceraíma) e o uso perdulário ou má distribuição da água que tem gerado, em alguns casos, sérios conflitos (sub-bacia do rio Brumado) entre perímetros públicos versus privados em ampliação. Tais fatos demonstram a ausência de gestão hídrica da bacia hidrográfica por parte dos usuários, através de uma instância decisória para o planejamento do uso mais adequado da água, como um todo. Além disso, a utilização intensiva de agrotóxicos, muito freqüente nesta modalidade de exploração, torna esta área, potencialmente, uma importante fonte de contaminação ambiental.



As condições ambientais atuais são o reflexo da ineficiência das estruturas de proteção ambiental que através das instituições não vêm cumprindo a contento o seu papel de proteção e implementação dos princípios que embasam a sustentabilidade. O atual estado da arte ambiental demonstra que as políticas públicas falharam ou foram inadequadamente aplicadas.

O Quadro 3 resume a situação geral dos efeitos das ações antrópicas.

Figura 10
Região Serra Geral
Part. Percentual dos Subespaços nas Áreas Antropizadas
da Região



Quadro 3
Região Serra Geral
Sumário dos Aspectos Ambientais e das Derivações Antropogênicas nas Unidades Geoambientais

Unidades Geoambientais	Modelado (Feições)	Aspectos favoráveis	Aspectos restritivos e problemas configurados
Vão do São Francisco	Aplanamento (A); Dissolução (K).	Declividades fracas a moderadas; Potencial de erosão fraco a médio; Mecanização com alto rendimento; Alta fertilidade dos solos (K); Projeto de irrigação Estreito; Potencial de exploração de calcário (K).	Baixo potencial de erosão e lixiviação; Drenagem superficial esparsa; freáticos de difícil prospecção e exploração; dificuldades para reter e armazenar água (K); Irregularidade climática interanual; Déficits hídricos moderado a forte; Rede de drenagem intermitente; Carvoarias utilizando madeiras nativas e processos ineficientes de produção; Desmatamentos, manejo inadequado e compactação dos solos, uso de agrotóxico sem controle, queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos.
Pediaplano Sertanejo	Aplanamento (A); Dissecado (D).	Declividades fracas a moderadas (A); Unidade de Conservação FLONA; Presença de rios permanentes; Projeto de Irrigação Vale do Rio Brumado; Várzeas amplas; Potencial de exploração de granito, mármore, talco e manganês(D).	Setores com início de processo de desertificação; Irregularidade climática interanual crítica; Déficit hídrico forte a muito forte; Predominância de solos com baixa fertilidade; Ocorrência de solos com potencial de salinização; Potencial de erosão médio a forte (bacia S. Francisco) e forte a muito forte (D); Potencial de erosão fraco a médio (Bacia rio de Contas); Carvoarias utilizando madeiras nativas e processos ineficientes de produção Vegetação degradada, manejo inadequado e compactação dos solos, práticas de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Movimentos de massa localizados (D); Conflitos de uso da água.
Patamares do Rio de Contas	Dissecado (D).	Declividades moderadas; Ocorrência de solos de alta fertilidade; Topos planos; Possibilidade de mecanização de médio rendimento; Potencial para irrigação; Exploração de magnesita e talco; Potencial de exploração de minerais diversos (manganês, talco e cromo) e ferro (reserva de 6 bilhões de t em Caetité).	Irregularidade climática interanual crítica; Déficit hídrico forte a muito forte; Predominância de solos com baixa fertilidade; Potencial de erosão médio e forte; Movimentos de massa localizados; Carvoarias utilizando madeiras nativas e processos ineficientes de produção Vegetação degradada, manejo inadequado e compactação dos solos, práticas de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Níveis elevados de poluição do rio do Antônio (mineral e orgânica).

Continuação ...

...Continua

Unidade Geoambiental	Modelado (Feições)	Aspectos favoráveis	Aspectos restritivos e problemas configurados
Patamares do Espinhaço	Aplanamento (A); Dissecado (D).	Declividades moderadas a forte; Ocorrência de solos de alta fertilidade; Topos planos (A); Possibilidade de mecanização de médio rendimento (A); Déficits hídricos moderados; Mesotermia predominante; Projetos de irrigação de Ceraíma/Estreito; Exploração de mineral estratégico (urânio); Potencial de exploração de minerais diversos (manganês, talco, vermiculita, cromo, níquel, cobre e ferro) (Metálicos e Não-metálicos).	Predominância de solos com baixa fertilidade; Potencial de erosão forte a muito forte (D) e médio (A); Vegetação degradada, manejo inadequado dos solos, prática de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Níveis elevados de poluição do Rio do Antônio (mineral e orgânica); Explorações minerais inadequadas ou clandestinas (granitos, pedras semipreciosas, argilas, cristal de rocha); Formação de crateras; Assoreamento de riachos; Problemas de salinização no perímetro de irrigação de Ceraíma; Extração de lenha para carvoaria; Fonte de poluição dos afluentes do rio Brumado com rejeitos de manganês; Garimpo de ouro abandonado; Risco potencial de contaminação de urânio das águas superficiais.
Pediaplano do Rio Pardo	Aplanamento (A); Dissecado (D).	Topos planos (A); Déficits hídricos moderados; Potencial de exploração de quartzo, granada e granito; Potencial de exploração de ametista (D).	Movimentos de massa generalizado (D); Potencial de erosão forte a muito forte (D) e médio (A); Vegetação degradada, manejo inadequado dos solos, práticas de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Predominância de solos rasos (D); Baixa fertilidade dos solos; Desnudação.
Pediaplano da Chapada	Dissecado (D); Dissolução (K).	Ocorrência de solo de alta fertilidade (K); Vale plano e úmido (K); Beleza cênica (D); Potencial espeleológico (K); Mesotermia; Potencial de exploração de salitre e calcário (K).	Movimentos de massa localizados (D); Potencial de erosão forte a muito forte (D); Vegetação degradada, manejo inadequado dos solos, práticas de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Predominância de solos rasos (D) e baixa fertilidade dos solos; Desnudação; Extração irregular de calcário.
Serras da Borda da Chapada	Dissecado (D).	Beleza cênica Potencial aproveitamento de cachoeiras e quedas d'águas; Mesotermia; Potencial de exploração de ouro.	Movimentos de massa localizados; Potencial de erosão forte a muito forte; Vegetação degradada, práticas de queimadas, destinação inadequada dos resíduos urbanos; Predominância de solos rasos e baixa fertilidade dos solos; Desnudação generalizada; Garimpos de ouro abandonados sem recuperação ambiental.

Continuação ...

... Continua

Unidade Geoambiental	Modelado (Feições)	Aspectos favoráveis	Aspectos restritivos e problemas configurados
Serras Centrais	Aplanamento (A).	Beleza cênica; Potencial de estudos arqueológicos (registro de civilização pré-colombiana); Mesotermia.	Movimentos de massa localizados; Potencial de erosão médio a forte; Vegetação degradada, práticas de queimadas; Predominância de solos rasos; Baixa fertilidade dos solos; Desnudação generalizada.
Planaltos dos Geraizinhos	Aplanamento (A); Dissecado (D); Acumulação (AF).	Déficits hídricos moderados; Topos amplos e planos (A); Várzeas amplas (AF); Encostas estáveis; Freáticos exploráveis (AF).	Baixa fertilidade dos solos; Vegetação degradada, manejo inadequado dos solos, prática de queimadas; Destinação inadequada dos resíduos urbanos; Extração de lenha para carvoaria; Erosão laminar (A); Potencial de erosão forte (D); Risco de inundação (AF). Carvoarias utilizando madeiras nativas, processos ineficientes e utilização de mão-de-obra infante-juvenil Produção de cachaça com processos rudimentares, utilizando mão-de-obra infante-juvenil
Superfícies dos Gerais	Aplanamento (A); Dissecado (D).	Topos amplos e planos (A); Beleza cênica; Mesotermia; Déficits hídricos moderados; Potencial de exploração de quartzo (D); Exploração de ametista (D).	Baixa fertilidade dos solos; Vegetação antropizada, manejo inadequado dos solos, prática de queimadas; Destinação inadequada dos resíduos urbanos; Erosão laminar (A); Potencial de erosão forte (D); Exploração mineral inadequada (D).

Fonte: CAR.

2.3 Áreas de Influências e Subespaços Regionais

2.3.1 A Questão do Espaço no Processo de Desenvolvimento

Dado que o processo de desenvolvimento em curso ainda não tem permitido reduzir substancialmente a pobreza incrustada nas áreas periféricas das economias locais ou regionais, governo e sociedade estão cada vez mais conscientes da necessidade de priorizar o elemento espaço nas estratégias de desenvolvimento. É certo que a distribuição mais equilibrada das atividades em um território garantirá uma maior inclusão de pessoas neste processo de desenvolvimento, reduzindo a constante pressão exercida pelos crescentes contingentes populacionais pobres nos centros urbanos.

A sustentabilidade⁵, por reconhecer a importância da participação dos atores sociais, envolver mais conteúdos e ter entre seus produtos finais a redução da desigualdade social entre as pessoas e unidades espaciais, é entendida como um modelo de planejamento do desenvolvimento diferente do tradicional e com uma concepção mais profunda e ampla do desenvolvimento socioeconômico.

A existência do objetivo de equalização do desenvolvimento de um território induz a necessidade de apresentar a configuração espacial, através de unidades espaciais componentes. Assim é que o estudo voltado para a divisão do território em unidades espaciais menores, ou seja, subespaços, é definido como subespacialização. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR define subespacialização como:

[...] processo de identificação e delimitação de subáreas componentes de um espaço territorial. Os subespaços identificados, embora sejam de tamanhos variáveis e apresentem indicadores com diferentes valores e características, são constituídos basicamente de um centro representado por uma cidade, onde se concentra o maior número de atividades humanas e de sua respectiva área de influência. (CAR, 2000).

A utilização dos subespaços como unidades de intervenção governamental permite que ocorra o seguinte: (i) expansão das possibilidades de participação de atores sociais, (ii) desconcentração dos investimentos governamentais; (iii) surgimento de novas alternativas de emprego dos recursos em locais de potencialidades pouco aproveitadas. A realização destes resultados à médio e longo prazos se traduz por uma nova forma de ocupação territorial e surgimento de novos centros de desenvolvimento, os quais permitirão incorporar mais rapidamente, à economia, áreas e populações que se encontravam até então marginalizadas e, finalmente, por um desenvolvimento socioeconômico mais harmônico do espaço regional.

⁵ Esta concepção é definida como um processo de desenvolvimento que apresenta condições de durabilidade ao longo do tempo e, para tanto, deve ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável, politicamente fundamentado na participação da sociedade e culturalmente difundido e apropriado. Ver mais detalhes deste assunto em CAR (2000).

2.3.2 Formação e Organização do Espaço Regional

A Serra Geral, que no seu período de povoamento era parte integrante das terras conhecidas como “Alto Sertão da Bahia”, iniciou seu processo de formação regional através dos seguintes vetores de ocupação e povoamento:

- a) o primeiro, inicialmente constituído por paulistas e mineiros e, posteriormente, por baianos e portugueses conduzindo negros escravizados, a partir da segunda metade do século XVII, que chegaram à Região à procura de ouro e pedras preciosas, sendo responsáveis pelo desbravamento e fixação dos primeiros moradores e núcleos populacionais;
- b) o segundo, em função da perda de ímpeto da exploração mineral e da existência de água de boa qualidade assim como áreas aptas para implantação de pastagens, formado por colonizadores brancos e famílias refugiadas da inconfidência mineira e de outras lutas político-partidárias posteriores, que passaram a se estabelecer no território, implantando currais e fazendas de gado vacum, criando ou fortalecendo os núcleos de povoações;
- c) o terceiro, decorrente das circulações de gado através de caminhos e estradas existentes entre os territórios dos atuais estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás, fazendo surgir pontos de pouso destinados ao descanso e abastecimento de tropeiros e viajantes que se transformaram, mais tarde, em embriões de várias cidades.

Cabe registrar, também, neste processo de formação regional, a participação da Igreja Católica que a partir do final do século XVII, com o objetivo de catequizar os índios e estabelecer um poder político, construiu capelas em sedes das fazendas, com ajuda de famílias de fazendeiros.

Com os sucessivos fracionamentos das terras da família Guedes de Brito, o crescimento populacional, o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios — uma atividade acessória à criação de gado —, e a expansão da lavoura do algodão graças ao crescimento da demanda externa, a porção da Serra Geral do antigo território “Alto Sertão da Bahia” passou a dispor de uma população estável. O surgimento de várias ocupações, a produção local de diversos gêneros e o comércio de produtos e subprodutos do garimpo, a pecuária e a policultura nas povoações, criaram as condições necessárias para ser considerada como uma unidade espacial definida e com certo nível de organização, ou seja, uma Região.

A partir da divisão das terras do “Alto Sertão da Bahia” nas vilas auríferas de Jacobina (1720) e Minas do Rio de Contas (1723), a Serra Geral intensificou seu processo de ocupação e povoamento, redundando nos desmembramentos sucessivos do território. Vale observar que dos 29 atuais municípios, 25 se originaram da Vila Minas do Rio de Contas e apenas 4 foram criados a partir dos desmembramentos sucessivos do território de Jacobina.

2.3.3 Subespaçialização da Serra Geral

A subespaçialização de um território tem entre seus principais objetivos:

[...] melhorar o processo de intervenção no espaço, baseado na revalorização da base territorial e na revitalização de escalas menores de planejamento e ação, através do adequado dimensionamento das potencialidades e dos condicionamentos subespaçiais, contribuindo, conseqüentemente, para uma alocação mais eficiente e eficaz dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos, em escalas regional e local, visando aumentar a eficiência das políticas públicas, (CAR, 2005).

Deste modo, através da subespaçialização de um território é possível implementar estratégias de pesquisa e análise e de intervenção com vistas a viabilizar um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo e integrado para o conjunto de uma região.

Na subespaçialização de um território são empregadas as mesmas técnicas que são utilizadas nos estudos de regionalização. Entretanto, em razão da existência de diferentes técnicas, deve-se antes de iniciar um trabalho de regionalização determinar: (a) o objetivo do seu uso, se para efeito de análise ou planejamento; (b) o critério escolhido, se deve considerar a interdependência entre os centros ou a homogeneidade; e, finalmente, (c) as informações disponíveis. Conforme a técnica escolhida, será obtido um padrão de configuração espacial definidas por fronteiras locais e regionais específicas.

Para a subespaçialização da Serra Geral existem 2 objetivos simultâneos: (a) realizar estudos e pesquisas voltados para identificação de potencialidades e condicionantes regionais; e, (b) conceber um programa de desenvolvimento baseado no modelo da sustentabilidade para uma área definida, preliminarmente, como sendo uma região de planejamento.

O critério baseado na interdependência entre os centros de um território, por mostrar uma subespaçialização fundamentada na identificação dos efeitos da polarização entre cidades e suas áreas de influências, permite uma melhor orientação das ações de governo quanto à localização, natureza e porte dos investimentos, visto que:

[...] a implementação de programas de desenvolvimento baseados em *subespaços polarizados*⁶ apresenta maior eficiência da aplicação dos recursos públicos, em virtude da distribuição mais equilibrada destes recursos no espaço. A adoção pelo governo de programas que tenham esta forma de atuação, possibilitará a médio e longo prazos o surgimento de novos centros de desenvolvimento, os quais permitirão incorporar mais rapidamente à economia, áreas e populações que se encontravam até aquele momento marginalizadas, (CAR, 1997).

Assim é que, em função dos objetivos e dos critérios, foi escolhido para o trabalho

⁶ Aqui entendido como uma área constituída de um ou mais centros de níveis hierárquicos diferentes que exercem influências sobre áreas rurais.

de subespecialização da Serra Geral o método de regionalização gravitacional ou de potencial, método este que considera a interdependência entre os centros do território em análise.

Com o uso do método gravitacional foram encontrados para a Serra Geral centros de influências constituídos por 1 centro regional, 1 centro sub-regional, 2 centros zonais e 5 centros subzonais, conforme indicação a seguir:

- Regional – Salvador;
- Sub-regional – Vitória da Conquista;
- Zonal – Guanambi, Vitória da Conquista;
- Sub-zonal – Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi e Vitória da Conquista.

O Quadro 4 mostra com maiores detalhes a regionalização da Região Serra Geral, compreendendo a indicação dos centros polarizadores por níveis hierárquicos, localizados fora e dentro da Região e obtidos pela utilização da técnica dos potenciais.

Quadro 4
Região Serra Geral
Regionalização

Região	Sub-região	Zona	Sub-zona	Municípios componentes
Salvador	Vitória da Conquista	Guanambi	Guanambi	Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi.
			Brumado	Aracatu, Brumado, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras e Tanhaçu.
			Caculé	Caculé, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida e Rio do Antônio.
			Caetité	Caetité, Ibiassucê, Igaporã e Lagoa Real.
		Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Condeúba, Cordeiros, Maetinga, Mortugaba, Piripá e Presidente Jânio Quadros.

Fonte: CAR/CEP, 2004

As principais características da regionalização da Serra Geral são:

- a) no âmbito regional, o espaço estudado sofre influência de Salvador, não havendo cidade no seu interior que exerça influência a este nível hierárquico;
- b) no âmbito sub-regional, o município polarizador - Vitória da Conquista, se encontra fora da Região Serra Geral e exerce influência a este nível hierárquico sobre 28 municípios da Região. A cidade de Contendas do Sincorá é a única da Região que se encontra sob influência da cidade de Jequié nos níveis sub-regional e zonal.

- c) no âmbito zonal de influência, o centro de Vitória da Conquista é o mais importante da Região, polarizando uma grande área, seguido pelo centro de Guanambi;
- d) no âmbito sub-zonal de influência, o estudo indica como centros polarizadores, além do município de Vitória da Conquista, os municípios de Guanambi, Caetité, Caculé, e Brumado;

Para a definição dos subespaços, foram consideradas as áreas de influência determinadas pela aplicação da técnica de regionalização baseada no modelo potencial, os limites político-administrativos dos municípios e, também, o número e a superfície territorial dos municípios que compõem cada área de influência.

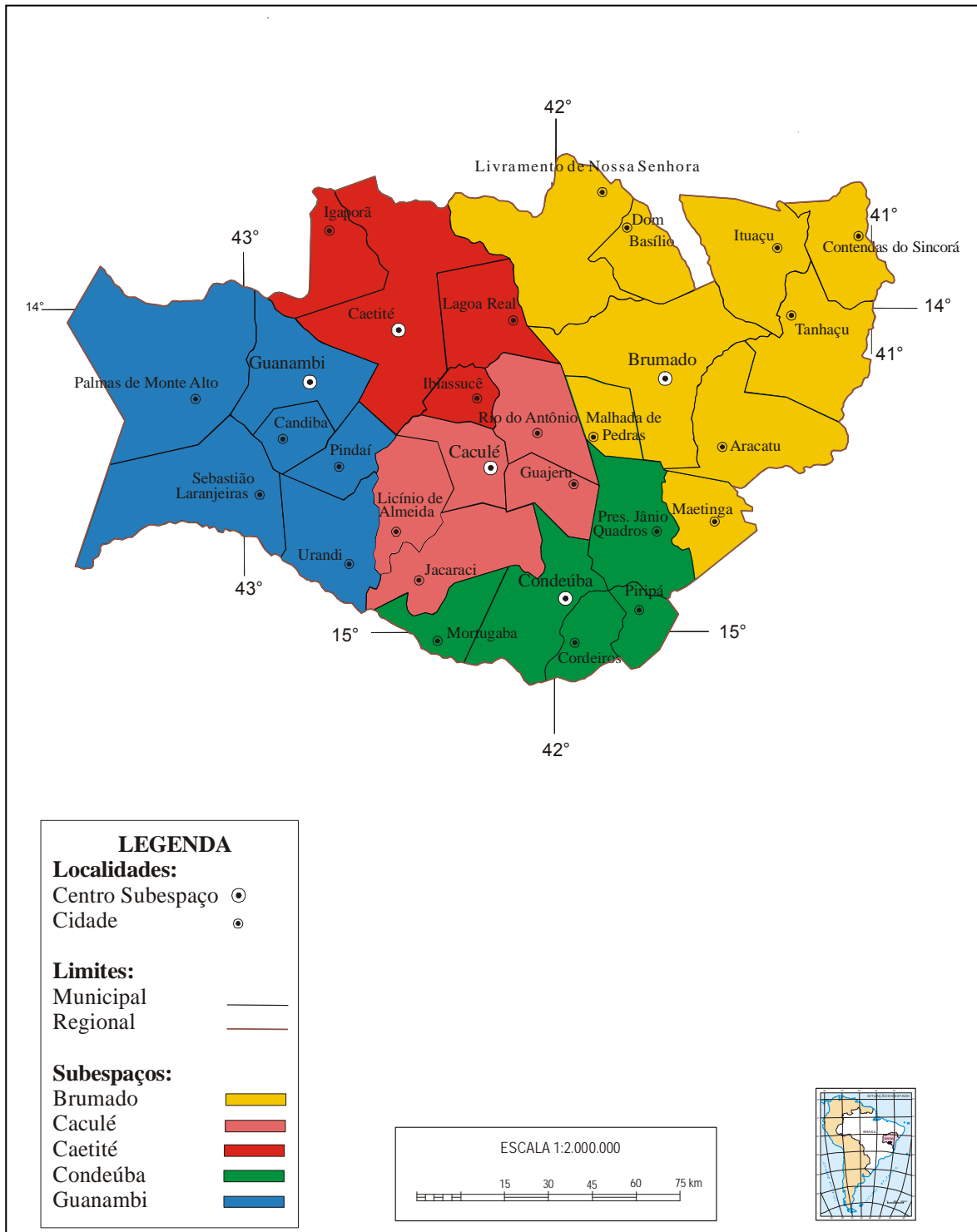
Sendo assim, os subespaços para a Região Serra Geral decorrem da identificação das áreas de influência em nível sub-zonal, com exceção de Condeúba, que apesar do centro sub-zonal ser Vitória da Conquista, foi indicado como centro em função de se localizar na parte central da área e se constituir na principal cidade deste subespaço. Portanto, com a aplicação desta metodologia, obteve-se a delimitação de 5 subespaços, conforme Quadro 5 e Figura 11 a seguir:

Quadro 5
Região Serra Geral
Subespacialização

Subespaços	Centros	Municípios Componentes
I	Brumado	Aracatu, Brumado, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras e Tanhaçu.
II	Caculé	Caculé, Guajeru, Jacaraci, Lícínio de Almeida, Rio do Antônio.
III	Caetité	Caetité, Ibiassucê, Igaporã, Lagoa Real.
IV	Condeúba	Condeúba, Cordeiros, Maetinga, Mortugaba, Presidente Jânio Quadros e Piripá.
V	Guanambi	Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

Fonte: CAR/CEP, 2006

Figura 11
Região Serra Geral
Subespaços Regionais



3.1 Ocupação e Povoamento

O início do processo de povoamento e a implantação das primeiras atividades produtivas no território brasileiro decorreram, em grande parte, do processo de distribuição de terras baseado no sistema de sesmaria. A Serra Geral da Bahia, não sendo diferente à regra, teve na posse da terra via latifúndio, com a conseqüente criação de gado, seu principal fator de ocupação e povoamento. Portugueses e bandeirantes à procura de jazidas auríferas na Região e, também, ao utilizarem a Serra Geral como rota de passagem para alcançar as atuais terras de Goiás e Minas Gerais, realizaram o desbravamento do território. Assim, se por um lado os criatórios de gado bovino possibilitavam a ocupação da terra, por outro lado, a exploração de minérios apresentava a vantagem de criar, mais rapidamente, através do intenso fluxo de migração, cidades pólos de produção as quais demandavam alimentos que, conseqüentemente, proporcionava o estabelecimento de outras atividades econômicas acessórias, com a finalidade de atender o garimpo. Estas cidades supridoras das áreas do garimpo, no decorrer do tempo e em função do esgotamento dos veios minerais, adquiriram maior importância do que os antigos pólos geradores de riquezas.

Em resumo, os vetores de ocupação e povoamento da Serra Geral acham-se ligados, primeiramente, à atividade de mineração e à exploração de gado bovino e, secundariamente, às atividades econômicas locais, reunidas na produção de culturas alimentares e algodão.

O desmembramento do latifúndio da família dos Guedes de Brito proporcionou o aparecimento de diversas fazendas de gado, sendo que algumas delas possuíam edificações⁷ voltadas para o atendimento de trabalhadores, viajantes, tropeiros, entre outros. Com o passar dos anos, em função da localização e do aumento de pessoas que passaram a circular, estes locais foram pouco a pouco, se transformando em núcleos de povoações. Por outro lado, o crescimento do extrativismo mineral, ao criar demanda para vários produtos, proporcionou o surgimento de uma produção agrícola em diversos pontos da Região e, conseqüentemente, a formação de núcleos populacionais. Fazendas de gado, ao lado da mineração, foram os fatores determinantes do embrião de muitas cidades. No início do século XVIII, as vilas de Jacobina (1720) e de Rio de Contas (1724), embora estejam fora dos limites da atual Serra Geral, são dois exemplos de núcleos urbanos que surgiram em razão dos referidos fatores e que exerceram forte influência no povoamento da Serra Geral.

As mais antigas cidades da Região surgiram no decorrer do século XIX, sendo que Caetité, a primeira delas, fundada em 1810, foi desmembrada de Rio de

⁷ Estas construções consistiam de uma casa-sede tendo em sua volta curral, casa de trabalhadores, casa de escravos, capela, casa de dormida dos tropeiros, venda, entre outras.

Contas e do desmembramento de suas terras originaram-se diversos municípios da Região. Por outro lado, das terras de Jacobina foram originados apenas 4 municípios — Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba e Sebastião Laranjeiras.

3.2 Distribuição e Evolução da População

A população da Região Serra Geral, no ano 2000, era de 565.037 habitantes, representando 4,3% da população do Estado da Bahia. Entre os anos de 1970 e 2000 sua taxa de crescimento demográfico foi de 1,3% a.a., valor bem inferior às taxas de crescimento do Estado e do Brasil, que foram 1,9% e 2,0%, respectivamente. Dado que a taxa de crescimento demográfico da Serra Geral foi inferior às referidas taxas do Brasil e da Bahia, sua densidade demográfica no ano 2000 (17,5 hab/km²) ainda era considerada baixa e se mantinha inferior às do Estado e do Brasil.

É importante observar que, embora a Região tenha apresentado um aumento de 181.970 pessoas no período 1970-2000, o comportamento da população da Serra Geral, entre as décadas se caracterizou por um ritmo de crescimento declinante, tendo inclusive apresentado, nas duas últimas décadas do referido período, a segunda mais baixa taxa de crescimento entre todas as regiões econômicas do Estado. Desta forma, ao apresentar este comportamento no final do século XX, a Serra Geral se caracterizava por ser uma Região de baixa ou nenhuma atração de população. É possível que esta situação tenha sido decorrente da crise da atividade algodoeira que a mesma já enfrentava.

Tabela 2
Região Serra Geral
Participação Percentual da População Segundo os Subespaços na Região
1970/1980/1991/2000

Subespaços	1970		1980		1991		2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brumado	125.734	32,8	138.045	29,8	173.561	32,6	189.301	33,5
Caculé	47.131	12,3	67.215	14,5	74.626	14,0	73.681	13,0
Caetité	60.367	15,8	78.737	17,0	78.133	14,7	85.240	15,2
Condeúba	62.582	16,3	73.424	15,9	66.010	12,4	72.011	12,7
Guanambi	87.253	22,8	105.546	22,8	140.318	26,3	144.804	25,6
Região	383.067	100,0	462.967	100,0	532.648	100,0	565.037	100,0

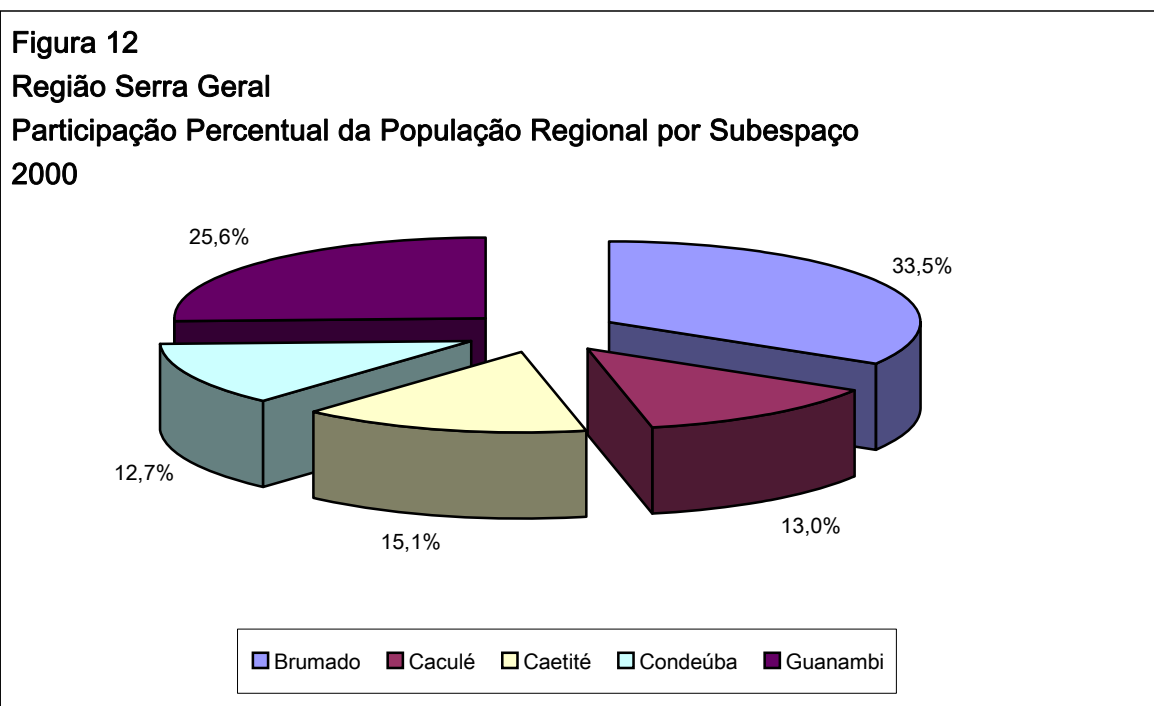
Fonte: IBGE. Censo Demográfico – 1970, 1980, 1991 e 2000.

Quanto a distribuição de sua população por subespaço no período 1970-2000, observa-se que entre os 5 subespaços da Região, Brumado e Guanambi foram aqueles que possuíam os maiores contingentes populacionais. Em média, detinham um pouco mais da metade da população regional em todos os anos do período. No ano 2000, por exemplo, os subespaços Brumado e Guanambi participavam com 59,1% da população regional e no período 1970-2000

contribuíram com 49,5% no aumento da população regional, Tabela 2.

Por outro lado, os subespaços Caetité e Condeúba apresentaram reduções na participação percentual da população regional no período 1970-2000. Enquanto Condeúba reduziu sua participação em 3,6%, Caetité diminuiu em cerca de 0,7%.

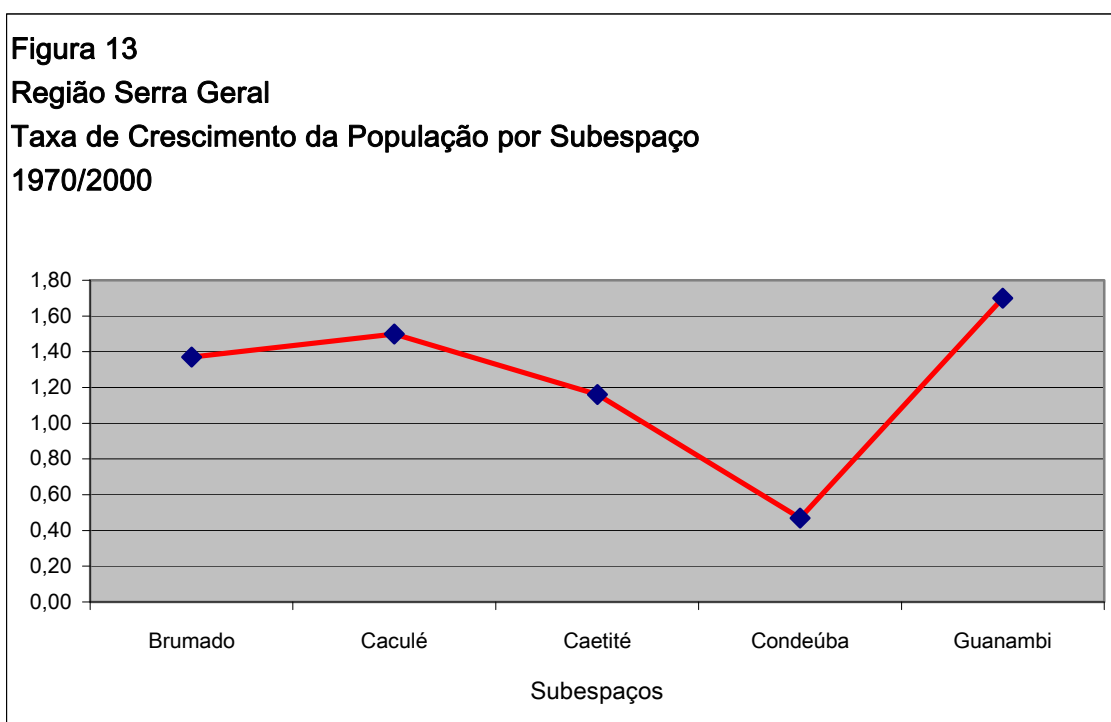
Analisando-se as populações municipais em 2000, observa-se que Guanambi e Brumado possuem populações maiores que 50.000 habitantes, ou seja, Guanambi 71.728 e Brumado 61.670 pessoas. Entre os 29 municípios da Região, 16 deles tinham no ano 2000 população urbana menor que 5.000 habitantes. Somando este número com aqueles municípios que possuíam populações urbanas entre 5.000 e 10.000 totalizam 24 municípios com contingentes populacionais urbanos inferiores a 10.000 pessoas. Sabe-se que cidades do Nordeste do Brasil com populações inferiores a 10.000 habitantes apresentam uma estrutura de serviços bastante limitada. Assim, em função disto, pode-se afirmar que a grande maioria dos municípios da Região Serra Geral (82,8%), não dispõe de estruturas urbanas dotadas de certo grau de complexidade, sendo incapazes, portanto, de oferecer adequada rede de serviços à população e, também, de exercer uma força de atração significativa sob outras aglomerações populacionais localizadas na própria Região e no seu entorno.



Vale registrar que os subespaços Guanambi (1,7% a.a.), Caculé (1,5% a.a.) e Brumado (1,4% a.a.) foram aqueles que apresentaram taxas de crescimento demográfico superior ao índice regional (1,3% a.a.) no período 1970-2000.

3.3 Causas do Crescimento Populacional

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, em trabalho recentemente publicado (MURICY, 2003), estabeleceu, para o período 1991/00, hipóteses sobre os componentes demográficos que influenciaram, de forma mais decisiva, no crescimento populacional dos municípios e das regiões baianas. Para as áreas que apresentaram taxas de crescimento iguais ou superiores a 2% anual, o estudo indica que estiveram submetidas a saldos migratórios positivos, significando a ocorrência de imigração líquida, sendo tanto maior este saldo quanto maior for o índice. No patamar imediatamente inferior, isto é, com taxas de crescimento na faixa de 1 a 1,9%, a hipótese é de que esta área apresentou o mesmo crescimento vegetativo do Estado, não ocorrendo, portanto, ganhos ou perdas significativas em termos de migração, sendo o seu crescimento decorrente, apenas, do crescimento vegetativo de sua população (fecundidade e mortalidade).



A hipótese sobre a existência de emigração líquida foi definida para as áreas que registraram taxas de crescimento demográfico anual na faixa de 0 a 0,9%, significando dizer que, para estas áreas, a perda de população decorrente das migrações não anulou completamente o crescimento demográfico decorrente da reprodução endógena da população. Finalmente, para as áreas que apresentaram taxas de crescimento negativas a hipótese é que, nestas áreas, houve perdas absolutas de população, ou seja, os resultados migratórios foram superiores aos efeitos proporcionados pela reprodução endógena da população.

De acordo com as hipóteses acima indicadas e analisando as taxas ocorridas na Região e nos diferentes subespaços, observa-se que a Região Serra Geral apresentou, no período de 1991/00, um crescimento demográfico igual a 0,7%, significando que o conjunto da Região se caracterizou como uma área de emigração líquida, sem perdas absolutas, isto é, o quantitativo de pessoas resultante do crescimento vegetativo (taxas de fecundidade X mortalidade) foi superior ao saldo das migrações (imigração e emigração).

Com relação aos subespaços, observa-se que apenas Caculé apresentou um comportamento diferente, com perdas absolutas de população, importando dizer que o quantitativo de pessoas, resultante da reprodução endógena neste subespaço, não conseguiu suplantar a alta emigração de sua população. Os demais subespaços registraram o mesmo comportamento observado no conjunto da Região, caracterizado pela hipótese de ocorrência de emigração líquida, sem perda absoluta de população. No entanto, um fato curioso foi registrado nos subespaços Brumado, Caetité e Condeúba, onde as taxas de crescimento apresentadas foram rigorosamente iguais, ou seja, de 0,9% a.a., valor, inclusive, bem próximo ao início da faixa, cuja hipótese seria sem perdas ou ganhos migratórios líquidos significativos. Com este valor estes três subespaços tiveram, portanto, no período 1991/00, a hipótese de uma emigração líquida bem baixa. O subespaço Guanambi, por ter registrado uma expansão demográfica anual inferior à verificada para o conjunto da Região (0,4 a.a.), apresentou um resultado migratório com emigração líquida proporcionalmente maior que aquele da Região.

Embora o crescimento populacional no conjunto da Região, no período de 1991/00, tenha se caracterizado pela ocorrência de emigração líquida, sem perdas absolutas, traduzida pela saída de pessoas superior à chegada, mas com um volume inferior à reprodução endógena, registraram-se, nos municípios de Maetinga, Piripá e Presidente Jânio Quadros, taxas de crescimento geométrico da população superior a 2,0% a.a., indicando, portanto, que houve crescimento da população através da imigração líquida. Segundo trabalho da SEI (2003), em virtude dos ajustamentos da população ocorridos nos municípios criados após 1980, Guajeru também se encontra no grupo dos municípios com um alto volume de imigração, superando, inclusive, a taxa de crescimento vegetativo. Estes quatro municípios detinham, em 2000, populações inferiores a 20.000 habitantes.

Em posição diametralmente oposta, isto é, a ocorrência de emigração líquida com perdas absolutas de população (taxa de crescimento de população negativa) no período de 1991/00, encontravam-se os seguintes municípios: Contendas do Sincorá, Jacaraci, Licínio de Almeida, Cordeiros, Mortugaba, Candiba, Palmas de Monte Alto e Pindaí.

3.4 População por Faixa Etária e Sexo

Entre os anos 1970/00, a população de 0-14 anos, considerada dependente da população produtiva (15 a 64 anos) e, também, definida como o segmento alvo mais importante das políticas públicas, apresentou uma taxa de crescimento

demográfico de apenas 0,02% ao ano com um aumento de apenas 1.031 pessoas no período. Vale registrar que as subfaixas etárias deste grupo tiveram ritmos diferenciados de crescimento e, em algumas delas, ocorreu até mesmo, diminuição do número de indivíduos. Por exemplo, as sub-faixas etárias de 0-4 e de 5-9 anos, principais grupos-alvos dos programas sociais de alimentação, vacinação, de educação pré-escolar e ensino fundamental, entre outros, sofreram no conjunto, uma redução de 13.645 indivíduos. Esta redução se traduziu, certamente, pelo arrefecimento das pressões nas áreas de saúde e educação no âmbito local e regional pelos setores mais necessitados da sociedade regional. Na última faixa etária do grupo, isto é, de 10 a 14 anos, foi registrado um crescimento de 14.676 pessoas, o que correspondeu a um crescimento anual de 0,8% no mencionado período.

No período 1970/00, a taxa de crescimento observada na faixa etária de 15 a 19 anos, primeiro segmento da população produtiva ou em idade ativa, foi maior (1,8% a.a.) que aquela observada no conjunto da Região (1,3% a.a.), o que pode ter significado um aumento da demanda para o ensino médio ou de jovens em busca do seu primeiro emprego.

Tabela 3
Região Serra Geral
Distribuição da População por Faixa Etária, Sexo e Taxa Anual de Crescimento
1970/2000

Faixa etária (Anos)	1970			2000			Tx. cres. anual 1970/00
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
0- 4	32.387	31.925	64.312	26.311	25.850	52.161	-0,7
5 a 9	30.444	29.826	60.270	29.974	28.802	58.776	-0,1
10 a 14	26.059	25.799	51.858	33.580	32.954	66.534	0,8
15 a 19	19.522	21.312	40.834	34.789	33.852	68.641	1,8
20 a 69	74.554	81.531	156.085	145.786	145.746	291.532	2,1
70 e mais	4.154	4.830	8.984	12.503	14.890	27.393	3,8
Idade ignorada	349	375	724	-	-	-	-
Região	187.469	195.598	383.067	282.943	282.094	565.037	1,3

Fonte: Censo Demográfico – 1970 e 2000.

Já nas faixas etárias de 20 a 69 anos e de 70 e mais anos foram registradas as maiores taxas de crescimento anual, inclusive bem superiores à taxa verificada para o conjunto da Região. Na faixa etária de 20 a 69 anos, que representa o grupo da população adulta e produtiva, foi observada uma taxa de 2,1% a.a. enquanto na faixa etária de 70 e mais anos, este índice alcançou 3,8% a.a., no período analisado. A ocorrência de índices mais baixos de crescimento para as faixas etárias abaixo de 10 anos decorreu dos padrões de comportamento da população nos anos mais recentes, quando as taxas de natalidade e fecundidade são baixas.

Vale registrar que este aumento verificado nas faixas etárias correspondentes à população ativa denota um forte crescimento do número de pessoas em busca de

trabalho e, conseqüentemente, da necessidade dos governos implementarem políticas que venham ampliar a quantidade de empregos.

No tocante à distribuição da população regional por sexo, ocorreu entre os anos 1970 e 2000 uma mudança importante. Em 1970, o número de mulheres ultrapassava em cerca de 8.129 pessoas o número de homens. Em 2000, o número de homens era superior em 849 pessoas ao número de mulheres. Esta alteração decorreu, especificamente, da mudança ocorrida na faixa etária de 15 a 69 anos, grupo da população em idade ativa ou produtiva.

A existência de um número maior de pessoas do sexo masculino entre 15 e 69 anos na Região no ano 2000, deve-se provavelmente, à redução da saída de trabalhadores masculinos para outras regiões do país. A região Sudeste, por exemplo, na década de 70 exercia uma grande atração sobre a mão-de-obra nordestina. Naquele período, o número de trabalhadores do Sertão da Bahia empregado em atividades agrícolas no Estado de São Paulo assumia proporções significativas.

É importante ressaltar que esta mudança verificada na Região difere do padrão estabelecido para as populações do Estado da Bahia e do Brasil. No ano de 2000, diferentemente do que ocorreu na Região, as populações baiana e brasileira eram constituídas de maior número de pessoas do sexo feminino.

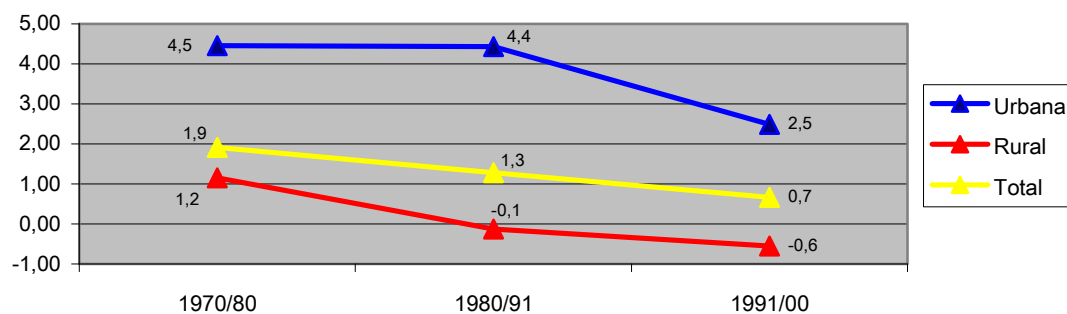
Por outro lado, a existência de maior número de pessoas do sexo feminino na faixa etária de 70 anos e mais nos anos de 1970 e 2000 tem como principal causa a diferença da taxa de mortalidade entre pessoas do sexo masculino e feminino. No Brasil, a taxa de mortalidade nesta faixa de idade para pessoas do sexo masculino é mais alta que para pessoas do sexo feminino.

3.5 Urbanização

Com relação ao crescimento da população nas áreas urbana e rural, foi observado que no período de 1970/00 ambas apresentaram crescimento de população. Entretanto, enquanto a área urbana contribuiu em termos absolutos com 167.571 pessoas, a área rural incorporou apenas 20.500 pessoas à população regional. Em razão destes números, a Região apresentou, entre as áreas urbana e rural, taxas de crescimento populacional bastante divergentes. No período considerado, enquanto a população urbana cresceu à uma taxa de 3,9% ao ano, a população rural aumentou seu contingente à uma taxa bastante inferior, ou seja, 0,2% ao ano.

É importante observar que entre os anos de 1970 e 1980 a população rural apresentou um crescimento significativo de 304.206 para 340.965 pessoas. A partir de 1980 a área rural entra em um processo de perda contínua de população permanecendo, entretanto, no ano 2000 em um patamar ligeiramente superior ao do ano de 1970 com 319.814 pessoas. A área urbana, ao contrário, apresentou em termos absolutos um aumento crescente de população em todos os anos levantados.

Figura 14
REGIÃO SERRA GERAL
Taxas Crescimento das Populações Urbana, Rural e Total
1970/1980, 1980/1991, 1991/2000



Entre as regiões econômicas do Estado da Bahia, Serra Geral, ao lado das regiões Nordeste, Chapada Diamantina e Médio São Francisco em 2000 ainda mantinha um contingente de população rural superior à população urbana, enquanto as demais 11 regiões do Estado, naquele ano, já se caracterizavam por possuir uma maior proporção de pessoas morando em áreas urbanas. O Estado da Bahia, desde 1991, já tinha uma maior proporção de pessoas com domicílio urbano.

Tabela 4
Região Serra Geral
Taxa de Urbanização por Subespaço
1970/1980/1991/2000

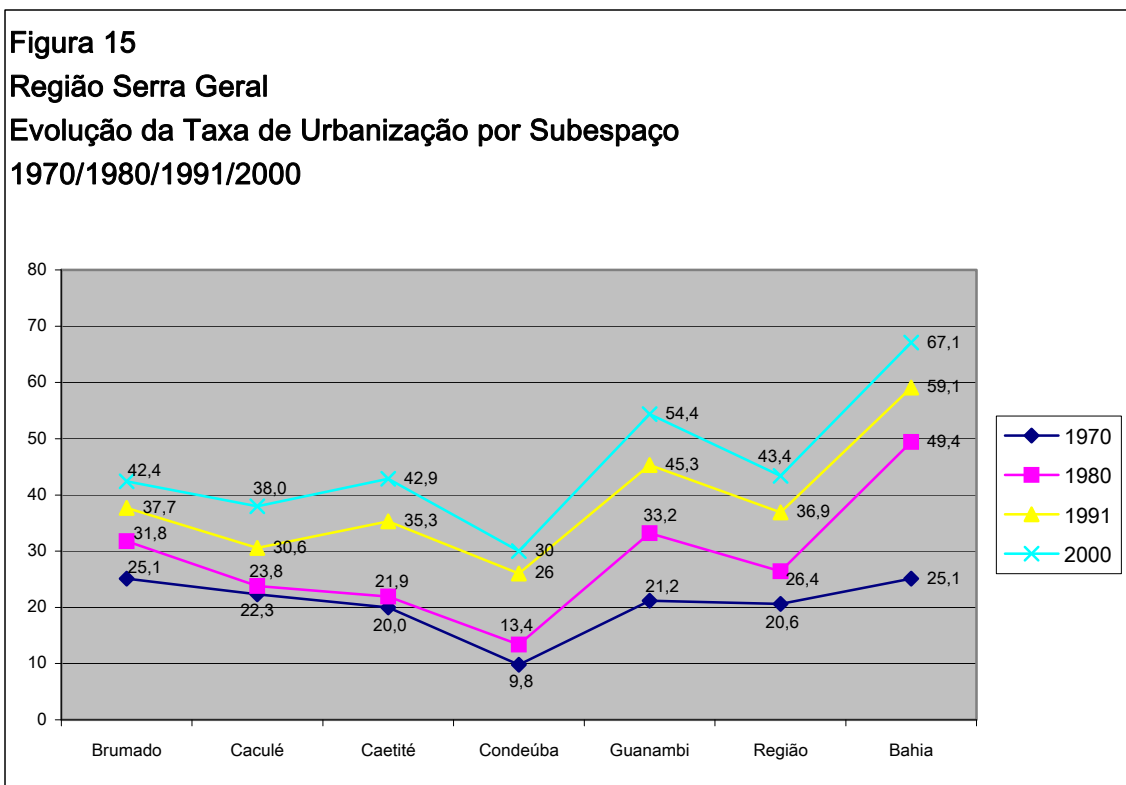
Subespaços	1970	1980	1991	2000
Brumado	25,1	31,8	37,7	42,4
Caculé	22,3	23,8	30,6	38,0
Caetité	20,0	21,9	35,3	42,9
Condeúba	9,8	13,4	26,0	30,0
Guanambi	21,2	33,2	45,3	54,4
Região	20,6	26,4	36,9	43,4
Bahia	25,1	49,4	59,1	67,1

Fonte: Censo Demográfico – 1970 e 2000.

No ano de 2000, a taxa de urbanização da Serra Geral era de 43,4%, enquanto que no Estado esta taxa já alcançava 67,1%. No referido ano, Guanambi era o único subespaço da Região com uma maior proporção de pessoas morando em áreas urbanas (54,4%).

No ano 2000, apenas 6 municípios tinham taxas de urbanização superior a 50%: Brumado e Contendas do Sincorá, pertencentes ao subespaço de Brumado; Guanambi e Candiba do subespaço de Guanambi; Caetité e Caculé vinculados aos subespaços dos mesmos nomes.

Embora a definição da condição de domicílio rural/urbana na região Nordeste do Brasil ainda não reflita, de fato, as características de vida diferente de cada uma destas condições, vez que muitas pessoas moram em áreas urbanas, mas têm suas vidas relacionadas com o mundo rural, a existência de um contingente maior de população rural na Região indica que a Serra Geral ainda se constitui em uma região predominantemente rural e com principal fonte de geração de emprego e renda proveniente do setor primário.



4 INFRA-ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

4.1 Infra-estrutura Social

4.1.1 A Educação e o Ensino Regional

Para um melhor conhecimento acerca do nível educacional da população da Serra Geral serão utilizados indicadores referentes à taxa de analfabetismo, ao número de anos de estudo do responsável pelos domicílios e aos índices de aprovação, reprovação, abandono e defasagem escolar. Já as informações sobre o número de estabelecimentos de ensino e de matrículas, o número e a formação dos professores entre os graus de ensino pré-escolar (infantil/alfabetização), fundamental e médio analisadas a seguir, são importantes para avaliar as condições do ensino regional.

4.1.1.1 Taxa de Analfabetismo

A taxa de analfabetismo⁸ regional relativo às pessoas de 5 anos e mais, entre os anos de 1991/2000, reduziu de 48,0% em 1991 para 30,6% em 2000. Apesar desta redução em cerca de 17,4% num período de 10 anos, a Região ainda detinha, no ano 2000, um total de 156.994 pessoas que não sabiam ler nem escrever. Deste modo, embora estes dados revelem uma redução significativa da taxa de analfabetismo, a população analfabeta da Serra Geral, no ano 2000, ainda era expressiva, inclusive superior às populações urbanas somadas de Guanambi, Brumado, Caetité, Caculé e Livramento de Brumado – as cinco principais cidades da Região.

É importante também observar que apesar da Região ter apresentado uma redução da taxa de analfabetismo mais significativa que aquela verificada no Estado, esta taxa ainda continuava num patamar superior ao do Estado. Em 1991, a diferença das taxas de analfabetismo entre a Região e o Estado era de 6,6%, enquanto que no ano 2000, a diferença passou a ser de 4,8%, indicando, portanto, uma redução mais intensa da taxa de analfabetismo na Região que no Estado.

Com referência às taxas de analfabetismo por subespaço, verificou-se que, no ano 2000, enquanto Condeúba, Caetité e Caculé foram os subespaços que apresentaram taxas ligeiramente superiores àquela verificada no conjunto da Região, com 37,1%, 31,5% e 30,8% respectivamente, os subespaços Guanambi e Brumado, ao contrário, registraram taxas inferiores à da Região, ou seja, de 27,8% e 29,8%.

⁸ O Censo Demográfico considera alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que aprendeu a ler e a escrever, mas esqueceu e/ou que apenas assinava o próprio nome, foi considerada analfabeta.

Tabela 5
Região Serra Geral
População Analfabeta das Pessoas com 5 Anos e mais e Taxa de Analfabetismo Geral por Subespaço
1991/2000

Subespaços	População Analfabeta		Taxa de Analfabetismo Geral (%)	
	1991	2000	1991	2000
Brumado	73.672	51.237	48,2	29,8
Caculé	28.186	20.705	47,1	30,8
Caetité	33.122	24.320	49,1	31,5
Condeúba	29.838	24.090	51,4	37,1
Guanambi	56.152	36.642	46,0	27,8
Região	220.970	156.994	48,0	30,6
Estado	4.316.248	3.038.896	41,4	25,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; 1991, 2000

A análise da taxa de analfabetismo por subespaço no período 1991/2000 mostra, em primeiro lugar, que todos os subespaços tiveram redução nas taxas de analfabetismo e, em segundo lugar, que os subespaços Brumado, Guanambi e Caetité tiveram reduções ligeiramente maiores que aquela registrada no conjunto da Região. Vale assinalar ainda que estes subespaços, ao lado de Caculé, apresentaram redução da taxa de analfabetismo superior à taxa registrada no Estado da Bahia, no período considerado. De acordo com estas informações, pode-se inferir que, nestes subespaços, a política educacional produziu efeitos relativamente superiores aos resultados verificados no conjunto do Estado.

Com relação à taxa de analfabetismo por grupos de idade, observa-se que esta taxa é proporcionalmente maior entre as pessoas mais velhas. Enquanto em 1991, um pouco mais de $\frac{3}{4}$ da população de 60 anos e mais era analfabeta, em 2000, a proporção ainda era considerada alta, vez que era de 67,2%. No período 1991/2000 reduções significativas foram observadas entre as primeiras faixas etárias, tanto na Região quanto no Estado. De fato, este resultado de importantes diferenças observadas entre a redução das taxas de analfabetismo por grupos de idade, pode ser atribuído à ênfase da política educacional dada pelo Governo Federal no período analisado, sobretudo para a população demandante do ensino fundamental.

A análise da taxa de analfabetismo da Região segundo o tipo de domicílio revela que a população rural, apesar de ainda possuir uma taxa de analfabetismo, no ano 2000, bem superior à taxa da população urbana, com percentuais de 38,2% e 20,8% respectivamente, esta dicotomia apresentou uma acentuada redução entre os anos de 1991 e 2000. Neste período, o índice de redução da taxa na área rural foi um pouco mais que o dobro do índice da área urbana. Enquanto a área rural apresentou uma redução de 20,3%, a área urbana conheceu uma queda equivalente a, apenas, 9,7%.

Tabela 6
Região Serra Geral
Taxa de Analfabetismo Geral dos Residentes em Áreas Urbana e Rural por
Subespaço
1991

Subespaços	1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brumado	29,5	59,7	18,6	38,0
Caculé	30,8	54,9	21,7	36,4
Caetitê	29,2	59,8	21,8	39,0
Condeúba	34,1	57,5	27,4	41,2
Guanambi	31,1	58,7	20,5	36,6
Região	30,5	58,5	20,8	38,2
Estado	28,1	61,4	18,6	41,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; 1991/2000.

Quando se compara a Região com o Estado, no tocante às taxas de analfabetismo das áreas urbanas e rurais no ano 2000, observa-se que enquanto a taxa de analfabetismo da população rural da Região era inferior em cerca de 2,8% à do Estado, a população urbana regional detinha uma taxa em 2,2% superior àquela correspondente ao conjunto do Estado.

Com referência às taxas de analfabetismo por tipo de domicílio e subespaço, elas tiveram um comportamento equivalente ao observado na Região, ou seja, redução das taxas entre os anos 1991 e 2000. Vale acrescentar que o subespaço Condeúba se caracterizou como o que obteve as maiores taxas de analfabetismo das populações rural e urbana em 2000.

Observando-se os grupos de idade por tipos de domicílio, verifica-se que a taxa de analfabetismo mais alta ocorreu na faixa etária das pessoas da área rural com 60 anos e mais de idade. No ano 2000, esta taxa era equivalente a 75,7%, enquanto na área urbana correspondia a 54,6%.

4.1.1.2 Anos de Estudos dos Chefes dos Domicílios

Uma análise relativa ao número de anos de estudo das pessoas responsáveis pelos domicílios mostra os resultados positivos alcançados pela área de educação na Serra Geral. Assim, ao comparar o quantitativo das pessoas responsáveis pelos domicílios que se encontrava sem instrução, ou com menos de um ano de escolaridade, entre os anos de 1991/2000, constata-se que, mesmo com o aumento correspondente a 21,7% do número total de pessoas responsáveis pelos domicílios no período, o número de chefes de famílias sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade reduziu em 12,8%.

A análise do indicador anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílio e

por subespaço, entre os anos 1991/2000, revela que todos os subespaços apresentaram redução no número de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Entre os subespaços, Condeúba foi aquele que apresentou o menor índice de redução, com 5,3% enquanto Guanambi, o maior percentual de queda, tendo alcançado 20,6% – índice superior aos percentuais de queda do conjunto da Região (12,8%) e do Estado (15,5%). Os índices dos demais subespaços foram ligeiramente inferiores ao percentual de redução regional, com valores entre 10 e 11%.

4.1.1.3 Movimento e Rendimento Escolar

A análise de um ciclo completo do ensino fundamental mostrou que do total dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental em 1993, apenas 7,0% concluíram a oitava série em 2000, significando que 93,0% do contingente de alunos matriculados abandonaram o curso em uma das séries deste nível. Não há, praticamente, diferenças significativas se esta análise for realizada por subespaço. No entanto, os dados por local de domicílio mostram que, na área rural, este problema foi ainda mais grave, uma vez que apenas 2,2% dos alunos matriculados em 1993, conseguiram concluir o ensino fundamental em 2000. Já na área urbana, os concluintes, no ano 2000, representaram 11,9% dos alunos matriculados em 1993, inclusive com percentual superior ao índice regional.

Esta mesma análise relativa ao ciclo médio de ensino, cujo período é de três anos, revela que dos alunos matriculados em 1998, 30,4% concluíram em 2000; assim, a taxa de permanência do nível médio foi quase cinco vezes maior do que a do ensino fundamental. Da mesma forma que no ensino fundamental, não ocorreram grandes diferenças entre os subespaços, observando-se também que, na área urbana, o percentual de permanência foi superior ao da área rural.

A avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, através da taxa de aprovação, mostra que entre os anos de 1995 e 2001 ocorreu um aumento de 9,7%. Como no período analisado foi registrado um incremento de 27,0% no número de matrículas, pode-se concluir que, no nível de ensino fundamental, a Região conseguiu reduzir a defasagem escolar idade-série em função da melhoria verificada no índice de aprovação. Ainda no período analisado, Caculé e Condeúba registraram índices de aumento na taxa de aprovação de 22,3% e 22,6% respectivamente, apresentando-se como os subespaços que tiveram os aumentos mais significativos desta taxa. O subespaço Brumado foi o único que teve uma redução na taxa de aprovação, correspondente a - 0,3%.

É interessante observar que, ao serem analisadas as taxas de reprovação e de abandono no nível fundamental, no período 1995/2001, constata-se que, enquanto todos os subespaços apresentaram o mesmo comportamento verificado no Estado, ou seja, redução da taxa de reprovação, apenas Caculé e Condeúba registraram diminuição da taxa de abandono escolar, com os índices de -3,1% e -7,1% respectivamente. Portanto, embora com taxas baixas, os subespaços Brumado, Caetité e Guanambi apresentaram aumento no índice de abandono escolar, no período analisado.

No ensino médio a Região manteve, praticamente, a mesma taxa de aprovação entre os anos de 1995 e 2001, visto que a expansão observada no período foi de apenas 0,1%. Com relação aos subespaços, Brumado, do mesmo modo que no nível fundamental, apresentou uma redução da taxa de aprovação, enquanto todos os outros subespaços tiveram expansão. De uma maneira geral observa-se que, em comparação com o nível fundamental, as taxas de aprovação do nível médio estavam situadas num patamar superior. Os maiores avanços da taxa de aprovação no nível médio foram em Caculé, com uma expansão correspondente a 3,1%, enquanto que no nível fundamental, esta expansão deu-se em Condeúba, com 22,6%.

Por outro lado, ainda no período 1995-2001, a Região apresentou um aumento da taxa de reprovação no nível médio, correspondente a 1,3%, enquanto que, no nível fundamental, ocorreu uma redução (-9,1%). Este comportamento verificado no nível médio, diferente daquele apresentado no conjunto do Estado, que teve uma redução de 3,5%, predominou também nos subespaços, uma vez que Brumado, Caetité e Condeúba registraram aumentos nas suas taxas de reprovação, correspondentes a 3,6%, 4,2% e 1,5%, respectivamente.

A análise comparativa das taxas de rendimento escolar entre os ensinos fundamental e médio, no período 1995-2001, indica que no âmbito da Região, enquanto a taxa de aprovação do ensino médio se manteve praticamente inalterada na faixa de 80%, a do ensino fundamental, embora tenha se expandido de 63,4% para 73,1%, ainda continuava inferior à do ensino médio no último ano de referência. Por outro lado, enquanto a taxa de reprovação do ensino médio se manteve por volta de 6 a 7%, isto é, num patamar inferior ao ocorrido com o ensino fundamental, que foi de 24,3% e 15,2% nos anos de 1995 e 2001, respectivamente, as taxas de abandono nos dois tipos de ensino foram muito próximas, entre 12% e 11%.

No período de 2000 a 2002, a participação percentual do número de alunos em defasagem idade-série, com relação à matrícula inicial, nos ensinos fundamental e médio, mostra que, em termos regionais, mais da metade dos alunos se encontravam em séries atrasadas com relação à idade, sendo que, no último ano de referência, 69,6% dos alunos do ensino médio e 58,2% do ensino fundamental encontravam-se nesta situação. Vale observar que, no período analisado, tanto no ensino fundamental como no nível médio, ocorreu uma redução do percentual de alunos em atraso escolar, com relação à matrícula.

No ano 2002, enquanto o Estado detinha 61,9% dos alunos do ensino médio em defasagem idade-série, a Região tinha um percentual correspondente a 69,6%, apresentando, assim, um problema educacional um pouco mais grave que aquele ocorrido no conjunto do Estado. Quanto ao ensino fundamental, a Região teve um resultado ligeiramente inferior ao do Estado, visto que a mesma detinha 58,2% dos alunos em defasagem idade-série, enquanto que o Estado registrava um percentual de 59,9%.

4.1.1.4 Estrutura de Oferta de Ensino

A Região Serra Geral dispunha em 2002 de 2.776 estabelecimentos de ensino, o que correspondia a 7,0% das unidades educacionais do Estado da Bahia. A distribuição percentual dos estabelecimentos por nível de ensino, na Região, foi bastante próxima à do Estado. Entretanto observa-se que, enquanto o curso fundamental concentrou o maior número de unidades de educação, com 66,1%, os níveis pré-escolar e médio detiveram, respectivamente, cerca de 31,3% e 2,6% do total de estabelecimentos da Região. A existência de um número proporcionalmente maior de estabelecimentos voltados para o ensino fundamental, revela a grande demanda por este ciclo de ensino, situação que, de uma maneira geral, foi comum a todos os municípios. No entanto, a ocorrência na Região, de apenas 2,6% dos estabelecimentos voltados para o ensino médio, indica que a grande demanda no ciclo de ensino anterior não se repetiu no ciclo seguinte.

É importante assinalar que, entre os anos de 1996 e 2002, ocorreu na Serra Geral uma redução de 455 estabelecimentos de ensino, correspondendo a uma diminuição de -13,8%. Embora tenha havido um aumento de 31 estabelecimentos no nível médio, as diminuições de 103 no nível pré-escolar e de 383 no nível fundamental, que aconteceram no período, anularam a contribuição dada pelo aumento no número das escolas de nível médio. A razão desta redução deveu-se ao processo de nucleação que vem sendo implementado pelo poder público e que é definido como a reunião de pequenas escolas numa única unidade de ensino de maior dimensão, que vem sendo implementado pelas prefeituras municipais e estimulado pelo Ministério da Educação, através do FUNDEB.

Tabela 7
Região Serra Geral
Número de Estabelecimentos que Ministram Pré-escolar, Fundamental e Médio por Dependência Administrativa
1996/2002

Dependência Administrativa	Pré-Escolar ¹		Fundamental		Médio		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Federal	-	-	-	-	1	1	1	1
Estadual	145	2	207	96	13	33	365	131
Municipal	787	829	1.961	1.696	18	28	2.766	2.553
Particular	40	38	50	43	9	10	99	91
Região	972	869	2.218	1.835	41	72	3.231	2.776

Fonte: Secretaria da Educação/SEI, Anuário Estatístico da Educação; 1998 e 2002.

¹ Abrange a educação infantil e as classes de alfabetização.

Em 1996, cerca de 85,6% dos estabelecimentos de ensino da Região eram de controle municipal, 11,3% da administração do Estado, 3,1 particulares e apenas um estabelecimento pertencia à União. A única unidade de ensino do Governo Federal está localizada na área do Projeto de Irrigação Ceraíma, no Município de

Guanambi. Trata-se da Escola Técnica Federal Antônio José Teixeira, voltada para o ensino agropecuário.

As prefeituras da Região aumentaram em 42 o número das escolas pré-escolares e em 10 o número das escolas de ciclo médio. Já o ensino particular fechou duas escolas do pré-escolar, sete do ensino fundamental e criou mais uma escola de nível médio. Provavelmente, a diminuição do número das escolas particulares se deu em função da redução do poder aquisitivo da população.

A distribuição dos estabelecimentos por localização mostra-se concentrada na área rural. Em 2002, cerca de 83,0% dos estabelecimentos achavam-se localizados na área rural da Região. Entre os níveis de ensino, o médio foi o único que apresentou um maior percentual de estabelecimentos localizados na área urbana (80,6%), devido, naturalmente, a uma menor dispersão dos alunos e à maior disponibilidade de professores com melhor qualificação. Deve ser assinalado que Caetité e Condeúba eram os subespaços que ainda não dispunham de estabelecimentos de nível médio na área rural. Condeúba, com percentuais acima de 92%, detinha a maior concentração de estabelecimentos na área rural, tanto no nível fundamental, quanto médio.

4.1.1.5 Estrutura de Demanda de Educação

Na Região Serra Geral, a análise da demanda de educação através do número de alunos matriculados no ensino fundamental entre os anos de 1995 a 2002, – um período completo do ciclo – revela que ocorreu uma expansão em cerca de 22,8%. Em números absolutos, este aumento foi de 28.308 alunos. Caetité e Condeúba, com percentuais acima de 41%, foram os subespaços que apresentaram os maiores níveis de expansão, inclusive com índices superiores aos da Região e do Estado. Quanto aos subespaços Brumado e Guanambi, enquanto o primeiro apresentou uma expansão também superior ao índice encontrado no conjunto da Região, isto é, correspondente a 26,7%, o segundo registrou um índice de 17,9%. Finalmente, o subespaço Caculé foi o único que registrou uma redução no número de alunos (-1,2%) no período considerado.

No que se refere ao ensino médio, a variação do número de alunos no período 1995-2002, foi bastante significativo. Com 8.290 alunos em 1995 passou a ter 25.540 alunos matriculados em 2002, representando um aumento de 208,1%, sendo superior ao índice observado no Estado. Analisando os subespaços, observa-se que os mesmos apresentaram uma expansão relativamente alta, sendo Condeúba o subespaço que mais se destacou, com um índice de expansão correspondente a 349,9%.

A participação percentual do número de matrículas por nível de ensino registrada no ano de 2002, indica que o nível do ensino fundamental foi aquele que deteve o maior percentual, com um índice de 77,7% na Região, inclusive ligeiramente superior ao valor encontrado para o conjunto do Estado (74,7%). Portanto, do

mesmo modo observado na análise do número de estabelecimentos, foi no ensino fundamental que se concentrou a maior demanda da Região. A segunda posição no número de matrículas pertenceu ao nível médio, com 12,9% do total de matrículas, enquanto o ensino pré-escolar absorveu 9,5%. Em termos de matrículas, portanto, o nível médio do ensino deteve uma maior participação que o ensino pré-escolar, distribuição diferente daquela encontrada com relação ao número de estabelecimentos.

Ainda no ano de 2002, a distribuição da matrícula por nível de ensino entre os subespaços, manteve praticamente as mesmas características encontradas no conjunto da Região. O ensino fundamental foi aquele que deteve os maiores percentuais de matrícula, com índices acima de 75%. O ensino médio obteve a segunda posição, com valores situados entre 10 e 15%, e o ensino pré-escolar, com percentuais entre 8 e 10%.

Tabela 8
Região Serra Geral
Matrícula Inicial e Participação Percentual da Educação Pré-Escolar, Fundamental e Médio por Subespaço
2002

Subespaços	Pré-Escolar ¹		Fundamental		Médio		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Brumado	6.230	9,6	50.051	77,0	8.726	13,4	65.007	100,0
Caculé	2.056	9,1	17.875	79,0	2.689	11,9	22.620	100,0
Caetité	2.576	8,2	25.426	80,9	3.438	10,9	31.440	100,0
Condeúba	2.467	10,0	19.632	80,0	2.461	10,0	24.560	100,0
Guanambi	5.454	9,9	41.166	75,1	8.226	15,0	54.846	100,0
Região	18.783	9,5	154.150	77,7	25.540	12,8	198.473	100,0
Estado	475.676	9,8	3.629.276	74,7	753.222	15,5	4.858.174	100,0

Fonte: Secretaria da Educação/SEI, Anuário Estatístico da Educação; 2002.

¹ Abrange a educação infantil e as classes de alfabetização.

A análise das informações sobre as matrículas realizadas por subespaço e por localização administrativa apresenta aquelas mesmas características já observadas quando das análises realizadas a partir das estruturas de oferta e demanda de ensino. Confirma-se, por exemplo, a expansão de 22,1% no número de matrículas no período de 1996 a 2002 sendo que, enquanto o nível fundamental apresentou um aumento equivalente a 22,0%, o nível médio registrou uma expansão correspondente a 168,6%. Vale observar que, no referido período, o ensino pré-escolar reduziu o número de matrículas em 29,5%.

Em decorrência da transferência de responsabilidade pela execução dos ensinos pré-escolar e fundamental (processo de municipalização do ensino) do Governo do Estado para as prefeituras municipais, o número de matrículas em escolas municipais passou de 57,3% para 68,4%, enquanto que as escolas do Estado reduziram este número de 37,6% para 28,3%, entre os anos de 1996 a 2002. O

ensino federal, por possuir um estabelecimento na Região, foi responsável apenas por 0,1% das matrículas em 2002, enquanto que as escolas particulares reduziram a sua participação de 5,0% para 3,2%, no mesmo período.

Tabela 9
Região Serra Geral
Matrícula Inicial na Educação Pré-Escolar, Fundamental e Médio por Dependência Administrativa
1996/2002

Dependência Administrativa	Pré-Escolar ¹		Fundamental		Médio		Total	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Federal	-	-	-	-	278	263	278	263
Estadual	6.273	335	47.917	37.383	6.828	18.432	61.018	56.150
Municipal	18.269	16.457	73.302	113.223	1.467	6.125	93.038	135.805
Particular	2.111	1.991	5.130	3.544	936	720	8.177	6.255
Região	26.653	18.783	126.349	154.150	9.509	25.540	162.511	198.473

Fonte: Secretaria da Educação/SEI, Anuário Estatístico da Educação; 1996 - 2002.

¹ Abrange a educação infantil e as classes de alfabetização.

4.1.1.6 Taxa de Atendimento Escolar

A taxa de atendimento escolar por nível de ensino mostra a proporção entre a matrícula inicial e a população na faixa etária correspondente ao ciclo de ensino. Assim, a taxa de atendimento escolar no nível pré-escolar indica a proporção entre os alunos matriculados neste nível de ensino e a população na faixa etária de 4 a 6 anos; a taxa de atendimento escolar no nível fundamental indica esta proporção com relação à população de 7 a 14 anos; e, finalmente, a taxa de atendimento escolar no nível médio indica o percentual relativo à população de 15 a 19 anos. Em 2000, enquanto no ensino pré-escolar a taxa de atendimento alcançou um pouco mais da metade da população regional de 4 a 6 anos (53,5%), no ensino fundamental, o atendimento ultrapassou uma vez e meia a população na faixa etária de 7 a 14 anos (151,5%).

O número de matrículas superior ao da população na faixa etária de 7 a 14 anos, decorreu de problemas relacionados com o atraso no ingresso escolar e pela dependência, conforme já foi analisado anteriormente. No ensino fundamental, portanto, uma grande parte da demanda existente foi de alunos em atraso escolar, isto é, alunos com mais de 14 anos que ainda continuavam no ensino básico ou que haviam abandonado o ensino em alguma série, ou ainda por se encontrarem na situação de dependência escolar. Com efeito, no ensino médio a taxa de atendimento alcançou, no ano 2000, apenas ¼ da população regional de 15 a 19 anos (26,3%), confirmando, assim, a hipótese levantada sobre a concentração de matrículas no ensino fundamental. Comparando as taxas de atendimento da Região com a do Estado observa-se que, no nível médio, a Região apresentou um índice inferior em pouco mais de 10% do índice estadual. Cabe assinalar que a área urbana, em todos os níveis de ensino, foi a que deteve as maiores taxas de atendimento, com índices acima de 50% da população de

cada faixa etária. A área rural, em decorrência das dificuldades relacionadas com a ocupação da população nas atividades agrícolas, dispersão da população, falta de escolas, deficiência do ensino, entre outras, apresentou índices bem inferiores e, no caso do nível médio, por exemplo, quase que insignificantes (2,5%).

No que diz respeito às informações sobre as taxas de atendimento escolar das áreas urbana e rural entre os subespaços, constata-se que, em todos os subespaços a área rural foi sempre a que apresentou, no ano 2000, os menores índices de atendimento nos três níveis de ensino. No nível médio, por exemplo, o índice mais alto alcançado pela área rural ocorreu em Guanambi, com uma taxa de atendimento de apenas 7,2%, enquanto a taxa de atendimento da área urbana foi correspondente a 63,0%.

4.1.1.7 Formação dos Professores e Relação Aluno/Docente

Em 2002 a Região Serra Geral da Bahia dispunha de 7.911 professores, sendo que, deste total, 83,6% se vinculavam ao ensino fundamental e 16,4% ao ensino médio. No tocante ao grau de formação destes professores, cerca de 75,9% possuíam curso médio e 21,1%, nível superior. Apenas 3,0% detinham o grau de formação fundamental.

Por outro lado, do total dos 6.611 professores que estavam lotados no ensino fundamental, 29 (0,4%), embora estivessem ensinando neste nível, ainda não tinham o grau de formação fundamental, apesar de constar que 211 já o possuía (3,2%). Dos 5.368 professores lotados no ensino fundamental e que tinham o grau de formação média, 96,5% já detinham o magistério completo e apenas 3,5% apresentavam outro tipo completo de formação. O número de docentes do ensino fundamental, com formação superior, correspondia a 1.003. Deste total, 96,5% tinham licenciatura completa e apenas 3,5%, algum outro curso superior, mas sem licenciatura.

Com relação aos 1.300 professores vinculados à educação média no ano de 2002, 48,9% possuía somente o curso médio. O número de professores de formação superior, que estavam ensinando algum curso do nível médio correspondia a 51,1% do total dos docentes naquele ano. Vale observar que, do total daqueles que tinham o curso médio de formação e ensinavam alguma série do curso médio, 88,1% apresentavam o curso de magistério completo e 12,0% tinham outro tipo de formação média completa. Já dos professores que detinham o curso superior e ensinavam no curso médio, 75,0% tinham o grau de licenciatura completa e os restantes 25,0% possuíam um outro tipo de graduação, mas sem licenciatura.

A relação alunos/docentes mostra que o nível de ensino fundamental foi aquele que deteve a maior relação com o índice em torno de 23 alunos/professor nos anos de 1996 e 2002, representando uma adequada relação de alunos/professor. No ensino médio, esta relação, embora tenha aumentado de 13,9 para 19,6 alunos/professor no período considerado, ainda se manteve num patamar

satisfatório. Convém assinalar que, comparando as áreas urbana e rural em todos os três níveis de ensino, a área rural apresentou a menor relação alunos/professor nos anos levantados.

4.1.2 Saúde Regional

O sistema de saúde que atende a população regional com variados níveis de eficiência é composto pelos setores público (abrangendo o Sistema Único de Saúde – SUS, e os serviços estaduais e municipais), privado (planos e seguros privados de saúde) e por outras organizações sociais, distribuídas de modo disperso por toda a Região.

A análise das condições de saúde da população regional será feita a partir de dados relativos à: mortalidade geral e infantil; situação da morbidade da população através das doenças de notificação compulsória, das doenças sexualmente transmissíveis e de outras doenças consideradas importantes; oferta dos serviços através da distribuição, número e tipo de unidades e dos profissionais de saúde e a demanda dos serviços através das informações sobre a cobertura das famílias atendidas pelo Programa de Saúde da Família, das imunizações, das consultas médicas e visitas domiciliares e das internações realizadas pelo SUS.

4.1.2.1 Mortalidade Geral por Grupo de Causa

Na Região Serra Geral a mortalidade geral da população, no período 1991/00, aumentou de 3,4‰ para 4,0‰. Embora o aumento da população tenha sido de apenas 6,1% no período considerado, não se pode afirmar que este aumento da mortalidade foi provocado por causas relacionadas com a deterioração das condições de vida ou com a redução da oferta dos serviços assistenciais de saúde. É provável que estivesse mais relacionado com a melhoria do registro oficial de mortalidade. No âmbito do Estado também ocorreu um crescimento da taxa de mortalidade geral de 4,0‰ para 4,5‰.

Entre os subespaços regionais, a taxa mais baixa de mortalidade geral foi observada no ano de 1991 em Brumado, com 2,9‰, e a mais alta foi de 4,7‰ em Caetité, no ano 2000. Os subespaços que apresentaram redução na taxa de mortalidade geral, no período analisado, foram Caculé e Condeúba.

Com relação às principais causas dos óbitos na Região em 1991, a categoria que concentrou o maior número de óbitos, com 54,4%, foi a definida como Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório Não-classificados em Outra Parte. Em segundo lugar, com 16,9%, aparecem os óbitos provocados por Doenças do Aparelho Circulatório. Causas Externas de Morbidade e Mortalidade, Doenças Infecciosas e Parasitárias, Neoplasmas e Doenças do Aparelho Respiratório, com percentuais de 5,8%, 5,6%, 5,2% e 4,4%, respectivamente, aparecem como terceira causa mais importante de óbitos. Os

demais grupos de causas responderam por percentuais de óbitos inferiores a 1,9%. Comparando os dados da Região com os do Estado da Bahia, observa-se que embora exista uma coincidência nas principais causas de óbitos, suas incidências são diferentes. Por exemplo, a principal causa de óbitos — Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório Não-classificados em Outra Parte — tem, no âmbito do Estado, um percentual 20% menor que na Região. Por outro lado três causas aparecem com percentuais mais altos no Estado que na Região — Doenças Glandulares, Endócrinas, de Nutrição e Metabólicas (4,1%); Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal (4,0%); e Doenças do Aparelho Digestivo (3,1%).

Tabela 10
Região Serra Geral
Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Geral por Subespaço
1991/2000

Subespaços	Número de Óbitos		Taxa de Mortalidade Geral (‰)	
	1991	2000	1991	2000
Brumado	510	847	2,9	4,5
Caculé	251	245	3,4	3,3
Caetité	307	403	3,9	4,7
Condeúba	242	245	3,7	3,4
Guanambi	514	544	3,7	3,8
Região	1.824	2.284	3,4	4,0
Estado	47.653	58.194	4,0	4,5

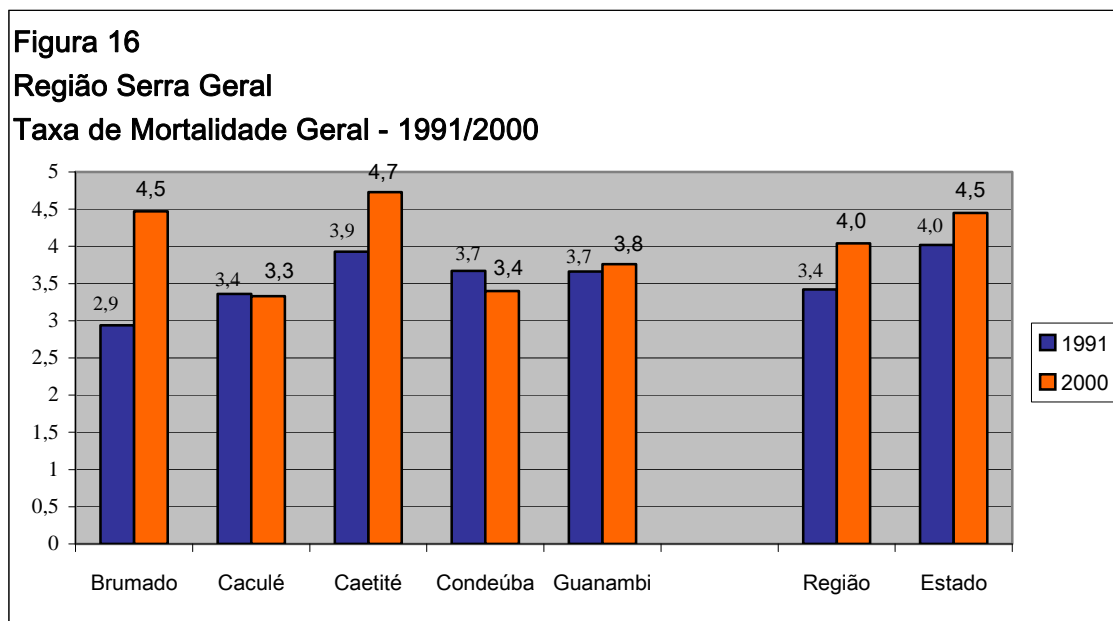
Fonte: SESAB. Anuário Estatístico de Saúde, 1993/ .SEI. Anuário Estatístico; 2002.

Com relação à análise da incidência dos principais grupos de causas de óbitos por subespaço, no ano de 1991 Guanambi e Brumado foram responsáveis por mais de 53% das mortes provocadas por: Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório, Não-Classificados em Outra Parte; Doenças do Aparelho Circulatório; Causas Externas de Morbidade e Mortalidade; Doenças Infecciosas e Parasitárias; e Neoplasmas.

No ano 2000, as principais causas de óbitos registradas foram aquelas mesmas identificadas no ano de 1991. Assim, no ano 2000, embora tenha havido variação de incidência, os grupos de causas de óbitos por ordem de importância foram: Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório Não-Classificados em Outra Parte (45,7%); Doenças do Aparelho Circulatório (18,0%); Causas Externas de Morbidade e Mortalidade (7,8%); Doenças do Aparelho Respiratório (6,0%); Neoplasmas (5,8%) e Doenças Infecciosas e Parasitárias (3,5%).

A análise sobre a evolução das principais causas de morte na Região, entre os anos de 1991 e 2000 mostra que somente aquelas provocadas por Doenças Infecciosas e Parasitárias apresentaram uma redução no seu quantitativo, correspondente a 22,3%. Os grupos de causas que apresentaram índices de

expansão no número de óbitos acima de 100% foram: Doenças Glandulares, Endócrinas, de Nutrição e Metabólicas; Transtornos Mentais e Comportamentais; Doenças do Aparelho Digestivo; Doenças da Pele e do Tecido Subcutâneo; Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo; Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal; Malformações Congênitas, Deformidades e Anomalias Cromossômicas.



Os óbitos cujas causas estavam relacionadas com doenças do sistema nervoso, doenças do aparelho respiratório e causas externas de morbidade e mortalidade, apresentaram uma expansão entre 50 e 100% e as mortes provocadas por neoplasmas, doenças do sangue, dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho geniturinário, sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não-classificados em outra parte tiveram aumento, com um número inferior a 50%. O grupo de causa definido como complicações da gravidez, do parto e do puerpério foi responsável pelo mesmo número de óbitos, tanto em 1991 como em 2000 (3 casos).

No que se refere à análise por subespaço, Guanambi e Brumado permaneceram como mais importantes, representando percentuais acima de 60% do número de mortes ocorridas nas causas indicadas para a Região, no ano de 2000.

As informações levantadas sobre a mortalidade geral segundo a faixa etária, nos anos de 1991 e 2000 indicam que, percentualmente, os óbitos se concentraram no grupo etário acima de 50 anos. Em 1991, por exemplo, os óbitos das pessoas com mais de 50 anos, representaram, de acordo com o subespaço, índices que variaram entre 61,5% em Guanambi a 78,5% em Caculé. Já em 2000 os óbitos

das pessoas com mais de 50 anos, na Região, chegaram a de 71,8% do total.

4.1.2.2 Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil é um eficiente indicador para a avaliação das condições de vida e saúde da população. As informações oficiais referentes ao período 1994/98 mostram que, ao ser efetuada uma comparação da Região com o Estado, a taxa de mortalidade infantil regional se situou num patamar inferior à do Estado, ou seja, enquanto a taxa na Região se manteve entre 39,2‰ e 37,8‰, a do Estado estava entre 54,1‰ e 50,4‰.

A Tabela 11 indica que, nos quatro anos analisados da década de 90, ocorreu uma redução de 1,4‰ na Região Serra Geral (de 39,2‰ em 1994 para 37,8‰ em 1998) e 3,7‰ no conjunto do Estado da Bahia. Assim é que, no período indicado, a redução da taxa de mortalidade infantil foi mais significativa no âmbito do Estado que na Região. Entre os subespaços, os avanços mais significativos da redução da taxa de mortalidade infantil foram em Brumado e Condeúba, que tiveram decréscimos relativos a 2,7‰ e 2,5‰, respectivamente. Nos demais subespaços, esta taxa permaneceu a mesma ou sofreu uma redução muito pequena.

Tabela 11
Região Serra Geral
Taxa de Mortalidade Infantil
1994/1998

Subespaços	1994 (‰)	1998 (‰)
Brumado	48,7	46,0
Caculé	28,5	28,5
Caetité	31,8	31,1
Condeúba	51,0	48,5
Guanambi	31,8	31,1
Região	39,2	37,8
Estado	54,1	50,4

Fonte: <http://www.datasus.gov.br>

4.1.2.3 Morbidade

O estado de saúde geral da população regional pode ser avaliado através da incidência das principais doenças de notificação compulsória, sexualmente transmissíveis e outras registradas pela Secretaria de Saúde do Estado.

a) Doenças de Notificação Compulsória

Entre as doenças transmissíveis de notificação compulsória, no ano de 1991,

hepatite foi a mais presente entre as pessoas, com 55,5% dos casos registrados. Em seguida, apareceram a leishmaniose e a coqueluche, com 11,7% e 11,1%, respectivamente. Ainda por ordem de incidência, ocuparam a terceira posição, hanseníase (6,2%), meningite (6,1%) e sarampo (5,9%), com percentuais bastante próximos. Naquele mesmo ano, as doenças que apresentaram o mais baixo grau de incidência foram febre tifóide, com 2,3% — doença redutível por saneamento — e doenças redutíveis pelo Programa de Imunização — Tétano Neonatal e Difteria —, com percentuais de 0,9% e 0,2%, respectivamente.

Em 1991 não existiu registro sobre a ocorrência de poliomielite, dengue, rubéola, leptospirose, raiva e esquistossomose na Região. À exceção da poliomielite, que deve ter sido, realmente, em razão da falta de casos, para as outras doenças esta inexistência de registros se deveu, provavelmente, à subnotificação, além de outras limitações existentes no sistema de notificação.

Os dados de 2000 revelam que a ordem de incidência, tanto para a Região quanto para o Estado, foi a mesma. A ordem de incidência do nível mais alto para o nível mais baixo e os percentuais registradas na Região, por doença, foram os seguintes: esquistossomose (29,3%), dengue (24,8), leishmaniose (24,6%), hepatite (10,7%), rubéola (3,6%), hanseníase (2,7%) e meningite (2,2%).

b) Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST

No período 1991-2000 o número de casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de notificação obrigatória e redutíveis por programas especiais, teve um aumento aproximado de 11%. Nos dois anos de referência, as principais doenças notificadas foram sífilis, gonorréia, uretrites gonocócicas e condiloma acuminado. Em 1991, estas doenças representaram 94,5% e, em 2000, esta participação aumentou para 95,1% dos casos notificados.

Entre os subespaços da Região, as maiores incidências de DST ocorreram em Guanambi e Brumado. Em 1991, estes dois subespaços representavam 80,8% dos casos notificados e, em 2000, cerca de 85,2%. Outra informação a ser observada é que, no primeiro ano de referência, Brumado ocupou a primeira posição em número de casos de DST notificados e, no ano 2000, esta posição passou para o subespaço Guanambi.

c) Outras Doenças

Outras doenças redutíveis por programas especiais são a tuberculose e a Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida – AIDS. Entre os anos de 1991 e 2000, estas doenças apresentaram, na Região, uma expansão de, aproximadamente, 4,7% no número de casos, percentual próximo ao registrado no âmbito do Estado da Bahia (7,0%). Vale observar, entretanto, que no ano de 1991 a DST e a AIDS ainda não faziam parte do grupo das doenças de notificação obrigatória, embora já ocorressem casos no Estado.

Quanto à tuberculose, foi observado um ligeiro crescimento do número de casos na Região, sendo a do tipo pulmonar a de maior incidência, responsável por cerca de 91,2% e 90,7% dos casos nos anos de 1991 e 2000, respectivamente. O grau de incidência deste tipo de tuberculose entre os subespaços, semelhante ao que ocorreu no conjunto da Região, foi predominante, embora os subespaços Brumado, Caetité e Condeúba tenham se caracterizado pela redução do número total de casos.

4.1.2.4 Oferta dos Serviços de Saúde

A oferta dos serviços de saúde, analisada sob o ponto de vista do número de estabelecimentos, revela que a Região detinha, em 2002, 215 unidades, representando cerca de 4,4% do total das unidades do Estado.

O tipo de estabelecimento com maior incidência era posto de saúde, com 105 unidades, representando 48,8% do total. A segunda posição foi ocupada pelas unidades básicas, que correspondiam aos antigos centros de saúde, com 38 unidades. As unidades básicas da família, os ambulatórios e os hospitais gerais vinham em seguida, com 23 e 16 unidades respectivamente, em toda a Região. As unidades mistas eram as antigas casas de parto, que passaram a ser definidas como hospitais de pequeno porte, com cerca de 18 a 20 leitos, podendo atender às quatro especialidades básicas – ginecologia, obstetrícia, pediatria e cirurgia.

Em 2002 ainda não existiam, na Região, a Unidade de Urgência e Emergência Geral, a Unidade de Urgência e Emergência Específica, o Centro/Núcleo de Reabilitação, o Ambulatório de Alta Complexidade e Oncologia II e a Unidade Móvel Terrestre com Programas Enfrentáveis, que são unidades detentoras de programas de emergências e traumas.

Entre os subespaços, Brumado era o que possuía a maior diversificação dos tipos de unidades de saúde dispondo, inclusive, do maior número. Todos os demais tinham postos de saúde, unidades básicas, ambulatórios, hospital geral, unidade de Saúde da Família e unidade de Vigilância Sanitária.

Na Região Serra Geral, em 2002 não existia, entre os hospitais conveniados com o SUS, qualquer unidade de saúde vinculada ao Governo Federal. O setor privado era então o mais importante, sendo a segunda posição ocupada pelos estabelecimentos de saúde das prefeituras municipais. Ainda em 2002, o subespaço Guanambi era o que possuía o maior número de unidades de saúde conveniadas com o SUS.

Ainda em 2002, com relação à disponibilidade dos leitos conveniados com o SUS, o número dos contratados correspondeu a 93,4% do total (em termos absolutos correspondia a 854 leitos contratados, de 909 existentes). Esta relação se situou no mesmo patamar daquela registrada no âmbito do Estado (94,1%). Entre os subespaços da Região, Guanambi se destacou pelo número de leitos existentes

(353) e contratados (308) pelo SUS. Ainda com relação à oferta de serviços de saúde, foi recentemente inaugurada, no Hospital Regional de Guanambi, a Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue, uma antiga reivindicação da população deste subespaço.

No mesmo ano acima analisado, a Região Serra Geral possuía 278 profissionais vinculados ao Governo Estadual, sendo 79 de nível superior e 199 de outros níveis. Entre os profissionais de nível superior, a maior proporção era a de médicos e enfermeiros, correspondendo a 78,5% do total. Com relação aos profissionais de outros níveis e que atuavam na Região, 58,3% eram constituídos por auxiliares e atendentes de enfermagem, auxiliares de serviços de saúde e agentes de saúde.

Os subespaços Guanambi, Brumado e Caculé detinham, em 2002, o maior número de profissionais de saúde do Governo Estadual, tanto de nível superior quanto de outros níveis, formado, predominantemente, por médicos e auxiliares de enfermagem. Uma análise mais detalhada sobre os profissionais da rede do SUS, por especialidade, revela que somente os agentes comunitários de saúde (ACS) representavam, aproximadamente, 31,2% desse total e que os subespaços Brumado e Guanambi concentravam 62,5% destes profissionais. As áreas de atuação em clínica médica, pediatria, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia agrupavam cerca de 10,6% dos profissionais, sendo que os subespaços Guanambi e Brumado também reuniam os maiores contingentes destes profissionais.

Com relação ao Programa de Saúde da Família – PSF, ele está sendo desenvolvido na Bahia em 295 municípios, sendo a sua adesão solicitada, normalmente, pelo gestor municipal. Em 2004, a Região Serra Geral dispunha de 57 equipes de saúde da família e de 1.161 agentes comunitários de saúde, distribuídos nos cinco subespaços.

As equipes do PSF possuem, como composição mínima, um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e os agentes comunitários da área. Em média, cada equipe é responsável por 600 a 1.000 famílias num território contíguo, definido pelo município. Estima-se que o número médio das famílias atendidas por este Programa, na Região, tenha sido de 35.000 a 50.000.

4.1.2.5 Demanda por Serviços de Saúde

A avaliação da demanda por serviços de saúde na Região pode ser feita através das informações sobre a cobertura das famílias atendidas pelo Programa de Saúde da Família, das imunizações, das consultas médicas e visitas domiciliares e das internações realizadas pelo SUS.

Analisando a cobertura do Programa de Saúde da Família, constata-se que este Programa foi implementado em menos da metade dos municípios da Região e

que, em três deles – Dom Basílio, Rio do Antônio e Lagoa Real –, o atendimento alcançou percentuais acima de 86% das famílias. Entretanto, entre os 14 municípios atendidos pelo Programa, o percentual de cobertura das famílias, em Brumado, Caculé e Livramento de Nossa Senhora, se situou na faixa de 11 a 25% e nos outros quatro, Guanambi, Ituaçu, Jacaraci e Pindaí, na faixa de 26 a 50%.

Os programas de imunização, em 2003, cobriram a totalidade dos municípios através das campanhas de vacinação contra a poliomielite, sarampo e doenças como difteria, tétano, coqueluche e meningite, mediante a Vacina Tetravalente. Com relação às campanhas de vacinação contra a tuberculose, através da BCG, e contra a difteria, o tétano e a coqueluche, estas últimas através da DPT, a cobertura atingiu 28 e 9 municípios respectivamente.

Em 2003 as faixas de percentual de cobertura da população por vacina apresentaram uma variação significativa. As campanhas que tiveram uma cobertura acima de 76% e com maior número de municípios atendidos foram com as das vacinas contra poliomielite e a Tetravalente, que têm, como objetivo, a imunização contra difteria, tétano, coqueluche e meningite.

Com relação às consultas médicas/habitante/ano no período 1998/2003, a Região Serra Geral apresentou o mais alto atendimento em 1998, no subespaço Caetité (município de Ibiassucê), com 3,4 consultas/habitante/ano e, em 2003, no subespaço Condeúba (município de Cordeiros), com 2,5 consultas/habitante/ano, tendo havido, portanto, uma redução neste índice. Os municípios responsáveis pela redução citada foram: Livramento de Nossa Senhora, Tanhaçu, Jacaraci, Rio do Antônio, Ibiassucê, Candiba e Guanambi.

As visitas domiciliares indicam a média das visitas efetuadas por profissionais de nível superior, de nível médio e por agentes comunitários de saúde (ACS), por família/mês/município, medindo a frequência com que o serviço de saúde se faz presente nas residências das pessoas. Embora ainda ocorra o sub-registro, este indicador mantém uma estreita relação com a incorporação de hábitos saudáveis e com a elevação dos padrões e das condições de higiene. Indica ainda uma mudança do modelo assistencial, passando para o enfoque de promoção à saúde.

As visitas domiciliares de promoção à saúde, embora ainda constituam uma prática de trabalho muito limitada, apresentaram, no período 1998/03, uma ligeira expansão no número dos atendimentos. No ano de 1998, o município onde ocorreu a mais alta relação visita domiciliar por família/mês foi Sebastião Laranjeiras, com 2,0 visitas. Em 2003, a relação mais alta ocorreu em Brumado, com 1,45 visita.

O número de internações hospitalares realizadas pelo SUS se constitui num importante indicador da demanda por serviços de saúde de uma população. Os dados disponíveis são oriundos do Sistema de Informações Hospitalares do SUS

– SIH/SUS, gerido pelo Ministério da Saúde através da Secretaria de Assistência à Saúde, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde, sendo processado pelo Departamento de Informática do SUS – DATASUS, da Secretaria Executiva do Ministério.

No período 2000/03 as internações hospitalares, pelo SUS alcançaram um total de 171.314 pessoas na Região Serra Geral. Nesse período, o número de internações variou de 41.337 em 2000 para 44.490 no ano 2003. Os subespaços que apresentaram os maiores números foram Guanambi e Brumado, com 40,2% e 28,6%, respectivamente.

No período de 2000 a 2003 a relação das internações, por especialidade, foi a seguinte: clínica médica – 46,5%; obstetrícia – 21,1%; clínica cirúrgica – 16,7%; e pediatria – 15,7%.

4.2 Infra-estrutura Física e Rede Urbana

4.2.1 Sistema de Transporte

O sistema de transportes regional é formado por três modalidades – rodoviária, ferroviária e aeroviária; contudo, a modalidade rodoviária é a que apresenta maior importância para a economia regional. Com relação às modalidades do sistema de transportes, pode-se afirmar que:

- a) a deficiência das condições de trafegabilidade em vários trechos rodoviários da Região (sistemas principal e de alimentação) contribuiu, durante muito tempo, para a redução do nível de articulação dos municípios com os núcleos mais dinâmicos da economia regional e estadual. A Região dispõe atualmente de 1481,5 km de estradas, das quais 483,5 km pertencentes ao sistema principal e 998,0 km ao sistema secundário;
- b) a falta de investimentos no transporte ferroviário durante um longo período, é considerado um aspecto adicional para a insuficiente integração, embora as atividades sociais já apresentem certo dinamismo em algumas sedes municipais, localizadas ao longo da Linha Sul (Mapele-Monte Azul), a exemplo do município de Brumado onde este dinamismo alcança proporções regionais.
- c) a infra-estrutura do transporte aeroviário dispõe de quatro aeroportos homologados e localizados nos municípios de Brumado, Caetitê, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora. O transporte aeroviário não teve uma participação significativa no processo de desenvolvimento da Região, mas já prestou alguns serviços relevantes ao sistema de comunicações em ocasiões especiais, devido à distância dos municípios para os centros mais dinâmicos da economia estadual e nacional. Atualmente, a Região comporta apenas aeroportos de aviação geral e a baixa demanda por viagens ainda não justifica investimentos voltados para a implantação de serviços de transportes

- com linha regular.
- d) o transporte aquaviário, subsistema fluvial (mesmo sem estar incluído nos limites regionais), embora já tenha exercido influência regional em virtude da demanda com destino ao porto de Bom Jesus da Lapa, já não faz mais sentido, dadas as condições atuais de navegabilidade do rio São Francisco.

4.2.2 Comunicações

No que se refere às comunicações, existe uma tendência para que as funções e os processos dominantes na era da tecnologia da informação estejam organizados em redes, cujo desenvolvimento é capaz de influenciar e modificar, de forma significativa, os resultados dos processos de produção e comercialização.

As comunicações, juntamente com os transportes, são os principais meios de integração. Entretanto, como a cidade deve ser concebida em termos de interação humana, os meios de comunicação são os que se apresentam como os mais significativos na área urbana.

É possível afirmar que, originariamente, as cidades cresciam devido às oportunidades de negociações diretas. Mas, a necessidade decorrente da economia de tempo, os elevados custos de transporte e os congestionamentos do tráfego nas áreas urbanas estão levando, em determinadas circunstâncias, a uma substituição dos transportes por outros meios de comunicação.

Uma das principais vantagens proporcionadas pela aglomeração urbana são os benefícios decorrentes da sua proximidade com os centros de troca de informações. Este é o motivo pelo qual a expansão urbana se manifesta e tem como base o aumento do volume das comunicações. Assim, o melhoramento dos meios de comunicação é uma condição necessária para o crescimento urbano.

No ano de 2001, período até onde foi possível obter informações, a Região já possuía 29.263 terminais telefônicos, 206 diferentes agências de correios, 45 caixas de coleta e duas emissoras de rádio OM, sendo uma em Guanambi e outra em Caetité, além de uma FM em Guanambi.

4.2.3 Energia Elétrica

O uso de energia por uma sociedade pode ser um bom indicador do seu grau de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sem dúvida, a expansão do uso de energia contribui, direta ou indiretamente, para a criação de empregos, geração de renda e, conseqüentemente, expressando-se como um indicador de bem-estar de uma população.

No período situado entre 1990 e 2003, a Região teve um consumo médio anual de energia elétrica de 188.198,6 mil kWh, sendo os subespaços Brumado e Guanambi os responsáveis por 56,1% e 23,0%, deste consumo. Os subespaços

Caculé, Caetité e Condeúba, juntos, foram responsáveis por 20,9% do consumo no período. Entre as classes de consumo mais importantes da Região no período analisado, destacam-se as classes industrial e residencial, com 38,0% e 29,9%, respectivamente. As demais classes foram responsáveis por valores situados abaixo de 9,1%. Vale salientar que, nos subespaços mais importantes quanto ao consumo – Brumado e Guanambi – destacou-se a categoria industrial em Brumado, graças às indústrias de mineração existentes (Magnesita, Xilolite e IBAR) e a categoria residencial, tanto em Brumado como em Guanambi.

Ainda no período 1990-2003, quando se analisa o consumo de energia elétrica por subespaço, observa-se que a classe de consumo residencial, a exceção do subespaço Brumado, correspondeu à categoria mais importante em todos os subespaços, com percentuais aproximados entre 40 a 50% do consumo médio anual. No subespaço Brumado, enquanto o consumo industrial foi responsável por um pouco mais da metade do consumo total (57,5%), a classe de consumo residencial absorveu um percentual menor, ou seja, de 20,0% do consumo médio anual. Além do subespaço Brumado, a classe de consumo industrial deteve, ainda, um certo nível de importância no consumo de energia elétrica nos subespaços Caetité (18,4%), Guanambi (13,4%) e Caculé (10,1%). A classe de consumo comercial, a exceção do subespaço Brumado, cujo consumo médio no período foi de 5,9%, caracterizou-se por um padrão de consumo muito próximo nos subespaços Caculé (com 11,4%), Caetité (com 11,2%), Condeúba (com 11,2%) e Guanambi (com 14,3%). O consumo referente ao item iluminação pública, a exceção do subespaço Brumado, que foi de 6,4%, também apresentou variações muito próximas, ou seja, de 11,8% em Caetité a 15,8% em Condeúba.

No que concerne à média do número de consumidores no período 1990/03, os subespaços Brumado e Guanambi detiveram 64,6% dos consumidores, sendo a classe de consumo residencial a mais importante tanto no conjunto da Região quanto em todos os subespaços. A Região Serra Geral possuía, no mencionado período, 75,3% dos seus consumidores pertencentes à classe de consumo residencial. A participação percentual desta classe de consumo em todos os subespaços foi sempre superior a 70% do total dos consumidores. Em seguida à classe de consumo residencial, apareceram os consumidores da área rural, os quais representaram 12,3% no conjunto da Região. No âmbito dos subespaços, a participação desta última categoria de consumo variou de 8,1% em Brumado a 19,2% em Condeúba.

Ainda no período analisado, a classe de consumo comercial detinha 8,9% do total de consumidores da Região. Nos subespaços esta taxa se manteve próxima à da participação regional, ou seja, entre 7,5% em Caetité e 9,9% em Brumado. As demais classes de consumo apresentaram, em todos os subespaços, participações percentuais, em número de consumidores, inferiores a 2,3% do total.

O índice de expansão no consumo de energia elétrica, na Região Serra Geral, alcançou o percentual de 105,20%, ou seja, em treze anos, Serra Geral mais que duplicou o seu consumo de energia, passando de 122.101,0 mil kWh em 1990 para 250.545,9 mil kwh, em 2003. Nesse período, a taxa anual de crescimento regional foi de 5,7% a.a. Apesar disto o consumo médio da Região reduziu de 2.204,63 kWh para 2.020,11 kWh/consumidor, no mesmo período.

Embora Brumado e Guanambi fossem os principais subespaços em termos de volume de energia elétrica consumida no período 1990-2003, eles apresentaram taxas anuais de crescimento de consumo de 4,7 e 5,2% a.a., respectivamente, índices inferiores ao conjunto da Região (5,7% a.a.). Nos demais subespaços, as taxas anuais de crescimento de consumo foram superiores à observada no conjunto da Região, em razão, certamente, dos baixos níveis de consumo registrados por estes subespaços no ano de referência.

Embora Brumado e Guanambi tenham apresentado índices de expansão, tanto de consumo quanto de unidades de consumo de energia elétrica, inferiores àqueles observados nos subespaços Caculé, Caetité e Condeúba, o aumento de consumo e do número de consumidores destes dois subespaços, em números absolutos, foram bem maiores que aqueles registrados nos três outros subespaços.

4.2.4 Saneamento Básico

É importante observar que o grau de atendimento do serviço de saneamento básico está diretamente relacionado com o processo de urbanização, vez que a demanda por este serviço cresce à medida que a população urbana aumenta. Neste aspecto, entre os anos de 1970 e 2000 a Região registrou um processo de urbanização relativamente intenso já que, no mencionado período, a taxa de urbanização mais que dobrou, passando de 20,6% para 43,4%.

Outro aspecto importante para compreender a questão do saneamento básico na Região é o fato de que 59,7% da população regional se concentravam, no ano 2000, em cinco áreas urbanas – Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé, sobrecarregando a demanda por serviços de infraestrutura nestas cidades. Portanto, sob o ponto de vista regional, não se trata apenas do crescimento vegetativo da população, mas, principalmente, dos movimentos migratórios em direção aos aglomerados urbanos e da sua concentração em determinadas cidades.

Para a elaboração do perfil das condições de saneamento das sedes municipais, foram selecionados indicadores considerados representativos para o alcance dos serviços oferecidos, referentes aos componentes abastecimento de água, esgotamento sanitário, remoção e disposição do lixo.

4.2.4.1 Abastecimento de Água

O levantamento realizado mostrou que todas as cidades contam com sistema de

abastecimento d'água. Contudo, apenas as cidades atendidas pela EMBASA apresentam um melhor atendimento, o que não significa um serviço satisfatório para toda a população urbana, vez que, embora já exista a concepção sobre a incorporação do saneamento ambiental, ainda não se tem a universalização do acesso a este serviço. A confirmação desta realidade pode ser encontrada quando se compara este serviço com o número de ligações de energia elétrica. A maior incidência de domicílios atendidos por energia elétrica demonstra a ocorrência de residências que não dispõem de abastecimento de água.

Com referência às cidades não atendidas pela EMBASA, convém acrescentar que os dados sobre a extensão da rede, sobre o volume d'água captado e disponibilizado não são disponíveis, existindo, desta forma, dificuldades para que se proceda a uma análise mais detalhada a este respeito. Assim, é possível afirmar que uma importante parte da população se encontra privada do acesso aos serviços adequados, sendo, inclusive, do conhecimento geral que faltam recursos técnicos e financeiros por parte das instituições responsáveis (as prefeituras, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e a Associação dos Amigos de Lagoa Real), para que possam proporcionar um eficiente atendimento. Algumas prefeituras, a exemplo de Sebastião Laranjeiras e Urandi, não cobram pelo serviço, que se consubstanciam, desta forma, como um serviço eminentemente social.

Os subespaços Guanambi, Brumado e Caetité apresentam os maiores percentuais de atendimento de abastecimento d'água, com 66,2%, 59,7% e 56,7%, respectivamente, dos domicílios com ligações d'água nas redes gerais. Em vista disto, os subespaços Guanambi e Brumado dispõem de mais de 67% da rede e do volume de água captada e disponibilizada para o conjunto da Região.

Ao comparar os serviços de abastecimento d'água prestados pela EMBASA com aqueles prestados por outras instituições, a exemplo das prefeituras (Livramento de Nossa Senhora e Urandi), da Associação dos Amigos de Lagoa Real, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (Dom Basílio e Igaporã), é possível perceber o melhor atendimento proporcionado pela EMBASA, cujo detalhamento de informações identifica o nível da prestação dos serviços, com o seu adequado tratamento.

O mesmo nível da prestação dos serviços efetuado pela EMBASA não pode ser esperado por parte de outras instituições prestadoras desse tipo de serviço, sobretudo pelos elevados e necessários investimentos em equipamentos para a captação e para as estações de tratamento, além dos altos custos para a ampliação e manutenção da rede de distribuição. Segundo informações obtidas através de entrevistas, existe a possibilidade, bem como a vontade por parte da prefeitura e da população das cidades, que o atendimento passe para a responsabilidade da EMBASA. Tudo indica já estar em fase avançada de negociação a assunção por parte da EMBASA da prestação desses serviços nos municípios atendidos pela SAAE.

4.2.4.2 Esgotamento Sanitário

Quanto aos serviços de esgotamento sanitário, pode-se afirmar que os níveis de atendimento ainda são bastante reduzidos, não tendo havido, nos últimos anos, o mesmo nível de progresso verificado no serviço de abastecimento d'água.

Por outro lado, não existem informações sobre determinados parâmetros como o volume dos esgotos gerados e nem a planta da rede de esgotos acompanhando a malha urbana, que são fundamentais para a avaliação deste serviço, pois refletem as condições reais do esgotamento sanitário. Sabe-se, entretanto, que à medida que cresce a população, aumenta o volume dos despejos sanitários produzidos por unidade de área. Em virtude da falta de dados detalhados sobre a produção dos despejos domésticos e do percentual da população que faz uso de fossa séptica ou que possui canalização de esgotos, decidiu-se avaliar o sistema através dos dados da SEI, onde consta apenas o percentual da população considerada atendida.

Apenas os subespaços Guanambi e Brumado possuem mais de $\frac{1}{4}$ dos seus domicílios com este nível de serviço, sendo que as cidades de Brumado, Caculé e Sebastião Laranjeiras possuem mais de 50%. Contudo, esta conclusão não permite uma avaliação rigorosa, face à inexistência de informações mais detalhadas sobre a extensão das redes de esgotos sanitários e de águas pluviais, sobre a taxa de atendimento pelas mencionadas redes e por fossa séptica, bem como a relação dos atendimentos à população e aos logradouros com infraestrutura de esgotos. Vale registrar que a Região ainda possuía, em 2000, cerca de oito municípios com menos de 1% dos domicílios atendidos por um sistema de esgoto – Candiba, Cordeiros, Dom Basílio, Guajeru, Ibiassucê, Lagoa Real, Licínio de Almeida e Palmas de Monte Alto.

4.2.4.3 Remoção e Disposição do Lixo

O serviço de limpeza urbana se apresenta de forma diferenciada nas cidades e nos respectivos logradouros. Nas áreas centrais, destacam-se a varrição e a coleta do lixo, que podem ser consideradas como regulares. Contudo, nas periferias das cidades a limpeza não obedece ao mesmo padrão observado nas áreas centrais.

Embora os dados apontem um nível relativamente alto da participação percentual dos domicílios atendidos com um adequado serviço de limpeza pública, quando se compara este atendimento com o do serviço de esgoto, a Região Serra Geral, como a maioria das regiões que estão em processo de urbanização, possui problemas decorrentes da disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Segundo informações das prefeituras de, praticamente, todas as cidades, o lixo é coletado e disposto nos lixões a céu aberto. Entretanto, é conveniente considerar a maneira como a população lida com os resíduos sólidos produzidos, com os problemas criados pela sua inadequada disposição e com os problemas enfrentados em função da qualidade ambiental.

4.2.5 A Rede Urbana Regional

A noção de rede se impõe, na fase atual da evolução do planejamento do desenvolvimento e na realização da vida econômica, graças ao avanço tecnológico e à necessidade de adoção de novas estratégias de planificação induzindo a criação de redes produtivas, de comercialização, de comunicação e transporte.

O mesmo princípio é válido para a rede urbana, aqui entendida como o conjunto de cidades que fazem conexão entre si, através de um determinado número de ligações, formando um sistema dinâmico e interativo. Evidentemente, existem inúmeras e variadas redes, com diferentes níveis de hierarquias, que se articulam, de modo visível ou não, no território regional.

Assim, as redes representam um novo modelo de relações sociais, sendo a lógica das redes quem modifica, de forma significativa, os resultados dos processos de produção e de comercialização, e desempenha, portanto, um papel central, caracterizado pelo fluxo de pessoas, bens e serviços.

Na Região Serra Geral, as cidades ou as localidades centrais se distribuem com características influenciadas pela história e pela realidade geográfica, que repercutem na maneira como cada cidade cumpre o seu papel com relação à rede. Assim, cada cidade da Região participa, com alguma intensidade, da sua dinâmica e, neste sentido, uma classificação funcional das cidades deve procurar identificar o papel de cada uma no processo de circulação.

É possível observar níveis maiores de centralidade nas sedes municipais de Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé, devido ao fato de que, nestes municípios, estão as cidades com maiores contingentes populacionais da Região, o que pode ser um indicador da oferta e do nível de prestação de serviços e de outras atividades típicas do meio urbano.

A cidade de Livramento de Nossa Senhora, mesmo com uma taxa de urbanização de 44% no ano 2000, foi incluída face ao seu processo de desenvolvimento urbano, identificado a partir do tamanho da população – 4ª maior população urbana da Região –, a qual foi influenciada, significativamente, pelo crescimento do setor terciário, que proporcionou ampliação e diversificação das atividades produzidas nos diferentes segmentos da economia. O crescimento da população constitui um indicador de desenvolvimento da cidade, pois é uma manifestação quantificável e pode ser identificada através dos movimentos migratórios.

A predominância da população em determinados centros urbanos pode ser explicada pelo fato de que as atividades urbanas necessitam de trabalhadores. Neste sentido, as cidades se tornam pólos de atração, gerando fluxos, inicialmente originados nas áreas rurais. No entanto, o sentido do fluxo também ocorre entre os centros urbanos pequenos e os centros maiores, promovendo

movimentos mais ou menos intensos. As cidades de Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé representam exemplos desta realidade na Região.

Informações sobre o sistema de comercialização, de prestação de serviços e sobre o funcionamento de mercados periódicos permitiram revelar a hierarquia dos núcleos populacionais, caracterizando, assim, a rede urbana. Considerando os principais aspectos intra-regionais, as funções diretivas ou principais se dividem entre Guanambi e Brumado. As cidades consideradas médias, Caetité e Livramento de Nossa Senhora, apresentam características definidas em função de suas localizações, sendo Caculé uma aglomeração de escalão inferior (entre as cinco cidades mencionadas). Conseqüentemente, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé diferem pela gama e pelo movimento do comércio e serviços, refletindo a clientela rural e a proximidade dos pequenos aglomerados urbanos, influenciados pelos transportes e pela comunicação, principais meios de interação.

É possível obter uma melhor caracterização da rede urbana ao incorporar informações sobre as linhas de transporte coletivo interurbano, por ônibus. A organização dos transportes rodoviários de viajantes e da estrutura da população das cidades demonstrou ser diretamente comandada pelo papel das relações de transporte interurbano de passageiros.

Como a própria concepção de rede urbana está baseada na capacidade de atração ou definição das zonas de influência das cidades, podem-se definir as áreas de dominação-dependência, para cada cidade, em função também da infraestrutura e dos serviços de transportes, dos terminais telefônicos, do consumo de energia segundo as classes residencial, industrial e comercial, das agências de correios e telégrafos, dos estabelecimentos bancários e do sistema de comercialização, baseam-se algumas vezes nos mercados periódicos.

O tamanho da população urbana está diretamente influenciado pelas atividades produtivas, particularmente aquelas relacionadas com a prestação de serviços nas cidades. Foi a rede geográfica, originariamente organizada com base na localização de caminhos primitivos, que se transformaram em vias de circulação, permitindo a criação de novos municípios.

Os principais centros urbanos da Região apresentam funções específicas com as seguintes características:

- **Guanambi**
Visto como um nódulo dominante, Guanambi é a cidade que apresenta a maior concentração de atividades terciárias, em virtude da intensidade dos fluxos de polarização identificados através do movimento de população e de comercialização de bens e serviços. Além de atender áreas urbanas de níveis hierárquicos inferiores, Guanambi possui a melhor infraestrutura de serviços de transporte, caracterizados pelo

terminal interurbano, cuja localização privilegiada, no eixo da BR-030, passou a desempenhar um importante papel como centro de atração de investimentos e de incentivos à migração.

Um outro aspecto relativo à natureza da hierarquia urbana é que, em Guanambi, como uma localidade central do mais elevado nível hierárquico da Região, o número de funções centrais é maior que em qualquer outro centro, representando um maior número de ocupação.

- **Brumado**

A cidade de Brumado constitui o segundo mais importante centro regional. Sua localização, num centro de convergência de vias de transportes (rodovia x ferrovia x aerovia), adquiriu uma vantagem efetiva através do mecanismo de aglomeração de atividades, com origem na concentração urbano-industrial.

Neste sentido e como particularidade deste subespaço, a existência de um centro intermediário – Livramento de Nossa Senhora – é indicativa do relativo alto nível de demanda de uma significativa parte da população, fazendo com que este subcentro tenha condições de emergir. Assim, Brumado não é o único centro, no subespaço, que apresenta uma considerável variedade de bens e serviços. Esta peculiaridade se explica pelo fato de residirem, em Livramento de Nossa Senhora, pessoas cujo maior rendimento permitiu criar uma demanda de bens e serviços mais diversificados que aqueles encontrados nos centros como Caculé e Condeúba.

- **Caculé**

A localidade central de Caculé, situada numa rodovia do sistema secundário, sem conexão com outras regiões, determina a pequena capacidade da sua prestação de serviços em virtude da pequena área de influência existente. Isto porque a maior quantidade e a melhor qualidade dos serviços, que se traduzem em economias de urbanização, estão disponíveis em localidades próximas – Guanambi, Brumado e Caetité.

- **Caetité**

A situação de Caetité, na rede, como localidade central, pode ser explicada pela sua localização. Nestas condições, a cidade se desenvolveu como um entreposto comercial e proporcionou o aparecimento de centros menores que, posteriormente, deram origem a outros municípios.

- **Condeúba**

Trata-se de outra localidade central sem grande influência quanto à sua participação na rede de cidades na Região. A sua população urbana ocupou o nono lugar de acordo com o Censo 2000; sua inclusão como centro prestador de serviço deve-se ao estudo de espacialização que

caracterizou Condeúba como um centro dominante do subespaço formado por Cordeiros, Mortugaba, Piripá e Presidente Jânio Quadros. O pequeno tamanho do mercado e a sua incipiente economia de aglomeração representam obstáculos ao desenvolvimento de atividades ligadas aos setores secundário e terciário. Acrescente-se a estes dados a pequena distância entre este município e Vitória da Conquista, o que justifica o significativo número de viagens diárias através de transporte alternativo, do tipo Kombi.

4.3 Organização Social

A organização social na Região Serra Geral reflete o estágio de organização da sociedade brasileira, frente aos processos de gestão pública empreendidos no País a partir da década de 80. Estes processos começam a desenhar-se de forma mais incisiva, no momento em que a agenda de reformas das políticas sociais sofre uma profunda inflexão, consolidada na década seguinte, sob o impacto da crise do Estado e de sua capacidade de investimento, em um cenário marcado pela globalização e pela reestruturação produtiva.

A gestão condizente com tal perspectiva pressupõe a flexibilização das organizações estatais e municipais, com respeito à burocratização dos procedimentos e à hierarquização dos processos decisórios e requer reorientação na condução política, pressupondo o afastamento de mecanismos clientelísticos e corporativistas, recorrentes na administração pública.

Condizentes com a orientação geral das políticas públicas no País e no Estado, as ações governamentais que vêm sendo implementadas pelos governos federal e estadual na Região Serra Geral reproduzem o esforço, a tentativa, os problemas e as limitações para construção de uma agenda que atenda aos princípios da descentralização das ações e participação sociopolítica dos atores, na gestão pública. Orientações desta natureza vêm sendo observadas na implementação das ações desenvolvidas junto às instituições que executam as políticas específicas de saúde, de educação, meio ambiente ou dirigidas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA), do Programa Produzir, denominação do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR no Estado da Bahia, (Banco Mundial/Governo do Estado) e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do rio Gavião-PRÓ-GAVIÃO (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA). Estes últimos são programas que exercem uma forte influência na Região, pelo volume de recursos aplicados e ações desenvolvidas junto a população rural.

No caso do Programa Produzir, desde a sua primeira etapa de implantação (1993/95), são experimentados modelos de gestão partilhada dos recursos, operacionalizados através de duas linhas de trabalho: Programa de Apoio às Comunidades – PAC e Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC. As

avaliações sobre estas experiências do Programa, extensivas à Região Serra Geral, mostram que ocorreram distorções com respeito a participação dos beneficiários, não só quanto a identificação e no encaminhamento pelas comunidades de seus próprios projetos, quanto na gestão, envolvendo, principalmente, a operação e manutenção dos investimentos. Grande parte das quase 1000 (mil) associações comunitárias credenciadas na Região Serra Geral pelos referidos programas podem ser vistas como organizações instrumentais, muitas das quais formadas quase que exclusivamente com objetivo de obter recursos públicos, característica que produz um grande distanciamento entre as proposições dos programas, com respeito aos princípios de descentralização e participação da sociedade civil na gestão pública e a sua concreta efetivação. Relatórios técnicos e avaliações institucionais têm feito referência à fragilidade das associações, do ponto de vista do envolvimento, mobilização, motivação e da experiência política, organizacional e gerencial dos beneficiários e suas conseqüências na relação custo benefício dos investimentos, motivadas pela não utilização, subutilização, ou mesmo, pelo abandono de inúmeros projetos.

Entre os modelos de intervenção social, presentes na Serra geral, incluem-se também os Conselhos Municipais ou Conselhos Gestores, os quais vêm sendo crescentemente ampliados em todo o Estado da Bahia e, particularmente nesta Região. Observando-se ligeiras variações, cada município conta com Conselhos de Saúde, de Educação, do Meio Ambiente, Conselho Tutelar, do Idoso, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS (PRONAF), Conselhos do Fundo Municipal de Ação Comunitária - FUMAC (Programa Produzir), sendo que estes últimos, compreendem, respectivamente, 29 e 20 conselhos, cobrindo a quase totalidade dos municípios da Região.

Esta é, sem dúvida, uma forma de pressão institucional para implementação de processos de descentralização e participação, onde os conselhos constituem-se os novos atores deliberativos e paritários da gestão pública. Entretanto, esta multiplicidade de instâncias de representação política no âmbito municipal gera algumas dificuldades que merecem ser consideradas: nos municípios sem tradição organizativa-associativa, os conselhos têm correspondido apenas a arranjos jurídicos formais e, em grande medida, a um instrumento de controle e poder dos dirigentes e das elites municipais. Os representantes são indicados pelos dirigentes e muitas vezes observa-se que os mesmos representantes participam simultaneamente de vários conselhos, independente do tema ou área de interesse. Em outros casos, ocorre a participação de representantes diferentes nos vários conselhos, mas não se verifica qualquer articulação entre eles. A forma como se implementa estes conselhos decorre da dinâmica política e social interna a cada localidade.

Na ampliação do quadro que compõe a organização social desta Região, não se pode deixar de evidenciar o surgimento das associações de produtores, empresários e comerciantes de diferentes ramos que buscam, principalmente, a consolidação de interesses econômicos, através da modernização produtiva,

organizacional e gerencial dos seus empreendimentos, visando a identificação de melhores mercados para colocação de seus produtos.

Em uma outra perspectiva, surgem igualmente as associações de dirigentes e executivos municipais que se organizam como força territorial filiada a facções políticas hegemônicas do Estado, visando o fortalecimento de suas posições e a ampliação de seu poder de barganha junto aos poderes públicos, nos âmbitos estadual e federal. As associações dos Municípios de Serra Geral e Vale do São Francisco e a dos Municípios dos Vales do Rio do Antônio e Rio Gavião são exemplos desta modalidade de organização.

Quanto aos sindicatos da Região, criados em maioria na década de 1970, contam com a presença de um quadro significativo de trabalhadores sindicalizados, principalmente em decorrência da exigência da legislação previdenciária, para que os trabalhadores possam beneficiar-se da aposentadoria; na verdade, observa-se que os sindicatos regionais desempenham uma função mais assistencialista em relação aos trabalhadores, em muitos casos cobrindo as carências de assistência médico-odontológica não atendida pelos governos municipais e estaduais. A grande maioria dos sindicatos carece de estrutura adequada mesmo para as restritas atividades que realizam. O fato da maioria dos sindicatos não dispor de registros do número de trabalhadores sem terra dos municípios ou das famílias de trabalhadores rurais beneficiadas com recursos assistenciais ou previdenciários mantidos pelo Governo Federal e executados pelas Prefeituras, exemplifica esta falta de controle em relação ao quadro de associados.

A fragilidade dos sindicatos também está associada à baixa participação dos sindicalizados, às irregularidades na contribuição sindical e às distorções verificadas na estrutura diretiva da organização. Embora se observe a presença de representantes dos cargos eletivos municipais saídos dos quadros sindicais, o que denota força política e representatividade dos sindicatos nos municípios, tal fato não parece ter influência na transformação das convencionais práticas clientelistas ainda vigentes na Região.

As cooperativas localizadas na Região Serra Geral estão vinculadas à existência e organização de grupos de interesse de diversas naturezas: fomento ao crédito, produção e comercialização de produtos da pecuária (gado e leite), pequenos e médios produtores irrigantes (frutas) e de garimpeiros. Estas organizações reproduzem os problemas comuns às demais cooperativas do Estado, quais sejam, baixa participação dos associados, verticalização das decisões por parte de grupos que exercem o controle da organização, despreparo e falta de informação dos associados inclusive quanto aos seus papéis enquanto cooperados, falta de apoio e recursos financeiros.

Dentre as principais cooperativas, ressaltam-se: Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Auto-sustentável de Caetité – COODAMAC; Cooperativa

Agrícola do Projeto de Irrigação de Ceraíma e as cooperativas agropecuárias dos produtores de leite de Guanambi, Candiba e Lagoa Real. Merecem destaque as cooperativas de garimpeiros da Região: a Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas – COOMAC, fundada em 1988, esteve desativada até 2001 após um período de intensos conflitos entre os moradores e antigos mineradores desta localidade e a Cooperativa Mista de Garimpeiros, Lapidários e Agropecuaristas do Município de Licínio de Almeida que se constituiu a partir da experiência de Brejinho das Ametistas e conta atualmente com 240 sócios, dos quais 168 originários desta localidade e os demais de Licínio de Almeida. Essas e outras iniciativas organizacionais da Região sobrevivem com poucos recursos e com apoio limitado do poder público, requerendo deste maior atenção e incentivo em prol do desenvolvimento, uma vez que representam possibilidades concretas de produção e geração de renda na Região.

Em paralelo a este modo de organização mais tradicional, encontram-se as mais atuais formas de organização da sociedade civil, que se constituem no denominado terceiro setor, as ONGs (Organizações Não Governamentais). Na Região Serra Geral destacam-se: a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, em Caetité. Esta organização atua em 10 (dez) estados do país, através de agências instaladas em áreas estratégicas selecionadas, entre as quais a Região Serra Geral. Conta com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, da CUT, do SEBRAE e organizações não governamentais internacionais. Além dessas existem numerosas ONGs na Região, muitas das quais dedicadas às questões ambientalistas, constituindo-se em sua maioria, em estruturas frágeis, motivadas por ações espontâneas e sem qualquer articulação ou respaldo das políticas públicas ambientais. Dentre estas iniciativas destacam-se: Movimento Ambientalista Terra (ONG em implantação); Associação Ambiental PURANATURA, em Iguaçu e o Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antônio - MODERA, em Brumado. Além destas, recentemente foi criado o Comitê da Sub-bacia do rio Verde Grande que atua no subespaço Guanambi, especificamente, envolvendo os usuários dos municípios de Urandi, Pindaí, Jacaraci, Mortugaba, Sebastião Laranjeiras e Palmas de Monte Alto. Este comitê é parte integrante do Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Merece destaque ainda a criação do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação, Floresta Nacional Contendas do Sincorá – FLONA.

Ainda que não se denomine como ONG, pela sua natureza diferenciada, encontram-se na Região Serra Geral as Escolas Família Agrícolas - EFAs, que desenvolvem um modelo de educação para o meio rural, pautado na experiência francesa conhecida naquele país como Casa Familiar Rural.

As Escolas Família Agrícolas foram implantadas nesta Região há cerca de 30 anos, pela iniciativa do padre italiano Padre Aldo Lucchetta. Trata-se de uma experiência educacional que se apóia em processos de organização das comunidades rurais, oferecendo ensino fundamental e profissionalizante para alunos rurais, durante um período de três anos.

Das 21 unidades existentes no Estado da Bahia 5 (cinco) encontram-se na Região Serra Geral – situadas nos Municípios de Caculé, Pindaí, Licínio de Almeida, Mortugaba e Tremedal . As EFAs integram uma organização regional, a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA, criada em 1979. No plano nacional compõem uma rede de EFAs (que agrega cerca de 100 unidades escolares no País) filiadas à União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB e, em nível global, integram-se à Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural- AIMFR. A AECOFABA, situada no Município de Riacho de Santana, além dos cursos de 1º grau mantém a Escola Técnica da Família Agrícola da Bahia – ETFAB, onde oferece aos alunos egressos das EFAs ensino médio e profissionalizante em agropecuária, já tendo formado cerca de 220 alunos da Região.

Registra-se ainda a existência de um Projeto comum da UNEB/AECOFABA/REFEISA, para formação de monitores das duas redes de Escolas Família Agrícola, inseridas em todas as regiões da Bahia, mediante o provimento de cursos específicos de Licenciatura em: História, Geografia, Matemática, Letras e Ciências, abrangendo, aproximadamente, 190 monitores, com formação nos mesmos moldes do projeto UNEB 2000.

Tanto a AECOFABA, quanto a UNEB –, que mantêm uma estrutura de ensino superior em Caetité – são instituições de ensino com grande capilaridade, visto que atendem a vários municípios e exercem influência nos processos de formação e de organização política da população, constituindo-se potenciais parceiros do processo de desenvolvimento sustentável da Região. A AECOFABA já exercita esta parceria junto ao Governo do Estado, na execução do Pró-Gavião, com técnicos agrícolas egressos da própria escola da Região. Os referidos técnicos prestam assistência técnica agropecuária nos 13 municípios participantes do PRÓ-GAVIÃO, dos quais 9 são integrantes da Região Serra Geral.

5 GOVERNO

5.1 Ações do Governo Federal

No período compreendido entre janeiro de 2000 e novembro de 2004 foram investidos na Região, com recursos do Governo Federal, o montante de 37,95 milhões de reais, destinados à celebração de 231 convênios com as prefeituras municipais nas áreas de: infra-estrutura, educação, saneamento, saúde, produção, esporte e cultura, habitação e ação social. Em se tratando de número de convênios observa-se que a área de infra-estrutura absorveu o maior número, seguindo por ordem de prioridade, as áreas de educação, saneamento e saúde. Nas demais áreas de intervenção o número de convênios foi visivelmente reduzido, chamando atenção, especialmente, as áreas de produção, habitação e ação social, esta última com apenas sete convênios (Tabela 12).

Tabela 12
Região Serra Geral
Número de Ações/Projetos do Governo Federal por Áreas de Investimentos e Subespaços
2000-2004

Áreas de Investimento	Brumado		Caculé		Caetité		Condeúba		Guanambi		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Infra-Estrutura	25	37,9	9	13,6	9	13,6	12	18,2	11	16,7	66	100,0
Educação	18	33,3	4	7,4	4	7,4	9	16,7	19	35,2	54	100,0
Saneamento	17	50,0	2	5,9	7	20,6	4	11,8	4	11,7	34	100,0
Saúde	10	35,7	2	7,1	6	21,4	7	25,0	3	10,8	28	100,0
Esporte/Cultura	9	50,0	3	16,7	2	11,1	3	16,6	1	5,6	18	100,0
Produção	3	23,1	2	15,4	4	30,8	1	7,7	3	23,0	13	100,0
Habitação	6	54,5	2	18,2	2	18,2		0,0	1	9,1	11	100,0
Ação Social	2	28,6	1	14,3	1	14,3		0,0	3	42,8	7	100,0
Total	90	39,0	25	10,8	35	15,2	36	15,6	45	19,4	231	100,0

Fonte: www.cgu.gov.br (Secretaria Federal de Controle Interno – dados atualizados até 20 de novembro de 2004).

Quando se observa a ordem de prioridade dos recursos investidos nota-se que, embora a área de infra-estrutura tenha mantido também, o primeiro lugar, 31,4% do total, houve uma troca de posições entre saúde e educação, mantendo-se saneamento no terceiro lugar. Nas demais áreas registrou-se significativa redução dos recursos investidos, a exemplo da produção e habitação que, em ambos os casos, têm manifestado recorrentes carências regionais (Tabela 13).

O setor de ação social foi o menos privilegiado, tanto em quantidade de ações quanto em volume financeiro. Apenas 1,5% do total dos financiamentos para a Região foi destinado a obras ou serviços considerados de abrangência social.

Deste financiamento, 63,2% foram aplicados na construção de centros de múltiplo uso, objetivando atender a crianças, adolescentes, jovens e idosos carentes.

Tabela 13
Região Serra Geral
Valor das Ações/Projetos do Governo Federal por Áreas de Investimentos e Subespaços
2000-2004

Áreas de Investimento	Brumado		Caculé		Caetitê		Condeúba		Guanambi		Total	
	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%
Infra-Estrutura	4.241.392	35,6	1.577.184	13,2	1.691.969	14,2	2.254.097	18,9	2.158.424	18,1	11.923.066	100,0
Educação	688.412	26,2	200.000	7,6	182.759	7,0	411.180	15,6	1.146.138	43,6	2.628.489	100,0
Saneamento	3.659.303	50,2	280.000	3,8	1.401.366	19,2	680.036	9,3	1.272.397	17,6	7.293.102	100,0
Saúde	1.313.394	13,7	145.141	1,5	4.848.407	50,5	2.958.251	30,8	337.361	3,5	9.602.554	100,0
Esporte/Cultura	922.116	48,8	377.500	20,0	186.540	9,9	335.000	17,7	70.000	3,5	1.891.156	100,0
Produção	243.484	13,8	150.440	8,6	514.358	29,2	100.000	5,7	750.433	42,7	1.758.715	100,0
Habitação	1.860.000	81,2	111.770	4,9	200.000	8,7	0,0	0,0	120.000	5,2	2.291.770	100,0
Ação Social	170.000	30,3	84.570	15,1	100.000	17,8	0,0	0,0	206.645	36,8	561.215	100,0
Total	13.098.101	34,5	2.926.605	7,7	9.125.399	24,0	6.738.564	17,8	6.061.398	16,0	37.950.067	100,0

Fonte: www.cgu.gov.br (Secretaria Federal de Controle Interno – dados atualizados até 20 de novembro de 2004).

Sabe-se que, mesmo sendo um trabalho de pequeno alcance e voltado para ações emergenciais, é através da ação social que muitas famílias carentes, no Brasil, conseguem se manter num patamar mínimo de sobrevivência. Este trabalho, quando desenvolvido com eficiência, tem-se configurado como um importante componente na redução dos diferentes riscos a que estas populações carentes estão submetidas. Sabe-se também que com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a previsibilidade e redução dos riscos devem fazer parte da agenda dos governos mesmo aqueles riscos considerados naturais.

5.2 Ações do Governo Estadual

5.2.1 Recursos Orçamentários

Segundo a Superintendência de Programação Orçamentária – SPO, órgão da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, as ações do Governo Estadual alcançaram um volume de 58,6 milhões de reais no período compreendido entre 2000 e 2004.

Seguindo um padrão de distribuição de projetos e recursos, muito semelhante ao do Governo Federal evidenciado no item anterior, as ações do Governo Estadual também ficaram concentrados nos subespaços Brumados (27,7%) e Guanambi (25,7%). Estes subespaços abrigam os maiores contingentes populacionais e tiveram a maior expansão das taxas de densidade demográfica nos últimos trinta anos. O subespaço Condeúba foi o que menos se apropriou dos projetos estaduais, absorvendo apenas 12,8%. Excetuando-se o subespaço Brumado, onde o número de projetos da área de saúde (26,8%) se sobrepôs aos demais, em todos os outros a maior parte das ações estaduais estava concentrada no tripé educação (21,6%), saneamento (20,7%) e saúde (18,9%). Nas demais áreas de atuação, a presença do Estado foi ainda mais diluída.

Tabela 14
Região Serra Geral
Número de Ações/Projetos do Governo Estadual por Áreas de Investimentos e Subespaços
2000-2004

Áreas de Investimento	Brumado		Caculé		Caetité		Condeúba		Guanambi		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação	11	17,2	5	7,8	12	18,8	7	10,9	29	45,3	64	100,0
Saneamento	17	29,3	10	17,2	14	24,1	8	13,8	9	15,6	58	100,0
Saúde	22	39,3	10	17,9	9	16,0	5	8,9	10	17,9	56	100,0
Infra-Estrutura	11	26,2	5	11,9	8	19,0	7	16,7	11	26,2	42	100,0
Cultura/EspORTE	9	32,1	5	17,9	5	17,9	6	21,4	3	10,7	28	100,0
Produção	10	27,8	10	27,8	4	11,1	3	8,3	9	25,0	36	100,0
Habitação	1	20,0	2	40,0	-	-	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Ação Social	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Segurança Pública	1	20,0	-	-	-	-	-	-	4	80,0	5	100,0
Total	82	27,7	48	16,2	52	17,6	38	12,8	76	25,7	296	100,0

Fonte: SEPLAN/SPO.

Os projetos na área de produção (12,2%) parecem reduzidos frente às necessidades regionais. As ações de habitação (1,6%) e aquelas destinadas à ação social (0,6%) também foram insignificantes, inclusive quando se considera o montante de recursos. Segundo a ordem de importância dos investimentos destinados à Região, observa-se que a educação (29,9%), o saneamento (25%), a infra-estrutura (19,7%) e a saúde (12,5%) absorveram a parte mais significativa dos recursos durante o quadriênio analisado. Considerando as altas taxas de analfabetismo ainda persistentes no cenário regional e as carências nas áreas de saúde e saneamento, já evidenciadas anteriormente, pode-se afirmar que houve a adequação destes investimentos quanto à prioridade das aplicações, embora o volume dos recursos tenha-se revelado insuficiente diante da realidade regional. Ao se estabelecer a relação entre os recursos aplicados e as necessidades regionais, fica patente também como as demais áreas foram subestimadas, haja vista a sua importância, a saber: produção, habitação, educação e cultura, ação social e segurança pública, que, somadas, representam menos de 13% do total das inversões estaduais.

Em nenhum dos níveis de Governo se observa ações claramente voltadas para conservação/preservação ambiental. Certamente estas ações devem estar diluídas em outros segmentos não se constituindo em prioridade. Considerando que o volume de recursos são insuficientes para atender a demanda regional em outras áreas, o destinado para a área ambiental termina por ser muito pouco, o que demonstra o pouco interesse com a questão ambiental, refletido pelo passivo ambiental e pelas precárias condições sócio-ambientais existentes.

Tabela 15
Região Serra Geral
Valor das Ações/Projetos do Governo Estadual por Áreas de Investimentos e Subespaços
2000-2004

Áreas de Investimento	Brumado		Caculé		Caetité		Condeúba		Guanambi		Total	
	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%	(R\$ 1,00)	%
Educação	2.545.968	14,5	1.848.814	10,6	5.051.321	28,8	1.554.741	8,9	6.519.003	37,2	17.519.847	100,0
Saneamento	7.161.451	48,6	1.717.164	11,6	2.718.173	18,5	1.077.380	7,3	2.057.025	14,0	14.731.193	100,0
Saúde	4.671.803	63,5	938.816	12,8	736.654	10,0	717.000	9,7	292.425	4,0	7.356.698	100,0
Infra-Estrutura	4.726.366	40,9	421.333	3,7	1.307.246	11,3	3.693.811	31,9	1.415.152	12,2	11.563.908	100,0
Cultura/Esporte	301.194	11,7	156.790	6,1	621.999	24,1	324.372	12,5	1.180.555	45,6	2.584.910	100,0
Produção	1.302.131	38,9	731.591	21,9	77.772	2,3	47.856	1,4	1.185.603	35,5	3.344.953	100,0
Habitação	72.000	17,8	97.000	24,0	-	-	48.000	11,9	187.297	46,3	404.297	100,0
Ação Social	-	-	17.020	35,7	-	-	30.636	64,3	-	-	47.656	100,0
Seg. Pública	2.762	0,3	-	-	-	-	-	-	1.059.845	99,7	1.062.607	100,0
Total	20.783.675	35,5	5.928.528	10,1	10.513.165	17,9	7.493.796	12,8	13.896.905	23,7	58.616.069	100,0

Fonte: SEPLAN/SPO.

5.2.2 Projetos Especiais: Produzir e Gavião

Além das ações regulares financiadas pelos Governos Federal e Estadual, a Região da Serra Geral conta ainda com ações decorrentes de projetos especiais, notadamente o Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião e o Projeto Produzir, ambos executados pela CAR.

A fonte de recursos do Projeto Gavião é o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Este Projeto abrange treze municípios da Região Sudoeste do Estado da Bahia, dos quais nove estão situados na área de intervenção deste Programa, a saber: Condeúba, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Presidente Jânio Quadros, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba e Piripá. A parcela da população mais significativa atendida pelo Projeto é a população rural, sendo que, dentre as 40.000 famílias residentes na sua área de abrangência, 70% estão concentradas no campo⁹.

O público potencial do Pró-Gavião são as famílias dos pequenos agricultores que possuem um limite de renda bruta anual de até US\$ 2.500,00 e propriedades com áreas que não ultrapassam a 100 hectares. Tem como objetivo primeiro melhorar a qualidade de vida dessas famílias rurais, através do aumento da produção e da produtividade agropecuária e agroindustrial, bem como da oferta de infra-estrutura e dos serviços básicos da Região.

⁹ As informações apresentadas referem-se ao conjunto dos municípios do Projeto Gavião. Em função de apenas quatro municípios – Anagé, Belo Campo, Caraíbas e Tremedal, todos de pequeno porte, pertencerem à área de abrangência que ultrapassa a área do Programa Serra Geral, optou-se por considerar as informações na sua totalidade. Admite-se, também, que pelo fato da intervenção deste projeto se fazer com forte base comunitária, as suas ações tendem a extrapolar as fronteiras municipais.

O Projeto de Combate à Pobreza Rural, localmente denominado Projeto Produzir, está em execução no Estado da Bahia desde 1993. Sua área de intervenção abrange 407 municípios, com foco de ação centrado nos 100 que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M mais baixo.

O Banco Mundial – BIRD, e o Estado são os órgãos financiadores deste Projeto, que está voltado, prioritariamente, para as pequenas comunidades rurais pobres, passando a atuar, também, nas sedes urbanas com pequenas populações, cujo limite é de até 7.500 habitantes.

5.3 Finanças Municipais

As receitas dos municípios da Região Serra Geral totalizaram no ano de 2002, aproximadamente 276,32 milhões de reais, correspondendo a 3,8% do total das receitas obtidas pelo restante dos municípios do Estado da Bahia. No período 1996/02, enquanto as receitas regionais aumentaram em 111,12 milhões de reais, representando um incremento de 67,3%, as receitas dos outros municípios baianos apresentaram um percentual de crescimento correspondente a 42,1%, inferior, portanto, àquele obtido pela Região.

Esta expansão das receitas, proporcionalmente maior nos municípios da Região, resultou no aumento da participação regional no total das receitas do Estado, no período. Entretanto, o crescimento das receitas regionais, conforme será analisado posteriormente, decorreu do aumento significativo das transferências do Governo Federal.

No mesmo período, as despesas da Região Serra Geral tiveram, em valor absoluto, uma elevação da ordem de 86,18 milhões de reais. Este aumento correspondeu a 47,3%, superior em termos percentuais à expansão das despesas observadas no conjunto dos municípios do Estado, que atingiu 23,1%. Contudo, ele foi inferior em cerca de 24,94 milhões de reais ao aumento do volume das receitas arrecadadas na Região, no mesmo período. Em função deste comportamento a Região apresentou, em de 2002, um superávit de 7,90 milhões de reais no balanço das contas municipais. Vale ressaltar que este comportamento também foi observado nas contas dos municípios de todo o Estado neste mesmo ano.

No período de 1996/2002, o incremento das receitas proporcionalmente maior que o aumento das despesas na Região e no conjunto dos municípios do Estado, revelam uma melhoria no desempenho das administrações municipais, tanto na expansão das receitas arrecadadas quanto no controle dos gastos públicos, fato que pode ser creditado ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 16**Região Serra Geral****Valor das Receitas e Despesas da Região e do Resto do Estado (Em R\$ 1.000,00 de out/2003)****1996/2002**

Especificação	Receitas			Despesas		
	Resto do Estado	Região	%/Estado	Resto do Estado	Região	%/Estado
1996	4.882.155,37	165.199,68	3,3	5.599.347,13	182.237,84	3,2
2002	6.937.680,92	276.315,58	3,8	6.890.302,31	268.418,72	3,8
Incremento	42,1	67,3	-	23,1	47,3	-

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

As informações da Tabela 17 estabelecem uma relação entre as receitas e as despesas *per capita*, ou seja, o montante dos recursos recebidos e reinvestidos nos municípios, por habitante. Esta correlação nem sempre obedece a um critério de proporcionalidade, haja vista que a implementação de uma política nacional de melhor distribuição dos impostos partilhados confere aos municípios de menor expressão econômica uma participação mais elevada na apropriação do montante dos tributos arrecadados. Embora esta política beneficie os municípios menores, vale ressaltar que nem sempre há uma correspondência entre o recebido e os serviços prestados à população, a qual, invariavelmente, se dirige às cidades de maior porte como Brumado, Guanambi, Caetité e Livramento de Nossa Senhora, em busca dos serviços públicos disponíveis em tais localidades, acarretando uma maior demanda e, conseqüentemente, mais despesas para estes municípios.

Tabela 17**Região Serra Geral****Receita e Despesa Per Capita segundo Subespaços, Região e Resto do Estado****1996/2002**

Subespaços	Receita Per Capita ¹			Despesa Per Capita ¹		
	1996	2002 ¹	Variação%	1996	2002 ¹	Variação%
Brumado	303,76	495,00	63,0	333,18	486,65	46,1
Caculé	278,55	516,78	85,5	327,01	508,03	55,4
Caetité	295,22	481,95	63,3	330,34	484,95	46,8
Condeúba	267,68	534,79	99,8	271,46	461,04	69,8
Guanambi	299,65	448,48	49,7	331,75	444,24	33,9
Região	293,3	489,02	66,7	323,55	475,05	46,8
Estado	402,44	551,94	37,2	460,99	547,71	18,8

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

¹ - População referente ao ano 2000 e valores em R\$1.000,00 de out/2003.

No que se refere às receitas e às despesas *per capita* da Região, elas foram inferiores às do resto do Estado nos anos de 1996 e 2002. Em 2002, destacaram-

se no conjunto dos dados das receitas *per capita*, os valores de Condeúba e Caculé, diferentemente de 1996, quando estas áreas ocuparam as últimas posições. Nesse período, as maiores variações de valores das receitas e despesas *per capita* corresponderam a estes mesmos subespaços, cujos percentuais foram superiores aos da Região e aos do Estado.

As receitas orçamentárias são compostas pela receitas correntes e de capital. As correntes apresentaram, historicamente, uma maior participação por incluir, no seu crédito, a rubrica de transferência, que abrange os recursos financeiros oriundos da União, através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a transferência do Estado, via Quota de Participação dos Municípios – QPM, que envolve um repasse proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS.

No período 1996/02, as receitas correntes apresentaram uma evolução da ordem de 75,5%, enquanto as receitas de capital decresceram 35,0%, Tabelas 18 e 19. Em 2002, as receitas extra-orçamentárias apresentaram um crescimento de mais de 320% (de 3,7 milhões de Reais em 1996 passaram para 15,6 milhões de Reais em 2002) que, embora tivessem registrado valores absolutos bem menores em relação às correntes, compensaram o decréscimo proveniente do desempenho negativo da rubrica de capital.

Quanto à composição das receitas correntes dos municípios da Região (Tabela 18), destacaram-se as transferências constitucionais, que atingiram 94,6% do total no ano de 1996, e 94,5% em 2002. Estes percentuais demonstram a completa dependência dos municípios ao Governo do Estado e, principalmente, à União. Cabe ressaltar, portanto, a relação direta entre as reduzidas atividades econômicas dos municípios, evidenciadas pelos valores e pela participação dos mesmos no conjunto dos recursos provenientes das arrecadações tributárias de responsabilidade municipal e pelas transferências – federal e estadual, as quais, no período em análise, cresceram 75,3%, quando eram de, aproximadamente, R\$ 133,4 milhões em 1996, e passaram para de R\$233,8 milhões em 2002.

As receitas tributárias, situadas no segundo nível de importância, tiveram uma expansão de 60,2% no período, contribuindo com 3,9%, em 1996, e 3,6% em 2002, Tabela 18. Excluindo as receitas tributárias e as receitas de transferências, as demais contribuíram com apenas 1,5%, em 1996, e com 1,9% em 2002. Estes dados confirmam a baixa capacidade tributária dos municípios da Região, situação encontrada em todo o Estado e, até mesmo, no País. Além disto, o reduzidíssimo grau de autonomia dos municípios se evidencia pela incapacidade de utilizar as receitas auferidas no âmbito local, a fim de efetuar investimentos e estruturar os serviços para o atendimento da população. A situação contábil dos municípios mostra a inexistência de dados relativos às receitas provenientes da agropecuária, sobretudo pela prevalência das características regionais, cujos municípios estão bastante vinculados às atividades rurais.

Tabela 18
Região Serra Geral
Tipos de Receitas Correntes (Em R\$ 1.000,00 de out/2003)
1996/2002

Receitas Correntes	1996		2002		Variação
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Tributária	5.512,38	3,9	8.832,36	3,6	60,2
Contribuição	2,26	0,0	6,13	0,0	171,2
Patrimonial	389,05	0,3	428,91	0,2	10,3
Industrial	25,44	0,0	11,89	0,0	-53,3
Serviços	92,38	0,1	1.727,67	0,7	1770,2
Agropecuária	-	-	-	-	-
Transferências	133.393,52	94,6	233.835,00	94,5	75,3
Outras Receitas	1.568,77	1,1	2.581,71	1,0	64,6
Total	140.983,80	100,0	247.423,67	100,0	75,5

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

As receitas de capital, que correspondem às operações de crédito, às alienações de bens móveis e imóveis, às amortizações de empréstimos concedidos, às transferências e outras despesas de capital, no conjunto regional, foram variadas, vez que não se observou coerência entre os dados dos seus diversos desdobramentos, apresentando em 2002 um decréscimo de 35% em relação a 1996. Não houve operações de crédito nem amortizações de empréstimos, no período. Coube ao componente transferência de capital a principal fonte de aporte de recursos de capital no âmbito regional, em 1996.

Tabela 19
Região Serra Geral
Receitas de Capital (Em R\$ 1.000,00 de out/2003)
1996/2002

Receitas de Capital	1996		2002		Variação
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Operações de crédito	-	-	-	-	-
Alienação bens móveis	363,76	1,8	145,83	1,1	-59,0
Alienação bens imóveis	17,38	0,1	0,54	0,0	-96,9
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de capital	20.136,25	98,1	996,23	7,5	-95,1
Outras	-	-	12.184,79	91,4	0,0
Total	20.517,39	100,0	13.327,39	100,0	-35,0

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

Apesar das variações nas rubricas que compõem as receitas de capital, no período de 1996 a 2002, constata-se que os municípios da Região, segundo dados do Tribunal de Contas dos Municípios, não se endividaram através de

operações financeiras, além das dívidas já consignadas no orçamento, reduzindo portanto, a capacidade de investimento.

As despesas orçamentárias, fixadas mediante autorização do Poder Legislativo Municipal têm nos gastos de custeio o seu principal componente para funcionamento da estrutura administrativa.

O balanço entre o total das receitas e das despesas, no período analisado (Tabela 20), indica que os fluxos dos recursos financeiros foram crescentes e bastante diferenciados entre os subespaços. Por parte da receita, a maior elevação se verificou no subespaço Condeúba (97,2%) e a menor, no subespaço Guanambi, (52,2%). Quanto às despesas, observa-se a mesma configuração, com estes mesmos subespaços mantendo a liderança e com variações de 67,6% e 36,1%. Todavia, observa-se que houve, em todos os cinco subespaços, uma variação positiva tanto para as receitas quanto para as despesas, sendo que as primeiras superaram as segundas.

No tocante à participação dos subespaços nas receitas, a exemplo de outros indicadores socioeconômicos, Brumado e Guanambi foram os mais importantes, absorvendo, respectivamente, 34,4% e 25,8% em 1996. Estes percentuais se mantiveram praticamente inalterados em 2002, registrando uma inexpressiva redução. Os subespaços Condeúba, Caculé e Caetité não apresentaram grandes diferenças, com seus percentuais variando na faixa de 14 a 15%, em 1996 e 2002.

A contribuição das receitas tributárias no conjunto regional tem sido insignificante na composição da receita total da Região. Os impostos e as taxas que compõem as receitas tributárias se ressentem de uma clara política de tributação e, como as rubricas IPTU, ISS, IVVC (Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis) e as taxas de serviços são componentes vinculados essencialmente às áreas urbanizadas, predomina uma reduzida base operacional para o crescimento de arrecadação na área.

Tabela 20
Região Serra Geral
Receitas e Despesas por Subespaços (Em R\$ 1.000,00 de out/2003)
1996/2002

Subespaços	Total das Receitas					Total das Despesas				
	1996		2002		Variação% 1996/02	1996		2002		Variação% 1996/02
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%	
Brumado	56.886,04	34,43	93.703,71	33,91	64,7	62.394,38	34,24	92.123,04	34,3	47,7
Caculé	21.798,43	13,20	38.076,70	13,78	74,7	25.590,18	14,04	37.431,88	14,0	46,3
Caetité	24.304,04	14,71	41.081,83	14,87	69,0	27.194,64	14,92	41.336,94	15,3	52,0
Condeúba	19.528,84	11,82	38.510,97	13,94	97,2	19.804,36	10,87	33.199,61	12,4	67,6
Guanambi	42.682,31	25,84	64.942,37	23,50	52,2	47.254,27	25,93	64.327,25	24,0	36,1
Total	165.199,68	100,00	276.315,58	100,00	67,3	182.237,83	100,00	268.418,72	100,0	47,3

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

A falta de uma política de arrecadação e a inadequação dos tipos de impostos para a real situação da maioria dos municípios contribui para o reduzido aporte das receitas a partir das arrecadações tributárias de responsabilidade local, como determina a Constituição Federal. No ano de 1996, o total arrecadado com impostos e taxas na Região foi da ordem de R\$5,51 milhões, sendo que os impostos contribuíram com 92,6% da arrecadação e as taxas com apenas 7,4%. Já em 2002, os valores atingiram 8,83 milhões, mantendo os impostos e as taxas com uma menor participação na composição, com 94,3% e 5,7%, respectivamente.

Continuando a análise dos dados da Tabela 21, observa-se que, dentre as diversas rubricas componentes das receitas tributárias, o Imposto sobre Serviços – ISS, foi a mais importante, absorvendo do total arrecadado, 60,6% em 1996 e 38,1% em 2002. Embora, neste último ano, o ISS tenha diminuído a sua participação ainda se manteve na liderança. Os outros impostos tiveram uma contribuição relativa maior que em 1996. A importância dos impostos sobre serviços na atual estrutura tributária regional reforça a idéia da inadequação deste sistema frente à realidade dos municípios da Região Serra Geral.

O fraco desempenho das receitas tributárias reflete o desequilíbrio das arrecadações municipais e, principalmente, a ausência de uma política capaz de implementar a cobrança de impostos e taxas que viessem cobrir, pelo menos, alguns serviços essenciais. A distribuição da receita tributária se apresentou de forma não linear entre os seus subespaços (Tabela 21).

Tabela 21
Região Serra Geral
Receitas Tributárias (Em R\$ 1.000,00 de out/2003)
1996/2002

Especificação	1996							2002							Variação 1996/2002
	Brumado	Caculé	Caetitê	Condeúba	Guanambi	Total		Brumado	Caculé	Caetitê	Condeúba	Guanambi	Total		
						Valor	%						Valor	%	
1. Impostos	1.735,32	349,79	792,60	284,97	1.943,28	5.105,96	92,6	2.996,07	944,26	1410,55	1.065,27	1.913,15	8.329,31	94,3	63,1
IPTU	294,99	80,90	70,28	32,23	280,09	758,47	13,8	291,27	63,43	131,24	64,09	153,39	703,42	8,0	-7,3
ISS	1.225,39	160,33	396,32	233,30	1.327,47	3.342,81	60,6	1603,67	377,00	605,67	288,23	494,,30	3.368,86	38,1	0,8
ITIV	156,92	55,85	87,78	19,44	108,17	428,17	7,8	139,59	29,64	66,69	27,90	770,98	1034,80	11,7	141,7
IVVC	9,89	52,71	27,72	-	-	90,35	1,6	-	0,03	-	-	-	0,03	0,0	-100,0
Outros	48,13	-	210,,50	-	227,55	486,16	8,8	961,54	474,16	606,95	685,05	494,48	3.222,20	36,5	562,8
2. Taxas	98,83	17,76	31,78	24,21	233,86	406,43	7,4	129,16	24,62	149,25	29,59	170,43	503,05	5,7	23,8
Ex. P. Polícia	68,06	13,48	17,76	5,48	96,08	200,87	3,6	14,01	15,88	146,83	4,50	148,65	329,87	3,8	64,2
Prest. Serviço	28,15	3,18	14,02	15,03	137,78	198,18	3,7	115,15	8,74	2,41	23,55	21,78	171,64	1,9	-13,4
C. Melhoria	2,62	1,10	-	3,70	-	7,38	0,1	-	-	-	1,54	-	1,54	0,0	-79,2
Total	1.834,15	367,55	824,38	309,18	2.177,14	5.512,39	100,0	3.125,23	968,88	1559,80	1.094,86	2083,58	8.832,36	100,0	60,2

Fonte: TCM. Prestação de Contas; 1996 e 2002.

As maiores arrecadações refletem a dinâmica da economia regional, com os subespaços Brumado e Guanambi se destacando por possuir, dentre os demais, as maiores economias regionais e as maiores populações. Como consequência, tiveram uma maior participação do poder público municipal na prestação de serviços, incluindo estruturas administrativas, com atribuições específicas de arrecadação. Os subespaços Brumado e Guanambi arrecadaram 72,8% de todos os impostos e taxas no âmbito dos municípios no ano de 1996, cabendo aos três outros subespaços a arrecadação de, apenas, 27,2%. Em 2002 as receitas tributárias de toda a Região aumentaram para R\$ 8,832 milhões, representando uma variação percentual da ordem de 60,2%, quando comparada com a de 1996. Quanto aos subespaços, observa-se uma alteração significativa na contribuição de cada um deles e na formação da receita total da Região.

5.4 Arrecadação do ICMS por Setores Econômicos

Os dados referentes à arrecadação do ICMS, apesar de algumas limitações, sobretudo no tocante às isenções praticadas, podem ser utilizados como um indicador de avaliação no que se refere à dimensão das atividades econômicas regionais. Na Serra Geral, os dados do ICMS mostram que a Região arrecadou, nos anos de 1995 e de 1996, um total de 44,06 milhões de reais, sendo que o setor primário foi responsável por 18,2%, o setor secundário por 33,4% e, finalmente, o setor terciário, por 48,4% do total arrecadado.

Os subespaços com maior participação no volume arrecadado foram Brumado, com 54,1%, destacando-se os municípios de Brumado e Livramento de Nossa Senhora e Guanambi, com 34,0%, sendo os municípios de Guanambi, Palmas de Monte Alto e Urandi os mais importantes. Os subespaços Caetité, Caculé e Condeúba participaram com 6,8%, 4,1% e 1,0%, respectivamente, do valor do ICMS arrecadado na Região, nos anos mencionados. O desempenho positivo apresentado por estes municípios pode ser explicado pelas transformações ocorridas, a partir da década de 70, na estrutura da produção do Estado. Estas transformações produziram reflexos em determinados espaços geográficos que possuíam um potencial de crescimento econômico, decorrente da fertilidade dos seus solos, da disponibilidade de recursos hídricos ou em virtude do aproveitamento de outros recursos naturais que permitiram a extração e o beneficiamento de minerais.

Por outro lado, a concentração espacial da atividade agropecuária leva, também, a necessidade de uma combinação mais eficiente dos fatores de produção. Foi exatamente o que aconteceu na Região Serra Geral, principalmente nos municípios de Brumado e Guanambi, onde ocorreu uma maior participação deste setor na soma dos bens e serviços produzidos neste período. Este desempenho, que está firmemente relacionado com a estrutura produtiva, possibilitou o crescimento do setor de comércio e de serviços os quais, pela dinâmica que apresentam, possibilitaram uma concentração da riqueza, notadamente nestes dois subcentros regionais.

Tabela 22
Região Serra Geral
Valor e Participação Percentual na Arrecadação do ICMS por Setor Econômico segundo Subespaços
1995-1996

Subespaço	Primário			Secundário			Terciário			Total		
	Valor ¹	% ²	% ³	Valor ¹	% ²	% ³	Valor ¹	% ²	% ³	Valor ¹	% ²	% ³
Brumado	5.397,8	67,5	22,6	9.436,5	64,1	39,6	9.016,7	42,3	37,8	23.851,4	54,1	100,0
Caculé	281,8	3,5	15,7	102,6	0,7	5,7	1.411,6	6,6	78,6	1.795,9	4,1	100,0
Caetitê	731,8	9,2	24,4	608,0	4,1	20,3	1.659,7	7,8	55,3	2.999,5	6,8	100,0
Condeúba	43,6	0,5	10,3	6,9	0,0	1,6	373,5	1,8	88,1	424,0	1,0	100,0
Guanambi	1.539,9	19,3	10,3	4.576,0	31,1	30,5	8.877,2	41,5	59,2	14.993,2	34,0	100,0
Região	7.994,9	100,0	18,2	14.730,0	100,0	33,4	21.338,7	100,0	48,4	44.064,0	100,0	100,0

Fonte: Governo do Estado da Bahia/SEFAZ.

¹ Soma dos valores arrecadados nos anos 1995-1996, em R\$ 1.000,00.

² Percentual em relação à Região.

³ Percentual em relação aos setores econômicos.

Segundo informações da Secretaria da Fazenda, nos anos de 1995 e 1996, o subespaço Brumado arrecadou R\$ 23,85 milhões, sendo que o setor primário participou com 22,6% deste montante.

Ainda no subespaço Brumado, o setor secundário arrecadou R\$ 9,44 milhões. Com o beneficiamento de produtos minerais não-metálicos, foram agregados valores aos minerais extraídos, arrecadando-se R\$ 7,56 milhões, quantia que corresponde a 31,7% dos 39,6% da contribuição das receitas tributárias referentes ao ICMS.

A performance das atividades vinculadas à mineração – principal fonte geradora da riqueza do subespaço Brumado – garante o desempenho do setor terciário. Com efeito, o comércio varejista (Brumado não é um pólo de distribuição de bens duráveis por conta da sua proximidade com a cidade de Vitória da Conquista) e o setor de serviços, mais especificamente os serviços de transporte - aí incluído o transporte de minérios - representam a quase totalidade da arrecadação do setor.

A estrutura econômica dos subespaços Caculé e Condeúba difere dos outros subespaços, face à importância representada pelos seus setores terciários, geradores de mais de 3/4 da arrecadação do ICMS. Credita-se ao comércio varejista a importância do setor terciário.

No subespaço Caculé, o destacado desempenho do setor terciário (78,6%), em detrimento da baixa participação dos outros setores (primário 15,7% e secundário 5,7%) encontra sua explicação nas intensas relações comerciais especializadas em produtos dos ramos de móveis, eletrodomésticos e de materiais de construção, estabelecidas no município e com ramificações por toda a Região, inclusive no Estado vizinho de Minas Gerais.

A estrutura da arrecadação do ICMS no subespaço Condeúba foi semelhante àquela observada no subespaço Caculé, guardada a diferenciação da quantidade de bens e serviços produzidos pelas economias dos dois subespaços. À guisa de esclarecimento, o subespaço Condeúba contribuiu com a menor participação das receitas geradas por este imposto, em toda a Região. O comércio varejista foi a mais importante fonte de arrecadação, em torno de 60% do total das contribuições, seguido da extração de produtos vegetais, com 7,2%, aproximadamente. A arrecadação advinda da extração vegetal, em tamanha proporção, remete a um problema regional, agravado por um quadro de falta de opções de investimento, que redundou nos menores níveis de renda *per capita* da Região e direcionou a atividade econômica para o desmatamento indiscriminado, causando severos danos ao meio ambiente.

Com relação à importância da arrecadação do ICMS no âmbito regional, o subespaço Caetité se situou no 3º lugar, logo após Brumado e Guanambi, embora com valores bastante inferiores. Segundo estimativas, a arrecadação anual do imposto analisado vem alcançando, em média, 15% do que foi arrecadado no subespaço Guanambi. Observa-se que houve uma participação equilibrada de todos os setores na composição do imposto. Com efeito, este fato revela que os investimentos na produção foram disseminados por um maior leque de atividades, criando salvaguardas contra as crises localizadas e amenizando, de certa forma, a participação das atividades voltadas, exclusivamente, para a apropriação direta dos recursos naturais como a única fonte de emprego e renda.

O setor primário do subespaço Caetité participou com 24,4% da arrecadação. Deste subtotal, a extração e o tratamento de minerais representaram 20,7%. A arrecadação do setor secundário do subespaço Caetité apresentou, como seu maior contribuinte, a indústria de produtos minerais não-metálicos, com uma participação de 15,7% do arrecadado pelo setor, que alcançou 20,3% nesse período. Esta atividade contribuiu com um significativo aporte de recursos na economia, fornecendo uma perspectiva de crescimento a partir do incremento das atividades de mineração e produção do concentrado de urânio pela INB, além da possibilidade de exploração da reserva de ferro descoberta no município, com uma forte tendência para a modificação do perfil da arrecadação do subespaço.

A participação do setor terciário na composição do ICMS, no subespaço Caetité, foi da ordem de 39,3%, sendo que o comércio varejista arrecadou 32,4% e o atacadista, 5,1%. Esta performance se reproduziu, praticamente, por todos os outros subespaços da Região, reduzindo um pouco no subespaço Brumado, haja vista a alta participação do setor de serviços e, em especial, dos serviços de transporte, de vital importância para a atividade mineradora do subespaço.

A origem das fontes de arrecadação do ICMS no subespaço Guanambi – o segundo em importância econômica na Região – apresenta singularidades na sua composição, que remetem à produção de bens e serviços.

A participação do setor agropecuário em termos de arrecadação, especialmente

as lavouras e a criação de animais, foi bastante significativa quando comparada com os outros subespaços. Os municípios que compõem o subespaço Guanambi apresentaram uma base econômica diferenciada, onde a geração do tributo ocorreu em função da extração mineral. O setor primário contribuiu com 10,3% da geração do imposto. Este perfil de produção, em especial aquele da cultura do algodão, que requer uma logística de transporte e cujo volume transportado incide diretamente nos custos, criou as condições necessárias para a implantação de uma indústria têxtil, atuando, de forma mais específica, no descarçamento e na prensagem. Esta atividade foi responsável pela quase totalidade da arrecadação do setor secundário, da ordem de 27,1% dos 30,5% referentes ao setor.

A contribuição do setor terciário, para a formação da arrecadação do imposto no subespaço Guanambi, apresentou o comércio como a principal fonte, com destaque para o varejo. De uma participação de 59,2% na formação do tributo, este ramo de atividade alcançou 45,5%, sendo 37,7% para o varejo e 7,8% para o ramo do atacado. A importância desta atividade para o subespaço remonta à fundação da cidade, quando passou a ser um ponto de confluência de rotas, interligando os municípios da Região Serra Geral ao vale do rio São Francisco e Minas Gerais.

6.1 Formação da Economia Regional

Na Serra Geral, embora a mineração, a partir do século XVIII tenha sido um importante fator de atração populacional, estimulador do desbravamento, colonização e expansão econômica das áreas desta Região, em decorrência do crescimento das zonas auríferas de Minas Gerais, Jacobina e Rio de Contas, as atividades comerciais, pecuária bovina, algodão e culturas alimentares foram aquelas que estruturaram a economia regional e, de forma integrada, responsáveis pela consolidação da ocupação regional.

O ciclo da mineração na Chapada Diamantina contribuiu para o aparecimento de cidades, e que, ao expandir-se, promovia o crescimento da demanda de alimentos e serviços de outras áreas, proporcionando o crescimento do comércio, inclusive o de pedras preciosas, com a conseqüente acumulação de capital, reinvestido na própria Região. De fato, a necessidade de carne e a demanda do couro, pela sua larga utilização, estimularam a instalação de fazendas de gado bovino para o atendimento dos consumidores, que, naquele momento, eram compostos, pela população ligada, direta ou indireta, à mineração. Assim é que, passado o ciclo do ouro, a pecuária bovina e outras atividades agropecuárias se constituíram no efetivo fator de ocupação, vindo a absorver uma parte do contingente populacional, anteriormente dedicada à mineração.

A cultura do algodão assumiu, ao longo da história, um importante papel no desenvolvimento regional, transformando-se na sua mais importante exploração agrícola, haja vista as características de adaptação desta lavoura às condições climáticas, à demanda crescente do produto, à possibilidade de sua exploração nas mais diversas propriedades rurais, o fato de se constituir num produto voltado, essencialmente, para o mercado e, ainda, por representar uma renda extra para os pequenos agricultores. Durante um longo período, esta Região se destacou como cotonicultora, sobressaindo-se dentre as demais do Estado.

No decorrer do século XVIII, a cidade de Caetité passou a assumir a liderança do processo de crescimento regional, determinada por uma conjunção de fatores favoráveis, que incluíam uma base agrícola produtiva, uma privilegiada localização como rota entre as diversas cidades e a existência de um comércio de pedras preciosas, oriundas da Chapada Diamantina. Esta cidade se tornou um centro prestador de serviços, sobretudo pela implantação, anos mais tarde, de um núcleo de geração e transmissão de conhecimentos eruditos, fato que a distinguiu não apenas como referência regional, senão estadual.

A expansão econômica da cidade de Caetité proporcionou um aumento da sua população e gerou as condições que influenciaram, pela sua proximidade, a ocupação das terras de maior fertilidade do atual município de Guanambi,

inclusive do Vale do Iuiú. A partir da pecuária extensiva e, mais tarde, do cultivo do algodão, esta área apresentou também um acentuado crescimento, inclusive populacional.

No início do século XX (1912), o processamento industrial do algodão experimentou um considerável avanço tecnológico em razão da inauguração da primeira usina de beneficiamento, movida à força motriz, com um melhor aproveitamento dos resíduos, tais como a fabricação de óleo, de torta e sabão, a partir do caroço. A prensagem do algodão em pluma em larga escala de forma industrial, possibilitou o crescimento da demanda por algodão em caroço, numa conjuntura favorável dos mercados interno – início do processo da industrialização e a crescente urbanização brasileira – e externo, com a Guerra Mundial de 1945. A cotonicultura atravessou um dos seus ciclos de prosperidade, estimulando a produção em outros municípios da Região, a exemplo de Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

Em torno da década de 70, consolida-se Guanambi como pólo regional, graças à expansão da cotonicultura, apoiada por um forte programa governamental, que apresentava, no crédito rural, uma das suas mais importantes formas de intervenção. A ampliação dos financiamentos via crédito de custeio, por faixas de produtividade, bem como de investimentos, possibilitaram a incorporação de novas áreas, inclusive o início da exploração com a utilização intensiva de capital e tecnologia do Vale do Iuiú, além da implantação de um parque industrial de prensagem composto de empresas de médio e grande portes.

Deste modo, no decorrer do século XX a Região Serra Geral passou a ser, além de produtora de alimentos para o seu consumo interno, importante produtora de algodão, gado e minerais, num contexto onde predominava a grande propriedade. Esta configuração embasou a formação das suas elites que, paralelamente, também exerciam as funções de comerciantes.

As mudanças econômicas ocorridas na Região advieram também das intervenções mais recentes, a exemplo de Brumado, através da implantação de indústrias de mineração a partir da exploração do magnésio e do talco; de Caetité, com a exploração de urânio; de Guanambi, mediante a revitalização da cotonicultura conduzida por grandes empresas; e de Livramento de Nossa Senhora, com a implantação da fruticultura irrigada.

Entre as décadas de 70 e 80, a Região, face à conjuntura econômica favorável e aos estímulos financeiros governamentais, recebeu expressivos incentivos creditícios, possibilitando a ocupação e a expansão das áreas agricultáveis que se encontravam ainda inexploradas, além de dinamizar as áreas tradicionalmente produtoras. O Vale do Iuiú – com extensas áreas planas e férteis – foi praticamente desbravado nessa época, enquanto Guanambi se tornava uma cidade-pólo, fornecedora de serviços e de apoio à produção, desbancando, por sua vez, a cidade de Caetité, que durante anos, se constituiu no principal centro regional. Esta cidade, desde os anos 50, vinha deixando de ter a importância

regional que desfrutava, em favor de Vitória da Conquista, devido a implantação da BR-116. Guanambi, que a partir da década de 70 passou a apresentar elevadas taxas de crescimento populacional, se estruturou com os mais variados equipamentos urbanos, tornando-se a mais influente sede de serviços urbanos regionais.

Cabe destacar, na Região, os projetos de irrigação pública de Ceraíma, Livramento de Nossa Senhora e Estreito. Nestes projetos que estão voltados para a exploração de cultivos alimentares, seus produtores ainda não conseguiram se estabelecer completamente, de modo especial em Livramento de Nossa Senhora, que ao longo do tempo, pelas mais variadas razões, têm abandonado as áreas e repassando-as para outro público. No momento, este projeto se dedica à produção de frutíferas em bases empresariais, direcionado para o mercado externo.

6.2 Estrutura Produtiva

6.2.1 Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) Regional

O Produto Interno Bruto – PIB da Serra Geral alcançou, no ano 2003, um valor correspondente a R\$ 1.356,41 milhões, representando 2,0% do PIB estadual. No período de 1999 a 2003, o PIB regional apresentou uma taxa de crescimento muito baixo, isto é, 0,23%, valor bem inferior à taxa verificada no âmbito do Estado (1,20%). Atribui-se, como fator determinante deste baixo resultado do PIB regional, a redução das atividades industriais e de serviços nos subespaços Caculé, Caetité, Condeúba e Guanambi, os quais apresentaram taxas negativas. É importante assinalar que entre os subespaços, somente Brumado apresentou taxa de crescimento positiva, correspondente a 3,9%, (vale dizer que neste subespaço apenas os municípios de Dom Basílio e Maetinga apresentaram taxa de crescimento negativa).

Tabela 23

REGIÃO SERRA GERAL

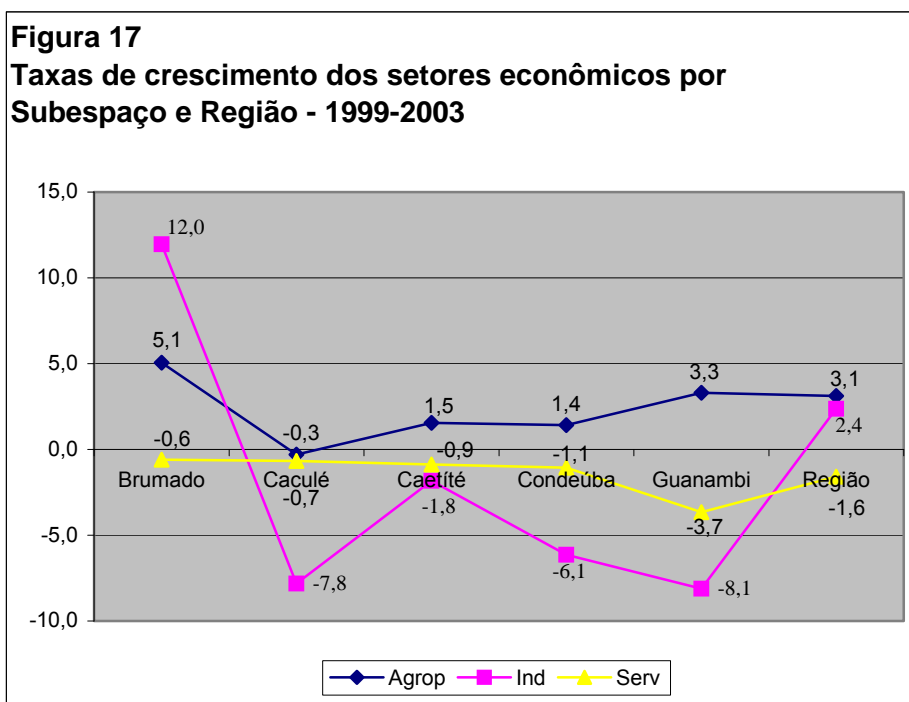
Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)¹ por Setores Econômicos e Subespaços 1999/2003 (Em Milhões de Reais)

Subespaços	1999				2003				Tx. cresc.
	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	1999/2003
Brumado	101,62	118,84	284,51	504,98	123,81	186,77	277,82	588,40	3,90
Caculé	32,14	30,46	87,25	149,84	31,76	22,00	84,94	138,70	-1,91
Caetité	37,64	32,83	107,80	178,27	40,01	30,50	104,09	174,60	-0,52
Condeúba	29,93	32,15	76,01	138,08	31,67	24,95	72,84	129,46	-1,60
Guanambi	55,51	74,88	242,18	372,58	63,21	53,39	208,65	325,25	-3,34
Região	256,83	289,16	797,75	1.343,75	290,46	317,60	748,34	1.356,41	0,23
Estado	6.080,05	25.672,77	33.000,52	64.753,34	7.836,63	31.980,96	28.095,59	67.913,18	1,20

Fonte: www.sei.ba.gov.br

¹ Valores em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003.

No ano de 2003, os setores agropecuário e industrial apresentaram uma participação na formação do PIB regional bem diferente da observada para o Estado. Enquanto no Estado o setor industrial (39,6%) detinha uma participação superior ao setor agropecuário (9,4%), na Região, praticamente, não existia diferença significativa entre estes dois setores uma vez que o setor agropecuário participava com 21,4% e o setor industrial com 23,4%. Entre os subespaços, os maiores destaques são para o setor industrial de Brumado com 31,7%, o setor de serviços em Guanambi, com 64,2% e Caculé com 61,2%.



Entre os subespaços, Brumado foi o mais importante em termos de geração do PIB. Em 1999, com um valor equivalente a R\$ 504,98 milhões, este subespaço deteve uma participação equivalente a 43,4% do PIB de Serra Geral. Na segunda posição, situou-se o subespaço Guanambi, com uma participação de quase ¼ do PIB regional (24,0%) e, em seguida, os subespaços Caetité (12,9%), Caculé (10,2%) e Condeúba (9,5%).

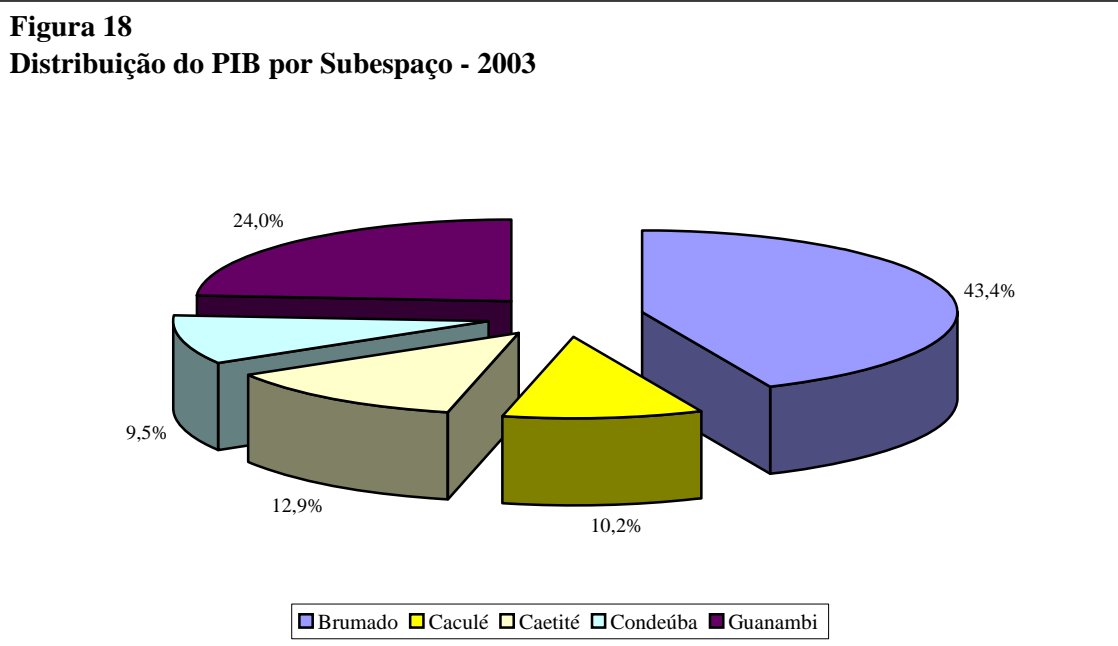
No ano 2003, os municípios detentores dos maiores valores do PIB foram Brumado, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora e Caetité. Estes quatro municípios representavam, aproximadamente, 52,3% do PIB regional. O município de Brumado, com 22,6%, se destaca por possuir algumas indústrias de mineração de porte considerável (Magnesita, IBAR e Xilolite), com produtos de grande valor agregado. Guanambi, com 13,6%, se sobressai como centro de produção agropecuária e de serviços regionais. Enquanto o município de Livramento de Nossa Senhora, com 8,6%, tem na fruticultura irrigada a sua principal atividade econômica, o município de Caetité representa 7,6% do PIB da

Região, devido as atividades de serviços, mineração e cerâmica.

Tabela 24
REGIÃO SERRA GERAL
Participação Percentual dos Setores Econômicos na Formação do PIB Segundo os Subespaços 2003

Subespaços	Agrop.	Ind.	Serv.	Total	Agrop.	Ind.	Serv.	Total
Brumado	21,0	31,7	47,3	100,0	42,6	58,8	37,1	43,4
Caculé	22,9	15,9	61,2	100,0	10,9	6,9	11,4	10,2
Caetité	22,9	17,5	59,6	100,0	13,8	9,6	13,9	12,9
Condeúba	24,5	19,3	56,2	100,0	10,9	7,9	9,7	9,5
Guanambi	19,4	16,4	64,2	100,0	21,8	16,8	27,9	24,0
Região	21,4	23,4	55,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estado	9,4	39,6	51,0	100,0	-	-	-	-

Fonte: www.sei.ba.gov.br



6.3 População Ocupada

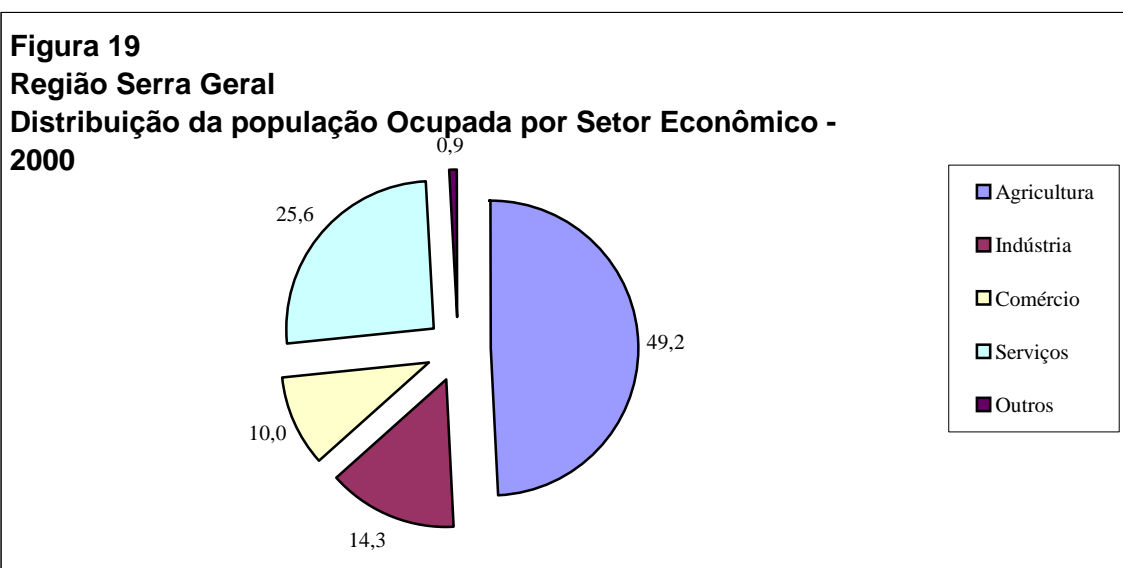
Segundo dados do IBGE – Censo Demográfico 2000, o quantitativo da população ocupada, segundo o Censo, era de 197.054 pessoas, equivalentes a 34,9% da população total da Região.

Tabela 25
Região Serra Geral
Número e Distribuição Percentual da População Ocupada por Setor Econômico e Subespaços
2000

Subespaços	Agricultura		Indústria		Comércio		Serviços		Outros		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Brumado	34.339	35,4	8.590	30,4	6.741	34,2	17.866	35,4	784	42,6	68.320	34,7
Caculé	13.575	14,0	3.714	13,2	2.158	11,0	6.068	12,0	173	9,4	25.688	13,0
Caetité	14.392	14,9	5.358	19,0	2.206	11,2	7.043	13,9	310	16,9	29.309	14,9
Condeúba	13.216	13,7	3.570	12,6	1.628	8,3	4.959	9,8	124	6,7	23.497	11,9
Guanambi	21.255	22,0	7.008	24,8	6.952	35,3	14.576	28,9	449	24,4	50.240	25,5
Região	96.777	100,0	28.240	100,0	19.685	100,0	50.512	100,0	1.840	100,0	197.054	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; 2000.

A análise da população ocupada por subespaço indica que Brumado detinha o maior percentual desta população na Região, com 34,7%, seguido de Guanambi (25,5%), Caetité (14,9%), Caculé (13,0%) e Condeúba (11,9%). Quanto ao setor econômico, a maior proporção da população ocupada, estava vinculada à agricultura absorvendo 49,2%, seguida pelo setor de serviços, com 25,6%, indústria, com 14,3%, comércio, com 10,0% e por outras atividades, com 0,9%.



Os subespaços apresentaram uma situação referente à estrutura de produção não muito diferenciada daquela indicada em toda a Região. Nos subespaços Brumado, Caculé e Condeúba, a agricultura absorveu mais da metade da população ocupada, ou seja, 50,2%, 52,8% e 56,3%, respectivamente. Chama a atenção o fato de que, no subespaço Guanambi, a agricultura absorveu o menor percentual (42,3%) da população ocupada, além de ser o grande centro regional de comércio e de serviços (42,8%), setores que absorvem grande contingente de mão-de-obra. No subespaço Caetité, praticamente a metade da sua população ocupada encontra-se voltada para a agricultura.

A população ocupada nas atividades industriais se distribuiu entre os cinco subespaços, com números bastante próximos, variando de: 18,3% em Caetité, cuja indústria de cerâmica, de porte significativo, e a de vestuário empregavam muita mão-de-obra, justificando, o percentual mais elevado; 12,6% no subespaço Brumado, pelo grande número de municípios que compõem este subespaço e pela existência da indústria de mineração no município sede. Os demais tiveram na agricultura a sua principal atividade econômica.

O subespaço Guanambi se caracteriza por possuir o maior centro urbano regional, que é a cidade de Guanambi. Este subespaço detém os maiores índices de população ocupada nos setores de comércio e serviços. Nos demais subespaços, os números representativos do setor terciário foram bastante próximos. Embora a cidade de Brumado seja o segundo centro urbano regional mais industrializado de toda a Região, a sua proximidade com a cidade de Vitória da Conquista desloca a demanda de grande parte dos seus bens e serviços para este grande centro urbano regional, o que, a princípio, justificaria os índices inferiores àqueles atribuídos ao subespaço Guanambi.

6.4 Rendimento Mensal

A Região Serra Geral apresenta uma significativa mudança quanto à proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimentos mensais entre os anos de 1991 a 2000. Entretanto, neste período, embora, tenha ocorrido uma redução de 5,0% no número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham qualquer rendimento ou recebiam até 1 Salário Mínimo, o total de pessoas agrupadas nesta categoria em 2000 ainda era relativamente alto, ou seja, 375.742 pessoas equivalente à 82,4% do total. Vale observar que esta redução foi ligeiramente superior à diminuição registrada no âmbito do Estado (5,2%).

Tabela 26
Região Serra Geral
Proporção de Pessoas de 10 anos ou mais de Idade, por Classes de Rendimento Nominal Mensal
1991/2000

Classes de rendimentos mensais (SM) ¹	Região		Estado	
	1991 (%)	2000 (%)	1991(%)	2000 (%)
Sem rendimento ²	54,8	51,2	51,2	48,1
Até 1	32,5	31,2	29,5	27,4
1 a 2	7,6	9,6	9,9	11,7
2 a 5	3,6	5,6	6,0	7,8
5 a 10	1,0	1,5	2,1	3,0
10 a 20	0,3	0,5	0,9	1,3
Mais de 20	0,2	0,3	0,4	0,7
Total de pessoas (10 anos ou mais)	377.963	455.997	8.663.116	10.389.118

Fonte: IBGE. Censos demográficos, 1991 e 2000.

¹ Salário mínimo utilizado: 1991= Cr\$ 23.131,68; 2000= R\$ 151,00

² Inclusive benefícios.

Entre os anos de 1991 a 2000, Caculé e Caetité foram os subespaços que apresentaram as maiores reduções no percentual de pessoas sem rendimentos ou que recebiam até 1 Salário Mínimo, com percentuais correspondentes à 5,6% e 5,2%, respectivamente.

Por outro lado, no que se refere às demais classes de rendimentos todas elas apresentavam, no ano 2000, uma maior proporção de pessoas quando comparado com a distribuição do ano de 1991. Estes dados revelam a ocorrência de uma relativa melhoria da distribuição dos rendimentos recebidos pela população da Serra Geral, na década de 90.

6.5 Setor Primário e Agropecuária Regional

6.5.1 Uso da Terra e Estrutura Fundiária

6.5.1.1 Uso da Terra

De acordo com os dois últimos Censos Agropecuários do IBGE, no período de 1985/1995-1996, ocorreu uma redução de 8,3% no uso das terras de Serra Geral. Fato semelhante aconteceu também com relação ao uso das terras no Estado, onde esta redução alcançou cerca de 10,7%. Uma das razões que pode ser apresentada como justificativa para este fato é que, após a implantação do Plano Real (1994), redução da oferta de crédito rural obrigou a uma diminuição das áreas ocupadas com lavouras.

Analisando-se os dados sobre as categorias de uso das terras, indicados na Tabela 26, tem-se a confirmação desta observação: embora o total da área com lavouras tenha sofrido uma redução correspondente a 24,5%, a área do subgrupo das permanentes cresceu 62,8%, enquanto que as lavouras temporárias, subgrupo que mais demanda crédito rural, apresentaram uma queda de 22,4%.

O incremento de 62,8% na área utilizada com culturas permanentes decorreu da introdução das culturas irrigadas de maracujá, banana e manga, favorecidas pela abertura de mercado para estes produtos, com o conseqüente aumento de remuneração para seus produtores, quando comparadas com outras culturas. Já as terras com culturas temporárias sofreram uma redução de 22,4% e as terras com temporárias em descanso, com 33,8%, em suas áreas de utilização.

Cabe ressaltar que a redução das áreas com as culturas temporárias teve como principal fator a crise da lavoura do algodão, no momento em que a produção regional não apresentava condições de competitividade internacional, trazendo conseqüências negativas para a economia regional, já que a lavoura do algodão era a mais importante atividade geradora de emprego e renda.

No ano de 1995, das terras que se encontravam em exploração, 41,8% destinavam-se à pecuária, distribuídas entre pastagens naturais e plantadas, enquanto que, em 1985, as pastagens ocupavam 36,2%. A expansão dessas

áreas para a pecuária resultou na substituição das lavouras por pastos, acarretando problemas que se relacionam com o aumento do desemprego e da degradação ambiental. Por sua vez, a elevação do percentual de terras inaproveitáveis de 5,0%, em 1985, para 6,8%, em 1995-1996, pode ser creditada a informações distorcidas, prestadas pelos proprietários, na coleta de campo do Censo.

Tabela 27
Região Serra Geral
Uso da Terra
1985/1995-1996

Discriminação	1985(a)		1995-1996 (b)		Variação
	ha	%	ha	%	
1. Lavouras	445.365	20,9	336.367	17,2	-24,5
Permanentes	8.936	0,4	14.551	0,7	62,8
Temporárias	289.383	13,6	224.533	11,5	-22,4
Temporárias em Descanso	147.046	6,9	97.283	5,0	-33,8
2. Pastagens	771.634	36,2	817.956	41,8	6,0
Naturais	360.742	16,9	393.167	20,1	9,0
Plantadas	410.892	19,3	424.789	21,7	3,4
3. Matas e Florestas	450.730	21,2	444.647	22,8	-1,4
Naturais	449.088	21,1	433.914	22,2	-3,4
Plantadas	1.642	0,1	10.733	0,6	553,7
4. Produtivas Não-Utilizadas	359.049	16,7	223.451	11,4	-37,8
5. Inaproveitáveis	106.340	5,0	132.930	6,8	25,0
Região	2.133.118	100,0	1.955.351	100,0	-8,3
Estado	33.431.403	100,0	29.842.900	100,0	-10,7

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1985 e 1995-1996.

Embora a categoria de florestas plantadas represente apenas 0,6% da área recenseada pelo IBGE em Serra Geral, chama a atenção o elevado crescimento da área dessas florestas visto que, no período em análise, ocorreu um incremento da ordem de 553,7%, equivalente a 9.091 ha.

6.5.1.2 Estrutura Fundiária

A distribuição dos estabelecimentos e da ocupação das terras pelos diversos estratos de área, segundo os Censos Agropecuários de 1985 e 1995-1996, reflete o modelo de exploração, historicamente utilizado no processo de formação econômica do Brasil, ou seja, um grande número de estabelecimentos ocupando um menor espaço territorial e, por outro lado, uma pequena quantidade de estabelecimentos ocupando uma grande quantidade de terras, o que caracteriza a estrutura fundiária do Nordeste do Brasil, do Estado da Bahia e de suas Regiões Econômicas.

Analisando a Tabela 28, pode-se afirmar, pelo acima exposto, que, em 1985, o número de estabelecimentos contidos no estrato de área de até 10 ha era da ordem de 22.890 estabelecimentos, o que representava 40,7% do total, ocupando apenas 4,5% da área. No caso de incorporar a estes últimos números os estabelecimentos do estrato compreendido entre 10 e 100 ha (tamanho típico de uma propriedade da Região), o percentual do número de estabelecimento alcançou 91,8%, detendo 45,3% da área. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 100 ha representavam 8,1% do total dos estabelecimentos e 54,7 do total da área recenseada. O Censo Agropecuário de 1995-1996, quando comparado com o de 1985, para o estrato de área compreendido entre 0 a 100 ha, observa-se um incremento de 11,5% no número de estabelecimentos e um percentual bem menor para a área ocupada (3,6%). Em paralelo a esta constatação, os dados do Censo de 1995-1996 mostraram que esses estratos de área de até 100 ha passaram a ocupar 51,3% das terras, superior aos 45,3% de 1985, indicando, portanto, que, no período, houve uma maior participação na área total recenseada por esses grupos.

Tabela 28
Região Serra Geral
Distribuição e Variação do Número dos Estabelecimentos e da Área por Grupos de Área
1985/1995-1996

Grupos de Área (ha)	1985				1995-1996				Variação	
	Estab.		Área		Estab.		Área		Estab.	Área (ha)
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%		
0 a 10	22.890	40,8	96.399	4,5	27.312	44,6	112.231	5,7	19,3	16,4
10 a 50	23.001	40,9	500.073	23,4	24.776	40,5	536.082	27,3	7,7	7,2
50 a 100	5.751	10,2	371.939	17,4	5.501	9,0	355.329	18,2	-4,3	-4,5
100 a 500	4.175	7,4	733.788	34,4	3.253	5,3	568.078	29,1	-22,1	-22,6
500 a 1.000	273	0,5	173.836	8,2	248	0,4	163.706	8,4	-9,2	-5,8
Mais de 1.000	110	0,2	257.075	12,1	92	0,2	219.925	11,3	-16,4	-14,5
Total	56.200	100,0	2.133.110	100,0	61.182	100,0	1.955.351	100,0	8,9	-8,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985 e 1995-1996.

Para os demais estratos, isto é, acima de 100 ha, constatou-se um decréscimo de 21,2% no número de estabelecimentos, em proporção inferior ao da área ocupada (18,3%). No conjunto da Região, houve um acréscimo de 8,9% no número de estabelecimentos, com uma redução de 8,3% da área recenseada. É importante observar que, para todos os estratos acima de 50 ha, ocorreu uma redução tanto no número de estabelecimentos, quanto no total das áreas de domínio dos estabelecimentos rurais.

A análise da distribuição dos estabelecimentos agropecuários e da área por subespaço (Tabela 28) permite visualizar as diferentes formas de ocupação das terras na Região. Em 1985, o subespaço Brumado detinha o maior número de estabelecimentos da Região, representando 28,9% e 30,3% da área, situação alterada nas proporções, de forma considerável, em 1995, quando estes números se elevaram para 32,6% e 35,5%, mantendo, entretanto, a mesma condição anterior.

No subespaço Caculé, quando se compara o ano de 1985 com o de 1995, observa-se que não houve, praticamente, alteração. A mesma análise é válida para o subespaço Caetité. A maior alteração da distribuição dos estabelecimentos na Região ocorreu no subespaço Condeúba onde, no ano de 1985, o número de estabelecimentos representava 16,2% da Região e, em 1995, este número diminuiu para 12,1%, também com alteração da área ocupada já que, em 1985 esses estabelecimentos ocupavam 15,1% e, em 1995, este número foi reduzido para 10,5%. Em Guanambi, subespaço que ocupa a segunda posição em número de estabelecimentos e área, quando se comparam os dois períodos em análise verifica-se que não houve, praticamente, alterações significativas tanto no número de estabelecimentos, quanto na área.

Tabela 29
Região Serra Geral
Distribuição e Variação do Número dos Estabelecimentos Agropecuários e da Área por Subespaço 1985/1995-1996

Subespaços	1985				1995-1996				Variação	
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estab.	Área (ha)
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%		
Brumado	16.255	28,9	647.014	30,3	19.935	32,6	694.451	35,5	22,6	7,3
Caculé	7.519	13,4	282.120	13,2	8.284	13,5	257.210	13,2	10,2	-8,8
Caetité	8.817	15,7	282.837	13,3	9.916	16,2	242.135	12,4	12,5	-14,4
Condeúba	9.082	16,2	322.531	15,1	7.421	12,1	205.475	10,5	-18,3	-36,3
Guanambi	14.527	25,8	598.608	28,1	15.643	25,6	556.080	28,4	7,7	-7,1
Região	56.200	100,0	2.133.110	100,0	61.199	100,0	1.955.351	100,0	8,9	-8,3

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996.

Pode-se observar, na Tabela 29, que embora o conjunto da Região apresentasse, no Censo Agropecuário 1995-1996, uma estrutura fundiária bastante concentrada, em razão da participação do número e da área dos estabelecimentos de até 100 ha, ocorreu uma tendência de aumento da área em maior proporção que o número de estabelecimentos, quando se compara o ano de 1985 com o de 1995-1996. De modo geral, esta característica se reproduziu nos diferentes subespaços que compõem a Região. Entretanto, Condeúba e Caculé foram os subespaços onde a expansão da área ocupada pelas propriedades de até 100 ha foi mais intensa.

De acordo com o Censo Agropecuário 1995-1996, os subespaços que apresentavam níveis menos acentuados de concentração fundiária foram Condeúba, Caetité e Caculé visto que, nestes subespaços, as propriedades de até 100 ha detinham entre 61,9 e 71,3% da área total do subespaço.

Nos municípios do Estado da Bahia e de todo o Nordeste brasileiro, persistem padrões de concentração pessoal e espacial de renda que, em muitos casos, decorrem da condição de sua estrutura fundiária. Embora possa apresentar pequenas diferenciações internas, esta concentração termina por condicionar a manutenção do poder socioeconômico e político.

Tabela 30**Região Serra Geral****Participação Percentual do Número e Área dos Estabelecimentos de até 100 ha por Subespaço****1985/1995-1996**

Subespaços	1985		1995-1996		Diferença (1985/1995-96)	
	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)
Brumado	90,3	40,6	93,1	46,2	2,8	5,6
Caculé	91,3	51,0	94,5	61,9	3,2	10,9
Caetitê	93,2	55,3	95,2	62,1	2,0	6,8
Condeúba	92,8	58,4	95,5	71,3	2,7	12,9
Guanambi	92,5	36,2	93,9	41,0	1,4	4,8
Região	91,9	45,4	94,1	51,4	2,2	6,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário; 1995-1996.

Utilizando o Índice de Gini para avaliar a concentração da terra, observa-se que a Região Serra Geral apresentou, em 1985, um Índice de Gini inferior ao do Estado da Bahia, tendo alcançado o valor de 0,67 contra 0,81, indicando, deste modo, que a Região tinha um padrão de concentração de suas terras inferior àquele do Estado. Já em 1995, este índice sofreu uma insignificante redução para 0,66 e o Estado da Bahia se manteve no mesmo valor de 1985, mostrando a imobilidade da configuração da estrutura fundiária regional e estadual.

Tabela 31**Região Serra Geral****Concentração Propriedade da Terra na Bahia e Região Serra Geral – Índice de Gini 1980/1985/1995-1996**

Estado/Região	1980	1985	1995-1996
Serra Geral	-	0,67	0,66
Bahia	0,81	0,81	0,81

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1980/1985 e 1995-1996.

Supõe-se que a conjunção de diversos fatores, tais como: a desvalorização do preço da terra, os preços dos seus produtos com baixa remuneração, a ponto de não gerar lucros estimulantes para o produtor, os riscos naturais inerentes à produção agropecuária; a escassez de crédito, associada ao seu alto custo, além da baixa eficiência econômica da pequena e média propriedade agrícola localizada no semi-árido, têm desestimulado interesses capazes de gerar uma mudança da estrutura fundiária regional.

O índice de concentração da terra por subespaço, indicado na Tabela 32, apresenta variações significativas quando observado isoladamente. O subespaço com o menor índice de concentração da terra foi Condeúba, com 0,56%, enquanto Guanambi, com 0,74%, foi o subespaço com o valor mais alto, próximo do índice estadual. Entre os anos 1985 e 1995-96 não houve alteração de valores nos subespaços Brumado e Caetitê. Nos subespaços Caculé e Condeúba, ocorreu desconcentração das terras, enquanto que em Guanambi, houve maior concentração.

Tabela 32
Região Serra Geral
Índice de Gini por Subespaço
1985/1995-1996

Subespaços	1985	1995/96
Brumado	0,68	0,68
Caculé	0,62	0,59
Caetité	0,60	0,60
Condeúba	0,56	0,53
Guanambi	0,74	0,76
Região	0,67	0,66
Estado	0,81	0,81

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário; 1985/1995-1996.

6.5.2 Extrativismo Vegetal

Na Região, a atividade de origem vegetal tem se apresentado como alternativa de geração de emprego e renda, constituindo-se para muitas famílias em uma das estratégias de sobrevivência. A decadência de explorações tradicionais é uma das principais causas estimuladoras das explorações extrativas principalmente a extração da lenha, produção do carvão e a retirada da madeira. Estas atividades, realizadas de forma predatória e sem qualquer controle, têm provocado uma considerável desfiguração do meio ambiente, que se expressa pela degradação dos solos, dos recursos hídricos e pela perda da biodiversidade.

Se, por um lado, a inexistência de alternativas de renda e emprego, para determinados setores da população, promove o extrativismo, por outro, deve-se registrar a presença de atividades econômicas estruturadas, que têm no consumo do carvão e da lenha as suas principais fontes de energia. O parque siderúrgico em Minas Gerais, as atividades ceramistas em diversos municípios, que se caracterizam como grandes consumidoras da biomassa vegetal, devem ser vistos sob uma perspectiva diferente daquela dos produtores que, por falta de alternativas, optam pelo extrativismo em decorrência da crise e da estagnação que se abateu sobre determinados setores produtivos.

O trabalhador rural que desmata e utiliza a vegetação como lenha para consumo próprio, vendendo o excedente ou, até mesmo, produzindo carvão, não pode ser comparado com o empresário que desmata e comercializa esses produtos em busca, essencialmente, do lucro, da acumulação, a qual se encontra, direta ou indiretamente, associada às cerâmicas ou às atividades de siderurgia. A gravidade do problema reside no grande contingente de homens, mulheres e crianças, vinculadas à atividade, que destroem o meio ambiente e não conseguem obter um nível de renda que atenda às suas necessidades.

Os motivos que levam ao desmatamento e à conseqüente destruição dos recursos florestais na Região não podem ser considerados como simples, e a abordagem do problema de forma isolada e parcial, não é suficiente para explicar as causas e impedir os seus efeitos. A degradação ambiental através do extrativismo deve ser analisada a partir do contexto econômico e social mais amplo, em que a extração da lenha, produção do carvão e a venda da madeira apresentam-se como um expediente de sobrevivência de parte dos habitantes, o que sempre continuará a ser, até que efetivas alternativas de emprego e renda sejam apresentadas a essa população marginalizada. Ao tempo em que o desmatamento tem garantido a sobrevivência de determinados estratos da população e viabilizado algumas atividades econômicas, vem provocando, *pari passu*, a redução da qualidade de vida, pela deterioração do meio ambiente.

A análise da produção extrativa de origem vegetal, a partir de dados estatísticos e de outras informações disponíveis, demonstra que o extrativismo se caracteriza como uma importante atividade, particularmente no que diz respeito à quantidade dos produtos extraídos, ao valor da produção e ao número de pessoas envolvidas, tendo em vista as precárias condições econômicas dominantes na Região.

Do ponto de vista do valor acumulado da produção, a extração da lenha é a atividade extrativista vegetal mais disseminada, encontrada em todos os municípios, tanto para autoconsumo como para comercialização, tendo respondido por, aproximadamente, 52% do total do valor acumulado da produção entre 1990 e 2003 (Tabela 33). A extração da madeira, a segunda colocada com 30,1%, supera o carvão, que respondeu por 12,5%, de acordo com dados do IBGE. Considerando os mesmos produtos, este padrão de exploração difere do realizado no Estado, em que se destacam a madeira em tora, que participa com quase 60,7 % do total, a lenha com 32,3%, e o carvão com apenas 4,2%.

Apesar do valor da produção da lenha se sobrepôr ao dos demais produtos de origem extrativa, quando se relaciona Serra Geral com o Estado, no período analisado, o carvão passa a assumir um papel de destaque por responder por mais de 12,6% do total estadual, enquanto a lenha representa 7,7% e o umbu, 16,6% no período analisado. Com mais de 85% do total da Bahia, o barbatimão, embora não apresente o peso dos outros produtos, tem uma elevada concentração na Região, e de forma localizada, no município de Caetité.

Quanto à evolução da exploração dos principais produtos extrativistas (carvão, lenha e madeira), expressa nas taxas de crescimento do valor de produção, observam-se quedas significativas tanto no Estado quanto na Região, exceto a lenha que cresceu a 4,5% ao ano, com destaque para a situação do carvão, que apresentou um declínio de, aproximadamente, 17%. Embora os dados disponíveis tenham registrado esta redução, as informações de campo, no entanto, denotam a ocorrência de uma significativa produção, possivelmente em decorrência da forma clandestina da exploração e da precária atuação das instituições

responsáveis pelo controle e monitoramento da exploração dos recursos naturais, podendo os quantitativos registrados encontrarem-se subestimados. Além disso, não se pode desconsiderar também o processo de repressão de órgãos públicos que, de alguma forma, estariam interferindo, e, conseqüentemente, contribuindo para a redução do processo de desmatamento regional.

Tabela 33
Região Serra Geral
Valor da Produção, Participação Regional e Taxa de Crescimento dos Produtos Extrativos Vegetais
1990-2003

Produtos	Valor Acumulado ¹				Valor Médio ¹			Taxa de Cresc. (1990/2003)	
	Bahia		Região		Bahia (a)	Região (b)			
	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor	(b/a)		
Carvão	217.787	4,2	30.520	12,5	16.753	2.106	12,6	-8,9	-16,7
Lenha	1.657.016	32,3	127.008	51,9	127.463	9.770	7,7	-14,9	4,5
Madeira ²	3.109.969	60,7	73.704	30,1	239.227	5.670	2,4	-3,1	-9,3
Umbu	79.904	1,6	13.235	5,4	6.146	1.018	16,6	-5,2	-3,6
Licuri ³	51.333	1,0	73	0,0	3.949	6	0,1	2,6	11,9
Pequi	4.425	0,1	285	0,1	341	22	6,5	3,1	8,9
Angico ⁴	2.335	0,1	35	0,0	180	3	1,5	7,7	3,9
Barbatimão ⁴	71	0,0	60	0,0	5	5	85,8	5,6	3,1
Total	5.122.840	100,0	244.920	100,0	394.065	18.600	4,7	-5,3	-4,3

Fonte: SEI/IBGE – Banco de Dados; 1990-2003.

¹ Valor em R\$ 1.000,00 a preços de outubro de 2003; ² em tora; ³ em coquilho; ⁴ em casca.

A Tabela 34 mostra também a situação dos produtos extrativistas, sobressaindo-se o declínio do carvão, com uma variação de, aproximadamente, 415% do volume produzido e mais de 801% do valor de produção. Esta Tabela registra ainda quedas expressivas de madeira em tora e umbu. As variações dos demais produtos foram positivas, tendo a lenha aumentado 59,5% na quantidade produzida, com um acréscimo de 41,0% no valor da produção. Ao se analisar o valor da produção nos anos de 1990 e 2003, de forma isolada, observa-se, conforme dados da Tabela 34, a prevalência da extração da madeira em 1990, que respondia por 44,3%, seguida do carvão, com 27,6%, e da lenha, com 23,1%, situação que se modificou completamente em 2003, quando a liderança passou para a lenha, com 66,0%, seguindo-se a madeira, com 23,2%, e o carvão, 5,2%. A reduzida participação do carvão neste último ano, de acordo com os dados disponíveis, não mantém coerência com as informações de técnicos e moradores da Região, que denunciam uma forte presença da atividade carvoeira na área.

Questão preocupante levantada por lideranças e técnicos ligados ao meio ambiente refere-se à proporção da atividade de exploração do carvão clandestina. Na Região, estima-se que 70% da produção de carvão é clandestina. Este fato suscita questionamentos sobre os dados estatísticos disponíveis, podendo o perfil desta atividade extrativista regional representar um quadro muito mais grave. Denúncias recentes feitas pelo Jornal A TARDE: 2005, evidenciaram: “No posto

da SEFAZ, em Urandi, na BR-112, há registros da passagem de 150 caminhões carregados de carvão por dia”. Já MARTINS: 2001 afirma: “o volume de madeira carbonizada que sai desta região para abastecer as siderurgias mineiras é desconhecido até mesmo dos órgãos fiscalizadores e fazendários, pois se sabe que muitos carvoeiros manipulam notas fiscais. Entretanto, segundo pessoas ligadas ao setor (...) atualmente saem desta região – de Bom Jesus da Lapa a Guanambi – mais de 200 caminhões por dia, carregados de carvão rumo à Minas Gerais”.

As denúncias, mesmo com anos de diferença, expressam a magnitude e a recorrência do problema sem que a situação tivesse sido resolvida ou mesmo atenuada por atuação dos órgãos responsáveis pelas questões ambientais ou pelas instituições vinculadas ao desenvolvimento regional, pois o problema do desmatamento e o da degradação ambiental não podem ser solucionados de forma isolada, com apenas ações repressivas. A preservação ambiental extrapola a mera questão do desmatamento e da produção de carvão. A degradação ambiental, promovida tanto pelas atividades agropecuárias como pelo extrativismo têm, na área, um significado incontestável de assalto e de crime contra a natureza, cujos responsáveis não se restringem, apenas, aos trabalhadores e aos agricultores da Região. O emprego da polícia e a aplicação das leis não podem funcionar isoladamente, pois as carências e as necessidades de sobrevivência são maiores.

Tabela 34
Região Serra Geral
Produção e Valor dos Principais Produtos Extrativos Vegetais
1990-2003

Produtos	Produção			Valor ¹				
	1990	2003	Variação 1990-2003	1990		2003		Variação 1990-2003
				Valor	%	Valor	%	
Carvão (t)	14.314	2.780	-414,9	8.461	27,6	939	5,2	-801,3
Lenha (m ³)	802.214	1.979.454	59,5	7.077	23,1	11.987	66,0	41,0
Madeira (m ³) ²	98.041	32.442	-202,2	13.582	44,3	4.218	23,3	-222,0
Umbu (t)	2.795	1.323	-111,3	1.535	5,0	988	5,4	-55,3
Licuri (t) ³	6	16	62,5	2	0,0	7	0,0	74,1
Pequi (t)	24	42	42,9	8	0,0	23	0,1	64,0
Angico (t) ⁴	2	4	50,0	1	0,0	2	0,0	36,9
Barbatimão (t) ⁴	4	7	42,9	2	0,0	3	0,0	30,5
Total	-	-	-	30.668	100,0	18.167	100,0	-68,8

Fonte: SEI/IBGE – Banco de Dados; 1990-2003.

¹ Valor em R\$ 1.000,00 a preços de outubro de 2003; ² em tora; ³ em coquilho; ⁴ em casca.

Embora não se disponha de levantamentos detalhados sobre a atividade extrativista, informações de moradores da Região dão conta de um elevado número de pessoas envolvidas com a exploração dos diversos produtos. A partir

da Tabela 35, através do Censo do IBGE de 1995-1996, pode-se ter uma idéia do contingente envolvido ao registrar o número dos informantes, por estrato de área, atrelados à exploração da lenha, que se caracteriza como um dos principais produtos extrativistas, cuja parte comercializada, 18,6%, foi inexpressiva e varia de acordo com o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. De um contingente de mais de 22 mil pessoas, 94,5% se situam nos estratos de área abaixo de 100 ha, respondendo por 86,4% da produção obtida. Estes percentuais estão bastante próximos da participação destes estabelecimentos no total regional – 91,8%, evidenciando a sólida presença de pequenos produtores vinculados à agricultura familiar na extração da lenha.

Vale observar que, não obstante os estratos dos estabelecimentos abaixo de 100 ha tenham respondido pela maior parte da lenha extraída e tenham alcançado 61,7% do total vendido, apenas 5,5% daqueles situados nas faixas acima de 100 ha comercializaram 38,3% do total. Além disto, quando se relaciona o volume da lenha vendida com a obtida, nota-se que os maiores estratos tiveram uma participação diversa, apresentando uma grande amplitude, que vai de nenhum registro, como no caso dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, até 91,6% para a faixa de 500 a 1.000 ha. Nos estabelecimentos de até 100 ha, por sua vez, o maior percentual apresentado foi de 23,8%, sob a responsabilidade do estrato de 50 a 100 ha.

Tabela 35
Região Serra Geral
Número de Informantes, Produção Obtida e Vendida de Lenha por Estrato de Área 1995-1996

Estratos	Informantes		Produção Obtida (a)		Produção Vendida (b)		(b/a) %
	Nº	%	m ³	%	m ³	%	
Menos de 10	7.914	35,7	172.988	28,0	9.271	8,1	5,4
10 a 50	10.655	48,1	278.223	45,0	41.865	36,4	15,1
50 a 100	2.372	10,7	82.842	13,4	19.720	17,2	23,8
100 a 500	1.128	5,1	61.974	10,0	23.770	20,7	38,4
500 a 1.000	61	0,3	22.056	3,6	20.200	17,6	91,6
Mais de 1.000	19	0,1	304	0,0	0	0,0	0,0
Total	22.149	100,0	618.387	100,0	114.826	100,0	18,6

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário; 1995-1996.

Os dados acima mostram que o autoconsumo de lenha está mais associado evidentemente àqueles produtores detentores das menores faixas de terra. A utilização doméstica, o fabrico de farinha, o alambique, as pequenas olarias são, inegavelmente, grandes absorvedores de massa vegetal, encontrando-se aí, provavelmente, as causas da vinculação da pequena propriedade com a exploração e o consumo da lenha.

No que se refere à exploração do carvão relacionada com o grupo de produtores – estratos de área – (Tabela 36), embora com menor número de pessoas

envolvidas, quando comparada com a exploração da lenha deve-se registrar que é difícil estabelecer uma nítida separação entre a extração da lenha e a produção do carvão, na medida em que uma parte da lenha extraída será transformada em carvão, de forma direta, pelos produtores ou será repassada às carvoarias que por sua vez transferem aos negociantes vinculados às indústrias siderúrgicas consumidoras.

A produção do carvão está voltada, essencialmente, para o mercado – aproximadamente 98% –, não existindo quase nenhuma distinção entre os grupos de áreas com relação ao destino da produção, nem mesmo variações quanto à comercialização nos diversos estratos de estabelecimentos. No entanto, observa-se a ocorrência de uma exceção com relação aos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, onde houve uma participação de 72,4%. O percentual encontrado neste estrato chama a atenção por destoar dos demais e por não demonstrar coerência, embora os maiores estabelecimentos tenham respondido por uma inexpressiva produção, apenas 5,5% do total produzido. Os estratos com menos de 100 ha, com 85,9% dos informantes, responderam por 65,8% da produção de carvão, enquanto os maiores, com uma área acima de 100 ha, com 14,1% de informantes, foram responsáveis por 34,2% da produção.

Tabela 36
Região Serra Geral
Número de Informantes, Produção Obtida e Vendida de Carvão por Estrato de Área 1995-1996

Estratos	Informantes		Produção Obtida (a)		Produção Vendida (b)		(b/a)
	Nº	%	t	%	t	%	%
Menos de 10	232	19,0	1.161	6,1	1.143	6,1	98,5
10 a 50	597	48,8	8.522	44,7	8.455	45,2	99,2
50 a 100	222	18,1	2.872	15,0	2.864	15,3	99,7
100 a 500	149	12,2	3.348	17,5	3.326	17,8	99,3
500 a 1000	16	1,3	2.144	11,2	2.144	11,5	100,0
Mais de 1000	8	0,6	1.045	5,5	757	4,1	72,4
Total	1.224	100,0	19.092	100,0	18.689	100,0	98,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário; 1995-1996.

Ao lado do significado econômico mais imediato das atividades extrativistas de origem vegetal, considerando o valor da produção, a geração de emprego e renda para um grande número de trabalhadores na Região, convém registrar os impactos sobre o meio ambiente, cujos resultados não são ainda bem delimitados por falta de estudos específicos. Sabe-se, todavia, que o desmatamento e o conseqüente avanço dos processos erosivos vêm provocando significativas perdas de camadas aráveis dos solos, com reflexos negativos não só na produção agropecuária, como no que se refere à possibilidade de desenvolvimento de forma continuada e na garantia da produção de alimentos. Embora os dados do extrativismo vegetal possam apresentar falhas e nem

sempre registrar os quantitativos de forma eficiente – podendo, até mesmo, comprometer determinadas avaliações – nota-se, na verdade, que a realidade vem mostrando uma situação bem mais preocupante que aquela constante nos dados estatísticos disponíveis.

A remoção da cobertura vegetal para a exploração extrativa e a expansão das atividades agropecuárias são as principais responsáveis pelos problemas relativos à perda da diversidade, ao assoreamento dos cursos d'água, à redução da fertilidade e à erosão das camadas aráveis dos solos. Estes problemas, embora já tenham sido identificados, não têm recebido a devida atenção por parte dos diversos setores da sociedade. O sucateamento dos órgãos públicos e a ausência de ações específicas para a preservação ambiental são questões em aberto.

O trabalhador rural, sem alternativas concretas de sobrevivência, que derruba, explora a lenha ou faz carvão, é um agente de destruição. Sabe-se também que ele precisa ser impedido de continuar esta devastação e que o problema que se interpõe é como impedi-lo. Na verdade, algumas áreas já foram desmatadas, devastadas e reduzidas a um estado em que a recuperação natural pode se tornar muito difícil. A retirada da vegetação ciliar das margens dos rios e dos córregos são exemplos da degradação, visto que antigos moradores já chegaram a testemunhar fluxos d'água permanentes em determinados trechos, até a década de 50, os quais, hoje em dia, só fluem durante os períodos das chuvas. Não existem pesquisas e nem o monitoramento relativo à perda das coberturas vegetais. Estimativas grosseiras dão, apenas, uma idéia do problema. A remoção das coberturas naturais e a poluição ambiental são questões sérias que afetam não só as populações locais como outras áreas.

6.5.3 Agropecuária Regional

6.5.3.1 Evolução e Caracterização Geral do Setor Agrícola Regional

A modernização de setores da agricultura estadual, a partir dos anos 70 do século passado, alicerçada na grande propriedade e voltada para produtos de exportação e de apoio às indústrias instaladas no Sul do país, constituiu-se em importante fator para redefinição de espaços em determinadas regiões. Na Serra Geral, as áreas do Vale do Ijuí, as de influência do Projeto de Irrigação de Livramento de Nossa Senhora e de Estreito são exemplos bem característicos desse processo. Sob o signo da modernização conservadora, via emprego de produtos industrializados, introduziram-se inovações tecnológicas, especialmente as voltadas para o controle de pragas, doenças e uso de máquinas e implementos agrícolas.

O algodão, que sempre desempenhara importante papel na economia regional foi a lavoura mais vinculada a este processo, tendo atingido uma área de mais de 250 mil hectares no auge da exploração algodoeira na Serra Geral, que

correspondia aproximadamente 10% do total da superfície cultivada no Nordeste brasileiro. As etapas da produção, beneficiamento e comercialização movimentavam um volume significativo de recursos com absorção de um grande contingente populacional. O algodão se destacava dentre as demais atividades agrícolas, tanto na geração de renda quanto no emprego regional.

A cotonicultura regional, de forma similar ao que aconteceu em outras áreas produtoras, desestruturou-se a partir do final dos anos 80, provocando uma grave crise. Problemas tecnológicos como a praga do bicudo e manejo inadequado de solos, embora tenham contribuído para agravar a situação da lavoura, não podem ser considerados como os fatores determinantes da crise. A perda de mercados devido à importação do produto de melhor qualidade, a preços vantajosos e condições mais favoráveis de pagamento pelas indústrias de transformação, se constituíram nos elementos efetivos da crise na cultura algodoeira. Em essência, a crise do algodão e suas conseqüências sobre a renda, emprego e a economia regional como um todo pode, inequivocamente, ser atribuída a esse processo de abertura de mercado, ao qual o país se incorporou, com agravante de não terem sido tomadas medidas capazes de resolver ou mesmo amenizar os problemas que afetaram a área.

O desempenho recente da agricultura e, de modo especial, o da cotonicultura, que durante um longo período marcou a economia regional, pode ser evidenciada a partir do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) regional entre 1990 e 2002, corrigido a preços de 2003, conforme registro da Tabela 37. Ao analisar os dados, excluindo-se os referentes à mandioca, observa-se uma retração das culturas temporárias tradicionais, sobressaindo-se o declínio do algodão a uma taxa média anual de 23,1%, associado à reduzida participação desta lavoura no conjunto regional. Enquanto em 1990 o algodão representava 20,6%, em 2002 não atingiu 1%. Contrário a essa tendência decrescente do valor da produção no grupo das lavouras temporárias, as permanentes (banana, maracujá e manga) cresceram a taxas acima de 20%, enquanto o café apresentou redução de 2,1% e outras (abacate, coco, laranja, limão, mamão, sisal, tangerina, uva), crescimento de 6,2% ao ano.

A pequena propriedade familiar desempenha importante papel na agropecuária regional, tanto na produção de algodão e de alimentos quanto no apoio à pecuária bovina nas médias e grandes propriedades, ao viabilizar a implantação de pastagens, via contratos informais de uso de terras recém-desbravadas. Agricultores sem terra ou detentores de minifúndios, também vinculados à agricultura familiar, realizam cultivos de subsistência nas propriedades maiores, comprometendo-se a implantar pastagens como forma de ressarcir o uso da terra com lavouras alimentares, que garantem a sua sobrevivência.

Tabela 37**Região Serra Geral****Participação Percentual do Valor Bruto da Produção¹ e Taxa de Crescimento dos Principais Produtos Regionais 1990/2002**

Culturas	1990		2002		Taxa de crescimento
	(Em R\$ 1.000,00)	%	(Em R\$ 1.000,00)	%	
1. Temporárias	182.129,70	94,6	110.487,52	54,4	-4,0
Algodão	39.649,90	20,6	1.681,51	0,8	-23,1
Cana-de-açúcar	70.188,85	36,5	30.713,73	15,1	-6,6
Feijão	22.466,56	11,7	16.001,59	7,9	-2,7
Mandioca	30.872,61	16,0	51.245,81	25,2	4,3
Milho	7.264,49	3,8	2.914,33	1,4	-7,3
Outras ²	11.687,29	6,0	7.930,55	3,9	-3,1
2. Permanentes	10.345,43	5,4	92.552,49	45,6	19,3
Banana	1.653,99	0,8	21.722,43	10,7	23,9
Café	3.872,83	2,2	3.034,13	1,5	-2,0
Manga	3.135,75	1,6	38.622,49	19,0	23,2
Maracujá ³	-	-	25.676,81	12,6	33,7
Outras ⁴	1.682,86	0,8	3.496,62	1,7	6,2
Região	192.475,13	100,0	203.040,01	100,0	0,4

Fonte: IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal 1990/2002

¹ Valores em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003; ² abacaxi, alho, batata-doce, cebola, fava, fumo, mamona, melancia, melão, tomate; ³ A taxa de crescimento de maracujá tem como base o ano de 1995; ⁴ abacate, coco, laranja, limão, mamão, sisal, tangerina, uva.

A agricultura regional apresenta elementos da estrutura produtiva típicos, porém marcada por um quadro de mudanças de caráter nacional e mundial. O modelo neoliberal, que preconiza a mínima interferência do Estado, e abertura dos mercados constituíram-se em fator determinante do desempenho do setor agrícola regional. Os problemas que afetaram a cultura do algodão, durante anos, refletem o modelo padrão dominante. Na medida em que o país incorporou diretrizes do neoliberalismo e passou a adotar políticas de importação de produtos, de restrição de crédito e de retirada de estruturas de apoio à produção, conseqüentemente enfraqueceu ainda mais os setores e as atividades que historicamente apresentavam baixas respostas no aproveitamento dos recursos econômicos.

Embora a Região tenha sido ocupada originalmente a partir da atividade pecuária, que se estruturou com base na grande propriedade, a agricultura familiar desenvolveu-se paralelamente, vindo a se integrar à criação de animais. No entanto, ao longo do tempo prevaleceu a exploração de lavouras alimentares, comerciais e bovinocultura de corte. Estas atividades desenvolveram-se, inicialmente, nas propriedades situadas às margens dos rios e cursos d'água, onde se concentra atualmente um grande número de produtores rurais, em decorrência do desmembramento das antigas fazendas.

A importância da agricultura regional nos anos recentes pode ser inferida a partir da participação no Valor Bruto da Produção do Estado. A agropecuária regional respondeu por 4,0% do total do Estado em 1995, conforme dados do Censo Agropecuário daquele ano (Tabela 38), tendo a produção de origem animal uma participação de 5,4% e a vegetal, 3,2%. A situação da Serra Geral, quando comparada com outras regiões econômicas, pode ser considerada pouco significativa, não obstante tenha respondido ao longo da história, por expressiva produção de algodão. De maneira similar ao que ocorre com o Estado, o valor da produção de origem vegetal foi 66,5% mais significativo do que os originários dos produtos pecuários (54,3%).

Tabela 38
Região Serra Geral
Valor da Produção¹ da Região e do Estado por Atividade
1995-1996

Discriminação	Total	Animal		Vegetal	
		Valor	%	Valor	%
Região	194.886,00	89.037,00	45,7	105.849,00	54,3
Estado	4.912.897,00	1.646.700,00	33,5	3.266.197,00	66,5
Região/Estado (%)	4,0	-	5,4	-	3,2

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

¹Valores em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003.

A Tabela 39, com dados de área, produção e valor das principais lavouras, proporciona uma visão do conjunto das atividades agrícolas da Região, em que se constata o decréscimo das principais explorações no período de 1990 a 2002. Dentre as lavouras temporárias, apenas a mandioca apresentou crescimento no valor da produção, aproximadamente 66%, registrando, contudo, queda de 52% e 34,8% na área e produção, respectivamente. Com relação às demais temporárias as perdas são generalizadas, sobressaindo-se os decréscimos acentuados – acima de 94% – na área plantada, produção e valor da cultura do algodão.

No tocante às culturas permanentes observou-se de um modo geral uma tendência de crescimento no período, com percentuais elevados do valor da produção, o que, provavelmente tem estimulado a expansão desses produtos. O maracujá e a manga apresentaram significativos acréscimos das áreas cultivadas, refletindo evidentemente o crescimento das explorações irrigadas na Região. Embora as lavouras permanentes tenham se destacado, a cultura do café, em que pese o crescimento de área, teve decréscimos de produção e valor no período analisado.

Tabela 39
Região Serra Geral
Área, Produção e Valor das Principais Lavouras Temporárias e Variação Percentual
1990/2002

Discriminação	Área (ha)			Produção (t)			Valor da Produção ⁶		
	1990	2002	Variação	1990	2002	Variação	1990	2002	Variação
1. Temporárias	217.500	86.665	-60,1	696.339			182.130	105.359	-42,1
Algodão	96.658	5.580	-94,2	62.760	2.595	-95,9	39.650	1.682	-95,7
Cana de açúcar	9.605	3.649	-62,0	309.060	124.060	-59,9	70.189	25.584	-63,5
Feijão	45.828	36.325	-20,7	20.897	17.119	-18,1	22.467	16.002	-28,7
Mandioca	30.550	14.648	-52,0	293.071	191.131	-34,8	30.873	51.246	65,9
Milho	20.860	11.925	-42,8	10.551	9.941	-5,8	7.264	2.914	-59,8
Outras ¹	13.999	14.538	3,8	-	-	-	11.687	7.931	-32,1
2. Permanentes	7.819	14.991	91,7	-	-	-	11.126	92.552	731,8
Banana ²	1.102	1.497	35,8	1.284	4.086	218,2	1.654	21.722	1.213,3
Café	5.100	5.798	13,6	3.423	2.845	-16,9	3.873	3.034	-21,6
Manga ³	525	3.996	661,1	29.203	236.254	709,0	3.136	38.622	1.131,6
Maracujá ^{3 e4}	128	2.792	2.081,2	7.720	41.755	440,9	780	25.677	3.189,5
Outras ⁵	964	908	-5,8	-	-	-	1.683	3.497	107,7
Região	225.319	101.656	-54,8	-	-	-	193.256	197.911	2,4

Fonte: IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal, 1990 e 2002.

¹ Abacaxi, alho, batata-doce, cebola, fava, fumo, mamona, melancia melão, tomate; ² Produção em mil cachos; ³ Produção em mil frutos; ⁴ A partir de 1995; ⁵ Abacate, coco, laranja, limão, mamão, sisal, tangerina, uva; ⁶ valor em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003.

Os atuais espaços regionais apresentam diferenças, delineadas por processos produtivos desenvolvidos ao longo do tempo. Enquanto a agricultura familiar se distribui por toda a Região, observam-se situações localizadas que refletem determinadas características e atividades econômicas. No subespaço de Brumado destaca-se a cultura da manga, concentrada em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, como importante exploração, desenvolvida de modo bastante diferenciado em relação às práticas prevalentes na Região como um todo. A fruticultura que aí se desenvolve, apresenta alto nível técnico, voltado para mercados externos e tende a se expandir para outras áreas. A dinamização da fruticultura nestes municípios tem induzido a ampliação em áreas vizinhas, tornando-se a sede de Livramento de Nossa Senhora um pólo de apoio do agronegócio da manga na Região.

O subespaço Guanambi, que já foi grande produtor de algodão, ainda se sobressai dentre os demais, tanto na exploração desta lavoura, fruto dos investimentos que estão sendo realizados, como por se apresentar como apto para expansão da cotonicultura em moldes que tendem a se estruturar atualmente nas principais zonas produtoras. No município de Palmas de Monte Alto localiza-se o Centro de Profissionalização dos Produtores de Algodão – CENTREVALE – cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento da cotonicultura regional. As áreas irrigadas do projeto de Estreito, principalmente, e as de

Ceraíma, também são exemplos expressivos de uma agricultura realizada em moldes diferenciados do dominante na Região. Além destas atividades no subespaço, vale registrar o cultivo de sorgo, que se apresenta como cultura adaptada às condições natural e alternativa de produção regional.

No que diz respeito ao valor da produção por subespaço, o de Brumado se destaca com aproximadamente 39% do total regional, seguido pelo de Guanambi com 25,1%, apresentando-se os demais com percentuais aproximados e distribuídos na faixa de 11 a 13%, (Tabela 40). Diferentemente do que ocorre na Região como um todo e nos subespaços em geral, no de Caculé e Condeúba a participação do valor de origem animal teve percentuais maiores, conforme dados do Censo do Agropecuário do IBGE de 1995-1996.

Tabela 40
Região Serra Geral
Valor Bruto da Produção¹ Segundo Tipo de Atividade por Subespaço
1995-1996

Subespaços	Animal		Vegetal		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Brumado	30.991	40,8	44.912	59,2	75.903	38,9
Caculé	11.991	51,8	11.159	48,2	23.150	11,8
Caetitê	11.965	47,8	13.040	52,1	25.006	12,8
Condeúba	12.078	55,0	9.864	44,9	21.942	11,3
Guanambi	22.012	45,0	26.873	54,9	48.885	25,1
Região	89.037	45,7	105.848	54,3	194.886	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 1995-1996

¹ Valores em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003.

6.5.3.2 Sistemas Agrícolas de Produção

Com base nos dados da Produção Agrícola Municipal – PAM do IBGE, de 1990 a 2002 - constata-se a presença de um diversificado número de explorações na Região de Serra Geral. Dentre as culturas temporárias, que representavam 95,4% das áreas médias cultivadas no período, cabe destaque para o algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, por responderem por mais de 86,9% desse total. Neste grupo constataram-se ainda abacaxi, arroz, alho, batata doce, cebola, fava, fumo, mamona, melancia, melão, tomate e sorgo – incluídas como outras – que, juntas, representaram 8,6% e, embora não tenham a importância das primeiras acima relacionadas, são essenciais em determinadas localidades, ao compor a dieta das famílias dos agricultores, gerar renda e empregos nas propriedades em que são explorados.(Tabela 41).

Dentre as lavouras temporárias de destaque no período de análise, o algodão, com 32,5% da área cultivada se apresentou como a mais importante, não obstante ainda se ressentisse das conseqüências da crise pela qual tinha

passado recentemente. Na seqüência das temporárias apareceram o feijão, a mandioca e o milho, com participações de 28,7%, 11,3% e 10,5%, respectivamente. Os percentuais destes três últimos produtos evidenciam o peso das lavouras alimentares, embora a área não se apresente como exportadora de alimentos. O algodão, com 44,7% do total das áreas cultivadas no Estado, destacou-se dentre o conjunto das lavouras exploradas regionalmente.

Tabela 41
Região Serra Geral
Área Média Plantada em hectare e Participação dos Principais Produtos em relação à Região e ao Estado
1990–2002

Discriminação	Região	Bahia	Percentual (em relação à/ao)	
			Região	Estado
1. Temporárias	164.291	2.091.695	95,4	7,9
Algodão	55.933	125.077	32,5	44,7
Cana de açúcar	6.452	80.604	3,8	8,0
Feijão	49.599	731.403	28,7	6,8
Mandioca	19.395	290.040	11,3	6,7
Milho	18.113	605.681	10,5	3,0
Outras	14.799	258.890	8,6	5,7
2. Permanentes	7.885	513.954	4,6	1,5
Banana	1.088	63.242	0,6	1,7
Café	3.431	124.075	2,0	2,8
Manga	1.632	9.007	1,0	18,1
Maracujá	805	8.320	0,5	9,7
Outras	929	309.310	0,5	0,3
Total	172.176	2.605.649	100,0	6,6

Fonte: IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal, 1990-2002.

A cana-de-açúcar, tradicionalmente explorada, respondendo por 8% das áreas no Estado, é utilizada na fabricação de aguardente e rapadura, que se caracterizam como produtos importantes para os agricultores envolvidos. Sua exploração limitada a 3,8% das áreas médias cultivadas no período de análise, (Tabela 41), compõe um sistema integrado tanto à transformação da produção, quanto a outras atividades. O fabrico de rapadura e aguardente realiza-se em pequenos engenhos, destinando-se os produtos aos mercados locais e regionais, através de um sistema de comercialização dominado por comerciantes intermediários que repassam aos varejistas dos centros comerciais. A rapadura, além de ser comercializada por esse sistema, pode também ser vendida diretamente pelos produtores nas feiras livres regionais. Dados do IBGE de 1995 –1996 registraram que a participação dos pequenos estabelecimentos, estratos de até 100 hectares, na área cultivada de cana-de-açúcar correspondia a 85,7%. Desta participação, os minifúndios, com menos de 10 hectares, respondiam por 21,2% que,

adicionados aos 49,3% dos produtores com áreas de 10 a 50, perfizeram 70,5%. (Tabela 43). Nestas circunstâncias, evidencia-se que o sistema produtivo da cana-de-açúcar é realizado por grupo de produtores detentores de pequenas glebas, onde se desenvolve a agricultura familiar, caracterizada pela diversificação e integração com outras atividades, cabendo referência à criação de bovinos, que tem nos resíduos desta lavoura uma importante fonte de alimento.

As lavouras de banana, café, manga e maracujá, com 4,1% da área, foram as permanentes mais importantes levantadas pelo PAM que, embora possam ser encontradas em diversos tipos de propriedades, caracterizam-se por serem exploradas essencialmente em moldes empresariais, voltadas para os mercados, e em bases tecnológicas significativamente diferenciadas do padrão dominante na maioria das explorações agrícolas. Enquanto o café se concentra nas áreas de serras sob influência de maiores altitudes e de chuvas orográficas em Ituaçu, a manga é mais encontrada nas terras irrigadas de Livramento de Nossa Senhora e de D. Basílio; a banana, por sua vez, vai ter maior expressão no perímetro de irrigação de Estreito, que envolve áreas da Região e do Estado de Minas.

O elevado percentual da lavoura algodoeira, 32,5% do total da área plantada na Região e correspondendo a 44,7% do Estado, chama atenção, ao considerar os impactos da crise pela qual passou a cultura. Estes percentuais refletem, é importante assinalar, o significado do algodão para a economia regional, não obstante os dados do período mostrem o acentuado declínio. Atualmente registram-se indícios de recuperação da atividade, ainda não captados pelos levantamentos disponíveis, na medida em que no último ano agrícola, dado a uma conjuntura favorável, os agricultores estão retornando aos plantios. A adaptação de variedades às condições naturais dominantes, a tradição da exploração e a instalação de indústria de aproveitamento da pluma e produção de óleo são elementos indicativos da persistência da atividade na área. Na perspectiva da agricultura regional o algodão, graças às características de adaptação às condições climáticas restritivas, apresenta-se como cultura estratégica por permitir ao produtor rural uma exploração econômica e convivência com a seca.

Ao analisar a produção das principais explorações agrícolas entre 1990 a 2002, observam-se decréscimos para todos os produtos tradicionais. As lavouras temporárias, que são as mais representativas, apresentaram perdas de produção generalizadas, com taxas de mais de 23% para o algodão a 0,5% ao ano para o milho. Até mesmo a mandioca, que se constitui na exploração mais disseminada em todo o espaço regional nas pequenas propriedades, teve diminuição à taxa de 3,5% ao ano. Por outro lado, as culturas permanentes recém-implantadas, a partir das áreas irrigadas, sempre se mostraram em expansão. Assim, enquanto a manga cresceu a 19,0% ao ano, a banana e o maracujá expandiram suas produções a taxas médias de 10,1 e 61,4%, respectivamente. Os dados referentes ao maracujá compreendem o período de 1995 a 2002, tendo em vista não se dispor de dados anteriores como as demais lavouras. O café acompanhou

a tendência da maior parte das culturas com queda de produção a uma taxa de 1,5% ao ano. Com exceção das lavouras de algodão e da manga, que tiveram participações dignas de registro no total do Estado, as demais explorações não ultrapassaram a faixa dos 5,8% (Tabela 42).

Tabela 42
Região Serra Geral
Produção Acumulada, Média, Participação Regional no Estado e Taxa de
Crescimento dos Principais Produtos.
1990-2002

Lavouras	Produção Acumulada (t)		Produção Média (t)			Taxa de Cresc. Anual
	Bahia	Região	Bahia (a)	Região (b)	(b/a)%	
1. Temporárias						
Algodão	1.365.633	389.060	105.049	29.928	28,5	-23,3
Cana-de-açúcar	52.998.532	3.091.257	4.076.810	237.789	5,8	-7,3
Feijão	4.427.644	238.142	340.588	18.319	5,4	-1,7
Mandioca	44.978.460	2.493.781	3.459.882	191.829	5,5	-3,5
Milho	9.427.941	122.187	725.226	9.399	1,3	-0,5
2. Permanentes						
Banana ¹	884.533	21.812	68.041	1.678	2,5	10,1
Café	1.439.839	29.685	110.757	2.283	2,1	-1,5
Manga ²	3.654.842	1.021.734	281.142	78.595	28,0	19,0
Maracujá ^{3 e 4}	7.405.012	465.546	925.627	58.193	6,3	61,4

Fonte: IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal 1990-2002

¹ Em mil cachos; ² em mil frutos; ³ refere-se ao período de 1995 a 2002; ⁴ em mil frutos

Na Região da Serra Geral a exploração de algodão tradicionalmente tem sido realizada por pequenos agricultores, em estabelecimentos com áreas inferiores a 100 hectares que, segundo dados do Censo Agropecuário de 1995 -1996, foram responsáveis por mais de 81% do total cultivado. Além disto observa-se maior concentração nos estabelecimentos na faixa de até 50 hectares, responsáveis por mais de 68%, sobressaindo-se aqueles de 10 a 50 que, isoladamente, detiveram 42,4%. Esta participação expressiva chama a atenção ao considerar a exploração – essencialmente comercial – voltada para o mercado, mas que encontra nos agricultores de baixa renda, vinculados à agricultura familiar, um elemento importante na atividade. Estes dados evidenciam o papel que a cultura do algodão representa para a economia da Região, que tem na grande maioria de pequenos produtores a base de sua sustentação. Situação idêntica ocorreu com as demais culturas temporárias, sobressaindo-se a mandioca com percentuais de áreas cultivadas nos estratos de área inferior a 100 hectares, que atingem a aproximadamente 90%.

Os dados da Tabela 43 mostram que os estabelecimentos com área de 10 a 50 hectares caracterizam-se como os principais responsáveis pelas explorações das lavouras temporárias. Para estas culturas, a contribuição dos produtores situados nesse estrato variou de 42,4% a 49,3%, com algodão e cana-de-açúcar, respectivamente. Enquanto o estrato intermediário se destaca no conjunto, o de até 10 hectares se apresentou como o segundo grupo mais importante ao se analisar os dados relativos às áreas de cultivo, com percentuais de, aproximadamente, 21 a 31%.

Ao comparar os estratos, pode-se observar que os estabelecimentos com áreas acima de 100 hectares, isoladamente, se destacaram com 18,7% da área de algodão, dado coerente com o tipo de exploração e objetivos das atividades das propriedades maiores que contam com maior disponibilidade de terra. As médias e grandes propriedades estão voltadas basicamente para exploração de produtos comerciais em função das demandas de mercados, enquanto os minifúndios e pequenas propriedades objetivam, por via de regra, a manutenção do grupo familiar. O vínculo da pequena propriedade com a produção de matérias-primas, no caso da Serra Geral, algodão, deve-se à falta de alternativas, bem como a necessidade de geração de renda monetária a partir de uma exploração adaptada às condições regionais. Estes segmentos, em decorrência de um expressivo número de produtores, acabam por ser responsável pela maior parte da produção agrícola regional. Como a produção de algodão visa os mercados e se caracteriza como uma atividade adaptada às condições naturais, era de se esperar que os maiores estratos tivessem maior envolvimento com este produto quando comparado com os demais. Nesta perspectiva também se observam dados da Tabela 43, em que a cana-de-açúcar se apresenta como o segundo produto mais cultivado pelos estratos acima de 100 hectares, com 14,2%. Embora os 18% do algodão e 14% da cana-de-açúcar das áreas plantadas pelos maiores estratos estejam apenas ligeiramente acima dos 10% de feijão, milho e mandioca, deve-se entender os dados como indicativos de sistemas de produção diferenciados e perfeitamente encontrados na Região de Serra Geral e outras áreas no Estado da Bahia e do Nordeste brasileiro, como um todo.

Tabela 43
Região Serra Geral
Participação Percentual nas Áreas de Lavouras Temporárias por Estrato de Área
1995-1996

Culturas	Estratos (ha)				Total
	Até 10	10 a 50	50 a 100	Mais de 100	
Algodão	25,7	42,4	13,2	18,7	100,0
Cana-de-açúcar	21,2	49,3	15,3	14,2	100,0
Feijão	30,8	45,1	13,5	10,6	100,0
Mandioca	24,5	48,8	16,7	10,0	100,0
Milho	27,6	48,9	14,0	9,5	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Situação reveladora da relação entre tamanho do estabelecimento e tipo de atividade, que se constituem características marcantes dos sistemas produtivos, pode ser observada com o grupo de lavouras permanentes, especialmente a da cultura do café. Embora a atividade cafeeira ainda prevaleça no grupo do estrato intermediário de 10 a 50 hectares, como mais representativa com 36,0%, os estabelecimentos acima de 100 hectares, em menor número, regionalmente, conforme dados da estrutura fundiária, responderam por 31,4% da superfície destinada à produção de café. Esta situação chama atenção pelas características da exploração dos sistemas de cultivos de café na Região. De um modo geral, a atividade apresenta aspectos similares às dominantes nas áreas de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina, onde a cafeicultura se configurou como importante elemento da modernização da agricultura, com produção voltada, essencialmente, para atender aos mercados externos e inserido no modelo agrícola dominante de exportação de produtos primários. A cafeicultura, com 2% da área média regional cultivada no período de 1990 a 2002, concentra-se principalmente em zonas de influência de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina, podendo de uma maneira geral ser considerada como extensão da atividade realizada nestas regiões, distinguindo-se na Serra Geral pela pouca expressão no contexto estadual, com apenas 2,8% da superfície total plantada no Estado.

Tabela 44
Região Serra Geral
Participação Percentual nas Áreas de Lavouras Permanentes por Estrato de Área
1995-1996

Culturas	Estratos (ha)				
	Até 10	10 a 50	50 a 100	Mais de 100	Total
Café	18,2	36,0	14,4	31,4	100,0
Banana	56,0	27,1	8,2	8,7	100,0
Manga	34,8	46,9	6,8	11,5	100,0
Maracujá	62,2	13,4	23,2	1,2	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996

A distribuição do valor da produção por estrato de área, tanto para lavouras temporárias quanto para as permanentes, apresenta um quadro similar ao registrado para área cultivada. A participação dos menores estabelecimentos ultrapassa a dos maiores, conforme dados da Tabela 45. No grupo das lavouras temporárias observa-se uma tendência de maior presença dos estabelecimentos com área acima de 100 hectares nas explorações comerciais de algodão e cana-de-açúcar, embora prevaleça, no conjunto, o domínio dos pequenos e médios estratos. Em confronto a este registro, mandioca, feijão e milho, produtos essencialmente de subsistência, são menos explorados e pouco representativos nesses estabelecimentos, estando mais presentes nas menores faixas de áreas. Os dados da Tabela 45 evidenciam que os 20,4% e 24,2% no valor da produção

regional, de cana-de-açúcar e algodão, respectivamente, são bem mais significativos que os 7,7% referentes à mandioca e 13,0% correspondentes ao feijão, sob a responsabilidade dos estabelecimentos que situam na faixa acima de 100 hectares.

Tabela 45
Região Serra Geral
Participação Percentual no Valor da Produção de Lavouras Temporárias segundo Estrato de Área
1995-1996

Culturas	Estratos (ha)				
	Até 10	10 a 50	50 a 100	Mais de 100	Total
Algodão	24,2	39,4	12,2	24,2	100,0
Cana-de-açúcar	17,4	46,9	15,3	20,4	100,0
Feijão	33,8	40,4	12,8	13,0	100,0
Mandioca	33,8	43,6	14,9	7,7	100,0
Milho	31,2	44,2	12,9	11,7	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Como os sistemas produtivos das lavouras permanentes estão associados a determinados espaços, em função de especificidades naturais, de infra-estrutura implantada e de produtor rural, estas atividades são realizadas a partir do uso intensivo de capital e emprego de tecnologias para produtos voltados para os mercados extra-regionais. A cafeicultura, realizada nas áreas serranas altas e mais chuvosas, é cultivada pelos produtores situados nos mais variados estratos de área, tendo maior peso os de 10 a 50 hectares, que participavam com aproximadamente 36% do valor da produção e daqueles acima de 100 hectares com pouco mais de 30%. A produção de maracujá, banana e manga, por sua vez, prevalece nos estabelecimentos com a área abaixo de 50 ha, que são responsáveis por percentuais acima de 80% do valor da produção.

Tabela 46
Região Serra Geral
Participação Percentual no Valor da Produção de Lavouras Permanentes por Estrato de Área
1995-1996

Culturas	Estratos (ha)				
	Até 10	10 a 50	50 a 100	Mais de 100	Total
Café	18,1	35,6	16,1	30,2	100,0
Banana	65,8	23,7	5,0	5,5	100,0
Manga	37,0	49,6	5,5	7,9	100,0
Maracujá	64,0	16,4	18,2	1,4	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.

Com uma área média total plantada de 172.176 hectares, conforme dados da PAM - Produção Agrícola Municipal do IBGE - no período de 1990 a 2002, a Região Econômica da Serra Geral foi responsável por 6,6% da superfície plantada na Bahia, quando se consideram as explorações existentes tanto na Região como no Estado, eliminando-se evidentemente culturas como soja, cacau, borracha. No tocante à distribuição destas áreas por subespaço, municípios que integram o de Guanambi, com 47,5%, participam com aproximadamente a metade da área regional total plantada e quase o dobro do segundo colocado, Brumado (26,9%). O peso destes dois subespaços está diretamente relacionado tanto à superfície que abrangem na Região, quanto às condições para o desenvolvimento das explorações agrícolas. No que se refere à importância dos subespaços no conjunto do Estado, a situação é similar à da Região, mantendo-se a mesma participação relativa das áreas, permanecendo Caculé com 7,6% da superfície plantada regional, a menor contribuição estadual e regional. (Tabela 47).

Tabela 47
Região Serra Geral
Área Média Plantada em ha das Lavouras Temporárias e Permanentes
1990-2002

Subespaços	Área Média Plantada (ha)			Percentual (em relação à/ao)	
	Temporárias	Permanentes	Total	Região	Estado
Brumado	40.766	5.431	46.196	26,9	1,8
Caculé	12.656	417	13.073	7,6	0,5
Caetitê	14.273	750	15.023	8,7	0,6
Condeúba	15.739	215	15.954	9,3	0,6
Guanambi	80.857	763	81.620	47,5	3,1
Região	164.291	7.576	171.866	100,0	6,6
Estado	2.091.695	513.954	2.605.649	-	-

Fonte: IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal, 1990 a 2002.

Em termos de Valor Bruto da Produção, a lavoura da mandioca apresentou-se como a mais importante, respondendo por mais de 25,6% do total médio regional, no período de 1990-2002. Com esta participação significativa e considerando sua capacidade de agregação de valor nos moldes em que é explorada, produtores envolvidos e demais componentes do sistema produtivo, torna-se necessário identificar as condições e fatores adversos ao desenvolvimento da agricultura regional. Não há como se promover o desenvolvimento agrícola a partir de uma atividade essencialmente de subsistência, de reduzido aporte tecnológico e baixa capacidade de geração de excedente, como é realizada a exploração da lavoura da mandioca na área.

Na seqüência de explorações com peso na formação do valor da produção, a cana-de-açúcar com 20,4% ocupou a segunda colocação, seguida pelas lavouras

do algodão com 15,1%, o feijão 10,7% e a manga com 9,1%. As temporárias são mais expressivas e atingiram 80,1% do total, cabendo às permanentes apenas 19,9%. (Tabela 48). Ao se analisar o conjunto das lavouras alimentares e temporárias – mandioca, feijão e milho – vinculadas à atividade de subsistência nas propriedades familiares, atinge-se a um percentual de 38,4%. E, como a cana-de-açúcar cultivada na área não compõe um complexo agroindustrial de expressão na geração da renda regional, encontrando-se, ao contrário, basicamente associada à agricultura familiar com a produção de aguardente e rapadura, voltados aos mercados, os 38,4% das atividades alimentares podem ser adicionados aos da cana, perfazendo-se um total de 58,8% que comporiam as contribuições das áreas classificadas como minifúndios e pequenas propriedades. A participação desses estratos de áreas deve ser ainda maior, ao se acrescentar o valor de outros produtos como o do algodão, que sempre foi cultivado por um grande número de pequenos proprietários.

Tabela 48
Região Serra Geral
Valor Acumulado e Médio da Produção¹ dos Principais Produtos Comparados aos mesmos Produtos do Estado
1990-2002

Lavouras	Valor em Real Acumulado		Valor Médio		% (em relação à/ao)	
	Estado	Região	Estado	Região	Região	Estado
1. Temporárias	27.257.012,17	1.691.111,36	2.096.693,24	130.085,49	80,1	6,2
Algodão	1.249.084,25	319.508,93	96.083,40	24.577,61	15,1	25,6
Cana de açúcar	4.920.853,75	430.821,13	378.527,21	33.140,09	20,4	8,7
Feijão	4.641.726,76	226.786,31	357.055,91	17.445,10	10,7	4,9
Mandioca	9.147.207,59	540.411,91	703.631,35	41.570,15	25,6	5,9
Milho	2.772.889,01	44.422,86	213.299,15	3.417,14	2,1	1,6
Outras	4.525.250,81	129.160,22	348.096,22	9.935,40	6,2	2,9
2. Permanentes	15.626.182,63	420.165,51	1.202.014,05	32.320,42	19,9	2,7
Banana	2.167.045,53	69.489,74	166.695,81	5.345,36	3,3	3,2
Café	2.913.282,08	46.355,89	224.098,62	3.565,84	2,2	1,6
Manga	662.983,68	191.369,16	50.998,74	14.720,70	9,1	28,9
Maracujá	772.467,43	61.144,19	59.420,57	4.703,40	2,9	7,9
Outras	9.110.403,91	51.806,53	700.800,31	3.985,12	2,4	0,6
Total	42.883.194,80	2.111.276,87	3.298.707,29	162.405,91	100,00	4,9

Fonte: FIBGE – PAM – Produção Agrícola Municipal 1990 a 2002

¹ Valor em R\$ 1.000,00 de outubro de 2003.

Os dados sobre a participação das explorações no valor confirmam o papel e importância da agricultura familiar, que é uma realidade na Região Econômica Serra Geral e responde por uma significativa parte da renda do setor agrícola. A agricultura regional não se caracteriza pela presença de grandes empreendimentos rurais, a partir de explorações de vastas extensões de terras, com objetivo de atender as demandas dos mercados. O que se observa é um

mosaico de pequenas propriedades com precárias condições de produção, sem controle efetivo do processo e sujeitas às oscilações climáticas. Estes produtores encontram no tamanho das propriedades e na dificuldade de acesso a serviços de apoio e infra-estrutura, uma forte limitação para ampliação das atividades, adoção de tecnologias, aumento da produção, geração de emprego e renda.

Os baixos rendimentos das lavouras de sequeiro refletem as práticas adotadas nos processos produtivos que, de modo geral, se caracterizam por reduzido aporte tecnológico, manejo inadequado de solos e das culturas, adoção de técnicas nem sempre indicadas de acordo com as características dos produtores rurais e as condições prevaletentes na Região. Ademais, torna-se obrigatório ressaltar a débil presença de estruturas de apoio e assistência técnica à agricultura regional. As unidades públicas de assistência aos agricultores, na sua maioria encontram-se desaparelhadas e não dispõem de técnicos suficientes e capacitados para atender à demanda de serviços na Região. A questão principal da assistência técnica aos agricultores, principalmente aos produtos da agricultura familiar, não se restringe à existência de unidades operativas e até mesmo do corpo técnico da instituição encarregada pelo serviço; o problema vincula-se mais diretamente a inexistência de efetivas políticas públicas de promoção dos produtores rurais.

Tabela 49
Região Serra Geral
Participação Percentual da Assistência Técnica, Finalidade, Origem e Práticas de Conservação de Solos por Subespaço em Relação ao Total de Estabelecimentos da Região 1995-1996

Subespaços	Estabelecimentos c/assist. técnica	Finalidade		Origem			Conserv. de solos	
		Vegetal	Animal	Governo	Própria	Outra	Utiliza	Não utiliza
Brumado	6,0	52,4	63,0	33,3	38,5	3,7	4,9	95,1
Caculé	4,9	25,0	84,4	38,9	39,6	8,9	4,1	95,9
Caetité	1,4	76,1	29,7	18,8	22,5	3,6	4,0	96,0
Condeúba	0,9	70,3	40,6	15,6	31,3	0,0	2,9	97,1
Guanambi	4,8	56,9	35,3	24,9	51,9	3,3	10,8	89,2
Região	4,2	51,1	55,9	30,5	41,6	4,3	5,9	94,1

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

A Tabela 49 mostra de alguma maneira a precariedade da assistência técnica ao produtor rural. O IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996 – registrou que apenas 4,2% dos estabelecimentos agrícolas contavam com algum tipo de assistência técnica que, ao se comparar com os mais de 60 mil existentes, evidencia-se a dimensão do problema. Este percentual pode ser considerado insignificante, em função do número de produtores, do peso que o setor agrícola representa para a população, como elemento gerador de renda e emprego e a própria necessidade de preservação dos recursos naturais, fortemente degradados na área. Os dados da tabela acima citada revelam-se ainda mais

graves, na medida em que a conservação de solos, elemento essencial na preservação ambiental, não atinge a 6% dos estabelecimentos recenseados e mais de 94% não adotam práticas de manejo e conservação de solos. Prevalece a assistência própria, quando comparada à oferecida pelo governo ou qualquer outra entidade. Dos informantes que teriam recebido alguma assistência técnica, a voltada para atividade animal levou alguma vantagem em relação a vegetal. Os dados referentes aos subespaços não diferem muito da situação dominante, na medida em que a maior incidência em Brumado foi de apenas 6,0% e a menor registrada, coube ao subespaço de Condeúba com menos de 1%, em que atividade vegetal apareceu como a mais indicada.

Embora não se disponha de trabalhos de avaliação mais abrangente no plano regional, alguns municípios pertencentes à Região Econômica fazem parte do Programa Comunitário do Rio Gavião, cuja orientação é no sentido de assistir a pequenos produtores rurais, e, conseqüentemente, a situação referente à assistência ao agricultor não corresponda à efetivamente captada pelo Censo Agropecuário de 1995-1996. Em algumas outras áreas de maior tradição de assistência ao agricultor também devem prevalecer situações que não podem ser generalizadas.

A assistência técnica no subespaço de Brumado absorveu aproximadamente 47% do total regional dos dados registrados pelo Censo Agropecuário, bastante acima dos 2,5% que coube ao de Condeúba. A prevalência do subespaço de Brumado também se deu nos outros indicadores de assistência técnica, com exceção daquele referente à conservação de solos, em que Guanambi, se destacou, com mais de 46%. Este último subespaço, vale ressaltar, apresentou-se como o segundo colocado nestes diversos indicadores, conforme pode ser observado na Tabela 50, excetuando-se aquele voltado para atividade animal, com 18,6%, inferior, portanto, aos 23,8% de Caculé. Ao contrário dos subespaços de Brumado e Guanambi, que lideraram os itens referentes à assistência técnica, o de Condeúba, como em outras questões, manteve-se na última colocação.

Tabela 50
Região Serra Geral
Assistência Técnica, Finalidade, Origem e Práticas de Conservação de Solos por Subespaço
1995-1996

Subespaços	Estabelecimento c/Assist. Técnica	Finalidade		Origem			Cons. de solos	
		Vegetal	Animal	Governo	Própria	Outra	Utiliza	Não Utiliza
Brumado	46,9	48,1	52,9	51,2	43,5	40,5	27,0	32,9
Caculé	15,8	7,7	23,8	20,1	15,0	32,4	9,5	13,9
Caetité	5,4	8,0	2,9	3,3	2,9	4,5	11,0	16,5
Condeúba	2,5	3,4	1,8	1,3	1,9	0,0	6,0	12,5
Guanambi	29,4	32,8	18,6	24,1	36,7	22,6	46,5	24,2
Região	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Embora se reconheça a importância da irrigação para agricultura regional, a sua utilização não se apresenta regionalmente como tecnologia de grande abrangência na medida em que se concentra em determinadas áreas e atinge a restrito número de estabelecimentos rurais: 3.755, correspondente a apenas 7,4% em universo de mais de 60 mil, abrangendo uma área de 15.207 hectares, conforme dados do Censo de 1995-1996. Atualmente essa área é bem maior, tendo em vista que no final da década de 90 ocorreu uma ampliação do número de irrigantes e área, sobretudo voltados para fruticultura. No que diz respeito aos sistemas de irrigação, inundação e infiltração mostraram-se mais adotados em comparação com aspersão e outros.(Tabela 51).

Tabela 51
Região Serra Geral
Distribuição Percentual de Estabelecimento com Irrigação, Área Irrigada e Sistemas de Irrigação por Subespaço
1995-1996

Subespaços	Estabelecimentos		Sistemas de Irrigação				
	Com irrigação	Área	Inundação	Infiltração	Aspersão	Outros	Total
Brumado	14,8	74,3	24,1	47,1	23,6	5,2	100,0
Caculé	3,6	3,9	49,1	6,6	36,5	7,8	100,0
Caetité	2,0	2,9	31,4	35,4	28,3	4,9	100,0
Condeúba	1,2	2,4	34,6	26,9	27,9	10,6	100,0
Guanambi	6,3	16,5	23,8	38,7	32,3	5,2	100,0
Região	7,4	100,0	26,3	41,5	26,7	5,5	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

É inegável que os subespaços de Brumado e Guanambi, historicamente têm se apresentado como os mais dinâmicos, não só no que se refere à exploração agropecuária, mas a outras atividades. A agricultura irrigada concentra-se também nesses espaços, os quais responderam por mais 90% da área total irrigada e dos estabelecimentos que fizeram uso de irrigação. Os 10% restantes distribuíram-se entre os demais subespaços, com percentuais inexpressivos.(Tabela 52). Fato que chama atenção é a inexistência de perímetros públicos de irrigação nos subespaços de Caetité, Condeúba e Caculé onde, desde as décadas de 50 e 60 do século passado, identificaram-se diversas áreas potencialmente irrigáveis, tendo sido até mesmo construídos barragens e açudes, que ficaram subutilizados ao não se desenvolver a agricultura irrigada.

Tabela 52
Região Serra Geral
Indicação dos Informantes com Irrigação e Área Irrigada por Subespaço
1995-1996

Subespaços	Informantes		Área	
	Nº	%	ha	%
Brumado	2.619	69,7	11.304	74,3
Caculé	156	4,2	587	3,9
Caetité	150	4,0	439	2,9
Condeúba	63	1,7	365	2,4
Guanambi	767	20,4	2.512	16,5
Região	3.755	100,0	15.207	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996.

Ao analisar a distribuição da irrigação por subespaço, observa-se que aproximadamente 70% do total dos informantes que a adotavam, localizavam-se em áreas de influência de Brumado, acompanhado por Guanambi, com aproximadamente 20%.(Tabela 52). Com relação ao emprego da irrigação nos estabelecimentos agrícolas, prevalecem os percentuais nestes dois subespaços, tendo Brumado apresentado 65,3% e guanambi 21,9% do total regional. Os sistemas de irrigação dominantes também se concentram nas mesmas áreas, destacando-se que mais de 73% dos sistemas por infiltração encontravam-se no subespaço de Brumado.(Tabela 53). Situação que pode ser explicada pela presença das áreas irrigadas de Livramento de Nossa Senhora e D. Basílio.

Tabela 53
Região Serra Geral
Percentual dos Estabelecimentos com Indicação de Uso de Irrigação e Sistemas de Irrigação por Subespaço
1995-1996

Subespaços	Estab. c/irrigação	Sistemas			
		Inundação	Infiltração	Aspersão	Outros
Brumado	65,3	59,2	73,3	57,1	61,6
Caculé	6,6	12,9	1,1	9,4	9,8
Caetité	4,3	5,3	3,8	4,7	4,0
Condeúba	1,9	2,7	1,3	2,2	4,0
Guanambi	21,9	19,9	20,5	26,6	20,6
Região	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995-1996

Com base nos dados disponíveis e informações qualitativas de técnicos, empresários e produtores vinculados ao setor, pode-se inferir que a capacidade de geração de renda e emprego das lavouras encontra-se limitada e dependente

de diversos fatores. A precariedade da infra-estrutura, escassez de serviços de apoio, limitações tecnológicas e, principalmente, inexistência de políticas públicas adequadas às condições dos produtores e características regionais, podem ser considerados como os principais elementos que afetam o potencial produtivo de determinados setores regionais. Por outro lado, as áreas que contam com infra-estrutura de apoio e dispõem de condições tecnológicas e esquemas de irrigação como a implementada pela fruticultura em Livramento de Nossa Senhora e as vinculadas aos projetos de Ceraíma e Estreito, apresentam-se dinâmicas e privilegiadas.

6.5.3.3 Pecuária

Dos primórdios da colonização com implantação das fazendas dedicadas à produção de carne e couro aos dias atuais, a pecuária tem se constituído um importante componente da economia regional. A criação extensiva de bovinos, que emergiu como atividade complementar e integrada à economia açucareira das zonas litorâneas, e estimulada pela descoberta de ouro em Minas Gerais, transformou-se em exploração apropriada para as vastas extensões de terras da Região. Esta atividade, tendo em vista a adaptação às características naturais e localização, possibilitou a manutenção de vínculos da Serra Geral com outras áreas mais dinâmicas de então. Desta forma a pecuária, ao associar-se às atividades econômicas que marcaram a colonização da Bahia e do país, desempenhou um papel fundamental para a penetração, conquista e povoamento da área atualmente conhecida como Serra Geral.

Como resultado deste processo, a exploração animal estabeleceu-se de forma efetiva, apresentando-se na atualidade como importante atividade que envolve um grande número de produtores, que a realizam de forma isolada ou integrada à produção vegetal. A exploração pecuária, ao se estruturar a partir da grande propriedade de forma extensiva vai, ao longo do tempo, modificando-se de acordo com especificidades dos diversos espaços e fatores intervenientes, ligados a mercados para os produtos pecuários, políticas de incentivos da atividade, dentre outros. A importância da produção animal pode ser percebida através de dados do IBGE de 1995-1996, ao mostrar que cerca de 46% do valor da produção, proveniente da agricultura regional, foi de origem animal, a partir de um efetivo bovino em torno de 600 mil animais, aproximadamente 6% do total do Estado, e dos rebanhos caprinos, ovinos e suínos, estes últimos com menor peso na economia da Região.

A evolução recente dos rebanhos, analisada a partir de dados do PPM – Produção Pecuária Municipal do IBGE, de 1990 a 2002, evidencia dificuldades com as quais a Região se depara para estruturar a atividade pecuária. A Tabela 54, em que pese limitações das informações, reúne dados relativos a evolução dos rebanhos mais importantes.

Com referência aos bovinos, registrou-se na Região uma redução de 18,0% do

rebanho, que superou o percentual de perdas ocorridas no Estado, 14,3%. O rebanho caprino também apresentou perdas bem mais elevadas do que o gado vacum, com uma redução de 24,3%. Os ovinos e suínos cresceram na Região enquanto decresceram no Estado. Quando se analisa a situação por subespaço, observa-se que Condeúba foi o único em que o rebanho bovino teve crescimento (40,0%) e, com relação aos caprinos, só no subespaço Brumado¹⁰ ocorreram perdas expressivas de 44,9%, tendo parte dos animais, provavelmente, se transferido para outras áreas na própria Região. Embora os rebanhos de ovinos e suínos tenham aumentado regionalmente, situação inversa à do Estado, no subespaço de Brumado também ocorreu redução do número de cabeças destes efetivos, enquanto os demais aumentaram, à exceção de Guanambi, em que houve perda de suínos no período de 1990 a 2002.

Tabela 54
Região Serra Geral
Evolução e Percentual de Variação dos Rebanhos por Subespaços, Região e Estado
1990/2002

Subespaço	Bovinos		Caprinos		Ovinos		Suínos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brumado	-55.143	-23,5	-92.339	-44,9	-30.662	-37,6	-2.065	-3,0
Caculé	-24.661	-23,5	6.854	80,9	7.581	88,5	4.590	11,8
Caetitê	-41.271	-33,3	9.033	142,4	8.080	96,9	17.119	53,0
Condeúba	22.406	40,0	15.998	240,2	14.060	185,7	4.957	17,6
Guanambi	-26.048	-14,9	4.080	78,5	5.838	24,3	-3.707	-11,1
Região	-124.717	-18,0	-56.374	-24,3	4.897	3,8	20.894	10,3
Estado	-1.649.130	-14,3	-1.110.993	-23,7	-414.209	-13,4	-369.842	-15,7

Fonte: IBGE – PPM – Produção Pecuária Municipal 1990/2002.

As perdas de animais resultam de problemas que afetam a atividade pecuária na Região e a repercussão sobre o setor varia de acordo com a importância dos rebanhos. Desta forma, as perdas do gado bovino tornam-se mais grave em virtude do peso da bovinocultura sobre economia regional, embora para determinados grupos de produtores a caprino-ovinocultura se revista de grande importância na sua subsistência. A exploração pecuária regional tem na bovinocultura sua mais importante atividade animal, demonstrada pelo valor da produção, participação na composição da renda do setor agropecuário, produtores envolvidos e superfície com pastagens destinadas à exploração. A Tabela 55, ao registrar o uso da terra para pecuária e produção vegetal, destaca que mais de 70% das áreas estão com pastagens, de forma similar ao que ocorre no Estado, que apresenta um percentual mais elevado, 75,0%. A expressiva superfície com pastagens, $\frac{3}{4}$ das áreas voltadas para agricultura, evidencia o

¹⁰ Este subespaço detém a maior área do semi-árido regional, cerca de 90%, além de abrigar as Unidades Geoambientais com maiores restrições de recursos naturais.

peso da exploração animal que, tendo em vista a prevalência de processos predatórios no manejo das áreas, tem acarretado um acentuado passivo ambiental.

A expansão da pecuária regional deve-se basicamente à incorporação de novas áreas sob a forma de pastos, comumente abertos através de queimadas da vegetação nativa. A capacidade suporte das pastagens por unidade de área é baixa e, como a escassez de alimentos surge em certos períodos do ano e se agrava nos de estiagens, o rendimento dos animais declina e torna-se incerto. Embora não se disponha de dados e informações detalhados, reconhece-se que, em consequência das características das explorações, com problemas de alimentação para os animais ao longo do ano, a produtividade dos rebanhos nem sempre é satisfatória.

As formas de expansão da pecuária com base na incorporação de terras, como se tem caracterizado a atividade, já não são aceitáveis sob hipótese alguma, e muito menos na perspectiva da preservação ambiental. A perda da vegetação ciliar, o assoreamento, redução de vazão, transformação de cursos d'água perenes em temporários, constituem-se graves problemas ambientais que afetam a Região. O avanço das áreas com pastagens e consequentes processos erosivos devem servir como alerta sobre situações impactantes, em função dos padrões de exploração e indicador da necessidade de intervenções com medidas mitigatórias dos impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente.

Tabela 55
Região Serra Geral
Uso das Terras segundo Categoria de Exploração
1995-1996

Categorias	Região		Estado	
	ha	%	ha	%
Lavouras	336.367	29,1	4.837.698	25,0
Pastagens	817.956	70,9	14.489.769	75,0
Região	1.154.323	100,0	19.327.467	100,0

Fonte: IBGE -Censo Agropecuário 1995-1996.

Na Região Serra Geral, no período de 1990 a 2002, o rebanho bovino regional variou entre 6 e 7% do total do Estado, tendo apresentado um comportamento instável, visto que de um total de mais de 634 mil cabeças no ano inicial de análise, 1990, atingiu no ano seguinte, o seu apogeu, com mais de 725 mil, declinando em seguida até chegar ao menor efetivo do período, em 2000, com apenas 74% do número de cabeças existentes em 1990. Nos anos seguintes ocorreu alguma recuperação sem, contudo, alcançar o rebanho original, tendo havido ao longo do período uma perda de mais de 18%. (Tabela 56).

A maior participação de bovinos no total do Estado não coincidiu com o ano em

que a Região apresentou o maior rebanho, mas em 1995, no qual o crescimento foi de apenas 0,2% em relação a 1990. O comportamento instável do efetivo bovino também foi observado com relação ao Estado, que apresentou variações ao longo do período, tendo registrado uma perda de aproximadamente 15% entre 1990 e 2002. A este comportamento irregular do rebanho pode-se atribuir a diversos fatores, devendo-se destacar a limitada capacidade da atividade em suportar anos de crises provocadas por problemas climáticos.

Na Região existem áreas e fazendas isoladas, onde a produção bovina, ovina e até mesmo a caprina têm características bastante diferenciadas, com aporte tecnológico adequado, de forma intensiva e rendimentos satisfatórios. Concomitante a esta situação, predominam as áreas em que, não obstante tenham origem e evolução similares, permanecem em patamar inferior, com problemas de alimentação para os animais, ocorrência de doenças, raças não definidas e, evidentemente, denotando padrões de manejo de rebanho não apropriados ao desenvolvimento da atividade. Sistemas intensivos e extensivos de exploração refletem diferenças e diversidades quanto às estruturas de apoio e serviços aos quais os pecuaristas têm tido acesso, em decorrência dos mais variados fatores. Acessos a crédito, assistência técnica e programas de apoio podem ser considerados fatores diferenciadores do público que lida com a atividade animal. Tanto no setor vegetal como no animal, reconhecem-se na Região distintas situações em que técnicas ultrapassadas convivem com o que existe de mais avançado na agricultura.

Tabela 56
Região Econômica de Serra Geral
Efetivo do Rebanho Bovino, Variação Anual e Participação no Estado
1990-2002

Anos	Região		Estado		Região/Estado (%)
	Cabeças	Variação	Cabeças	Variação	
1990	694.378	100,0	11.505.420	100,0	6,0
1991	725.050	104,4	11.808.105	102,6	6,1
1992	712.603	102,6	12.160.075	105,7	5,9
1993	663.585	95,6	10.022.150	87,1	6,6
1994	695.096	100,1	9.876.739	85,8	7,0
1995	695.687	100,2	9.841.237	85,5	7,1
1996	571.294	82,3	9.838.136	85,5	5,8
1997	554.200	79,8	9.949.599	86,5	5,6
1998	530.288	76,4	9.168.482	79,7	5,8
1999	526.965	75,9	9.170.680	79,7	5,8
2000	514.089	74,0	9.556.752	83,1	5,4
2001	575.667	82,9	9.855.828	85,7	5,8
2002	569.661	82,0	9.856.290	85,7	5,8

Fonte: IBGE. Produção Pecuária Municipal – PPM, 1990 a 2002.

Situação marcante da atividade pecuária regional refere-se ao caráter integrado e complementar com agricultura familiar prevaiente na área. Embora nas grandes e médias propriedades predomine a exploração animal bovina, um expressivo rebanho é encontrado nas pequenas. Ao analisar a distribuição do rebanho bovino em função do tamanho das pastagens, confirma-se a significativa presença da atividade pecuária nas pequenas e médias propriedades. A Tabela 57 demonstra que mais de 73% dos bovinos encontravam-se em áreas em que o tamanho das pastagens eram inferiores a 100 ha, com um predomínio da faixa de 10 a 50 ha, que absorvia, isoladamente, 36% do rebanho. Contrapondo esta constatação, as áreas de pastagens com mais de 100 ha respondiam por apenas 21,8% do rebanho identificado pelo IBGE em 1995-1996. No âmbito dos subespaços, observam-se algumas diferenças significativas e bem ilustrativas da produção pecuária regional. Enquanto os subespaços Guanambi e Brumado apresentaram 36,1% e 22,2%, respectivamente, do rebanho em áreas de pastagens com mais de 100 ha, o de Condeúba, neste grupo de área, deteve apenas 7,3%. Percentuais tão diferentes são reveladores de características específicas das atividades que se encontram nos vários espaços regionais. A atividade pecuária realizada nas áreas de Guanambi e em seu entorno não são idênticas às das áreas localizadas nas zonas de influência de Condeúba, Caetité e Caculé. As formas de ocupação destes espaços, período de desbravamento, influência de políticas de crédito rural e presença de estruturas de apoio às explorações, podem explicar as características peculiares de cada setor regional.

Tabela 57
Região Serra Geral
Distribuição Percentual do Rebanho Bovino por Grupos de Áreas de Pastagens
1995-1996

Faixas de áreas (ha)	Brumado	Caculé	Caetité	Condeúba	Guanambi	Região
Até 10	24,6	28,3	31,3	37,2	15,2	25,0
10 a 50	36,2	41,2	34,3	44,2	30,6	36,0
50 a 100	12,0	12,0	11,9	8,8	13,8	12,1
100 a 500	16,6	11,2	12,0	7,2	20,8	15,2
500 a 1.000	3,7	1,2	2,0	0,1	4,7	3,0
Mais de 1000	1,9	0,3	-	-	10,6	3,6
S/declaração	5,0	5,8	8,5	2,5	4,3	5,1
Até 100	72,8	81,5	77,5	90,2	59,6	73,1
Acima de 100	22,2	12,7	14,0	7,3	36,1	21,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

Além do caráter complementar que ocorre em grande número de propriedades, vale ressaltar o aspecto de integração que pode acontecer também entre outros grupos de propriedades. Esta associação da atividade pode ser encontrada entre a maioria dos pequenos produtores de agricultura familiar e junto aos pecuaristas

típicos, através do emprego de mão-de-obra nas diversas etapas da exploração animal.

A exploração bovina regional destina-se basicamente à produção de carne, tendo o Censo agropecuário do IBGE de 1995-1996 registrado que mais de 64% do total dos animais da Região destinavam-se a esta atividade. Desta forma, pode-se observar que no subespaço de Caetité registrou-se a menor incidência de animais voltados para produção de carne, em torno de 57%, enquanto a maior prevalência foi encontrada nas áreas de influência de Guanambi, com praticamente 70%. Embora a Região não se caracterize como grande produtora de leite, um elevado número de criadores, sobretudo os vinculados à agricultura familiar, exploram o leite, consumido e comercializado *in natura* ou utilizado na fabricação artesanal de manteiga, queijos e outros derivados. Na fabricação destes produtos, as mulheres exercem um importante papel ao se ocuparem com a atividade que, de alguma forma, acaba sendo um componente da renda familiar dos produtores rurais. Como na Região a agricultura familiar absorve um significativo número de produtores, provavelmente a produção mista e a leiteira encontrem neste segmento um dos elementos que justificam a constatação de mais de 1/3 do rebanho bovino estar voltado para estas finalidades. Enquanto a pecuária mista e a de leite absorveram quase 34% dos animais na Região, esse percentual no subespaço de Caetité atingiu a 38,8%. Nos demais subespaços a atividade leiteira e mista juntas variaram entre 28,8% em Condeúba e 37,4% em Brumado, evidenciando que mais de 1/3 dos animais estiveram associados à produção de leite. Com relação ao emprego de animais de serviços na propriedade e no transporte, constatou-se que apenas 1,7% tinham esta destinação, sem haver nos subespaços grandes diferenças, tendo o de Caetité a maior participação, com 4,5%.

Tabela 58
Região Serra Geral
Distribuição do Rebanho Bovino segundo Finalidade dos Animais por Subespaço
1995-1996

Subespaço	Corte		Leite		Corte e Leite		Trabalho		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brumado	102.578	61,8	48.363	29,2	13.592	8,2	1.305	0,8	165.838	100,0
Caculé	49.645	62,6	22.639	28,6	4.834	6,1	2.113	2,7	79.231	100,0
Caetité	47.718	56,7	26.802	31,8	5.897	7,0	3.790	4,5	84.207	100,0
Condeúba	47.039	69,0	14.199	20,8	5.438	8,0	1.468	2,2	68.144	100,0
Guanambi	112.641	69,8	37.228	23,1	10.713	6,6	789	0,5	161.371	100,0
Região	359.621	64,4	149.231	26,7	40.474	7,2	9.465	1,7	558.791	100,0

Fonte: FIBGE -Censo Agropecuário 1995-1996.

As explorações de caprinos e ovinos, embora apresentem alguma importância em certas áreas e para determinados grupos de produtores, não podem ser comparadas às explorações bovinas, tendo em vista o peso da bovinocultura na

economia regional. Enquanto no período de 1990 a 2002 o gado bovino regional respondeu por 6 a 7% do total do Estado, a caprino-ovinocultura variou entre 4 a 5%. O comportamento dos caprinos ao longo dos anos foi bastante irregular, tendo atingido em 1996 a apenas 40,4% do ano de 1990. A redução de aproximadamente 60% dos animais neste ano, em relação ao ano inicial, foi bastante acentuada e a recuperação observada nos demais não foi capaz de restabelecer o rebanho original. Em todo o período, a Região apresentou um declínio de aproximadamente 1/4 dos animais, o que reflete possivelmente o padrão dominante da exploração.

Quanto ao rebanho ovino o declínio é bem menor, quando comparado ao de caprino, sobressaindo-se o ano de 1993 em que se constatou uma queda de aproximadamente 10%, não se observando grandes variações nos demais anos. A exemplo da pecuária bovina constata-se que, em alguns municípios, a exploração caprina e ovina se realiza de forma mais intensiva do que a dominante na Região. Nestes locais os cuidados com alimentação, manejo de rebanho, mineralização e controle de doenças são práticas adotadas, constituindo modelo de exploração possível de se expandir.

Tabela 59
Região Serra Geral
Evolução, Variação Anual e Participação do Rebanho Regional de Caprinos e Ovinos no Rebanho Estadual em Mil Animais 1990-2002

Anos	Caprinos					Ovinos				
	Estado (A)		Região (B)		B/A (%)	Estado (A)		Região (B)		B/A (%)
	Nº	Variação	Nº	Variação		Nº	Variação	Nº	Variação	
1990	4.696	100,0	232	100,0	5,0	3.089	100,0	130	100,0	4,2
1991	4.840	103,1	239	102,9	4,9	3.193	103,4	134	103,1	4,2
1992	4.914	104,7	202	87,1	4,1	3.321	107,5	126	97,1	3,8
1993	4.068	86,6	156	67,3	3,8	2.688	87,0	118	90,6	4,4
1994	4.057	86,4	165	71,1	4,1	2.711	87,7	126	97,1	4,7
1995	4.190	89,2	174	74,9	4,2	2.773	89,7	131	100,5	4,7
1996	2.443	52,0	94	40,4	3,8	2.358	76,3	137	105,7	5,8
1997	2.735	58,3	103	44,3	3,7	2.514	81,4	142	108,9	5,6
1998	3.055	65,1	108	46,6	3,5	2.644	85,6	134	102,8	5,1
1999	3.464	73,8	150	64,5	4,3	2.809	90,9	132	101,8	4,7
2000	3.832	81,6	160	69,0	4,2	2.923	94,6	142	109,2	4,9
2001	3.850	82,0	159	68,4	4,1	2.986	96,7	140	107,6	4,7
2002	3.585	76,3	176	75,7	4,9	2.675	86,6	135	103,8	5,0

Fonte: IBGE. Produção Pecuária Municipal – PPM, 1990 - 2002

A maior redução do rebanho ovino regional também se deu no ano de maior perda dos caprinos, com um declínio de, aproximadamente, 25%, que também coincidiu com a maior redução dos caprinos na Bahia, em torno de 60%. A coincidência do ano de maiores perdas pode ser atribuída a fatores similares,

que, provavelmente, estão ligados à precariedade das estruturas de apoio à produção. Como a caprino-ovinocultura está mais vinculada aos pequenos produtores, os problemas que afetam estes rebanhos são idênticos, sobretudo os referentes à escassez de alimentos, que se torna crítica nos anos secos, quando os produtores, na grande maioria, são obrigados a se desfazerem dos animais, por falta de alternativas de alimentação dentro das condições em que se praticam as explorações. Dados de ocorrência de chuvas na Região mostram que os anos de 1996 e 1997 foram anos secos e, coincidentemente, os dados estatísticos evidenciam perdas de animais, provavelmente pela impossibilidade de mantê-los na área.

Embora o rebanho caprino e ovino possa ser encontrado por toda a Região, a distribuição por subespaço é bastante desproporcional. Assim, conforme dados da Tabela 60, o subespaço de Brumado detém mais de $\frac{3}{4}$ do efetivo caprino e quase a metade dos ovinos. Nos demais subespaços, de um modo geral, não ocorrem grandes diferenças, chamando a atenção a inexpressiva participação dos caprinos na área de Guanambi, com apenas 3,7% do total regional. Já com relação aos ovinos, este subespaço apresentou um percentual relativamente alto, 19,2%. Os mercados da produção caprina e ovina são principalmente a população local e regional. Os municípios que compõem o subespaço Brumado, tendo em vista a influência de Vitória da Conquista e da BR – 116, conseguem comercializar parte dos animais também em outras localidades. Animais caprinos de pelagem preta, segundo informações de moradores locais, podem alcançar preços mais elevados e ter mercado assegurado ao serem utilizados em rituais de candomblé em cidades do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

A atividade pecuária encontra-se difundida por toda área e a forte presença em determinados subespaços se deve aos mais variados fatores. Embora não se possa caracterizar como áreas especializadas na produção animal, a tradição e ocupação de áreas privilegiadas pela dotação de recursos naturais, restrições topográficas e pedológicas, dificuldades de acesso, presença da infra-estrutura implantada, crédito rural, substituição de sistemas produtivos, dentre outros elementos, foram fatores determinantes para que a pecuária se fizesse mais presente em determinados tratos da Região. Algumas áreas encontram-se marcadas pela intervenção do Estado, através da política de crédito de apoio e instalação de infra-estrutura. Desta maneira, por volta dos anos 70 do século passado, a partir da política de modernização do setor agropecuário, estruturaram-se algumas áreas que hoje se destacam na produção pecuária. A partir do desbravamento de áreas férteis do Vale do Luiú, através dos incentivos creditícios instalaram-se propriedades nos municípios polarizados por Guanambi, voltadas essencialmente para produção pecuária, configurando-se na atualidade uma zona de destaque na criação de animais. A pecuária bovina em municípios do subespaço Guanambi (principalmente na Unidade Geoambiental Vão do São Francisco), em comparação com os demais, apresenta-se como uma área privilegiada em que a bovinocultura se caracteriza como atividade estruturada e com um padrão de desempenho acima da média regional.

Além dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, parte dos produtores rurais, especialmente os vinculados à agricultura familiar, realizam outras explorações animais, cujo objetivo principal é o autoconsumo. Dentre estas atividades vale fazer referência à criação de suínos e de aves, que se caracteriza pela reduzida expressão na economia regional, mas importante na alimentação de determinados grupos de produtores rurais, que comercializam parte da produção nas feiras livres das cidades e povoados da Região. A prevalência de condições inadequadas para criação dos suínos resulta em problemas de saúde para um grande número de moradores e consumidores

Tabela 60
Região Serra Geral
Distribuição Média Anual dos Rebanhos Caprinos e Ovinos por Subespaço
1990-2002

Subespaços	Caprinos		Ovinos	
	Média	%	Média	%
Brumado	122.904	75,4	64.383	48,6
Caculé	10.314	6,3	12.520	9,4
Caetité	10.390	6,4	13.061	9,8
Condeúba	13.348	8,2	17.288	13,0
Guanambi	6.016	3,7	25.539	19,2
Região	162.972	100,0	132.791	100,0
Estado	3.825.268	-	2.821.734	100,0
Região/Estado	4,3	-	4,7	-

Fonte: IBGE. Produção Pecuária Municipal – PPM, 1990-2002.

6.5.3.4 Emprego Agrícola

O Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE identificou na Região um total de 206.079 pessoas ocupadas na atividade agropecuária, das quais 61,2% eram homens e 38,8% mulheres. O elevado número de pessoas ocupadas nos diversos grupos de atividades agropecuárias reflete a importância que a agricultura exerce na economia regional, especialmente na geração de emprego e absorção da força de trabalho. A vinculação de grande parte da população às atividades agrícolas deve-se ao peso que o segmento da agricultura familiar desempenha na área ao absorver grande parte da população regional.

No que se refere às atividades ocupacionais desta população, as lavouras temporárias empregavam 35,1% daquele contingente, seguido da pecuária com 33,4% e, por último, a produção mista (lavoura e pecuária) empregando 20,9%. As demais atividades ocupavam 10,6% do total da mão-de-obra vinculada à agricultura. Na medida em que os pequenos estabelecimentos, com áreas inferiores a 100 hectares, são as que mais têm peso na produção das lavouras temporárias, o elevado percentual de mão-de-obra neste segmento mostra consistência, e coloca em destaque a agricultura familiar na absorção da força de trabalho. As lavouras permanentes, embora tenham crescido de importância na

Região na década de 90, tanto em termos de área cultivada quanto no valor da produção agrícola, contribuem timidamente na geração de empregos (3,9%).

Tabela 61
Região Serra Geral
Pessoal Ocupado por Sexo e Grupo de Atividade Agropecuária
1995-1996

Grupos de atividades agropecuárias	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lavoura temporária	43.661	60,4	28.674	39,6	72.335	35,1
Horticultura e produtos de viveiro	818	60,5	535	39,5	1.353	0,7
Lavoura permanente	5.511	68,5	2.538	31,5	8.049	3,9
Pecuária	43.039	62,6	25.700	37,4	68.739	33,4
Produção mista (lavoura e pecuária)	25.815	59,8	17.333	40,2	43.148	20,9
Silvicultura e exploração florestal	6.308	57,2	4.714	42,8	11.022	5,3
Pesca e aqüicultura	14	73,7	5	26,3	19	0
Produção de carvão vegetal	875	61,9	539	38,1	1.414	0,7
Região	126.041	61,2	80.038	38,8	206.079	100,0

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996.

Embora no conjunto da Região, as lavouras temporárias se constituíssem no grupo de atividade mais importante em termos de pessoal ocupado, tal importância não se reproduzia com a mesma intensidade em todos os subespaços. Por exemplo, Caculé, com 43% e Condeúba com 48% do pessoal ocupado vinculado à pecuária, representaram os subespaços onde a pecuária ocupou a primeira posição. Nos demais subespaços, apesar da lavoura temporária deter a primeira posição em ocupação da mão-de-obra, a pecuária vinha a seguir com percentuais acima de 22%, mostrando que esta atividade é, de fato, muito importante na Região. Em todos os subespaços, com exceção de Condeúba, a atividade mista (lavoura e pecuária) ocupou a terceira posição e a soma das lavouras temporárias e pecuária representaram valores percentuais entre 83,1% a 95,8%, na ocupação de pessoal.

Tabela 62
Região Serra Geral
Pessoal Ocupado por Grupos de Atividades Agropecuárias e por Subespaço
1995-1996

Grupos atividades agropecuárias	Brumado		Caculé		Caetité		Condeúba		Guanambi		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lav. temporária	23.477	34,9	7.361	23,1	11.893	36,9	4.232	16,5	25.372	51,8	72.335	35,1
Hort. e prod. viveiro	469	0,7	281	0,9	360	1,1	26	0,1	217	0,4	1.353	0,7
Lav. permanente	5.295	7,9	647	2,0	443	1,4	639	2,5	1.025	2,1	8.049	3,9
Pecuária	20.944	31,2	13.593	42,6	10.852	33,6	12.411	48,2	10.939	22,4	68.739	33,4
Prod. mista (lav/pec)	13.122	19,5	7.059	22,1	7.678	23,8	4.712	18,3	10.577	21,7	43.148	20,9
Silv. e expl. florestal	3.846	5,7	2.658	8,3	794	2,5	3.408	13,3	316	0,6	11.022	5,3
Pesca e aquicultura	9	0,0	6	0,0	-	-	-	-	4	-	19	-
Prod. carvão vegetal	92	0,1	312	1,0	232	0,7	285	1,1	493	1,0	1.414	0,7
Região	67.254	100,0	31.917	100,0	32.252	100,0	25.713	100,0	48.943	100,0	206.079	100,0

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996.

A análise da ocupação da mão-de-obra por estrato de área mostra que 92,5% das pessoas empregam sua força de trabalho em estabelecimento de até 100 ha e apenas 7,5% da mão-de-obra é empregada nos estratos maiores. A principal explicação para esta concentração da mão-de-obra-agrícola nesse segmento deve-se ao fato de que estes estabelecimentos respondem por mais de 94% do total existente na Região, realizando explorações do tipo familiar, voltada para uma agricultura de subsistência, cuja mão-de-obra é constituída por membros da família (Tabela 63).

Tabela 63
Região Serra Geral
Pessoal Ocupado por Estrato de Área
1995-1996

Estrato de Área (ha)	Número de Pessoas	%
Menos de 10	80.724	39,2
10 a menos de 50	88.598	43,0
50 a menos de 100	21.355	10,3
100 a menos de 500	13.732	6,7
500 a menos de 1.000	1.161	0,6
Mais de 1.000	465	0,2
Sem declaração	44	0,0
Região	206.079	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996.

6.5.3.5 Crédito Rural

O crédito rural na Região já não desempenha o papel que lhe fora atribuído nos

anos 70 do século passado. De importante instrumento indutor da política de modernização do setor agropecuário daquele período, via introdução de máquinas, equipamentos e insumos, restringe-se a inexpressivas dimensões, com pouca disponibilidade financeira e reduzido impacto sobre as atividades agropecuárias. São momentos de visível contraste de ações governamentais voltadas para orientação e condução da política agrícola. A conjuntura econômica de ajuste da década de 80, caracterizada pela escassez de recursos e conseqüente esgotamento do modelo de crédito dos anos 70, seguida pelas diretrizes de política econômica de caráter restritivo, dos anos 90, direcionadas, essencialmente, para o combate à inflação, ocasionou graves desdobramentos para o setor agrícola, de modo especial para aquelas atividades que mais se beneficiaram com as políticas de investimento e custeio da produção.

As políticas de ajuste econômico dos anos recentes afetaram intensamente o setor rural, através de restrições de financiamentos, e assim, com base em dados de 1996 a 2001, pode-se analisar a situação do crédito rural na área. Em 1996 aplicaram-se 57,15 milhões de reais na Região para financiamento das atividades agrícolas, conforme dados do Banco Central. Estes valores, se já eram insuficientes para atender às necessidades dos produtores e promover expansão do setor, tornaram-se mais irrelevantes nos anos seguintes, em que se observaram reduções significativas, alcançando em 2000 apenas 11,9 milhões, 20,8% dos recursos de 1996.

Quanto ao número de contratos de financiamentos, embora tenha crescido 24,5% no período, ao longo dos anos constataram-se reduções, atingindo a situação crítica em 2000, com queda de mais de 50% em relação a 1996, (Tabela 64). As reduções de valor são mais significativas do que o número dos contratos, não havendo, portanto, uma perfeita correlação entre ambos. Ao longo dos seis anos houve um aumento de contratos, sem que se observasse crescimento de recursos e os percentuais de redução dos contratos foram menores do que os de valores. Com isto, a média dos financiamentos foi sempre declinante, atingindo no último ano da série o menor valor, correspondendo apenas a 29,5% de 1996. Os valores médios dos contratos chamam atenção pelos reduzidos montantes que, ante as necessidades das propriedades e características regionais, são insignificantes e limitados para estruturar uma exploração de forma consistente.

O crédito utilizado nas atividades agropecuárias na Região Serra Geral tem sido inexpressivo tanto no que se refere aos montantes investidos quanto ao alcance do número de produtores. Dados do IBGE de 1995-1996, registraram um total de 61.199 estabelecimentos rurais e, comparando-se com os contratos nos anos analisados, tem-se uma noção dos possíveis produtores beneficiados ressaltando-se, evidentemente, que o número de estabelecimentos não corresponde ao de propriedades nem tampouco ao de agricultores. Ao confrontar os contratos de 2001, ano em que foi realizado o maior número de operações de crédito (14.278) ter-se-ia alcançado 23,3% do provável público. Este percentual seria relativamente alto, sobretudo em relação a 1997 em que se realizaram

apenas 6.025 contratos, o que representaria 9,8% dos estabelecimentos regionais. Note-se, no entanto, que o valor médio dos contratos de 2001 foi extremamente baixo, (\$R1.471,83), correspondendo a apenas a 29,5 % do de 1996, evidenciando a pouca expressão dos valores diante das necessidades dos produtores na Região.

Tabela 64
Região Serra Geral
Número de Contratos, Valores Totais e Médios e Evolução dos Financiamentos
1996-2001

Anos	Contrato		Valor Total ¹		Valor Médio ¹	
	Nº	Variação	R\$1.000,00	Variação	R\$	Variação
1996	11.471	100,0	57.157,15	100,0	4.982,75	100,0
1997	6.025	52,5	23.073,50	40,4	3.829,63	76,8
1998	10.246	89,3	31.196,62	54,6	3.044,76	61,1
1999	10.536	91,8	29.893,44	52,3	2.837,27	56,9
2000	5.533	48,2	11.906,80	20,8	2.151,96	43,2
2001	14.278	124,5	21.014,73	36,8	1.471,83	29,5

Fonte: Banco Central do Brasil, 1996-2001.

¹ Valores corrigidos a preços de outubro de 2003.

Ao analisar o emprego do crédito aplicado regionalmente com o do Estado, observam-se diferenças ao longo dos anos. As variações de valores e contratos na Bahia são menos acentuadas do que na Região, embora os montantes de recursos empregados tanto na Região quanto no Estado tenham sido inferiores no último ano da série, em relação ao primeiro. As perdas regionais são mais acentuadas uma vez que, enquanto na Bahia em 2001 aplicaram-se o equivalente a 72% dos montantes de 1996, na Região este percentual chegou apenas a 36,8%. Em relação aos contratos, prevaleceu o decréscimo regional em todos os anos à exceção do último, enquanto no Estado as reduções ocorreram nos anos de 1997 e 2000.

No tocante à participação regional no crédito aplicado na Bahia, os valores em nenhum dos anos ultrapassou a 8,4%; já os contratos em 2001 alcançaram 15%, sem que houvesse correspondência no crescimento dos valores, que representaram apenas 4,3%.(Tabela 65). Esta participação chama atenção quando comparada com outras regiões econômicas, tendo em vista que em 1996, ao responder por 8,4% do total aplicado no Estado, Serra Geral despontou entre as regiões mais favorecidas, ocupando a quarta posição, dentre quinze existentes no Estado, superada apenas pelo Oeste, Litoral Sul e Médio São Francisco. Já em 2001, com redução de praticamente 28% dos recursos absorvidos pelo Estado, a Região recebeu apenas 4,3%, situando-se na sétima colocação, superada por aquelas regiões de 1996 e ainda pelo Nordeste, Paraguaçu e Sudoeste, prevalecendo o destaque do Oeste que, isoladamente, absorveu 42,5% do total aplicado na agricultura estadual.

Tabela 65
Região Serra Geral
Número de Contratos, Valor, Variação e Participação Regional no Estado
1996-2001

Anos	Bahia				Região				Região/Estado	
	Contratos		Valor ¹		Contratos		Valor ¹		Contratos	Valor
	Nº	Variação	R\$ 1.000	Variação	Nº	Variação	R\$ 1.000	Variação	(%)	(%)
1996	94.511	100,0	679.346	100,0	11.471	100,0	57.157	100,0	12,1	8,4
1997	71.894	76,1	748.406	110,2	6.025	52,5	23.074	40,4	8,4	3,1
1998	204.358	216,2	985.805	145,1	10.246	89,3	31.197	54,6	5,0	3,2
1999	115.732	122,5	696.352	102,5	10.536	91,9	29.893	52,3	9,1	4,3
2000	54.177	57,3	414.277	61,0	5.533	48,2	11.907	20,8	10,2	2,9
2001	95.144	100,7	489.356	72,0	14.278	124,5	21.015	36,8	15,0	4,3

Fonte: Banco Central do Brasil 1996-2001.

¹ Valores Corrigidos a Preços de Outubro de 2003.

Os dados de crédito rural, distribuídos por regiões econômicas refletem, de forma clara, a importância da atividade agropecuária realizada nas diversas áreas do Estado. O Oeste, conforme Tabela 66, lidera as demais, mantendo posição de destaque na aplicação do crédito, resultado das atividades desenvolvidas. O dinamismo da agricultura no Oeste do Estado está associado perfeitamente com o uso do crédito, constatando-se que, mesmo com redução dos recursos aplicados no Estado, observado entre 1996 e 2001, os valores absolutos e relativos foram crescentes no Oeste, situação que não se observou em relação à Região econômica de Serra Geral. A posição secundária da Serra Geral na aplicação de recursos, voltados para produção agrícola, revela de alguma forma a situação da agricultura regional, quando comparada com áreas de destaque do Estado. De região líder nos anos 70 do século passado, no emprego do crédito, com expansão da cotonicultura e pecuária de corte, através da ocupação de novas fronteiras e modernização das atividades, a Serra Geral atualmente apresenta uma situação crítica, em que a atividade agrícola mais representativa, conforme dados de valor da produção, está associada à mandioca, que se caracteriza essencialmente por ser exploração de subsistência, não obstante a presença de setores dinâmicos, como o da fruticultura em Livramento de Nossa Senhora e da produção pecuária em alguns municípios.

Tabela 66
Região Serra Geral
Número de Contratos, Valores e Distribuição Percentual Segundo Regiões Econômicas
1996/2001

Regiões Econômicas	1996				2001			
	Contratos		Valor ¹		Contratos		Valor ¹	
	Nº	%	R\$ 1.000	%	Nº	%	R\$ 1.000	%
Metropolitana de Salvador	63	0,1	1.921,85	0,3	19	0,0	20.417,99	4,2
Litoral Norte	2.897	3,1	22.589,85	3,3	2.736	2,9	14.061,47	2,9
Recôncavo Sul	1.519	1,6	15.194,44	2,2	4.086	4,3	15.442,31	3,2
Litoral Sul	4.846	5,1	81.320,05	12,0	1.787	1,9	14.106,04	2,9
Extremo Sul	3.866	4,1	40.388,90	6,0	2.534	2,7	26.972,32	5,5
Nordeste	11.049	11,7	45.136,02	6,6	18.851	19,8	38.983,86	8,0
Paraguaçu	6.715	7,1	39.147,38	5,7	7.872	8,3	34.545,26	7,1
Sudoeste	4.625	4,9	44.669,44	6,6	3.244	3,4	24.023,19	4,9
Baixo Médio São Francisco	2.118	2,2	34.478,59	5,1	4.309	4,5	18.402,86	3,8
Piemonte da Diamantina	17.059	18,1	49.635,99	7,3	3.428	3,6	6.823,75	1,4
Irecê	3.555	3,8	17.884,13	2,6	3.764	4,0	4.575,12	0,9
Chapada Diamantina	2.289	2,4	19.358,28	2,9	6.289	6,6	16.158,57	3,3
Serra Geral	11.471	12,1	57.157,15	8,4	14.330	15,1	21.014,73	4,3
Médio São Francisco	10.775	11,4	59.738,85	8,8	10.764	11,2	25.869,72	5,3
Oeste	11.664	12,3	150.725,54	22,2	11.166	11,7	207.958,31	42,5
Estado	94.511	100,0	679.346,46	100,0	95.179	100,0	489.355,50	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil 1996/2001.

¹ Valores Corrigidos a Preços de Outubro de 2003.

A distribuição do crédito regional, a exemplo do que ocorre no Estado, apresenta-se geralmente de forma concentrada em algumas áreas. Os municípios que compõem os subespaços de Brumado e Guanambi, principalmente, bem como o de Caetité, são os que mais absorveram crédito ao longo do período de 1996 a 2001, sobressaindo-se o ano de 1997, em que 44,2% dos recursos foram alocados no subespaço de Brumado. O destaque desta área deve-se provavelmente à presença da fruticultura irrigada, no entorno de Livramento de Nossa Senhora e D. Basílio, que se constitui numa das mais importantes atividades agrícolas regionais. Mesmo no ano de 2000 em que este subespaço apresentou a menor participação em relação aos outros anos, ocupando a segunda colocação, observa-se o peso dos financiamentos na área, mais ¼ do total aplicado na Região. O predomínio do subespaço Brumado foi mantido na maioria dos anos da série analisada, com exceção dos anos de 1996 e 2000 em que o de Guanambi assumiu a primeira colocação. Os dados da Tabela 67 mostram a prevalência destes subespaços e a posição secundária dos demais, em que o subespaço de Condeúba, na maioria dos anos, ocupou a última posição, à exceção de 1998 com 15,1%, ultrapassando o de Caculé, que absorveu apenas 7,0%.

Tabela 67
Região Serra Geral
Valores de Crédito Rural Aplicados e Participação Percentual por Subespaço
(Valores em R\$ 1.000,00 a preços de outubro de 2003)
1996-2001

Subespaço	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Brumado	17.668	30,9	10.193	44,2	9.519	30,5	10.715	35,9	3.156	26,5	6.659	31,7
Caculé	4.988	8,7	1.052	4,6	2.188	7,0	3.490	11,7	2.274	19,1	3.447	16,4
Caetité	7.692	13,5	3.923	17,0	6.563	21,0	8.648	28,8	1.792	15,0	2.167	10,3
Condeúba	2.380	4,2	1.515	6,6	4.702	15,1	476	1,6	435	3,7	2.535	12,1
Guanambi	24.429	42,7	6.391	27,6	8.225	26,4	6.564	22,0	4.249	35,7	6.206	29,5
Região	57.157	100,0	23.074	100,0	31.197	100,0	29.893	100,0	11.906	100,0	21.014	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil 1996-2001.

A exploração pecuária regional, embora adotando tipos de manejo e condução da atividade de forma desigual, com predominância de sistemas extensivos, se apresenta bem adaptada às condições naturais da área e se revela de mais fácil exploração nos espaços com precária infra-estrutura. Estes aspectos e possíveis tendências emergem ao analisar a prevalência do crédito destinado à pecuária nos subespaços de Condeúba e Caculé. Nestes subespaços o peso dos financiamentos voltados à pecuária foi mais acentuado do que nas demais áreas, onde os financiamentos para produção vegetal prevaleceram. Em quatro anos dos seis, na série analisada, a pecuária sempre absorveu mais de 70% dos financiamentos, atingido a 92,2% em 1998 nas áreas de influência de Caculé. Neste ano, a alta concentração na pecuária também foi constatada nas áreas de Condeúba, chegando a 95,2%, o mais elevado percentual de emprego do crédito em toda a série analisada, recebendo o segmento de lavouras, apenas 4,8%. (Tabela 69).

Tabela 68
Região Serra Geral
Distribuição Percentual do Valor do Crédito por Atividade nos Subespaços
1996-2001

Subespaços/Atividades	1996	1997	1998	1999	2000	2001
• Brumado	30,9	44,2	30,5	35,8	26,5	31,7
Agrícola	21,2	21,8	11,0	22,8	17,6	18,1
Pecuária	9,7	22,4	19,5	13,0	8,9	13,6
• Caculé	8,7	4,6	7,0	11,7	19,1	16,4
Agrícola	2,6	1,9	0,5	1,5	3,7	5,6
Pecuária	6,1	2,7	6,5	10,2	15,4	10,8
• Caetité	13,5	17,0	21,0	28,9	15,1	10,3
Agrícola	8,9	14,3	6,3	8,3	13,6	7,6
Pecuária	4,6	2,7	14,7	20,6	1,5	2,7
• Condeúba	4,2	6,6	15,1	1,6	3,6	12,1
Agrícola	1,0	1,1	0,7	0,6	3,1	3,4
Pecuária	3,2	5,5	14,4	1,0	0,5	8,7
• Guanambi	42,7	27,6	26,4	22,0	35,7	29,5
Agrícola	32,2	22,5	13,2	11,1	28,5	18,5
Pecuária	10,6	5,1	13,2	10,9	7,2	11,0
• Região	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	65,8	61,6	31,8	44,2	66,4	53,2
Pecuária	34,2	38,4	68,2	55,8	33,6	46,8

Fonte: Banco Central do Brasil, 1996-2001.

Já nos subespaços de Brumado, Caetité e Guanambi, onde se concentraram os financiamentos ao longo do período, observa-se uma prevalência do crédito para as atividades agrícolas, de forma similar ao que ocorreu na Região em seu conjunto. Nos anos de maior prevalência do crédito destinado às atividades agrícolas na Região da Serra Geral, os percentuais variaram entre 53,2% em 2001 e 65,8% em 1996, não se constatando as acentuadas concentrações, como encontradas em alguns anos nas áreas de influência de Condeúba e Caculé, em que a pecuária foi mais beneficiada.

Quanto à finalidade do crédito, aplicado entre 1996 a 2001, houve um equilíbrio ao longo do período. Nos anos de 1996, 1998 e 1999 predominaram os recursos de investimento, atingindo a 70,2% no ano de maior participação (1998). Nos demais prevaleceu o custeio que chegou a atingir 77,2% em 2000. Embora os dados da Tabela 70, registrem esta distribuição, de certa forma equilibrada quanto ao número de anos, observa-se uma tendência de predominância do custeio. Mesmo nos anos de menor participação do crédito de custeio não se registrou uma grande desproporção em relação ao investimento, como foi observado em 2000, em que apenas 16,8% – se destinaram aos investimentos. A participação dos recursos destinados ao custeio variou entre 29,8 e 77,2%, com média acima de 50%, enquanto os de investimentos situaram-se em torno de 45%.

Tabela 69
Região Serra Geral
Distribuição Percentual do Valor do Crédito por Atividade nos Subespaços
1996-2001

Subespaços/Atividades	1996	1997	1998	1999	2000	2001
• Brumado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	68,5	49,3	36,2	63,7	66,3	57,2
Pecuária	31,5	50,7	63,8	36,3	33,7	42,8
• Caculé	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	29,5	41,3	7,8	12,9	19,4	34,2
Pecuária	70,5	58,7	92,2	87,1	80,6	65,8
• Caetité	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	66,1	84,1	29,9	28,5	90,0	73,7
Pecuária	33,9	16,0	70,1	71,5	10,0	26,3
• Condeúba	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	23,2	16,6	4,8	35,5	85,5	28,1
Pecuária	76,8	83,5	95,2	64,5	14,5	71,9
• Guanambi	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	75,2	81,5	50,0	50,3	79,8	62,5
Pecuária	24,8	18,5	50,0	49,7	20,2	37,5
• Região	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	65,8	61,6	31,8	44,2	66,4	53,2
Pecuária	34,2	38,4	68,2	55,8	33,6	46,8

Fonte: Banco Central do Brasil, 1996-2001

Ainda com base nos dados da Tabela 70, pode-se observar a correlação entre crédito de custeio e atividade agrícola em contraste com crédito de investimento que está mais direcionado à produção animal. Assim, os recursos de custeio destinados à pecuária foram bastante baixos quando comparados aos das lavouras, sobressaindo-se o ano de 2000 em que 58,7%, de um total de 77,2%, foram absorvidos com atividade vegetal, podendo-se também destacar os 62,9% dos 70,2% dos investimentos realizados em 1998, destinados à atividade pecuária.

De 1996 a 2001 houve uma redução do crédito, com participações mais ou menos equilibradas entre os recursos aplicados na atividade de lavoura e pecuária, sob a forma de custeio e investimento, sem que ocorressem aplicações na comercialização da produção. Considerando o uso do crédito nos segmentos animal e vegetal numa Região em que as atividades pecuária e algodoeira sempre se destacaram, pode-se constatar uma situação de estagnação e até mesmo de declínio das explorações agropecuárias.

Tabela 70
Região Serra Geral
Distribuição do Crédito de Custeio, Investimento e Comercialização por Atividade
1996-2001

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001
• Custeio	45,3	55,4	29,8	40,1	77,2	66,9
Agrícola	44,3	46,9	24,5	36,2	58,7	48,8
Pecuária	1,0	8,5	5,3	3,9	18,5	18,1
• Investimento	54,7	44,6	70,2	59,9	16,8	33,1
Agrícola	21,4	14,7	7,3	7,9	1,8	4,4
Pecuária	33,3	29,9	62,9	52,0	15,0	28,7
• Comercialização	-	-	-	-	-	-
Agrícola	-	-	-	-	-	-
Pecuária	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 1996-2001.

A utilização do crédito, como vem sendo realizada na Região, tem sido ineficiente como instrumento de apoio à agricultura, tendo em vista o volume de recursos, abrangência de produtores atendidos e a inexistência de investimentos em infraestrutura. A escassez de recursos, por ausência de uma política adequada, tem criado dificuldades para o setor agrícola regional e para a economia como um todo. Além disto, a precariedade das ações e projetos públicos que foram desativados, com conseqüente sucateamento de órgãos de apoio ao produtor, tornou a situação mais grave. Mesmo as áreas mais estruturadas correm o risco de comprometer as suas possibilidades de desenvolvimento, em função da falta de integração dos instrumentos e serviços de apoio à produção, a exemplo dos problemas de gerenciamento dos recursos hídricos no perímetro de irrigação do DNOCS em Livramento de nossa Senhora e D. Basílio. Nestas áreas se estabeleceu um sistema de exploração com base na competição dos recursos hídricos, sem que o Estado e usuários consigam gerir e garantir, de forma ordenada, o uso equilibrado da água. A infra-estrutura pública financiada com recursos públicos defronta-se com questões de gestão de recursos hídricos, que podem comprometer os investimentos aí realizados.

6.6 Indústria e Mineração

O setor industrial da Região caracteriza-se pela predominância de empresas do gênero de extração de minerais, que produzem uma grande variedade de insumos para importantes segmentos industriais, incluindo, dentre outros, produtos refratários, fertilizantes, siderurgia, química, celulose, papel e energia. Todavia, embora existam várias outras ocorrências minerais na Região,

atualmente, as explorações mais relevantes são a extração e o beneficiamento do magnésio e do talco no município de Brumado; o manganês em Licínio de Almeida; o urânio e pedras semi preciosas em Caetité; e de forma dispersa em toda a Região, a exploração da argila para a fabricação de blocos e telhas, destinados à construção civil.

Historicamente a atividade industrial da Região foi iniciada na década de 40, com a instalação da indústria de mineração Magnesita, empreendimento este viabilizado após a construção, pelo Estado, da infra-estrutura de energia elétrica.

Um outro ramo industrial também representativo para a Região é o beneficiamento do algodão; entretanto, quando se compara com o setor de mineração observa-se que o comportamento dessas indústrias foi diferenciado, ao longo do tempo. Enquanto o setor algodoeiro enfrentou algumas crises, culminando com uma última que perdurou durante toda a década de 90 e que ensejou o fechamento de quatro usinas, uma situação oposta ocorreu com a atividade mineradora. Após a instalação da Magnesita, houve o surgimento de outras mineradoras, sendo duas em Brumado (de magnésio e talco), uma em Iguaçu (voltada para exploração de calcáreo e ainda em processo de instalação), uma em Caetité (urânio), em Licínio de Almeida e em Urandi (manganês), além da exploração de quartzo e argila, de forma dispersa, em toda a Região.

As principais atividades industriais geram, aproximadamente, 3.000 empregos diretos, proporcionando um significativo incremento nos setores de comércio e serviços, injetando expressiva soma de recursos nas economias locais e na Região.

As Indústrias Nucleares do Brasil – INB, implantada no município de Caetité, opera na produção da matéria-prima necessária para a combustão nuclear. Atualmente a empresa atende a 60% da demanda para o processo de enriquecimento de urânio para as usinas de Angra I e II. O processo de enriquecimento que, anteriormente, implicava na remessa de 400 t/ano de diuranato de amônio para o exterior, hoje é realizado na Unidade de Rezende (RJ), com tecnologia nacional, tornando-se, assim, matéria-prima para a produção de pastilhas combustíveis.

Há, ainda, grandes perspectivas de exploração de uma importante reserva de minério de ferro neste município, com um volume estimado entre 4,0 e 6,0 bilhões de toneladas, com teor de 70%, considerado bom. Diante da crescente demanda mundial por este mineral, a sua exploração deve mudar, em muito, o perfil econômico da mineração regional. Sabe-se que, como o negócio envolve várias fases, compreendendo a exploração da mina, o processamento mineral e o transporte para o porto, a demanda de investimentos neste tipo de atividade deverá ser da ordem de 4,0 bilhões de dólares, com grande repercussão nos setores de mineração e siderurgia, no âmbito nacional.

Outra expressiva atividade na Região é a produção de blocos, tijolos e telhas. Estas unidades industriais de cerâmica estão concentradas nos subespaços Caetitê e Guanambi, além de presentes também, em menor quantidade, em alguns municípios, como Caculé, Ibiassucê, Livramento de Nossa Senhora e Brumado, todas reunidas na Associação dos Ceramistas do Sudoeste da Bahia – ACESUBA. No ano de 2004, um total de 70 cerâmicas estava em funcionamento na Região, sendo que 35 eram associadas. Destas, 30% se localizavam nos subespaços Guanambi e Caetitê. Merecem também ser destacadas, no município de Ibiassucê, as jazidas de argila existentes.

O processo de produção de cerâmica ainda utiliza uma tecnologia rudimentar, que vai desde a obtenção da matéria-prima sem um plano de manejo, passando pela inadequada utilização da fonte de energia oriunda da massa vegetal, até à queima da argamassa nos fornos. Dentre os procedimentos contrários às recomendações técnicas, existe uma preferência pelo consumo das madeiras nativas, sob a alegação de uma maior combustão e um maior tempo de aquecimento dos fornos, em detrimento das madeiras plantadas, a exemplo do eucalipto.

Atualmente, em razão da escassez da lenha, os municípios de Caculé e Lagoa Real passaram a ser os principais fornecedores deste insumo sem uma devida reposição, via reflorestamento. Em média, uma unidade de produção emprega, entre o pessoal administrativo e o da linha de produção, cerca de 30 funcionários, operando também com três fornos. O consumo diário de cada forno, quando em funcionamento, chega a 40 m³ de lenha, com uma produção, por jornada de três dias, de 35 mil telhas. Caso a opção seja por blocos, esta produção atinge a 17 mil. Estas empresas exportam a maior parte da sua produção, sendo que, no momento, os maiores consumidores estão nos municípios da Região Oeste do Estado e na cidade de Palmas, no Tocantins.

Para o atendimento da atual produção, é necessária, a retirada da madeira de uma área de, aproximadamente, 50 mil ha/ano. Esta atividade vem sofrendo duras críticas por parte dos ambientalistas, notadamente quanto à extração da argila e à retirada da lenha, sem a sua devida reposição. Segundo técnicos da Região, os danos ambientais superam em larga escala os possíveis benefícios oriundos da geração de empregos e renda no âmbito regional.

Concentrada no distrito de Brejinho das Ametistas, no município de Caetitê, a exploração das jazidas de ametistas foi iniciada em 1945. Atualmente esta extração é realizada por cerca de 500 garimpeiros associados à Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas – COOAMAC. O garimpo funciona com alvará de exploração provisório e a Cooperativa vem operando sem amparo legal, enquanto tramitam os processos de licenciamento ambiental e de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes, sem os quais não é permitida a comercialização legalizada da sua produção. Face a esta situação, a Cooperativa não exerce ainda um preciso controle sobre as suas vendas, no

sentido de reter a parte que lhe é devida pelo associado, contribuindo, desta forma, para a existência de discordâncias por parte dos associados, quanto ao gerenciamento da atual diretoria. Segundo informações dos dirigentes, a movimentação financeira, somente com a venda do cascalho (rejeito), alcança a quantia de 600 mil reais por mês.

Além do município de Caetité, existe ainda uma outra jazida de ametista no município de Licínio de Almeida, com cerca de 200 sócios, sob a organização da Cooperativa Mista de Garimpeiros, Lapidários e Agropecuaristas do Município de Licínio de Almeida, localizada no distrito de Tauape.

De acordo com informações da Junta Comercial da Bahia – JUCEB, o subespaço Guanambi e, particularmente, o seu município-sede, detém o maior número de unidades industriais de transformação com, aproximadamente, 40,0% das indústrias de transformação da Região. A segunda posição é ocupada pelo subespaço Brumado, com 25,7% do total destas unidades. É importante observar que a base de dados da JUCEB reúne todas as empresas que solicitaram a abertura de firma. Nesse universo estão concentrados, pois, todos os tipos de empresas, desde as mais tradicionais, as de pequeno porte, até as mais dinâmicas, podendo existir ainda aquelas que já encerraram as suas atividades e que ainda não deram baixa no sistema.

No ramo industrial, relacionado à fabricação de fios de algodão, existe apenas uma indústria, localizada no município de Urandi, que exporta a totalidade da sua produção para o Centro-Sul do País. Vale observar que o pólo de produção de camisetas, localizado em Caetité, ainda não utiliza como matéria-prima os fios produzidos em Urandi, em razão do seu custo.

Segundo o levantamento cadastral da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, no ano de 2003 os subespaços mais importantes quanto ao número de indústrias foram Guanambi e Brumado. Juntos, eles detiveram 62,0% das indústrias da Região. O subespaço Caetité ocupou a terceira posição, com 24,1% do total das indústrias cadastradas. Merece registrar, também, a existência de apenas uma indústria no subespaço Condeúba, vinculada ao gênero “bebida”.

Ainda segundo o cadastro da FIEB, quanto ao número dos gêneros industriais mais representativos na Região Serra Geral, no ano de 2003, a “construção civil” e a “cerâmica” participaram com 25,3% e 24,1% respectivamente. Com exceção do gênero “mineração” (11,4%), todos os demais participaram, naquele ano, com valores abaixo de 10% do total das indústrias regionais.

No que diz respeito ao número de empregados das empresas cadastradas pela FIEB, no ano de 2003 o subespaço Brumado concentrava, praticamente, a metade dos empregos regionais vinculados à atividade industrial (46,2%), vindo Caetité logo após, com 24,7%, e, a seguir, Guanambi, com 20,5%. Deste modo, os três espaços mais importantes da Região empregaram cerca de 91,4% da mão-de-obra industrial regional.

Sobre os empregos gerados pelos gêneros industriais, as indústrias de mineração, definidas com uma atividade tradicional na Região, foram responsáveis por, aproximadamente, 39,3% do total de empregos no setor. Os gêneros industriais “cerâmica” e “construção civil”, importantes quanto ao número de empresas, como já foi citado no parágrafo anterior, responderam por 23,5% e 13,7%, respectivamente. Assim, cerca de 76,5% do emprego industrial regional foram absorvidos por estes três gêneros industriais.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de acordo com o faturamento anual das empresas, apresenta uma classificação contendo os seguintes tipos:

- a) microempresa – até R\$ 120.000,00;
- b) pequena empresa – de R\$ 120.000,00 a R\$ 750.000,00;
- c) média empresa – de R\$ 750.000,00 a R\$ 2.500.000,00;
- d) grande empresa – acima de R\$ 2.500.000,00.

Em função desta classificação, observa-se que 67 dos 79 estabelecimentos industriais da Região foram definidos como micro e pequenas empresas. Na categoria de média empresa, foram classificados 10 estabelecimentos e, como grande empresa, apenas dois estabelecimentos, sendo um em Brumado (Magnesita) e outro em Caetité (INB).

Enquanto nos subespaços Caculé, Caetité e Condeúba, as micro e pequenas empresas representavam quase 100% do total dos empreendimentos industriais, nos subespaços Brumado e Guanambi, estas categorias concentraram 79,2% e 76,0% respectivamente.

6.7 Comércio e Serviços

Segundo dados da JUCEB, em outubro de 2004, o número de estabelecimentos comerciais cadastrados na Região Serra Geral, era de 7.955 unidades, sendo que no comércio varejista, existiam 6.652, correspondendo a 83,2% dos estabelecimentos cadastrados.

Entre os subespaços Guanambi, com 2.334 unidades (35,2%) era o principal centro de comércio varejista regional, seguido de perto por Brumado, com 2.174 unidades (32,7%). Estes dois subespaços, juntos, concentravam, aproximadamente, 67,9% dos estabelecimentos do comércio varejista regional. Os demais responderam pelos 32,1% restantes, sendo Condeúba o subespaço menos significativo, com 7,1%. A opção pelo comércio varejista se justifica pelo menor volume de capital para investimento e pela diversificação dos produtos vendidos, inclusive produtos regionais, garantindo um fluxo contínuo dos negócios. A distribuição das casas comerciais por gênero de negócio se concentrava na venda de produtos alimentícios, bares e lanchonetes, seguidos pelas lojas de roupas, farmácias e autopeças.

A importância do comércio varejista para a economia regional reside no fato desta

atividade se constituir numa fonte geradora de empregos e na principal atividade geradora de renda. Para exemplificar esta afirmação em todos os subespaços, à exceção de Brumado, a contribuição do comércio varejista foi a mais importante para a arrecadação do ICMS. Nos subespaços com menores opções de investimento, pela ausência de recursos minerais ou de menores áreas agricultáveis, a exemplo de Caculé e Condeúba, a atividade comercial de varejo arrecadava, de forma isolada, cerca de metade do ICMS. O subespaço Brumado diferia dos demais, pois a sua base econômica estava plantada sobre uma forte produção mineral, possuindo, inclusive, um setor industrial que demanda vários outros serviços.

Com relação aos serviços, ainda de acordo com a JUCEB, em outubro de 2004 constava, no seu cadastro, a existência de 1.343 empresas prestadoras de serviços na Serra Geral, correspondendo a 15,3% de todos os estabelecimentos cadastrados. Entre os cinco subespaços, Guanambi e Brumado concentravam 70,9% desses estabelecimentos, seguidos de Caetité, com 17,1%, e de Caculé e Condeúba, que absorviam os 12,0% restantes. Ressalte-se que foi em Condeúba que se concentrou o menor número dessas unidades prestadoras de serviços na Região.

Nos dois subespaços – Guanambi e Brumado –, onde a economia apresenta maior diversificação e dinamismo, merecem destaque os serviços de alojamento e alimentação, o atendimento médico-hospitalar e, principalmente em Brumado, os serviços de transporte em função da atividade de mineração.

7 POTENCIALIDADES E CONDICIONANTES

O Perfil Regional da Serra Geral elaborado a partir da análise de dados primários e secundários e de informações qualitativas, levantadas em reuniões e entrevistas com os atores sociais, institucionais pela equipe técnica da CEP/CAR, se constitui no produto da primeira etapa de elaboração do Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável – PDRS Serra Geral. Com este conhecimento foi possível identificar, com maior segurança, as tendências mais expressivas que se revelam na Região, a definição dos projetos sob a ótica das várias dimensões da realidade analisada e qual o tipo de desenvolvimento que se pretende para dinamizá-la, sem perder de vista o seu patrimônio histórico, ambiental e sociocultural.

Na configuração do ambiente natural, apresentada no Perfil Regional, identificou-se 10 unidades geoambientais que ao serem caracterizadas nos seus diversos aspectos, permitiram definir suas potencialidades e limitações de uso. Na parte referente à caracterização das atividades antrópicas, são apresentados os principais efeitos provocados por estas atividades e avaliações quanto à atual situação dos sistemas naturais.

O processo de ocupação e desenvolvimento das atividades econômicas na Serra Geral proporcionaram o surgimento de 5 subespaços, cujos centros e subcentros se caracterizam pela concentração de população e de decisões nas esferas econômica, política e social.

As análises referentes à demografia, infra-estrutura física e social, economia e aspectos governamentais tiveram o objetivo de mostrar as principais características da Região quanto a estes temas, possibilitando uma melhor compreensão do estágio de desenvolvimento da Região e permitindo identificar suas potencialidades e limitações – elementos essenciais para a definição dos projetos capazes de conduzir a Região à um novo padrão de desenvolvimento, voltado para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

Entendendo que o desenvolvimento natural ou induzido de uma região é um processo de mudança constante e permanente, espera-se que as tendências, ora identificadas, possam ser atualizadas em consonância com as modificações apresentadas pela realidade regional. Neste sentido e considerando-as como transitórias, é apresentada, a seguir, uma síntese das potencialidades ao lado dos respectivos condicionantes, possíveis de serem considerados na promoção de mudanças significativas na Serra Geral da Bahia. (Ver quadro 6).

Quadro 6
Região Serra Geral
Potencialidades e Condicionantes
2005

Potencialidades	Condicionantes
<p>1 Oportunidade de maior dinamização da produção agropecuária regional, devido à predominância da população rural e se constituir no setor de maior fonte de geração de emprego através do (a):</p> <p>a) fortalecimento do agronegócio da fruticultura nos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Urandi (Perímetro de Irrigação de Estreito), além de induzir a ampliação destes cultivos em áreas vizinhas com a expansão das áreas irrigáveis com maracujá, banana e manga, entre outras frutíferas;</p> <p>b) possibilidade de expansão da pecuária bovina dada a existência de áreas privilegiadas onde esta atividade é estruturada e com um padrão de desempenho acima da média regional, podendo-se ainda encontrar propriedades de elevado nível técnico e um satisfatório desempenho;</p> <p>c) condições favoráveis para a expansão da caprino-ovinocultura e da suinocultura, haja vista a tendência de crescimento regional destas criações.</p>	<p>a) Condições ambientais desfavoráveis, devido à irregularidade pluviométrica em grande parte do território e à existência de solos que limitam o uso das atividades agropecuárias contribuindo para a limitada ocorrência de empresas agropecuárias lucrativas. Além disso, o enorme número de pequenas propriedades de tamanho inferior ao mínimo necessário para a sobrevivência constitui-se em entrave para a expansão agropecuária;</p> <p>b) Falta de investimentos adequados para aproveitar o potencial hídrico, aliada à retração do crédito rural e à ausência de uma gestão sustentável das bacias e sub-bacias hidrográficas;</p> <p>c) Manejo do solo e da água e uso de sistemas ineficientes em algumas áreas de irrigação são responsáveis pela esterilização da terra, salinização, uso perdulário ou má distribuição da água, gerando sérios conflitos de uso;</p> <p>d) Devido ao processo predatório de manejo das áreas e a forma indiscriminada de implantação de pastagens com a prática de queimadas da vegetação nativa, a exploração agropecuária tem acarretado um acentuado passivo ambiental;</p> <p>e) Em razão das condições em que se realizam as explorações, ocorre escassez de alimentos para os rebanhos, crítica nos anos secos, levando os produtores, na sua maioria, a se desfazer de parte dos animais, e;</p> <p>f) Prevalência de condições inadequadas para a criação dos suínos, acarretando em problemas de saúde para um grande número de moradores e consumidores.</p>

Potencialidades	Condicionantes
<p>2 Dinamização da economia regional baseada na indústria de mineração, a exemplo de: urânio, magnesita, ferro, talco, manganês, calcário, argila (cerâmica), rochas ornamentais e pedras semipreciosas. O crescimento destas explorações imputará ao setor uma maior importância na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, no aumento da arrecadação de impostos;</p> <p>3 A existência de minas e garimpos de pedras semipreciosas possibilita o desenvolvimento da atividade artesanal mineral, que associada ao turismo regional, cria alternativas de renda e emprego.</p>	<p>a) Limitada oferta de energia elétrica e de linhas de transporte ferroviário de baixo custo, permitindo a ligação da Região com mercados consumidores das matérias-primas regionais. ;</p> <p>b) Algumas dessas atividades causam impactos ambientais em graus variados de intensidade pela sua forma artesanal de exploração e beneficiamento, ineficiência na fiscalização, inobservância do Código de Mineração e pela ausência de assunção de responsabilidade sócio-ambiental por parte da maioria dos empreendedores.</p>
<p>4 Condições favoráveis para a expansão da indústria de cerâmica, principalmente no subespaço Caetité, face à disponibilidade e qualidade da matéria-prima, experiência industrial e de mercado e oferta de mão-de-obra em toda a Região.</p>	<p>a) Restrições na tecnologia adotada, devido à grande utilização de lenha de espécies nativas para a produção de cerâmica, com conseqüente agressão ao meio-ambiente, emissão excessiva de partículas e de gases de efeito-estufa, haja vista que a Região dispõe de, apenas, nove hectares de florestas plantadas e ;</p> <p>b) Extração da matéria-prima – argila –, de forma inadequada, provocando o desbarrancamento das margens dos rios, o assoreamento dos seus leitos e a destruição da mata ciliar.</p>

Potencialidades	Condicionantes
<p>5 Condições favoráveis para a retenção do homem no campo, realizando atividades de manutenção das culturas de sequeiro, tradicionalmente responsáveis pela ocupação da maior parte da mão-de-obra rural, devido à existência de solos apropriados para as atividades agropecuárias.</p>	<p>a) Instabilidade da lavoura do algodão acarreta redução do número de produtores e do valor do crédito concedido. O uso e manejo do solo inadequado e as práticas agrícolas não apropriadas vêm provocando perdas de solo, com sua compactação em variados graus. A diminuição da fertilidade natural e da retenção da água aliada ao recrudescimento dos ataques de pragas, tem ampliado as dificuldades na atividade agropecuária, principalmente para os pequenos produtores.</p> <p>b) Os baixos rendimentos das lavouras de sequeiro devido ao reduzido aporte tecnológico e a débil presença de estruturas de apoio e assistência técnica.</p> <p>c) A irregularidade constante na distribuição da chuva (situação mais grave no subespaço Brumado).</p>
<p>6 Existência de cidades polarizadoras de população em função da disponibilidade de meios de comunicação e estradas em condições potenciais de ampliação das atividades de comércio e serviços, visando a criação de emprego e aumento da renda regional.</p>	<p>a) Proximidade da Região com Vitória da Conquista, que dispõe de um setor terciário muito importante, conservação das vias de transporte, existência de renda regional limitada e crises periódicas em sua economia além da dinâmica dos movimentos das economias estadual e nacional, são fatores restritivos para o desenvolvimento do setor terciário.</p>
<p>7 Crescimento da população em ritmo moderado, resultando em uma baixa taxa de densidade demográfica, aliada à redução das taxas regionais de analfabetismo e de mortalidade infantil entre outros indicadores sociais, são fatores favoráveis à concepção de políticas públicas de atração de investimentos público e privado.</p>	<p>a) Persistência de taxas relativamente altas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade/série, mortalidade infantil, bem como aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis, da tuberculose e da esquistossomose, sobretudo na área rural, são fatores inibidores do desenvolvimento pelo contingente significativo de mão-de-obra desqualificada e condições de saúde deficientes.</p>

Potencialidades	Condicionantes
<p>8 Possibilidade de expansão das organizações sociais, face a existência de movimentos sociais organizados, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, das comissões pastorais e das organizações de produtores. É freqüente na Região o surgimento das associações de produtores, de empresários e comerciantes de diferentes ramos, que buscam, nesta forma de organização, a afirmação de interesses econômicos através da modernização produtiva, organizacional e gerencial dos seus empreendimentos, visando a identificação de melhores mercados para a colocação dos seus produtos. Nesta linha de organização, destacam-se a Associação de Ceramistas de Caetité – ACESUBA, a Associação Baiana de Produtores de Algodão – APABA, a Associação dos Irrigantes do Vale do Rio Brumado – ADIB, a Associação de Produtores de Manga de Livramento de Nossa Senhora – APROMAL, a Associação de Mulheres Tecelãs de Caculé (em processo de organização), a Associação de Produtores de Cana e Derivados de Caetité – APROCANA .</p>	<p>a) Carência de pessoal e de recursos técnicos e financeiros para dinamizar as organizações existentes. A ingerência política é também um componente que conspira contra um melhor desenvolvimento das organizações.</p> <p>b) Reduzida dimensão da economia regional leva à existência de um pequeno número de agentes econômicos, dificultando a formação de organizações de produtores de médio e grande potencial econômico.</p>
<p>9 Possibilidade de desenvolver e fortalecer o turismo histórico-religioso e o ecoturismo, em virtude da existência de grutas (Gruta da Mangabeira e o Santuário do Coração de Jesus, em Ituaçu), de áreas serranas de beleza cênica, associadas a temperaturas amenas, assim como outros recursos naturais diferenciados.</p>	<p>a) Falta de infra-estrutura e de promoção de investimentos adequados para as atividades voltadas ao turismo.</p> <p>b) Necessidade de explorar o patrimônio histórico, o patrimônio natural e o bem público, a fim de que possam ser usados para atrair as atividades turísticas, observando sempre as normas de conservação e preservação ambiental.</p>

Potencialidades	Condicionantes
<p>10 Existência de áreas protegidas – Unidade de Conservação Floresta Nacional, duas reservas Particulares do Patrimônio Nacional –, programas de educação ambiental com estrutura para a produção de mudas de espécies nativas, banco de germoplasma (INB e Magnesita) e grupos locais voltados para a questão do meio ambiente constituem iniciativas que devem ser fortalecidas e expandidas. Além disso, dado que grande parte da Região está inserida no Bioma Caatinga, a Serra Geral pode ser incorporada ao Projeto do IBAMA Corredor Ecológico¹¹ da Caatinga.</p>	<p>a) Pressão antrópica sobre a Unidade de Conservação Floresta Natural, com uma limitada estrutura de proteção. b) As limitadas oportunidades de emprego estimulam o surgimento de carvoarias disseminadas por toda a Região utilizando, como fonte de matéria-prima, a biomassa da caatinga, comprometendo a biodiversidade regional; c) Poucas áreas protegidas que possam vir a ser integradas via corredores.</p>
<p>11 Existência de sítios arqueológicos ainda não devidamente avaliados, com indícios da presença de civilização pré-colombiana.</p>	<p>a) Ausência de estudos sistematicamente conduzidos; b) Ausência de conscientização da população regional sobre a importância de preservar e manter estas áreas.</p>
<p>12 Existência do Comitê da sub-bacia do Rio Verde Grande (afluente do rio São Francisco) atuando no subespaço Guanambi que se constitui em um importante espaço para discussão das questões relativas ao uso da água e preservação da bacia.</p>	<p>a) Apoio, fortalecimento e implementação de ações positivas ainda não se constituem em prioridade das instituições nos âmbitos municipal, estadual e federal.</p>
<p>13 Programa de Revitalização do São Francisco, do Governo Federal: dispõe de recursos direcionados para a recuperação, preservação e conservação ambiental de toda a área da bacia do rio, constituindo-se em oportunidades para a implementação de projetos ambientais na Região.</p>	<p>a) Pouco conhecimento dos gestores regionais sobre as possibilidades oferecidas pelo Programa quanto ao financiamento de projeto; b) Falta de capacitação para elaboração de projetos de cunho ambiental.</p>

¹¹ Segundo o IBAMA (2001) citado por ARRUDA (2006) são ecossistemas naturais ou seminaturais que garantem a manutenção das populações biológicas e a ligação entre áreas protegidas. São geridos como unidade de planejamento visando a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a repartição equitativa das riquezas para as presentes e futuras gerações.

Potencialidades	Condicionantes
14 Possibilidade de desenvolver pesquisas da biodiversidade de altitude (serrana): ecótono; campo rupestre e da fauna associada	a) Pouco conhecimento da biodiversidade das áreas serranas; b) Áreas ameaçadas pela ação antrópica (queimadas, extrativismo vegetal, animal e outras).

PARTE II
MÉTODOS E INSTRUMENTOS
PARA FORMULAÇÃO DO PROGRAMA

8 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Serra Geral, concebido a partir dos conceitos e princípios do novo paradigma – Desenvolvimento Sustentável –, constitui-se em mais uma alternativa, dentre aquelas que estão surgindo, em função das rápidas transformações que o mundo e o Brasil estão experimentando no âmbito das relações entre Estado e sociedade, no sentido de promover um processo de desenvolvimento em bases mais duradouras e apoiado nos princípios da equidade pessoal e espacial, uso controlado dos recursos ambientais e participação ampla dos segmentos sociais.

Para efeito de melhor compreensão das referências teórico-metodológicas básicas que nortearam o processo de elaboração do PDRS Serra Geral, agrupou-se este conteúdo nos itens:

- a) marco conceitual;
- b) procedimentos metodológicos;
- c) procedimentos operacionais.

8.1 Marco Conceitual do Desenvolvimento Sustentável

A idéia da sustentabilidade, atualmente incorporada ao processo do planejamento do desenvolvimento, não se esgota na dimensão geoambiental (conciliação entre crescimento e preservação da natureza em bases sustentáveis); envolve um conceito mais amplo, mais global, voltado também para as áreas econômica, social, política, científica e cultural.

Outro aspecto crucial refere-se à questão da durabilidade, e para isto o Desenvolvimento Sustentável, por se orientar na direção de uma maior durabilidade ao longo do tempo, deve ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável, culturalmente difundido e apropriado, além de politicamente fundamentado na participação da sociedade. Para alcance deste cenário, o Desenvolvimento Sustentável exige que a longo prazo as propostas envolvam, basicamente: equidade social; continuidade e permanência das ações; preocupação com os estoques de recursos naturais; e solidariedade entre as gerações atuais e futuras, em diferentes espaços.

Sendo assim, o Desenvolvimento Sustentável, com sua visão de futuro, tem como objetivos:

- a) competitividade e viabilidade econômica;
- b) conservação/preservação dos ecossistemas e recursos naturais;
- c) organização da sociedade e democratização das instituições;
- d) redução da pobreza e desigualdade social;
- e) equalização do desenvolvimento entre as unidades espaciais;
- f) difusão e apropriação da cultura pelas populações locais.

O alcance desses objetivos exige a articulação de 5 dimensões que traduzem uma visão multidimensional do planejamento: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológico e político-institucional. Esta articulação é uma das questões mais complexas, pela dificuldade de considerar-se as dimensões simultaneamente, sem subordinações hierárquicas, e pelo ritmo diferenciado de sua maturação, aliado à complexidade da transdisciplinariedade exigida.

A participação dos segmentos representativos da sociedade regional expressa uma politização das ações de planejamento e esta politização corresponde a uma das idéias estruturadoras do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O processo de Desenvolvimento Sustentável abriga também aspectos relativos à: preservação ambiental; redução do nível de pobreza; diversificação da atividade produtiva e competitividade dinâmica, apoiados no uso eficiente e racional dos recursos renováveis, no espaço geográfico e associados a um projeto cultural que forneça os laços de auto-identificação e do pertencer territorial, através de um processo permanente de apropriação regional das culturas locais.

No desenvolvimento sustentável a revalorização da base físico-territorial, através da adoção de escalas espaciais-territoriais menores, além de adequar melhor as ações a serem formuladas e implementadas, facilita o processo político de negociação e decisão, estimula e deslancha o processo de Desenvolvimento Regional.

Por outro lado, em função dos movimentos recentes no mundo e no Brasil, o Desenvolvimento Sustentável apoiá-se nos seguintes condicionantes:

a) Globalização da economia

O processo de globalização econômica em curso repercute fortemente na ação e nos papéis potenciais das regiões, direcionando, por vezes, suas políticas de desenvolvimento, ao considerar as possibilidades de inserção direta no mercado externo e revalorização de determinadas estruturas produtivas internas.

Essa abertura ao mercado mundial aumenta simultaneamente o número de clientes e de concorrentes. Com isso, a busca de produtividade para atingir os níveis de competitividade exigidos pela concorrência globalizada, pode entrar em conflito com as necessidades locais, como é o exemplo da contradição entre a produtividade e a geração de novos empregos.

b) Desconcentração das atividades econômicas

A descentralização ou desconcentração espacial da produção não deve ser considerada como uma tendência generalizada. Com a redefinição da ponderação dada até então aos fatores locais, os fatores reprodutivos passam a ganhar maior destaque na localização de empreendimentos tais como, o ambiente cultural favorável, o ecossistema e a integração entre a base técnica-científica e segmentos produtivos.

Aliado a isso, a estratégia competitiva das empresas e o contorno competitivo regional condicionam a desconcentração regional. Cada vez mais a economia depende de fatores como infra-estrutura básica e níveis de qualificação de mão-de-obra. Por isso, a educação e a descoberta de novos talentos assumem papel de destaque na alocação de novos empreendimentos e no processo de desconcentração espacial das atividades produtivas.

c) Descentralização do Estado

O processo da descentralização envolve a transferência efetiva de poder da esfera nacional para as instâncias estadual e municipal. Estados e municípios passam a assumir a maior fração de responsabilidade pela implementação de ações, particularmente a prestação dos serviços, o que tende a promover maior adensamento das atividades públicas nas instâncias locais de poder.

Desta forma a descentralização do Estado, além de definir uma melhor divisão dos recursos da União, estimula a capacidade de promover parcerias em bases permanentes, alimentando o pacto de cooperação, elemento fundamental para implementar o Desenvolvimento Sustentável.

d) Democratização dos instrumentos de ação do Estado

Conformando o novo enfoque regional, este condicionante reveste-se de suma importância, na medida em que escuta a participação dos segmentos organizados e a representação política local, desde os primeiros momentos do processo de elaboração do PDRS; além de assegurar maior legitimidade na etapa de sua execução, enseja uma troca de experiência e conhecimento entre técnicos e representantes do poder local, facilitando o acompanhamento das ações.

Por isso, para ser efetivo, o PDRS deve ser formulado em estreita relação com os atores sociais da Região ou diretamente envolvidos com a Região, consistindo em deslanchar um processo de negociação política com esses atores e identificar um conjunto articulado de alternativas consistentes e viáveis para o desenvolvimento regional.

Os procedimentos de tomada de decisão, no processo de Desenvolvimento Sustentável, devem incorporar os princípios de participação, transparência, e subsidiariedade. É participativo quando os principais interessados desempenham um papel fundamental na articulação de suas necessidades, propondo ou sendo consultados sobre possíveis soluções. É transparente quando os interessados sabem quais e por quem serão tomadas as decisões e são capazes de identificar seu próprio papel de participação no processo. E adota o princípio de subsidiariedade quando indica a necessidade dos problemas a serem resolvidos no nível mais próximo possível daquele em que as decisões podem ser tomadas e implementadas efetivamente, ou seja, no nível das reais necessidades básicas de cada comunidade.

8.2 Procedimentos Metodológicos

A sustentabilidade tem um caráter amplo e de permanência no futuro, comportando várias dimensões, que nada mais são do que a expressão do desenvolvimento nos diversos aspectos da vida de uma região ou de um país. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável só se efetivará caso as dimensões em análise contemplem a identificação de indicadores que reflitam as condições e o grau de desenvolvimento em processo, na Região.

- **Dimensão Geoambiental**

Trata-se da dimensão responsável pelo referencial de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. A compreensão de desenvolvimento, antes vista como um maior domínio do homem sobre a natureza, foi conceitualmente invertida pela dimensão geoambiental, que passou a incorporar a conservação e a convivência com o meio natural, como condição para se atingir o desenvolvimento.

Esta mudança sobre a concepção de desenvolvimento deverá afetar as demais dimensões, na medida que a economia e a sociedade passarem a ter como referência a preservação/conservação ambiental, não só como condição para uma boa qualidade de vida, presente e futura, mas, também, como forma de conquistar um crescimento permanente e, conseqüentemente, melhorar as condições de trabalho e de qualidade de vida da população.

- **Dimensão Econômico-Social**

Privilegiada na concepção tradicional e chegando mesmo a subordinar todas as demais, esta dimensão não deverá ser subdimensionada na atualidade. Na medida que as outras forem incorporadas com o mesmo nível de importância, esta dimensão passará, naturalmente, a ser balizada por outros parâmetros e a dividir, com as demais, um espaço que antes era exclusivamente seu.

A dimensão econômico-social da sustentabilidade difere, essencialmente, da visão tradicional. Embora, no passado, incorporasse o crescimento do produto a uma taxa superior ao aumento populacional e admitisse uma melhor distribuição do resultado do trabalho, este fato não foi observado da maneira como foi preconizado.

Tradicionalmente, o planejamento buscava formular programas que, além de aumentar a produção e a produtividade, permitissem, via mercado ou políticas públicas de redistribuição de renda, a melhoria da qualidade de vida da população. Este lado mais social do desenvolvimento econômico não deverá ser afetado na etapa atual, já que é, nesta dimensão, que deverá ser utilizado o conceito de equidade social. A distribuição dos resultados econômicos em todos os estratos sociais é o elemento identificador do exato sentido e direção, impostos ao desenvolvimento sustentável.

Uma maior equidade social, embutida no conceito de desenvolvimento sustentável desvincula-se, necessariamente, dos modelos de crescimento econômico baseados na exploração não racional dos recursos naturais e da força de trabalho. As transformações produtivas devem ter como base a exploração adequada dos recursos naturais, além da sua efetiva renovação e um maior ajustamento social.

A dimensão econômico-social muda essencialmente no contexto de desenvolvimento sustentável, com relação às condições de produção, distribuição e circulação. Uma melhor distribuição da riqueza é condição para um maior ajustamento social e a sua circulação leva em conta uma economia mais globalizada e competitiva. A presunção da eficiência da produção, no entanto, não deve ser fator de ampliação das desigualdades.

O desenvolvimento das atividades econômicas deve se dar em função de uma dinâmica que considere os efeitos endógenos. Estas relações inter-regionais só contribuirão para o desenvolvimento sustentável se incorporarem o conjunto de sua população.

- **Dimensão Histórico-Cultural**

É a responsável pela revelação dos traços e dos aspectos mais importantes da formação histórico-cultural da Região, essenciais para o processo de desenvolvimento sustentável, em que a organização e a mobilização dos atores sociais são fatores condicionantes básicos.

O conhecimento e o registro dos laços de auto-identificação com a cultura local e regional são o móvel orientador e condicionador da escuta e organização dos atores sociais. Outrossim, o levantamento dos fatos e os acontecimentos que conformam e caracterizam a história da Região e lhes dão singularidade cultural constituem fatores significativos para o estudo desta dimensão.

- **Dimensão Científico-Tecnológica**

Está orientada pela relação entre o conhecimento e a inovação, em particular pela aplicação de novas tecnologias voltadas para a competitividade, para a conservação dos recursos naturais e para a mudança social. Através da dimensão científico-tecnológica assegura-se o domínio e a permanente atualização do conhecimento e a sua aplicação em todas as atividades humanas. De fato, o desenvolvimento da C&T viabiliza um maior conhecimento sobre a biodiversidade e pode demonstrar as vantagens econômicas do aproveitamento racional dos estoques naturais.

Esta dimensão poderá mudar seus padrões, pois não se trata mais de exercer o domínio, principalmente pela alteração das condições naturais, e sim, construir alternativas de produção que em pouco ou nada afetem o ambiente

natural. Por outro lado, deverá ter peso significativo o desenvolvimento de tecnologias reparadoras do meio ambiente, já degradado pela lógica produtivista que predominou na ausência do conceito de sustentabilidade vinculado ao de desenvolvimento.

- **Dimensão Político-Institucional**

Nesta dimensão, pretende-se fortalecer o sistema político representativo que irá conferir permanência e consistência ao processo de decisões e ações, capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável e promover mecanismos institucionais que ampliem a participação da sociedade.

Ao incorporar o modelo de gestão integrada e descentralizada do desenvolvimento sustentável, esta dimensão busca estabelecer parcerias institucionais múltiplas entre a União, o Estado e os municípios, o governo, a iniciativa privada e a sociedade organizada. Constitui-se, pois, numa etapa de fundamental importância para a conquista da cidadania.

8.3 Procedimentos Operacionais

No processo de elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável Serra Geral foram contempladas atividades que podem ser resumidas nas fases indicadas a seguir:

8.3.1 Perfil Regional

- **Planejamento do Estudo**
Definição do roteiro básico, onde foram indicadas a abrangência do estudo e as diferentes etapas a serem cumpridas;
- **Levantamento de Informações**
Nesta fase, foram realizadas as atividades de levantamento de informações secundárias; a identificação de propostas e projetos que ainda não tinham sido executados; ações já realizadas, em curso e programadas, de instituições públicas e privadas; e seleção de indicadores socioeconômicos;
- **Contato com a Região**
Viagem à Região, visando identificar os atores sociais, as instituições locais, os trabalhos realizados pelas organizações presentes, os recursos naturais existentes e as experiências que tiveram êxito, entre outros contatos que contribuem para um conhecimento mais preciso da Região;
- **Entrevistas de Qualidade**
Realização de entrevistas individuais com os atores sociais relevantes de diversas áreas que, de algum modo, contribuem para o processo de desenvolvimento regional;
- **Plano de Análise**
Concepção da estrutura e desenho dos quadros de análise a partir das informações levantadas;

- **Matriz das Ações Institucionais**
Elaboração de uma matriz onde são reunidas as intervenções em curso dos governos federal, estadual e municipal, implementadas ou programadas na Região, visando uma caracterização global.
- **Configuração dos Subespaços Regionais**
Trabalho de subespecialização, baseado no uso de uma metodologia que considere a interdependência dos centros urbanos e as suas respectivas áreas de influência;
- **Elaboração do Perfil Regional**
Realização de diferentes análises a partir das informações levantadas, com o objetivo de apresentar um diagnóstico que contemple as indicações de potencialidades e condicionamentos regionais. Trata-se do referencial básico para a elaboração do PDRS Serra Geral.

8.3.2 PDRS Serra Geral

- **Desenho do Programa**
Concepção da estrutura programática, abrangendo os conteúdos relacionados com o contexto regional, os métodos e os instrumentos a serem utilizados, bem como os instrumentos de gestão.
- **Estudos das Dimensões**
Análise regional das dimensões da sustentabilidade, envolvendo os fundamentos conceituais, os fatores críticos, as oportunidades e as proposições estratégicas.
- **Objetivos e Estratégia de Intervenção**
Definição do objetivo geral e dos específicos, dos beneficiários, o delineamento dos vetores estratégicos e as linhas de ação.
- **Definição de Projetos**
Identificação e seleção dos projetos indicativos, subespecializados por categoria (estruturantes, produtivos e sociais) e de acordo com a estratégia formulada para atingir os objetivos do Programa.
- **Modelo de Gestão**
Estabelecimento do modelo de gestão e diretrizes para a operacionalização do PDRS.
- **Fórum Regional de Negociação**
Apresentação do Programa em fórum regional, com a participação dos atores sociais relevantes e o estabelecimento dos passos para a sua operacionalização.

9 DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

9.1 Dimensão Econômico-social

9.1.1 Pressupostos

Nestes primeiros anos do século XXI, o mundo ainda convive com mudanças importantes e complexas iniciadas no começo da década de 80 do século passado e que provocaram profundas transformações nas áreas sociais, econômicas e políticas. Estas mudanças, decorrentes da implementação de um novo modelo de desenvolvimento social — pensamento neoliberal, responsável pela promoção do conhecido processo de globalização, proporcionaram à sociedade novos padrões e modelos de relações sociais que podem ser sintetizadas na(o): (i) redefinição do papel do Estado moderno, traduzida pela expansão das funções de regulação e indutor do desenvolvimento e reduzindo, portanto, aquela função tradicional de Estado produtor de bens e serviços; (ii) aumento da competitividade entre empresas, regiões, países e blocos econômicos; (iii) crescimento da participação da sociedade na busca de soluções e realização de ações que atendam diretamente suas necessidades.

O processo de inserção do Brasil no fenômeno da globalização ocorreu de modo mais intenso a partir da década de 90 do século passado e consistiu na mudança do modelo de desenvolvimento baseado na expansão da industrialização via substituição de importação e na redução do papel do Estado na economia. Os sinais de esgotamento do modelo de substituição de importação, demonstrado através das baixas taxas de crescimento do PIB, a permanência de taxas elevadas de inflação, o déficit fiscal e baixa eficiência do setor público na área de produção socioeconômica conduziram o país a implantar uma série de ações voltadas à desregulamentação, privatizações das empresas públicas e abertura comercial, levando as empresas nacionais a praticar maior competitividade externa.

A experiência brasileira no processo de globalização pode ser analisado em dois períodos: o primeiro, correspondente aos anos iniciais de implantação das grandes reformas, caracterizou-se por ter provocado na economia nacional um grande impacto. O processo de abertura do mercado brasileiro às empresas estrangeiras terminou por atingir setores econômicos do país de baixa competitividade que, por não conseguirem concorrer com os produtos estrangeiros, foram obrigados a realizar, para continuar no mercado, pesados investimentos na área de modernização tecnológica. Ainda neste período, em função do elevado endividamento externo e da necessidade de atrair capitais externos, era imperiosa a realização de mudanças no papel do Estado e na economia brasileira que viabilizassem uma nova imagem internacional do país, isto é, um ambiente favorável para implantação do modelo neoliberal de

desenvolvimento. Em função disso, foram implementadas reformas no sentido de: (i) promover maior liberalização da economia através da implementação de várias ações políticas de desregulamentação econômica; (ii) encerrar atividades de algumas instituições governamentais e das privatizações acompanhadas de instalações de agências reguladoras destinadas à redução do tamanho do Estado; e, (iii) desenvolver uma política de estabilização monetária que eliminasse definitivamente o persistente problema da inflação brasileira.

Passado o choque inicial provocado pelas medidas de inserção do país no mundo globalizado, a economia brasileira iniciou um segundo período que pode ser caracterizado pela existência de sinais positivos de sua recuperação, demonstrados pelo aumento de captação de recursos externos, contínuos superávits na balança comercial, decorrente sobretudo do crescimento das exportações de commodities agrícolas, estabilização da moeda e, até mesmo, taxas anuais positivas do PIB. Entre outros resultados, merece também destaque a relativa recuperação de alguns setores produtivos da economia, face ao fenômeno da globalização, a exemplo das áreas têxtil, informática, automobilística, telecomunicações, *agribusiness*, setor exportador de bens agrícolas, entre outras.

O Brasil, do ponto de vista de seus indicadores nacionais, embora já se encontre em um patamar de desenvolvimento socioeconômico bem superior àquele das primeiras décadas do século XX, conseqüência do processo de industrialização a partir do modelo de substituição de importação, ainda se apresenta com níveis altos de desigualdades regionais, tornando-se, assim, um exemplo de país periférico, que tendo adotado modelo de desenvolvimento capitalista de estilo dependente, excludente e fundamentado na concentração pessoal e espacial dos recursos econômicos, impediu uma integração mais ampla de seus espaços e de sua população ao processo de desenvolvimento nacional.

O fenômeno da globalização, embora recente, não proporcionou resultados efetivos de melhorias do quadro de pobreza e exclusão social e de redução dos desequilíbrios regionais no Brasil, segundo o que se pode concluir com os indicadores sociais e econômicos divulgados.

Por outro lado a Bahia, como um dos estados integrantes do Nordeste, região que na economia nacional exerce uma função secundária, devido às suas articulações com a estrutura produtiva e o mercado nacional, e por reunir, historicamente, condições estruturais particulares em relação à apropriação dos recursos, ao exercício do poder político e ao acesso à educação, desenvolveu sua economia seguindo o mesmo padrão do desenvolvimento nacional, que se baseou na concentração espacial de atividades econômicas, da renda e da terra. Havendo, entretanto, uma particularidade no tocante à concentração espacial das atividades econômicas, que é a especialização setorial com indústrias intensivas de capital. Além do mais, a indústria baiana assume uma função de complementaridade uma vez que se caracteriza pela produção de bens intermediários relacionados com

cadeias produtivas que envolvem economias dos estados da região Sudeste e, também, com o exterior. Vale assinalar que comparando o Estado da Bahia com estados localizados no Sul e Sudeste, regiões mais dinâmicas da economia nacional, percebe-se que na Bahia, em função das características apresentadas e do potencial relativamente limitado de geração de empregos de sua indústria, a exclusão social tem sido mais intensa.

Em síntese, o desenvolvimento socioeconômico que ocorreu na Bahia nos últimos 50 anos decorreu em sua grande parte dos efeitos proporcionados pela concentração de diversos empreendimentos industriais na Região Metropolitana de Salvador – RMS. Destacam-se entre estes investimentos: a instalação da Refinaria Landolfo Alves em Candeias; a implantação do Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho; do Complexo Petroquímico em Camaçari; recentemente, da indústria automobilística Ford, em Camaçari; também, da instalação de empresas do gênero industrial metal-mecânica em municípios da RMS e do Recôncavo Baiano. Embora outras três regiões do Estado tenham também vivenciado um processo mais intenso de desenvolvimento em razão dos volumes significativos de investimentos recebidos nas áreas de turismo e celulose (Extremo Sul), produção de grãos (Oeste) e fruteiras irrigadas (Norte), o desenvolvimento socioeconômico do Estado é por sua natureza concentrado espacialmente, deixando grande parte da sua população socialmente marginalizada.

Embora se reconheça que na etapa recente da economia brasileira a Bahia tenha se destacado como um dos estados que mais atraiu investimentos, o que provocou um ligeiro aumento de sua participação no PIB nacional com a chegada de novas indústrias e, também, tenha passado a integrar o espaço da moderna agricultura brasileira, não foram observadas no Estado, mudanças relativas à atenuação dos problemas sociais, os quais são decorrentes do crescimento do desemprego e da pobreza.

A persistência dos problemas sociais no âmbito do Estado, inclusive do seu agravamento nos últimos anos, é também observado quando a unidade de referência corresponde às regiões econômicas. A lógica do desenvolvimento econômico fundamentado na acumulação do capital, através do processo de industrialização, ainda não proporcionou às regiões nordestinas melhoria nos padrões sociais equivalentes aos resultados econômicos obtidos com o referido processo e registrados nos indicadores estatísticos.

9.1.2 A Base do Desenvolvimento Socioeconômico Regional

Considerando que uma região só inicia seu processo de desenvolvimento socioeconômico quando consegue, a partir dos recursos existentes em seu território, implementar a produção de bens econômicos destinados ao atendimento de demandas internas ou externas, a Serra Geral, ao longo de sua história, desenvolveu várias atividades econômicas que em função da sua

natureza, dimensão e diversidade determinaram a intensidade e extensão das repercussões sociais e econômicas no âmbito da Região.

As possíveis repercussões sociais, econômicas, políticas e culturais decorrentes da expansão das atividades econômicas ocorridas no processo de evolução da economia na Região Serra Geral podem ser analisadas por setor e gênero econômico. No que concerne ao setor primário, as atividades mais importantes em termos de geração de renda e emprego foram aquelas destinadas à produção de bens voltados para atendimento ao mercado externo, resumindo-se na pecuária bovina, algodão, extração mineral e, mais recentemente, fruticultura irrigada, especialmente manga, banana e maracujá. Estas explorações, devido às suas naturezas, épocas de introdução, tempos de duração, extensões espaciais e aos vínculos estabelecidos com o mercado externo proporcionaram diferentes repercussões em distintos períodos históricos de sua economia.

A pecuária bovina introduzida na Serra Geral para atender a demanda de carne e couro e de animais para tração da economia açucareira das zonas litorâneas, terminou por se transformar em um dos vetores de ocupação dessa Região. Mais tarde com o aumento da procura por produtos da pecuária bovina também oriunda da população envolvida com a exploração de ouro e pedras preciosas em áreas circunvizinhas da Serra Geral, nos estados da Bahia e de Minas Gerais, essa atividade passou a desempenhar uma função de maior destaque e, com isto, iniciou um processo contínuo de expansão, levando-a a se tornar uma atividade consolidada na Região e explorada em todos os seus subespaços.

Atualmente a pecuária bovina regional, embora se constitua em uma atividade econômica tradicional e disseminada por toda a Região, ainda não se caracteriza como uma cadeia produtiva complexa, com existência de unidades frigoríficas e de laticínios. Esta atividade, portanto, por não apresentar uma maior verticalização da produção, tem baixo valor agregado. Além do mais, os vínculos dessa atividade com o mercado externo limita-se à venda de animais vivos. A produção de leite *in natura* bem como os produtos fabricados artesanalmente a partir do leite, como manteiga, queijo e outros derivados, embora sejam comercializadas em cidades vizinhas da Bahia e Minas Gerais, são em sua grande parte, direcionados para comércio interno.

O crescimento gradual da população regional, ao longo do século XVIII, é acompanhado da expansão da lavoura do algodão. Este produto que inicialmente se destinava a atender a fabricação local e artesanal de tecidos, passou a desempenhar um importante papel no desenvolvimento regional, dado à sua grande adaptação às condições climáticas regionais e devido a crescente demanda externa provocada pela revolução têxtil inglesa.

Com o declínio da mineração e o limitado retorno financeiro da pecuária extensiva e das culturas alimentares, a Região se volta cada vez mais para a exploração do algodão, visando não somente atender às fábricas estrangeiras de tecidos, mas,

também, à demanda nacional iniciada com a implantação, em Valença, da Companhia Valença Industrial, uma das fábricas pioneiras na fabricação de tecidos no Brasil.

Deste modo, o algodão é definido como o primeiro produto que proporcionou a inserção da Região na economia mundial. Ao longo do tempo, com o contínuo aumento da demanda internacional deste produto e sua viabilidade de exploração nos diversos subespaços regionais, esta fibra vegetal passou a ser uma alternativa importante de renda para os agricultores, levando a Região a se destacar como a mais importante do Estado nesta produção.

Vale assinalar, que o algodão é considerado um produto capaz de desencadear uma cadeia produtiva complexa, com uma série de atividades econômicas nas áreas da química, fiação, tecelagem, confecções e vestuário, bem como na agropecuária. Entretanto, na Serra Geral, a cadeia produtiva do algodão se restringiu às atividades de exploração agrícola e ao beneficiamento primário com as atividades de descaroçamento e produção de óleo para fins diversos. Devido a isto, pode-se afirmar que o algodão, definido como um dos principais produtos da Região, embora tenha proporcionado quantitativos significativos de ocupação de mão-de-obra em função da atividade agrícola, não tem representatividade nas oportunidades potenciais de geração de emprego com as outras atividades da cadeia produtiva. Além disso, com a implantação da cadeia produtiva completa do algodão a economia regional provavelmente apresentaria uma expansão do seu valor adicionado, o que redundaria na existência de uma renda regional bem superior.

A atividade econômica de extração mineral obedecendo a padrões comerciais e industriais é recente, uma vez que o início desta atividade, na Região, ocorreu em meados do século passado, com a instalação da empresa Magnesita na cidade de Brumado. Atualmente, os minerais economicamente importantes na Região, são: (i) magnésio e talco explorados economicamente por três empresas no município de Brumado; (ii) manganês e urânio explorados cada um por uma empresa diferente nos municípios de Licínio de Almeida e Caetité, respectivamente; (iii) pedras semipreciosas e quartzos explorados em jazidas localizadas nos municípios de Licínio de Almeida e Caetité e em raras jazidas clandestinas em outros municípios; e, (iii) argila com uma exploração dispersa por toda a Região, para fabricação de blocos e telhas visando atender à construção civil. Recentemente, existem notícias da viabilidade de exploração de minério de ferro no município de Caetité. Vale observar que as indústrias mais importantes da Região em geração de renda emprego são aquelas relacionadas com a atividade de extração mineral.

À exceção da atividade de extração de argila, matéria-prima básica da indústria cerâmica regional que se caracteriza pela produção de bens de consumo finais, as demais explorações minerais da Região têm como único objetivo a produção de bens intermediários, levados para fora da Região visando seu processamento.

Assim, as atividades minerais existentes na Região se integram em cadeias produtivas cujas empresas processadoras de bens de consumo finais acham-se localizadas nos centros mais dinâmicos da economia nacional, concluindo-se, portanto, que as empresas minerais e industriais da Região em análise participa destas cadeias apenas com a função de fornecedora de matérias-primas, o que implica na existência de uma limitada capacidade de gerar, para a economia regional, um valor adicionado expressivo e um quantitativo de emprego significativo.

Com relação à fruticultura irrigada, atividade que começou a se expandir em ritmo sempre crescente na Região nos últimos anos, caracteriza-se por estar circunscrita a determinadas áreas e basear-se, exclusivamente, na produção de manga, banana e maracujá, comercializados na forma *in natura* para o mercado interno brasileiro (banana e maracujá) e para o mercado externo, a manga. Estas atividades, ao utilizarem tecnologias mais avançadas no processo produtivo, constituem o segmento mais moderno da agricultura regional, sendo que sua introdução decorreu do interesse do mercado externo e, em razão disto, sua expansão e continuidade acham-se intimamente vinculada, sobretudo para o caso da manga, às oportunidades advindas com o processo de globalização.

No que concerne ao setor terciário, seu desenvolvimento relaciona-se diretamente com os segmentos econômicos do algodão, pecuária bovina, indústria mineral e fruticultura irrigada. Na medida que estas atividades econômicas, consideradas as mais dinâmicas da Região, são altamente dependentes da demanda externa, pode-se concluir que a base indutora do desenvolvimento econômico regional encontra-se na economia externa.

As cidades de Guanambi e Brumado se dividem como os centros mais importantes em termos de números de estabelecimentos e volume de transações realizadas. O crescimento das atividades de algodão e pecuária bovina levou a cidade de Guanambi a se transformar no principal centro do comércio atacadista e varejista regional e, conseqüentemente, na cidade mais importante em termos de criação de postos de trabalho urbano na Região. Já para a cidade de Brumado, os fatores determinantes da expansão do seu setor terciário decorreram das atividades de mineração e processamento do mineral magnesita existente no município.

A cidade de Livramento de Nossa Senhora, por outro lado, ocupando a terceira posição no movimento comercial e de serviços, tem como principal fator de expansão destas atividades o segmento agrícola da fruticultura irrigada, representada, principalmente, pelas lavouras de manga e maracujá.

No ano 2000, a Serra Geral se constituía em uma Região predominantemente rural, o que sugere ser um espaço com um setor primário importante na geração de emprego e renda. Nos anos recentes, a Região Serra Geral experimentou uma taxa anual de crescimento demográfico inferior à do Estado e à do Brasil, demonstrando, além da existência de uma baixa taxa de fecundidade (fato

ocorrido em praticamente na maioria das regiões brasileiras), ser também uma Região de pouca ou nenhuma atração populacional.

Em função dos seus indicadores de educação e saúde, a Região é de padrão de desenvolvimento social baixo. Na área de saúde, por exemplo, as informações oficiais sobre os índices de mortalidade infantil embora menores que os do Estado, ainda são relativamente altos, situando-se em torno de 38‰. A taxa de analfabetismo regional, apesar de reduzida de 48,0% em 1991 para 30,6% no ano 2000, ainda se mantinha superior à do Estado (25,8%) e em alguns subespaços as taxas de analfabetismo são superiores à da Região. Em termos quantitativos, a população analfabeta regional é expressiva, uma vez que quase 1/3 das pessoas com mais de 5 anos de idade não sabiam ler nem escrever. Com altas taxas de abandono escolar, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, mais da metade dos alunos em séries atrasadas em relação à idade e 2/5 das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, a população da Serra Geral apresenta níveis deficientes de educação e saúde.

A distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos e mais de idade na Serra Geral se apresenta bastante concentrada, inclusive em uma proporção ligeiramente superior ao conjunto do Estado. Segundo o Censo Demográfico – 2000, cerca de 51,2% da população regional com 10 anos e mais de idade declarou não possuir rendimentos; no Estado esta proporção era ligeiramente inferior, (48,1%). Já as pessoas que recebiam até R\$ 151,00, valor correspondente a 1 salário mínimo da época, representavam na Região 31,2%, enquanto no Estado da Bahia o percentual era de 27,4%. Por outro lado, apenas 0,3% das pessoas com 10 anos e mais de idade da Região recebiam mais de 20 salários mínimos, enquanto no Estado este percentual era de 0,7%. Observa-se, deste modo, que a Região apresentava no ano 2000, uma enorme desigualdade no que se refere à distribuição dos rendimentos nominais mensais.

O segmento social detentor das maiores rendas é constituído por uma população bastante reduzida e, em sua maior parte, acha-se ligado às atividades econômicas vinculadas ao mercado externo (pecuária bovina, algodão, mineração e fruticultura irrigada). Por outro lado, a maior parte da população regional tem nas atividades econômicas voltadas para o mercado interno (principalmente lavouras alimentares, comércio e serviços locais), a única fonte geradora de renda. Como estas últimas atividades têm pouco valor adicionado, as transferências de rendas proporcionadas pelas mesmas são relativamente baixas e limitadas. É o caso, por exemplo, do segmento da agricultura familiar, responsável pela produção das lavouras alimentares, cujo sistema produtivo se caracteriza pelo emprego de tecnologias de baixa produtividade, o que proporciona a geração de produto e renda de valor bastante limitado. Esta situação tem proporcionado, como conseqüência, a permanência de uma população pobre e com baixa condição de acesso aos mercados de produtos e

aos serviços de educação e saúde provocando, desta forma, um quadro social na Região, caracterizado pela persistente desigualdade socioeconômica.

Como o patamar de desenvolvimento alcançado pela Região é baixo, a riqueza gerada é limitada à alguns produtos. E, devido a isto, os empregos existentes são em número reduzido, o que não tem garantido níveis de renda satisfatórios capazes de promover a superação da atual condição socioeconômica.

9.1.3 Fatores Críticos e Oportunidades

A Região Serra Geral, como qualquer outra região do Estado da Bahia, apresenta diversas características que do ponto de vista de sua relação com um processo de desenvolvimento econômico e social, podem se constituir em fatores críticos, isto é, considerados restritivos ou impeditivos à expansão do desenvolvimento, ou podem ser definidos como oportunidades para serem viabilizadas com a perspectiva de transformar seu quadro socioeconômico. Entre um quadro amplo de fatores críticos e de oportunidades para o desenvolvimento regional, podem ser indicados os seguintes:

- **Fatores críticos:**

- a) descapitalização decorrente da crise enfrentada pela lavoura algodoeira, iniciada no final da década de 80 do século passado;
- b) taxa de analfabetismo relativamente alta, sobretudo das pessoas situadas na faixa etária de 25 a 59 anos, população esta incluída no grupo dos ativos economicamente;
- c) baixo nível de qualificação da mão-de-obra, sobretudo rural, refletindo no uso de práticas agrícolas de reduzido aporte tecnológico, proporcionando baixos rendimentos das atividades agrícolas;
- d) ocorrência de um grande número de minifúndio ao lado da existência de latifúndios;
- e) carência de estruturas promotoras de cursos profissionalizantes em diversas áreas de níveis fundamentais e médio, visando a formação profissional de jovens para o mercado de trabalho na área urbana;
- f) débil presença de estruturas de apoio à produção agrícola regional (serviços de crédito, pesquisa, comercialização de produtos, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, assistência técnica e informações de mercados);
- g) acesso limitado aos recursos hídricos, existência de déficit hídrico em graus variados de intensidade, decorrente de evapotranspiração potencial elevada em grande parte da Região e ainda distribuição espacial e interanual irregular das precipitações pluviométricas;
- h) inexistência de alternativas de emprego (escassez) e renda, favorecendo a ocorrência de atividades extrativas predatórias (exploração de madeira, lenha, carvoaria e garimpagem) e sem qualquer controle, provocando considerável impacto no meio ambiente, que se expressa na degradação dos solos, dos recursos

hídricos e da perda da biodiversidade. A atividade não-agrícola de produção de carvão agrava ainda mais a situação ambiental, devido a baixa eficiência dos fornos e maior liberação do CO₂;

- i) uso e manejo inadequado do solo têm provocado perdas e compactação do solo em vários graus, diminuição da fertilidade natural e da retenção da água, o que vem comprometendo o desempenho da produção agrícola;
- j) em algumas áreas de irrigação, o manejo de solo e água e/ou os sistemas ineficientes utilizados são responsáveis por impactos, notadamente a esterilização da terra pela salinização e o uso perdulário ou má distribuição da água gerando, em alguns casos, sérios conflitos de uso;
- k) economia caracterizada pela alta dependência do setor primário e por um setor industrial de diversificação limitada e fornecedor de matérias-primas para indústrias de bens de consumo finais localizadas fora da Região;
- l) grande parte das associações comunitárias se caracteriza como sendo organizações meramente nominais, com fortes ingerências políticas externas, e instituídas com o objetivo único de obtenção de recursos públicos, o que as impedem de ter uma maior participação nos processos de produção e realização de serviços sociais.
- m) existência de renda regional limitada e com distribuição altamente concentrada.
- n) o uso de agrotóxicos em algumas culturas, de forma inadequada, tem provocado contaminações cumulativas, ainda não devidamente avaliadas a sua extensão, na saúde da população.

• **Oportunidades:**

- a) presença de uma população rural em maior número que a população urbana e de trabalhadores com experiência em determinados cultivos, além da disponibilidade de solos com alta fertilidade natural, viabilizaria expansão de uma moderna agricultura baseada na fruticultura irrigada e em lavouras de sequeiro como algodão, mamona, sorgo, entre outras;
- b) ocorrência de áreas com grande potencial de irrigação já identificadas nos municípios de Iuiú, Lagoa Real e Livramento de Nossa Senhora e existência de estruturas hídricas com baixo aproveitamento de suas águas, a exemplo da barragem de Anagé e do Champrão;
- c) disponibilidade e qualidade da matéria-prima local, oferta de mão-de-obra e estrutura de produção e comercialização existente são condições favoráveis para a expansão e diversificação da indústria de cerâmica em toda Região;
- d) possibilidade de desenvolver e fortalecer o turismo histórico-cultural, religioso e ecológico, em função da existência de patrimônio cultural, grutas (Gruta da Mangabeira - Santuário do Coração de

Jesus em Ituaçu), áreas sob proteção ambiental (Unidade de Conservação Floresta Nacional, Horto da UNB, 2 Reservas Particulares do Patrimônio Nacional) e áreas serranas de beleza cênica associadas a temperaturas, amenas bem como outros recursos naturais diferenciados;

- e) existência de minas e garimpos de pedras semipreciosas possibilitaria o desenvolvimento da atividade artesanal mineral, associada ao turismo regional, criando alternativas de renda e emprego;
- f) potencialidade de expansão do setor de mineração de urânio, magnesita, talco, manganês, calcário, argila (cerâmica), pedras ornamentais e ferro. O crescimento destas explorações imputará ao setor uma maior importância na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, no aumento de arrecadação de impostos;
- g) oferta local de magnésio, talco e pedras ornamentais pode gerar possibilidades de implantação de unidades industriais de segunda e terceira gerações, produtoras de bens de consumo finais, voltados ao aproveitamento destas matérias-primas e com o objetivo de aumentar o valor agregado destas atividades;
- h) possibilidade de expansão da pecuária bovina, caprina e ovina utilizando padrões tecnológicos avançados em espaços específicos da Região. O subespaço Guanambi, em comparação com os demais, apresenta-se como uma área privilegiada em que a bovinocultura se caracteriza como atividade estruturada e com um padrão de desempenho acima da média regional, podendo-se encontrar propriedades com elevado nível técnico e satisfatório desempenho;
- i) as cidades de Guanambi, Brumado, Caetité e Livramento de Nossa Senhora, por se destacarem como centros de produção agropecuária e de prestação de serviços regionais, apresentam-se como locais possíveis de investimentos no setor terciário da economia;
- j) a existência de uma rede de ensino constituída pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, faculdades privadas, Escola Agrotécnica Federal - EAF, Centro de Profissionalização dos Produtores de Algodão – CENTREVALE da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Escola Família Agrícola – EFA e a presença das instituições Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS permitiria o desenvolvimento de capacidades técnicas locais voltadas, principalmente, para realização de pesquisas regionais.

9.1.4 Proposições Estratégicas

A implementação de um processo de desenvolvimento socioeconômico em um determinado território necessita em sua grande parte da dotação, disponibilidade e do nível alcançado de exploração dos seus recursos produtivos, das facilidades de comunicações internas e externas e das relações estabelecidas nos mercados local, nacional e internacional de produtos. Com base no que a Região dispõe e nas suas características sócio-produtivas, são apresentadas a seguir proposições estratégicas capazes de promover um ritmo mais acentuado de desenvolvimento socioeconômico da Serra Geral.

I - Implementação de políticas de atração de investimentos voltadas para expansão das áreas de fruticultura irrigada e de extração e beneficiamento de minerais e, também, instalação de unidades agro-industriais (aguardente, rapadura, queijo, manteiga e requeijão, entre outras) e industriais que utilizem matérias-primas regionais (algodão, bovinos e minerais) com vistas a promover uma maior diversificação da estrutura agrícola e industrial da Região;

II - Estabelecimento de programa destinado à expansão, diversificação e, sobretudo, modernização da tradicional indústria cerâmica regional, obedecendo a novos padrões tecnológicos que tenham como referência, a redução do impacto desta atividade sobre o meio ambiente;

III - Criação de cursos profissionalizantes nos níveis básicos ou fundamentais e médios nas áreas da agricultura, indústria, comércio e serviços, como parte de uma política de 1º emprego, disponibilizando bolsas de manutenção para os alunos, com o intuito de habilitar para uma profissão, a mão-de-obra desempregada e de difícil retorno à escola e, também, a fim de inserir no mercado de trabalho uma população sem qualificação;

IV - Desenvolvimento de políticas de incentivo à modernização das explorações de algodão e da pecuária bovina visando melhorar a qualidade dos produtos e aumentar sua competitividade nos mercados regional e nacional.

V - Promoção de programas de diversificação agropecuária de padrão tecnológico moderno através da introdução ou expansão das explorações de: (i) caprino, ovino, avestruz, mamona, sorgo, fruteiras silvestres (pequi, umbu) nas áreas de sequeiro; (ii) urucum e café nas zonas de micro climas; e, (iii) outros produtos agrícolas nas áreas próximas das estruturas hídricas existentes e que hoje tem um baixo aproveitamento;

VI – Reorganização e universalização do ensino regional, através do desenvolvimento de programas e ações que incorporem as questões de adaptação do ensino ao calendário agrícola; uso eficiente dos programas de renda-mínima associados ao ensino; redução das taxas de abandono escolar e do número de alunos em séries atrasadas com relação à idade; expansão da alfabetização de adultos e do desenvolvimento do esporte integrado à educação,

visando ampliar o nível de cidadania da população e a criação de oportunidades de mobilidade social;

VII – Fortalecimento do sistema de saúde regional com a instalação do programa de Saúde da Família em todos os municípios, integração das diversas ações de saúde das esferas federal, estadual, municipal e privada, efetivação das estatísticas cadastrais de saúde através da ampla participação de todos os profissionais e unidades de saúde, inclusive com a implantação do cadastro único de acompanhamento da saúde familiar. Estas ações têm como referência básica a realização de uma política preventiva na área de saúde e centralização dos meios existentes, visando redução de desperdícios e aumento da eficácia das ações de saúde;

VIII - Desenvolvimento do turismo histórico-cultural, religioso e ecológico em função da existência de patrimônio cultural, sítios e atrativos relacionados com estes temas, em diversos municípios da Região;

IX - Estruturação de uma rede de pesquisa regional a partir das unidades de ensino superior e dos centros de cursos profissionalizantes existentes.

9.2 Dimensão Científico-tecnológica

9.2.1 Pressupostos

O padrão tecnológico regional reflete o estágio de desenvolvimento e se apresenta marcado essencialmente pela heterogeneidade nos diversos segmentos da economia. Os setores dinâmicos, articulados aos dominantes no Estado e no país, utilizam processos tecnológicos avançados. A exploração mineral, de fundamental importância regional, o comércio, a fruticultura irrigada são exemplos de atividades em que os processos adotados são de ponta e similar ao de regiões avançadas. Enquanto estes ramos considerados dinâmicos, nos quais prevalecem os progressos tecnológicos, encontram-se perfeitamente sintonizados com o que há de mais moderno e adotam todas as avanços possíveis de serem utilizados ou adaptados, as demais atividades agrícola e pecuária, em geral, empregam processos de baixo padrão técnico. As diferenças tecnológicas mais claras são encontradas principalmente na agricultura, pois enquanto algumas explorações adotam o que existe de mais moderno, na maior parte prevalece o esforço humano e depende dos elementos da natureza. Nestas atividades o processo produtivo depende inteiramente do ciclo da natureza e os processos tecnológicos são bastante primários. O uso da enxada se contrapõe ao da informática, utilizada na gestão e controle dos processos produtivos agropecuários por grupos de empresários.

A compreensão dos limites impostos pela natureza à exploração dos recursos naturais, dentre outros fatores, tem possibilitado o surgimento de uma postura mais responsável, sob pena da degradação ambiental comprometer a

continuidade de atividades econômicas e reduzir a qualidade de vida. A preocupação crescente com a qualidade dos produtos e a necessidade de processos tecnológicos limpos, que não provoquem grandes impactos, tem levantado a questão da necessidade de maior cuidado com o meio ambiente. A partir destas questões, pressões de setores ligados à defesa do meio ambiente, estudos e levantamentos dos riscos do uso predatório dos recursos naturais contribuíram para despertar o interesse mais amplo da sociedade e não apenas de grupos restritos.

A temática a respeito dos processos tecnológicos assume importância cada vez maior, sobretudo quando a tecnologia já não pode ser vista apenas sob a perspectiva de aumento da produção e eficiência produtiva. A geração e a difusão do conhecimento passam a compor um processo mais abrangente da ação humana, voltadas para as atividades produtivas e exploração dos recursos naturais. A compreensão dos limites da natureza desperta a necessidade do emprego de tecnologias, vinculadas a outras dimensões, na busca da sustentabilidade do desenvolvimento sem agredir a natureza. A importância das formas e processos da exploração dos recursos naturais decorre da necessidade de se garantir a continuidade das atividades, fornecer produtos de qualidade aos mercados consumidores, e se dispor de um ambiente saudável que assegure qualidade de vida. Aliado a estes pressupostos gerais de continuidade das atividades econômicas e preservação da natureza, adicionam-se os interesses das populações a partir da idéia de desenvolvimento sustentável, contrariamente ao que tem prevalecido ao longo do tempo.

Levantamentos e dados regionais mostram que os processos produtivos têm sido agressivos e deixado um elevado passivo ambiental. Formas predatórias e agressivas minam e aprofundam as já precárias condições socioeconômicas e ambientais de grande parte da população. A implantação de políticas públicas de geração de emprego e renda ao lado da criação de infra-estrutura que promovam formas adequadas de uso dos recursos naturais constituem-se elementos básicos, a fim de evitar agressões ambientais e melhorar as condições de vida das populações carentes. A inclusão social das populações marginalizadas torna-se o imperativo de uma proposta de desenvolvimento sustentável na Região.

Os processos tecnológicos, na perspectiva da sustentabilidade, passam a ter um significado estratégico, na medida em que incorpora a idéia de geração de emprego, renda, preservação da natureza, inclusão social e garantia de sobrevivência das atuais e futuras gerações. Pensar em gerações do futuro, como preconiza o desenvolvimento sustentável, significa também cuidar das atuais, pela garantia de formas dignas de sobrevivência, sob pena da proposta da sustentabilidade não passar de idéia inconsistente e impossível de ser levada a sério. A preservação ambiental e promoção da melhoria da qualidade de vida da população são diretrizes orientadoras de intervenções a partir das diversas dimensões, inclusive aquelas referentes às pesquisas e processos tecnológicos. Nesta perceptiva, a busca de conhecimento e uso de tecnologias limpas e de

interesse de toda a sociedade passam necessariamente pela erradicação de atividades predatórias, promotoras de exclusão social, e pelo fomento de ações geradoras de emprego, melhoria das condições de vida da população, adaptadas às condições regionais. As bases técnicas que têm sido usadas como elementos de acumulação, exclusão social e agressão da natureza, precisam ser reavaliadas. Os baixos indicadores econômicos regionais impõem a necessidade de serem analisados e revistos, utilizando-se o conhecimento, a pesquisa científica e inovação tecnológica, como instrumentos de promoção social. A utilização dos recursos naturais deve ocorrer dentro dos limites, sem ultrapassar a sua capacidade de renovação. A concretização desses objetivos dar-se-á, pois, pela superação da estreita percepção que, tradicionalmente, tem enfatizado questões de mero crescimento econômico, a partir da exploração de produtos primários voltados para mercados externos.

A implantação de uma infra-estrutura para utilização dos recursos hídricos bem como a realização de atividades ecologicamente adaptadas apresentam-se como alternativas para o desenvolvimento regional. A exploração agropecuária, dependente das condições naturais, como predomina atualmente, não permitirá que a Região atinja as condições de sustentabilidade da agricultura, na medida em que variações climáticas impõem severas limitações às atividades de sequeiro. Como a Região encontra-se inserida no semi-árido, a exploração agrícola caracteriza-se por alto risco. O uso das terras regionais, quando comparado com regiões de agricultura intensiva, se caracteriza por um reduzido grau de exploração. Áreas irrigadas dos perímetros implantados e cultivos ambientalmente adaptados são exemplos das possibilidades de produções continuadas e seguras, evidenciando o importante papel que o emprego d'água na produção e realização de atividades em zonas ecológicas adequadas podem desempenhar no desenvolvimento sustentável regional.

No âmbito regional, o desenvolvimento sustentável encontra empecilhos para ser implementado, em virtude de condicionantes econômicos e sociais que marcam as atividades. Ao pensar o desenvolvimento sob uma nova perspectiva, torna-se necessário romper estruturas e processos que vão de encontro e dificultam esta abordagem. A sustentabilidade regional não está condicionada apenas aos processos tecnológicos ou à dependência de condições naturais. A superação de condicionantes socioeconômicos históricos, a exemplo da prevalência de uma estrutura agrária retrógrada e injusta, passa a ser mais um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, na medida que a reduzida inovação tecnológica prevaiente constitui-se apenas um dos fatores que respondem pelos reduzidos níveis de desempenho econômico.

O meio ambiente, em decorrência dos padrões predatórios de aproveitamento, apresenta claras vulnerabilidades, tornando-se necessária a introdução de tecnologias¹², fundamentadas no manejo dos recursos naturais, na difusão de

¹²A implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, um dos mecanismos de flexibilização para cumprimento dos compromissos do Protocolo de Quioto, através de reflorestamentos, sistemas agroflorestais, entre

processos e de produtos, com o objetivo de substituir o paradigma químico mecânico e a exploração predatória do meio ambiente. A pesquisa e a difusão tecnológica regional precisam estar orientadas por ditames que resguardecam rigorosos padrões sanitários de qualidade e ambientais, através de um tratamento preferencialmente biológico e que respondam às exigências de mercado e demandas da população.

9.2.2 Configuração Regional

As atividades econômicas vinculadas à agricultura, ao extrativismo vegetal e às explorações minerais são as principais responsáveis pela degradação do meio ambiente. Às áreas de lavouras e pastagens, em função da superfície ocupada, abrangência e formas de explorações, por sua vez, podem ser imputadas a maior parte dos problemas ambientais. A erosão, o assoreamento dos cursos d'água, a perda do potencial produtivo, redução dos rendimentos agrícolas e ocorrência de terras depauperadas, antes produtivas, são marcas que revelam as formas de exploração dos recursos naturais na Região Econômica de Serra Geral. A agricultura, de uma maneira geral, não se caracteriza pelo emprego de tecnologias que preservem o meio ambiente, tornando-se mais grave os problemas daí decorrentes. A busca de solução dos problemas de degradação deve se basear no reordenamento dos processos produtivos, conciliando a ação humana nas mais diversas manifestações, com a dinâmica dos ecossistemas.

A pesquisa e difusão tecnológica devem compor um conjunto de propostas amplas que possam viabilizar as atividades socioeconômicas como um todo. Desenvolver ou adotar processos tecnológicos de forma isolada, sem acesso à infra-estrutura e a serviços de apoio, muito pouco poderá contribuir para o fortalecimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, deve-se promover políticas públicas direcionadas para os mais diversos setores, de modo a integrar os objetivos econômicos e as diferentes necessidades.

A Região Econômica de Serra Geral apresenta-se heterogênea, particularmente quando analisada sob o aspecto econômico. Verificam-se, de um lado, zonas restritas e bem definidas, onde se constata a produção agrícola mais dinâmica e em bases empresariais vinculadas ao agronegócio. Estas áreas, a exemplo do que ocorreu em outras regiões, ao longo de sua história receberam investimentos, realizados pelo Estado, contando atualmente com uma infra-estrutura econômica, serviços e adequadas condições locais de produção. De outro, predomina uma exploração familiar de subsistência, de grande importância regional como um todo, sobretudo no que se refere à absorção de mão-de-obra, mas de base tecnológica reduzida, sem contar com apoio de efetivas políticas públicas e dependente das condições naturais.

outras tecnologias, promoverão a captura de carbono, inserindo a Região no promissor mercado de crédito de carbono e contribuindo para diminuir a pressão sobre o aquecimento global.

As atividades regionais de mineração, de transformação e de serviços mais estruturadas também estão concentradas em determinados subespaços, o que favorece ao surgimento de diversas outras atividades, possibilitando um maior dinamismo econômico. Esta situação está bem evidenciada em municípios como Brumado, Guanambi, Caetité e Caculé, onde se encontram as mais significativas explorações minerais, industriais, de serviços e comércio. Ao concentrar as atividades de maior importância e dispor de uma melhor infra-estrutura produtiva, essas áreas sempre levam vantagens em relação às demais, ao atrair novos investimentos.

As áreas irrigadas de Livramento de Nossa Senhora e do projeto de Estreito, pólos de produção agrícola considerados modernos e de referência, são exemplos de setores regionais de agricultura dinâmica. Estas áreas, bem como as produtoras de café e de pecuária estruturada, encontram-se em patamar bem mais diferenciado do que ocorre nas explorações extensivas de animais, nos minifúndios e nas pequenas propriedades de subsistência. As áreas de agricultura de base tecnológica menos estruturada encontram-se disseminadas por toda Região e destacam-se nos espaços de ocupação mais antiga. A vinculação das primeiras aos mercados mais exigentes imprimiu uma forma de organização, que não só absorve tecnologia, como mantém relações de trabalho diferente da prevalente na pequena propriedade familiar. Em 2002 a área com manga, banana e maracujá, principais culturas irrigadas, correspondia a 8.285 hectares, cuja taxa de crescimento entre 1990 e 2002 atingiu a 13,81% ao ano, revelando um grande interesse por parte de determinados grupos de produtores empresários. Embora estas atividades se apresentem como importante, do ponto de vista local, na promoção de renda e emprego, na perspectiva do desenvolvimento regional como um todo, no entanto, têm pouco significado em termos de absorção de mão-de-obra, não se constituindo em local onde a população encontre emprego, sobretudo quando comparado com os setores tradicionais de agricultura familiar.

As práticas provocadoras de degradação ambiental são diversas e variam de acordo com o grau de utilização das terras, níveis de tecnologias adotados e tipo de agricultura. Nas zonas de produção intensiva, de agricultura comercial, como as áreas irrigadas e produção de café, podem ocorrer explorações ambientalmente inadequadas pela utilização descontrolada de produtos químicos, compactação dos solos, riscos de salinização e remoção de camadas aráveis pelo emprego massivo de máquinas. As de agricultura familiar, por sua vez, a elevada pressão sobre a terra, não adoção de tecnologias e falta de orientação técnica, podem ser causas do desgaste do potencial produtivo, que se origina com o desmatamento e as queimadas. As limitações naturais de solos, clima e água podem ter as condições de exploração agravadas pelos processos técnicos empregados, desinformação dos agricultores e ausência de orientação técnica.

A decadência do algodão e a conseqüente desestruturação econômica, proveniente da crise que se instalou na área entre o final dos anos 80 e início dos

90, do século passado, constitui-se em marcante característica da economia regional. Diferentemente dos anos 70 desse período, quando esta lavoura desempenhou um importante papel, na atualidade a cotonicultura já não tem importância socioeconômica nem responde pelos indicadores de então. De maior área produtora do Estado naquela época, no ano de 2002 a Serra Geral, com uma produção de apenas 2.580 toneladas, deteve menos de 2% do total estadual, com rendimentos bastante inferiores aos do Oeste, que se apresenta hoje como zona de maior destaque na Bahia. Naquele momento, a lavoura algodoeira, aliada à pecuária de corte, e à cafeicultura, esta última localizada num reduzido espaço regional, lideraram o movimento modernizador do setor agrícola. Estas atividades e, de modo especial, o algodão, foram significativas para a economia regional, embora não tenham conseguido superar barreiras impostas por estruturas que limitavam o desenvolvimento.

A Região que se apresentava como grande produtora de algodão não tem conseguido superar as conseqüências da crise desencadeada nos anos 80/90 e retomar o patamar de outrora, fruto evidentemente de uma série de circunstâncias, em que sobressai a inexistência de políticas voltadas para a reestruturação da atividade e falta de investimentos para superação da estagnação econômica regional. O modelo de modernização dos anos 60/70, que se caracterizou pela passagem do latifúndio improdutivo para grande propriedade produtiva, tipo empresa capitalista, mas amplamente respaldada nos subsídios do crédito rural e exclusão dos pequenos produtores, não conseguiu estruturar a agricultura de forma sustentável. Este modelo conservador se fez presente na Região através da expansão de grandes áreas produtoras de algodão e pecuária bovina de corte — exemplo bem característico em áreas de Guanambi/Vale do Luiú — a partir da utilização de máquinas, tratores e produtos químicos, sem que a estrutura fundiária concentrada fosse questionada. A exploração de algodão chegou a atingir uma expressiva área cultivada, acima de 250 mil hectares, correspondendo a praticamente 10% do total da produção algodoeira nordestina. As etapas da produção, beneficiamento e comercialização movimentavam um volume significativo de recursos com absorção de grande contingente populacional. A importância econômica do algodão se destacava dentre as demais atividades, tanto na geração de renda quanto no emprego regional.

Naquele momento, médias e grandes propriedades incorporaram algum progresso técnico e geraram um volume de renda significativo, não obstante predominasse uma série de limitações. Poucas eram as áreas no Estado que, naqueles anos, apresentavam o dinamismo e vitalidade da Região Econômica de Serra Geral, decorrente da exploração algodoeira e expansão da pecuária bovina nas áreas recém desbravadas do vale do Luiú. Reconhecendo-se hoje, que o crescimento destas atividades não foi condição suficiente para promover as mudanças necessárias e garantir a melhoria das condições de vida da população. O crescimento econômico, respaldado em modelos tecnológicos não adaptados às características regionais, promoveu a degradação ambiental e a exclusão de setores da população, que pouca participação tiveram no grande volume de renda

gerado durante os anos de intensa atividade pela qual passou a Região.

A disponibilidade hídrica regional, embora concentrada em determinados subespaços, não pode ser considerada responsável pelos reduzidos indicadores econômicos e sociais, nem tampouco o fator restritivo para uma estratégia de desenvolvimento. O potencial dos recursos hídricos, de solos, de reservas minerais e de outros elementos naturais favoráveis, face às precárias condições da população, aponta para a necessidade de intervenções sob uma outra perspectiva, a fim de superar as restrições ao desenvolvimento. Os precários indicadores prevacentes não podem, evidentemente, ser explicados como decorrentes das restrições naturais. A ausência de políticas públicas de convivência com as limitações naturais é o que tem acarretado problemas econômicos e sociais. As secas são fenômenos previsíveis e, portanto, não podem ser responsabilizadas pelos problemas delas decorrentes. Nos momentos críticos das estiagens cíclicas que afetam a Região, é que se evidenciam as precárias condições da população, a inexistência de infra-estrutura de apoio adequada e falta de adoção de tecnologias de convivência com os fenômenos climáticos. Nestas conjunturas, a natureza apenas põe a descoberto as fragilidades regionais e revelam as precárias condições de vida a que está submetida grande parte da população. Nos setores regionais não sujeitos às secas ou de limitações pluviométricas menos intensas, o quadro de precariedade não se diferencia dos demais. Portanto, a explicação para os problemas do desenvolvimento se deve a outros fatores e não a questões naturais. A crise da cultura do algodão, que até hoje afeta a Região, não se deveu ao surgimento da praga do bicudo, a problemas de compactação ou de manejo inadequado de solos. A esta visão tecnicista e agrônômica limitada se contrapõe, efetivamente, as de políticas macroeconômicas a que cotonicultura regional esteve submetida e a qual se deve o surgimento da crise na atividade.

A seca, como qualquer outro fenômeno natural não atinge os diversos setores da sociedade uniformemente. Na Região observam-se sistemas tecnológicos diferenciados, que também expressam a heterogeneidade e disparidades que chamam atenção entre os estratos da população. Coexistem explorações, consideradas de ponta, em que se utilizam tecnologias modernas, que nada ficam devendo às de regiões mais adiantadas, com setores em que predomina o esforço humano, com precários equipamentos, sem infra-estrutura de apoio e dependentes das condições naturais em todo o processo produtivo. O moderno e o atrasado estão presentes, não só no que se refere aos processos tecnológicos, como também nas relações de produção. As limitações naturais, associadas a uma estrutura fundiária arcaica e a falta de uma política de desenvolvimento que beneficie a maioria da população, pode ser responsabilizada pelo quadro de pobreza dominante. A convivência de produtores rurais com a seca, pela adoção de tecnologias perfeitamente adaptadas à área, contradiz os argumentos que responsabilizam a natureza pelos problemas do atraso e pobreza regional.

As tecnologias, vinculadas ao emprego de água na irrigação, à produção pecuária estruturada, técnicas de manejo de solo e água mais ajustadas à realidade em determinados espaços regionais, merecem ser destacadas, não como elementos expressivos e significativos de inovação tecnológica, mas como indicadores das possibilidades que se contrapõem à prevalência de setores que promovem a degradação ambiental. Trabalhos desenvolvidos por instituições públicas e técnicos individuais vislumbram novas formas de exploração dos recursos naturais e convivência harmônica com a natureza. Experiências junto a produtores demonstram que as demandas tecnológicas atuais podem ser resolvidas, a partir da utilização do acervo técnico disponível, que permitirá mudanças nos processos produtivos e um relacionamento harmonioso com a natureza. Tais experiências podem ser multiplicadas, tendo em vista atenuar os efeitos dos processos predatórios, cuja conseqüência tem sido a degradação do patrimônio natural.

Dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995 demonstram que mais de 90% do total dos estabelecimentos rurais pertencem aos estratos da agricultura familiar. Parte significativa da produção de alimentos e matérias-primas são provenientes desse grupo de produtores, que também respondem pela maior parte do valor bruto da produção regional. Os estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares também exploram a pecuária bovina e respondem por cerca de 74% do efetivo bovino.

A exploração do algodão não tem conseguido se reestruturar regionalmente, observando-se a transferência da atividade para o Oeste onde, além de contar com elementos naturais e de infra-estrutura favoráveis, sofre a influência de um ambiente propício à realização de investimentos. O Oeste Baiano atualmente concentra a maior produção de algodão no Estado, com emprego intensivo de tecnologia, comparativamente ao que ocorre na maior parte das áreas tradicionais. A cotonicultura aí se desenvolve em grandes propriedades, com uso de máquinas e insumos agrícolas, melhores rendimentos, denotando tendência para a substituição das tradicionais regiões produtoras no Estado. A consolidação desta atividade no Oeste reforça a necessidade de implantação de políticas públicas de apoio à cotonicultura ou criação de alternativas para a Região de Serra Geral, que tem reduzido a exploração de algodão, atividade que ao longo da história foi suporte de renda e emprego para um grande contingente populacional e, se apresentava adaptado às restrições do clima, realizando-se de forma economicamente rentável.

A pequena propriedade familiar constitui-se elemento fundamental do desenvolvimento agrícola regional. Este segmento é representativo e responsável pela geração de grande parte da renda regional e geração de emprego do setor rural. As mais variadas explorações agrícolas regionais encontram nesse segmento um importante elemento de apoio. No auge do crescimento da produção agrícola dos anos 70 do século passado, sob a liderança da exploração de algodão, a agricultura familiar desempenhou importante papel na expansão do

setor, embora a política de modernização privilegiasse a grande e a média propriedade. Os incentivos do crédito rural estavam basicamente voltados para estes estratos de áreas.

A irrigação ficou circunscrita a determinadas áreas, sem que houvesse uma grande abrangência regional. Propostas mais amplas de aproveitamento hidroagrícola concebidas para a área não foram efetivamente implementadas. O DNOCS e a CODEVASF, ao estudarem as bacias dos rios regionais, preconizaram a implantação de diversas infra-estruturas para aproveitamento integrado do potencial hidroagrícola regional. Dos projetos de irrigação identificados, apenas os de Ceraíma, de Livramento de Nossa Senhora/Dom Basílio e de Estreito foram implantados, destacando-se os dois últimos pela produção e áreas efetivamente utilizadas.

As áreas de preservação permanente e as de reserva legal não são respeitadas, o que mostra, evidentemente, falta de informações por parte dos proprietários e ausência do setor público na orientação e controle das normas estabelecidas. No conjunto regional, as terras consideradas produtivas, não utilizadas, representam apenas 11,4% do total, conforme dados do IBGE de 1995 e, como as de reservas legal deveriam estar enquadradas neste conjunto, percebe-se que a Região já atingiu um grau de desmatamento bem acima do que permite a legislação vigente. A retirada da vegetação não permitida pela legislação, que tem a função de proteção ambiental e manutenção dos processos ecológicos, é indicador da situação regional de distanciamento entre a idéia de exploração harmônica do meio ambiente e atividades econômicas.

As principais causas dos precários indicadores de desenvolvimento devem ser buscadas nos elementos socioeconômicos com destaque nos relacionados com inadequação das políticas públicas e programas de governo, na falta de ações voltadas para solução dos problemas de concentração fundiária, que estimulam a ineficiência econômica e desemprego, nas precárias ações de educação, no uso inadequado dos recursos humanos e na ausência de instituições de apoio aos produtores rurais. A superação destes obstáculos ao desenvolvimento requer, evidentemente, ações no âmbito econômico e social, onde a ciência e tecnologia desempenham um relevante papel.

9.2.3 Instituições Atuantes na Região: Pesquisa e Difusão Tecnológica

Uma política de desenvolvimento científico-tecnológico e de investimento em infra-estrutura produtiva é fundamental para a sustentabilidade das atividades econômicas. Os precários indicadores precisam ser superados, tornando-se pré-requisito indispensável, portanto, a definição de programas e projetos de aproveitamento das potencialidades regionais a partir de investimentos com apoio de instituições que dêem assistência à população. Embora se reconheça esta necessidade, o que se observa, de maneira similar ao que ocorre em outras áreas do Estado, é redução das estruturas de serviços regionais e indefinição de

políticas de atendimento às populações. Além da demanda pela reestruturação e melhoria dos tradicionais serviços essenciais (educação, saúde, saneamento, crédito, assistência técnica, dentre outros), a Região também se ressentia de uma efetiva presença de pesquisa e difusão de conhecimentos, que possam apoiar as atividades produtivas. O desenvolvimento científico tecnológico constitui-se uma importante demanda para apoiar as atividades econômicas tanto no setor agrícola como no de transformação.

Embora exista um acervo tecnológico capaz de promover mudanças significativas, a prevalência de determinadas circunstâncias, associadas à inexistência de infra-estrutura, tem imposto sérias restrições ao progresso tecnológico regional. A sustentabilidade pressupõe investimentos para criação das condições favoráveis ao desenvolvimento. Nesta perspectiva, admite-se que inadequação dos processos tecnológicos se deveu mais à falta de investimentos e a modelos de intervenção inadequados, que não criaram formas de superação de problemas estruturais, do que à inexistência de conhecimento. A ocorrência de atividades que podem ser consideradas de ponta, realizadas por grupos de produtores, evidencia que não foi a falta de tecnologias que limitou o desenvolvimento econômico. A adoção e adaptação das tecnologias existentes para as explorações agrícolas poderiam perfeitamente apoiar as explorações regionais e ampliar as alternativas de produção. Quanto aos setores de serviço e de transformação, os empreendimentos possíveis de serem instalados indicariam a tecnologia a ser utilizada. Nestes casos, as explorações minerais, que historicamente estiveram presentes na área, podem ser consideradas exemplo característico, pois os empreendimentos instalados adotam as tecnologias consagradas por ramo de mineração. A exploração de urânio em Caetité, ao ser instalada pelas Industrias Nucleares do Brasil – INB – em anos recentes, trouxe a tecnologia que é utilizada em atividades similares em outras regiões. O desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade, depende da articulação de políticas e de instituições que estabeleçam vínculos entre o progresso técnico e o crescimento econômico com ações voltadas para proteção ambiental.

As diretrizes de política para o desenvolvimento regional precisam ter como preocupação central a superação das precárias condições de vida da população. As ações, que historicamente têm sido implementadas, tiveram caráter setorial, não abrangente, através de programas e projetos isolados que acabaram tendo pouca repercussão. As experiências com os programas tipo PROTERRA, Sertanejo, PDRI, PAPP, dos anos 70 e 80 do século passado, e até mesmo os mais recentes como o Projeto Comunitário do Gavião, Produzir, dentre outros, embora nos diagnósticos identifiquem carências e pontos de estrangulamentos do desenvolvimento e tenham concepções mais integradas, propondo ações que poderiam ter efeitos concretos de mudanças, durante a execução, no entanto, não conseguem implementar as propostas que poderiam solucionar os problemas. Dos diagnósticos pertinentes e concepções adequadas por ocasião da elaboração dos programas e projetos, na prática, durante a execução as ações governamentais, quando executadas passam a ser assistencialistas, pontuais e manipuladas por grupos regionais dominantes e não conseguem, evidentemente,

resolver os problemas. Tais intervenções ¹³ têm demonstrado que servem bem mais para a manutenção do *status quo*, fortalecendo lideranças tradicionais, do que mesmo para atender às necessidades da população.

Um balanço da contribuição dos programas e das instituições executoras, cobrindo o período dos últimos trinta anos, no que se refere ao conhecimento, registra a criação de um grande acervo técnico-científico, propiciado pelos estudos e levantamentos realizados para apoiar a elaboração e execução dos programas. Embora os estudos tenham contribuído para a expansão e a consolidação de algumas atividades, os benefícios de suas realizações, no entanto, não podem ser avaliados, exclusivamente, por sua contribuição ao conhecimento e para o crescimento econômico.

Diversos levantamentos, estudos, adaptações de pesquisa têm sido realizados pelo Projeto Gavião, voltados para o público do programa. Ao serviço de extensão rural, atualmente sob a responsabilidade da EBDA, podem ser creditados diversos trabalhos ao longo de sua atuação na Região. A Universidade do Sudoeste - UESB, localizada em Vitória da Conquista, também tem se feito presente com estudos, levantamentos e apoio às atividades econômicas. Os trabalhos realizados pelas mais diversas instituições podem ser considerados amplos no que se refere aos vários ramos de atividades. A evolução tecnológica regional, evidentemente, sempre esteve diretamente relacionada com os aspectos políticos, econômicos e sociais do país como um todo e expressaram os interesses dominantes que normalmente se contrapõem à maioria da população. Esta perspectiva precisa ser superada, na medida em que idéias da sustentabilidade prevaleçam e norteiem o desenvolvimento regional.

A EBDA tem suas atividades descentralizadas por toda área, contando com gerências regionais e escritórios locais que realizam trabalhos de assistência técnica. Deve ser destacada a existência, no município de Palmas de Monte Alto, do Centro de Profissionalização dos Produtores de Algodão – CENTREVALE – cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento da cotonicultura regional. Atuação das Instituições Públicas é de fundamental importância para implantar uma estratégia de desenvolvimento regional. Deve-se, contudo, observar uma questão crítica relativa aos subespaços e municípios carentes e desestruturados, que não contam com instituições e profissionais capacitados.

Tais carências dificultam o acesso às propostas de políticas públicas, assim como a busca por recursos e investimentos privados. Os programas governamentais, via de regra, são de livre acesso, de modo que os municípios maiores e subespaços melhores posicionados economicamente, contando com profissionais habilitados, podem levar vantagem no acesso aos recursos públicos em comparação com os demais. Diante desta circunstância, os projetos e programas

¹³ SANTOS, Acácio; RAMOS, C H; SOUZA, Cesar Luiz Alves de; CARVALHO, Graça; SILVA, José Valdeilson Salles da; ALMEIDA, Solange. *Agricultura Familiar e Sustentabilidade: O caso Pro-Gavião*. Curso de Introdução ao Desenvolvimento Sustentável. CAR-UNB/CDS-FIB: Monografia de final de curso. Salvador, 2002.

precisam ser abrangentes e concebidos de forma prioritária para municípios carentes. A Região de Serra Geral não pode ser pensada apenas como áreas no entorno de Guanambi, Vale do Iuiu, as áreas irrigadas de Nossa Senhora do Livramento nem tampouco as do projeto de irrigação de Estreito. As intervenções nas áreas mais carentes precisam de estratégias que promovam um processo de rompimento da inércia em que se encontram e se estruturam com um patamar mínimo de atividades econômicas, nos mais diversos setores. O desenvolvimento sustentável requer a presença de serviços de apoio à pesquisa e difusão, e sem um mínimo de infra-estrutura de divulgação e assistência, as propriedades rurais tornam-se cada vez mais isoladas das oportunidades que possam surgir.

Na perspectiva da sustentabilidade há necessidade de se rever e adequar a pesquisa e a difusão. A preocupação do desenvolvimento científico-tecnológico não pode se limitar a questões da produção e produtividade. Outras dimensões se articulam, tendo em vista o crescimento econômico e satisfação das necessidades da população. Dessa forma as ações de pesquisa e difusão do conhecimento precisam ser mais abrangentes, envolvendo atividades agrícolas, serviços, transformação e outros. A prioridade passa a ser mais ampla na busca de solução de problemas relativos à tecnologias, ao desemprego, à distribuição de renda e à criação de novas oportunidades.

9.2.4 Demandas de C&T na Região

O desenvolvimento sustentável regional pressupõe transformações através de investimentos que possam superar os entraves ao crescimento econômico e promover o bem estar da sociedade. A sustentabilidade não poderá ser alcançada se não forem respeitados os limites da natureza. Os processos econômicos e as intervenções tecnológicas utilizadas não podem agredir e degradar irresponsavelmente os ecossistemas. Os setores dinâmicos da economia regional têm conseguido resultados compensadores e os problemas ambientais provenientes de suas atividades são completamente diferentes dos relacionados com os setores da maioria da população, que nem a subsistência consegue garantir, em períodos críticos. As demandas tecnológicas mais evidentes, necessitando de um amplo programa de difusão e adoção, estão vinculadas aos seguintes processos:

- a) Adaptação de tecnologias e criação de alternativas adequadas às características naturais do meio ambiente e socioeconômicas da população;
- b) Adoção de medidas eficazes de combate à pobreza, com políticas capazes de erradicar as causas, tais como assentamento de produtores e educação;
- c) Apoio aos produtores de algodão, com instrumentos financeiros adequados, assistência técnica e comercialização da produção;
- d) Melhoria do nível da pecuária regional com incentivos e orientação aos produtores a fim de elevar a qualidade dos rebanhos e melhorar os

- sistemas de manejo, tendo em vista a diversificação e aumento da produção de carne e leite;
- e) Expansão de uso da água na irrigação em explorações geradoras de emprego e renda. A solução dos problemas do desenvolvimento sustentável não está no abandono de tecnologias existentes, mas na mudança de processos e práticas insustentáveis e desiguais, de modo que o propósito principal seja a melhoria de qualidade de vida da população, com uso adequado dos recursos naturais.
 - f) Introdução de sistemas de produção de convivência com a seca, incorporando métodos de gestão dos recursos ambientais;
 - g) Geração e adoção tecnológica na perspectiva do desenvolvimento sustentável, buscando incorporar o saber acumulado da população ao longo de sua história;
 - h) Produção e beneficiamento da produção agropecuária com agregação de valor, através da integração da atividade pecuária com a indústria, a fim de aumentar a eficiência e competitividade do setor;
 - i) Beneficiamento de minerais existentes em determinadas áreas e que ofereçam alternativas de geração de emprego e renda para um grande número de pessoas;
 - j) Adoção de tecnologias para recuperação de áreas degradadas que poderão comprometer a sustentabilidade das atividades econômicas;
 - k) Capacitação de agricultores nas práticas de conservação e preservação ambiental;
 - l) Ampliação da capacidade de pesquisa, difusão e assistência técnica aos produtores rurais, dirigindo os esforços para compreensão das causas e impactos do uso inadequado dos recursos naturais;
 - m) Estabelecimento de projetos de cooperação técnica entre as instituições de pesquisa, ensino, extensão, a fim de desenvolver uma capacidade de ampliação do conhecimento;
 - n) Criação de alternativas técnicas de tratamento dos esgotos sanitários que se constituem em premente demanda regional, sob pena de agravamento das condições ambientais;
 - o) Desenvolvimento e implementação de técnicas e práticas que reduzam a emissão de gases de efeito estufa e que, também, ampliem a capacidade de captura de carbono.

9.2.5 Fatores Críticos e Oportunidades

A análise da questão tecnológica regional suscita aspectos importantes para compreensão dos limites e possibilidades do conhecimento, na promoção do desenvolvimento sustentável. As situações constatadas convergem para a necessidade de definição de um programa de ciência e tecnologia que envolva os segmentos organizados da sociedade, a fim de se enfrentar os desafios que possam limitar este desenvolvimento. Dentre os fatores críticos que podem interferir, podem ser destacados:

- a) Indefinição de papéis de instituições públicas, com superposição de funções e falta de integração dos órgãos que atuam junto a produtores rurais, especialmente instituições de ensino/pesquisa/assistência técnica. Agrava-se essa situação através de entraves burocráticos e precariedade do desempenho das instituições governamentais, devido ao sucateamento e falta de estrutura para atender à população;
- b) Precárias condições de vida da população e persistência de problemas que dificultam o acesso às informações e conhecimentos;
- c) Falta de acesso à educação associada à inexistência de diretrizes políticas de promoção da população que se constituem elementos restritivos à adoção de tecnologias;
- d) Falta de uma política adequada às condições dos produtores e características regionais;
- e) Prevalência de precária infra-estrutura das propriedades rurais, capaz de dar suporte à adoção de tecnologias. A eletrificação rural, elemento importante na estrutura de produção, encontra-se apenas em reduzido número de propriedades;
- f) Estabelecimentos economicamente inviáveis, por apresentar dimensões que não comportam investimentos para atividades ecologicamente adaptadas às condições regionais. Mais de 94% dos estabelecimentos rurais têm área inferior a 100 ha, destacando-se os de até 10 ha, que representam 67% do total regional;
- g) Precária infra-estrutura de estudos e pesquisas capazes de gerar e ampliar o nível de conhecimentos voltados para atividades econômicas na área;

A superação dos problemas econômicos e sociais que afetam a Região não depende apenas de mudanças de processos tecnológicos. Os indicadores socioeconômicos dominantes refletem a inexistência de políticas concretas capazes de superar as dificuldades e limitações regionais. A análise da questão tecnológica regional mostra situações extremas convivendo no mesmo espaço, em que processos tradicionais, extensivos e predatórios dominantes são cotejados com modernas práticas inovadoras e competitivas, que viabilizam a entrada de produtos de qualidade no mercado em condições de igualdade com áreas de reconhecido uso de tecnologias.

Estas situações expressam claramente que a ciência e a tecnologia estão vinculadas à implementação de políticas econômicas e sociais que precisam estar integradas ao desenvolvimento regional. O tratamento adequado dos problemas deve ocorrer a partir das potencialidades e definição de ações de capacitação científica e tecnológica com instrumentos que mobilizem as oportunidades e disponibilidades, dentre as quais se destacam na Região:

- a) Possibilidade de utilização do alto potencial dos recursos ecológicos;
- b) Disponibilidade de tecnologias adaptadas e testadas com amplas possibilidades de disseminação, para equacionar problemas que afetam a população e degradam o meio ambiente;

- c) Presença de instituições públicas e privadas habilitadas para realização de estudos e pesquisas;
- d) Existência de uma infra-estrutura de pesquisa e ensino que poderão se tornar centros de referência no atendimento da população;

9.2.6 Proposições Estratégicas

Com base nas oportunidades identificadas na área de ciência e tecnologia e características regionais, propõem-se:

- I Implantação de um programa de pesquisa e de transferência de tecnologias voltados para o desenvolvimento sustentável, de forma coordenada pelas instituições vinculadas à geração e difusão do conhecimento, levando em consideração as necessidades dos beneficiários e clara definição de objetivos.
- II Promoção de Investimentos em infra-estrutura em setores capazes de dar respostas, com adoção de tecnologias e uso de recursos hídricos;
- III Implantação de programa de valorização e capacitação dos recursos humanos, visando o envolvimento e participação comunitária em atividades de preservação ambiental e melhoria das condições de vida da população;
- IV Ampliar os programas de pesquisa voltada para a cultura do algodão, visando superar os atuais entraves que afetam a atividade na Região.

9.3 Dimensão Geoambiental

9.3.1 Pressupostos

A utilização dos recursos ambientais na perspectiva de garantir os meios de atendimento às necessidades e exigências atuais, sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras, pressupõe uma abordagem interdependente das diversas dimensões, sem que haja prevalência de qualquer aspecto como tem se dado ao longo da história regional. A superação dos processos que provocam a destruição de ecossistemas, a poluição, a perda de diversidade, dentre outros fenômenos decorrentes do uso predatório dos recursos naturais, constitui-se em urgente necessidade sob pena de se comprometer cada vez mais a qualidade de vida e continuidade das atividades econômicas. O desenvolvimento sustentável fundamenta-se no uso racional dos estoques dos recursos naturais, a partir de processos não degradantes que respeitem os limites dos ecossistemas.

Os problemas ambientais devem ser analisados e compreendidos como decorrentes das atividades desenvolvidas na Região, promovidas pelo modelo de desenvolvimento vigente, em que seus objetivos e metas não consideram questões que extrapolem a busca do lucro. Entender a crise ambiental significa questionar todo um processo social e econômico dominante. O desmatamento, erosão, assoreamento, poluição ou destruição de ecossistemas não são meros

problemas técnicos de uso inadequado dos recursos naturais. Os impactos oriundos dos processos produtivos não podem ser analisados de forma isolada dos objetivos das atividades econômicas e do modelo econômico dominante. Esta percepção é fundamental e, conseqüentemente, possíveis soluções só podem ser encontradas na análise das relações sociais de produção e exploração da natureza, (Lima, 2004). Aprofundar esta análise e compreender os objetivos das atividades econômicas dominantes significam entender as causas da crise ambiental, das precárias condições de vida das populações, da estagnação da economia regional, da crise da cultura do algodão, da falta de perspectiva da Região da Serra Geral.

O desenvolvimento sustentável implica em adoção de estratégias políticas que coloquem crescimento econômico, meio ambiente, respeito aos elementos históricos culturais e participação dos diversos agentes regionais da Região Serra Geral no centro de tomada de decisões. Evidentemente que integrar as diversas dimensões, a partir do atual paradigma que privilegia o consumismo, o lucro, sem respeito aos limites da natureza, significa que a concepção de desenvolvimento sustentável tornou-se mais complexa. Entender a complexidade da interdependência das dimensões é essencial, tanto como instrumento de análise e formulação de propostas de intervenção, quanto na execução de projetos específicos.

As dimensões retratam áreas determinadas do conhecimento que, além de permitirem a análise da situação regional, possibilitam a compreensão da interdependência dos processos naturais, econômicos e sociais, envolvendo as relações entre questões locais e globais. A atual crise da economia regional, fundamentalmente decorrente da decadência da lavoura do algodão, da falta de investimentos e da ausência de efetivas políticas públicas, expressa concretamente a vinculação das questões regionais com fatores externos. A perda de competitividade da cotonicultura regional se deu originalmente nos finais dos anos 80, do século passado, em função da política de abertura dos mercados com importação do produto a preços menores e com maiores facilidades de pagamento, provocando a extinção de diversas explorações de algodão. Desde então, a crise na produção de algodão se agravou com ocorrência de outros problemas, a exemplo da praga do bicudo, deficiência de assistência técnica, falta de crédito, dentre outros. E, de principal área produtora, a Serra Geral se apresentava no ano de 2002 com uma reduzida superfície, 5.580 ha cultivados com algodão, tendo perdido a hegemonia da cotonicultura estadual para o Oeste do Estado. A recuperação da atividade passa necessariamente por uma adequada política de investimentos e apoio à cotonicultura, a fim de superar os problemas técnicos e estruturais que afetam os produtores rurais da Região.

O objetivo da sustentabilidade não se restringe à preservação do meio ambiente, mas integra o desenvolvimento econômico na perspectiva do crescimento de forma equilibrada, com equidade social e solidariedade das atuais e futuras gerações, permitindo a continuidade de processos produtivos, sem ameaçar os

recursos naturais pela utilização predatória e inconseqüente. O programa de desenvolvimento sustentável, ao reconhecer a interdependência das dimensões econômica, social, política, histórica, cultural e ambiental, enfatiza o conhecimento das potencialidades locais e implementa projetos orientados no respeito aos valores culturais e preservação dos sistemas ambientais. Esta proposta evidentemente encontra obstáculos, sobretudo nos centros de tomadas de decisões, que respaldam os interesses econômicos dominantes, ao separar os elementos do desenvolvimento econômico das questões ambientais. Esta lógica se baseia na obtenção de lucros sem a preocupação com a repercussão nos estoques de recursos naturais, ou seja, indiferença quanto ao limite real dos ecossistemas e negação das conseqüências de longo prazo. Estes fatos interferem nas ações de todos os grupos e atores sociais, com rebatimento negativo sobre a população mais carente, e graves conseqüências no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, ampliando ou perpetuando as desigualdades sociais.

Considerando a complexidade do desenvolvimento sustentável, frente à realidade política e econômica que o dificulta, torna-se necessário que os agentes regionais, de forma conjunta, busquem alternativas de melhor utilização e valorização dos recursos naturais, a fim de superar intervenções que degradam o ambiente e marginalizam a população. O crescimento econômico sem redistribuição de renda, excludente e sem participação do conjunto da sociedade, não pode ser considerado desenvolvimento equilibrado. É necessário conciliar atividades econômicas com conservação ambiental e respeito aos limites da natureza.

A dimensão geoambiental, inserida na proposta do desenvolvimento sustentável, rejeita a visão de domínio do homem sobre a natureza ao incorporar a conservação e convivência com os elementos naturais como condição para a sustentabilidade. Esta percepção assume ainda, como de fundamental importância, a utilização e gestão dos recursos ambientais, a partir de novos processos de produção em bases sustentáveis, associados à melhoria de vida, geração de renda e superação de condições subumanas de grande parte da população (CAR, 2000).

Viabilizar esse conceito, na prática, implica mudanças de comportamento, além de transformações nas práticas produtivas e nos hábitos de consumo. Trata-se, portanto, de um processo a ser construído a partir da discussão, do comprometimento e ação conjunta da sociedade. A sustentabilidade busca a preservação dos recursos naturais e os possíveis usos devem ser vistos como desafios a serem superados, a fim de não provocar a degradação. A sustentabilidade implica na manutenção dos ecossistemas com capacidade de recomposição em face das interferências humanas. A preservação e redução das agressões ao meio ambiente dependem de decisões políticas que necessitam ser tomadas e encaminhadas conjuntamente entre os vários setores da sociedade.

Em síntese, o uso sustentável dos recursos naturais implica posturas

responsáveis das instituições públicas e a sociedade de um modo geral. Os pressupostos básicos partem da necessidade de participação, disseminação dos conhecimentos, descentralização das ações, apoio institucional, abordagem integrada através da inserção do componente ambiental e busca de equidade nas políticas orientadas para a Região. Portanto, as políticas públicas de desenvolvimento precisam considerar as diversidades, tanto no que se refere aos ecossistemas quanto à história e à cultura. O respeito à diversidade se impõe como elemento chave do planejamento regional, pois nem sempre o que se recomenda para um determinado subespaço pode ser estendido para toda a Região. A utilização dos recursos ambientais deve respeitar as limitações e capacidade de regeneração¹⁴, estabelecida pelas características naturais dos ecossistemas; além disso, deve-se adotar, na concepção/implementação dos empreendimentos, o princípio da precaução/prevenção como um dos cuidados fundamentais para a manutenção e conservação dos serviços dos ecossistemas.

9.3.2 Configuração Regional

A história da ocupação regional através da exploração dos recursos naturais, desde os seus primórdios, e de modo mais expressivo nas últimas décadas, com a intensificação das atividades econômicas, constitui-se em forte elemento de pressão sobre o meio ambiente. A exploração agropecuária e a mineral, que se destacam como importantes atividades econômicas, com geração de emprego e renda, se deparam com diversas dificuldades que concorrem para degradação ambiental. As unidades geoambientais, aqui adotadas como recorte interno da Região, apresentam diversificados graus de deterioração que refletem a intensidade de uso, formas de exploração e tempo de ocupação. A pecuária extensiva, explorada desde os primórdios da ocupação regional, a busca de pedras preciosas através da garimpagem, a exploração mineral, a produção de alimentos, realizada por agricultores vinculados à agricultura familiar, a cotonicultura, a fruticultura, incluindo os atuais processos tecnológicos mais modernos, constituíram-se em fatores de desgaste e agressão à natureza. A atividade ceramista, também, é exemplo de exploração que contribui grandemente para o passivo ambiental da Região, com a extração de argila de forma desordenada nas margens de rios, principalmente do rio das Antas, afluente do São João, além da utilização de lenha nos fornos.

Aliado aos processos produtivos que têm ocasionado impactos ambientais, deve-se destacar a poluição proveniente das cidades e assentamentos humanos, a partir dos dejetos e esgotos acondicionados de maneira irregular e inadequada. A falta de esgotamentos sanitários e a inexistência de usinas de tratamento de lixo também são fatores de deterioração ambiental. Em várias cidades e localidades nas zonas rurais constatam-se áreas degradadas em decorrência da presença de lixões e inexistência de serviços de saneamento básico. Diversos corpos d'água encontram-se comprometidos, em função da poluição. Exemplo amplamente

¹⁴ Cada ecossistema possui uma determinada capacidade de se recuperar quando submetido a um estresse, chamada de resiliência.

conhecido na Região é a antiga barragem que originalmente abastecia a cidade de Brumado, transformado num grande entulho de lixo e esgoto a céu aberto, que tem provocado problemas de saúde em moradores do bairro, onde se localiza o barramento. A barragem totalmente poluída pelo acúmulo de lixo e dejetos dos esgotos exalam mau cheiro, e pode ser considerada morta devido à baixa concentração de oxigênio na água. A falta de tratamento do lixo e esgotos, que se acumulam nas áreas próximas e são carreados para a antiga fonte d'água, constituem-se fatores de poluição e geração de doenças. Esta área, em função da poluição, tem se mostrado inabitável e os moradores têm cobrado uma solução, sem que até o momento os setores públicos responsáveis tenham dado qualquer resposta. O crescimento da cidade transformou a barragem, que se apresentava como referência de fonte sadia de água para abastecimento e condições de vida adequada, em depósito fedorento e poluído, com riscos de doenças.

A partir de levantamentos, estudos e, até mesmo, mera observação, pode-se constatar a articulação entre os sistemas naturais, que caracterizam as diversas unidades geoambientais e as atividades econômicas prevaletentes. À esta vinculação, atribui-se também a ocupação dos espaços e a atual conformação que a Região tem assumido. A mineração, concentrada em determinadas áreas, sobretudo no município de Brumado, é a responsável nas últimas décadas pelo surgimento de diversas atividades e serviços nesse subespaço regional. Por outro lado a agricultura, embora amplamente difundida, mantém uma forte vinculação com características naturais, permitindo em certas situações a introdução de explorações típicas ou adoção de sistemas produtivos específicos, que refletem limitações e potencialidades naturais inerentes às unidades geoambientais. A produção de algodão, a fruticultura irrigada, a cultura do café, as explorações de cana-de-açúcar e arroz nos vales úmidos, a pecuária e a exploração mineral, realizam-se em zonas onde as características naturais permitem tais atividades.

O meio ambiente tem passado por profundas transformações em decorrência das atividades econômicas. No processo de desenvolvimento regional, baseado no uso dos recursos naturais, estabeleceram-se profundas relações com o meio em que os ecossistemas refletem as formas de uso e impacto ambiental, decorrente dos processos tecnológicos adotados. Em determinadas situações constatam-se que as formas de utilização têm ultrapassado os limites da capacidade de reprodução e regeneração ambiental, gerando problemas relacionados com a destruição da vegetação natural, comprometimento dos recursos hídricos e limitação da qualidade de vida da população. Em áreas potencialmente susceptíveis de algumas unidades geoambientais (principalmente na Unidade Pediplano Sertanejo) é possível identificar setores com indícios de desertificação¹⁵, onde significativas transformações promovidas pela ação do homem desencadearam este processo de degradação. Trabalho sobre níveis de degradação classifica alguns municípios da Serra Geral entre os de situação mais

¹⁵ Segundo a United Nations Organization, (1992) citado por Lemos (2001) na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente foi negociada e adotada a definição "desertificação como sendo a degradação em áreas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas".

crítica em relação a toda Região do Nordeste Brasileiro, (Lemos, 2001), nos quais, a exploração pecuária se destaca pela ocupação de extensas áreas com pastagens. As práticas agrícolas adotadas pelos pequenos agricultores, em decorrência da falta de recursos, assistência técnica, aliada ao grande número de estabelecimentos, se sobressaem entre os fatores de pressão sobre o meio ambiente. A exploração da terra, de forma intensiva até a exaustão da fertilidade natural, sem qualquer reposição, tem se constituído em fator de agressão, praticado pela grande maioria dos produtores.

Esta situação deve ser analisada a partir da apropriação desigual da terra, que se apresenta como um dos fatores responsáveis pela deterioração ambiental. As formas de apropriação da terra guardam uma íntima relação entre pobreza, marginalização e processos de degradação ambiental. A concentração da propriedade rural constitui-se, sem sombra de dúvida, em um dos principais fatores de agressão à natureza, na medida em que a ocorrência das grandes propriedades e latifúndios induz numerosas famílias a sobreviverem em pequenos estabelecimentos e minifúndios. A presença de um grande contingente de agricultores nestes estabelecimentos leva a uma intensa exploração, que ocasionará uma carga excessiva sobre os recursos ambientais. Esta situação é agravada pelas atividades produtivas das grandes propriedades, através da substituição da vegetação natural por vastas áreas de pastagens que provocam fortes impactos sobre a paisagem natural, com graves conseqüências sobre os ecossistemas, ao destruir a flora e fauna nativas. A concentração das terras tem sua contrapartida nas pequenas propriedades e os minifúndios que não contam com condições adequadas de produção. A reduzida área, não contando com os benefícios dos avanços tecnológicos, passa a se constituir em elemento de pressão ambiental. A busca da sobrevivência em precárias condições torna-se fator de destruição dos recursos naturais.

Na Região, 94,1% dos imóveis - dos quais mais de 80% classificam-se como minifúndios e pequenas propriedades - têm área inferior a 100 hectares, e ocupam 51,3% das terras, enquanto os estratos com mais de 100 hectares - 5,9% do total dos estabelecimentos - apropriam mais de 48,7% das terras. A Região apresenta um quadro fundiário muito conhecido, com índices de Gini variando entre 0,53, a 0,76 nos diversos subespaços. Os minifúndios, em geral, não absorvem a mão-de-obra disponível dos produtores e famílias a eles vinculados, o que os transformam em fator de pressão e deterioração dos ecossistemas. Esta situação é agravada pelo fato de não existir ou pela impossibilidade de acesso às tecnologias e sistemas produtivos que lhes possibilitem explorações e garantam níveis adequados de sobrevivência.

As formas de utilização dos recursos naturais da Região, impactos sobre o meio ambiente e situações constatadas de degradação serão analisados e destacadas a seguir a partir das diversas unidades geoambientais que ocorrem na área. A cobertura vegetal de um modo geral, as matas ciliares, os solos e recursos hídricos são os elementos que mais impactos têm sofrido em decorrência das atividades agropecuárias, explorações minerais e formas de apropriação pelos

vários segmentos sociais, agravadas pela inexistência de políticas adequadas às condições regionais. Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995 indicam que apenas 22,2% da superfície regional corresponderiam à cobertura de matas e florestas naturais, conseqüentemente 77,8% da vegetação original estariam alteradas ou se enquadrariam como inaproveitáveis.

Em áreas à oeste da Região, nos limites com Minas Gerais e de influencia do rio São Francisco, onde se encontra a unidade geoambiental Vão do São Francisco, destaca-se a ocorrência de solos originários de rochas calcárias com grande potencial para exploração agropecuária. A atividade pecuária se constitui em importante atividade, desenvolvida em médias e grandes propriedades, sobretudo nas zonas de ocupação mais recente. Este setor regional, no auge da exploração algodoeira, se destacava sobretudo pela ocorrência de grandes plantios e pela adoção de sistemas produtivos baseados em máquinas e agrotóxicos, com potencial de grande impacto nos ecossistemas. A intensa utilização destes produtos, incentivada pela política de modernização da agricultura, foi marcante com forte reflexo ambiental. Com a crise da lavoura do algodão e dinamização da atividade no oeste da Bahia, parte das áreas passou a ser utilizada pela pecuária bovina, compondo uma nova forma de organização da produção. Embora em algumas propriedades adotem-se sistemas de exploração tecnicamente menos agressivos ao meio ambiente, tende a predominar nas grandes propriedades formas extensivas de exploração pecuária, em que as pastagens e a vegetação natural são aproveitadas sem que se observem práticas de preservação dos elementos que compõem os ecossistemas.

Nesta unidade sobressaem-se as áreas com um grande potencial de irrigação, onde já se dispõe de estudo de viabilidade para implantação de um projeto de 88 mil hectares, com captação de 32m³/s de água do São Francisco que, na Região, inclui áreas dos municípios de Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras. O potencial de futuros impactos ambientais, a partir do aproveitamento das áreas irrigadas, pode vir a ser elevado, sobretudo no que se refere aos recursos hídricos, que se constitui em elemento escasso na área. As áreas irrigadas têm apresentado aumento pela demanda de água com ampliação de erosão, salinização, degradação dos recursos naturais e redução da diversidade biológica.

As áreas da unidade do Pediplano Sertanejo abrangem a maior parte da superfície regional, envolvendo dois compartimentos distintos na Região em áreas das bacias dos rios de Contas e São Francisco. Apresentam vegetação de porte arbórea com e sem palmeira, que refletem as características do solo e clima, tendo feições mais densas em locais mais favoráveis. A cobertura hoje, nos dois compartimentos, está completamente descaracterizada, raleada ou mesmo suprimida, pelo corte seletivo das espécies de interesse econômico e pela ocupação agropecuária, além da utilização da massa vegetal como fonte de energia, principalmente na atividade siderúrgica. Vale destacar que o município de Aracatu, situado em áreas das unidades do Pediplano Sertanejo e Patamares

do Rio de Contas, encontra-se entre os 100 municípios do Nordeste brasileiro com os mais elevados níveis de degradação, (Lemos, 2001).

Com base em elementos topográficos, hidrológicos, pedológicos e geológicos, estudos na bacia do rio de Contas (DNOCS, 1972) identificaram áreas localizadas em setores do Pediplano Sertanejo com potencialidades de aproveitamento hidroagrícola, a exemplo das áreas nas localidades de S. Timóteo e Itanagé, no município de Livramento de Nossa Senhora. Nesta unidade geoambiental localiza-se também uma FLONA - Floresta Nacional, em Contendas do Sincorá, administrada pelo IBAMA, que se constitui em importante espaço de preservação que poderá permitir a realização de estudos e pesquisas de interesse ambiental, além de contribuir para um maior envolvimento das comunidades do entorno, no sentido de se criar uma maior consciência ecológica.

Também merece referência, neste compartimento da unidade Pediplano Sertanejo, a agricultura irrigada em áreas dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e D. Basílio, onde a fruticultura faz parte do setor agrícola moderno, com adoção de tecnologias, através do uso da água no processo produtivo. Apesar da importância da atividade na área, tanto do ponto de vista de geração de emprego como de renda, a pressão sobre os recursos hídricos tem se constituído em sério problema para os produtores e para o meio ambiente. A precariedade no controle e gestão dos recursos hídricos tem provocado conflitos que tendem a se agravar, na medida em que as instituições públicas responsáveis pela gestão não assumam junto com os usuários, uma postura de busca de solução dos problemas. O surgimento de novos empreendimentos irrigados sem o planejamento adequado tem aumentado a demanda d'água e conseqüente escassez. Os produtores, situados nas áreas mais afastadas ao longo do rio Brumado, de modo especial no município de D. Basílio, são os mais afetados. A situação torna-se mais grave nos períodos secos e de maior necessidade de irrigação, em que a falta de solução do problema, com potencial de acirramento dos conflitos, pode vir a comprometer a continuidade de algumas explorações e aumentar os problemas ambientais. As condições dominantes na área são, em síntese, reflexo da ineficiência das estruturas públicas de gestão dos recursos hídricos que não exercem o seu papel regulador e protetor dos recursos naturais, ou o faz de maneira tímida, pontual e intermitente. A situação do perímetro de irrigação e das áreas irrigadas nas adjacências demonstra claramente que o setor público não tem assumido efetivamente a coordenação do processo de intervenção na área.

A atividade econômica dominante na unidade geoambiental Pediplano Sertanejo é a pecuária extensiva, que apresenta respostas diferenciadas em função das características dos solos. Também culturas de subsistência e o algodão, com baixos níveis técnicos, associados à pecuária, compõem os sistemas de exploração. Prevalece uma forma de organização produtiva dependente das condições naturais, cujo objetivo principal é a manutenção e sobrevivência dos produtores. Por sua vez, no compartimento inserido na bacia do São Francisco

(área de influência de Guanambi), destaca-se o rio Carnaíba de Dentro com o açude Ceraíma, no limite com a Unidade Geoambiental Patamares do Espinhaço, onde se encontra o perímetro de irrigação implantado pelo DNOCS, atualmente sob a responsabilidade da CODEVASF, que tem apresentado problemas de salinização, comprometendo a capacidade produtiva das áreas irrigadas.

A ocupação das áreas que envolvem a unidade denominada Patamares do Espinhaço descaracterizou ou suprimiu, quase que completamente, a vegetação original, constatando-se apenas ilhas isoladas em fase avançada de regeneração. O município de Ibiassucê, totalmente inserido nesta unidade, encontra-se em situação crítica no que se refere à degradação, enquadrando-se no conjunto das áreas mais afetadas em todo o Nordeste. Nesta unidade, em áreas dos municípios de Caetitê e Lagoa Real, encontram-se jazidas de urânio e a mina das Industrias Nucleares do Brasil - INB, cujo destino da produção é atender à demanda das usinas de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

O uso das terras é, predominantemente, com pecuária bovina extensiva e cultivos de subsistência que, embora possam ser consideradas com baixo potencial de impacto ambiental, não se pode, contudo desconsiderar a ocorrência de práticas de manejo inadequadas às lavouras e à pecuária, podendo constituir ameaça ao meio ambiente. No conjunto, esta forma de apropriação da terra, principalmente nas áreas naturalmente vulneráveis, resulta em perdas do solo por erosão de vários tipos e graus, compactação e, conseqüentemente, menor retenção da água no ambiente, acentuando-se os efeitos das estiagens.

O Projeto de Irrigação de Estreito, localizado nesta unidade geoambiental, na fronteira com o Estado de Minas Gerais destaca-se como forte elemento da presença de investimentos do Estado para o aproveitamento das potencialidades regionais. Implantado há décadas sob a influência do processo da modernização da agricultura regional, através da exploração agrícola de forma intensiva, com adoção de tecnologias e diversificação da produção, o projeto tem a produção destinada preferencialmente a mercados fora da Região, sendo a fruticultura sua mais importante exploração.

Na unidade Patamares do Rio de Contas, a cobertura vegetal se enquadra na região fitoecológica das caatingas de porte arbóreo e arbustivo, já bastante degradada. No uso do solo, a pecuária bovina extensiva é a principal atividade desta unidade sendo que os pequenos produtores praticam também a agricultura de subsistência, e, em ambos os casos, o reduzido nível tecnológico submete as explorações às instabilidades climáticas. A caprinovinocultura é expressiva e adaptada, em determinadas áreas desta unidade, sobretudo nos setores mais secos. A exemplo do que prevalece na Região como um todo, observam-se também processos de degradação, devido às práticas inadequadas de manejo que interferem grandemente no rendimento físico da terra.

Na unidade denominada Planaltos dos Geraizinhos, a vegetação se apresenta

com alto grau de antropismo, principalmente pelo uso da madeira na produção de carvão, sendo raras as áreas em estágio avançado de regeneração. O uso da terra é, predominantemente, com pecuária bovina extensiva e cultivos de subsistência, em que se destaca a mandioca. Nos vales úmidos, além de capineiras, há maior diversificação de culturas, sendo o plantio de cana-de-açúcar uma atividade antiga e importante para a sobrevivência de um grande número de agricultores. A prática de queimadas e o manejo inadequado na agropecuária têm contribuído para piorar a qualidade das terras tanto nos aspectos físicos quanto químicos, diminuindo a matéria orgânica e acelerando os processos de erosão, sobretudo nas áreas entalhadas, já por si só, com potencial de degradação. O que pode resultar em um progressivo assoreamento das calhas da rede de drenagem. Nas áreas com atividades agropecuárias, os efeitos do processo erosivo são evidentes, constatando-se a redução dos rendimentos, surgimento de pragas e vulnerabilidade às adversidades climáticas.

As nascentes do rio Gavião, em área do município de Mortugaba e Jacaraci, apresentam-se consideravelmente degradadas em decorrência da substituição da vegetação original pela atividade agropecuária, especialmente a instalação de pastagens. Moradores informam que conheceram este rio com fluxo normal de água – anos de 1950 e 1960 – neste setor regional, mas o desmatamento, a exploração pecuária, dentre outros fatores, provocaram a degradação através da destruição das matas ciliares, de vegetação dos cerrados e, conseqüentemente, alterando o volume das águas do Gavião, que já não conta com o fluxo de outrora, tornando-se um leito assoreado e seco.

A concentração das propriedades nas áreas mais úmidas, situadas às margens dos rios com posteriores parcelamentos na sucessão de domínio, contribuíram para o processo de degradação, em que o caso do Gavião não é único na Região, encontrando esta situação ao longo das margens dos rios Brumado, de Contas, São Francisco, São Pedro, São João, rio da Canabrava em Piripá, dentre outros. O parcelamento das propriedades historicamente obedeceu a um traçado em faixas perpendiculares à calha dos cursos d'água permanentes e temporários, onde as condições de maior umidade ou disponibilidade hídrica e fertilidade são mais favoráveis. A ocupação destas áreas deu a atual conformação das zonas situadas ao longo dos rios e riachos, em as propriedades apresentam atualmente tamanhos insuficientes para atender às necessidades de uma atividade produtiva e contribuí para formas de exploração insustentável dos recursos naturais.

A preservação das áreas – que envolvem a unidade geoambiental Planaltos dos Geraizinhos – situadas tanto nas cotas mais elevadas quanto nas baixadas, são de fundamental importância. A alimentação e formação de diversos rios e córregos se devem às características naturais desta unidade. As explorações das áreas úmidas de baixadas com a policultura, onde se destaca a cana-de-açúcar, capineiras, fruteiras e lavouras alimentares, dentre outras, e envolve um significativo número de agricultores, são dependentes das características pedológicas e da cobertura vegetal do Planalto dos Geraizinhos. A ocorrência de

solos permeáveis e profundos favorece a infiltração, dificulta o escoamento superficial, propicia o armazenamento de água das chuvas nas camadas mais profundas que drenam para as zonas baixas. A degradação, já em andamento através dos desmatamentos, ocasionará profundas conseqüências nas atividades dos agricultores que cultivam e sobrevivem às margens dos rios e córregos, cujas nascentes se encontram em zonas de influência do Planalto dos Geraizinhos.

A posição geográfica da Unidade Superfícies dos Gerais, em altitudes mais elevadas, lhe confere particularidades como o clima de temperaturas amenas e a vegetação de cerrado, adaptada a estas condições, podendo constituir-se em recanto de lazer e de apreciação das belezas cênicas, considerando a pouca vocação para a atividade agrícola.

Nesta unidade, no limite com os Patamares do Espinhaço, exploram-se ametistas a partir dos cascalhos grosseiros de quartzo leitoso e quartzito. A atividade causa grande impacto ambiental, pela forma de exploração e beneficiamento. Outras ocorrências de grande valor econômico são os depósitos manganíferos, alguns em exploração, que se localizam em Igaporã, em Caetité, na Fazenda Angico, Fazenda Cerquinha, Guariba e Mina do Cedro. Há exploração, também, em Licínio de Almeida nos locais Feixe de Varas, Pedra Preta, Morro Faca, Curralinho, Efigênia, Santa Efigênia e Galvão, que tem provocado forte poluição nos recursos hídricos superficiais, além do impacto próprio da movimentação do material, motivo de inúmeras queixas da população.

Como uso na agricultura, predomina a pecuária extensiva de baixíssimo desempenho econômico, principalmente no norte desta unidade, e nos vales, encontram-se pequenas explorações de culturas de subsistência. Amplas áreas sem aproveitamento agropecuário, também são encontradas nesta unidade. Os solos dominantes apresentam severas limitações à atividade agropecuária, o que contribui para que um grande contingente de trabalhadores busque a sobrevivência na exploração mineral de forma artesanal e na extração de madeira, para produção de carvão.

Na unidade Serras Centrais, onde a cobertura vegetal natural já está descaracterizada, existindo apenas pontos com vegetação ainda preservada, o uso é basicamente com pecuária, bastante incipiente dada as limitadas possibilidades de aproveitamento do solo. Apesar da pouca representatividade desta unidade, a sua importância está relacionada à formação de nascentes de rios nos setores mais elevados, que possibilitam o aproveitamento das áreas de cotas mais baixas, como ao longo do rio Casa Velha e riachos Mandiroba e Aguapé.

A unidade Serras da Borda da Chapada possui poucas possibilidades de uso agrícola, mas pequenos roçados e pecuária incipiente são observados. A sua importância está vinculada à área de vegetação rupestre de interesse para pesquisa, ao potencial para o desenvolvimento de turismo associado a sua beleza

cênica e por compor as nascentes de vários afluentes que alimentam o rio Brumado. Este rio desce em pequenas quedas e cachoeiras, acompanhado de diversos riachos, afluentes da margem esquerda, que dão belos efeitos na paisagem. Portanto as restritas possibilidades de uso agrícola desta unidade podem ser compensadas pelo potencial para o desenvolvimento de turismo ecológico e pelo fornecimento de água para irrigação em áreas dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e D. Basílio.

A unidade geoambiental Pediplano da Chapada abrange áreas em que o uso predominante é com pecuária e cultivos de subsistência, mas, nas zonas de temperaturas amenas, sob influência do pólo cafeeiro de Barra da Estiva, há cultivos de café com boa produtividade. Além disso, a ocorrência de monumentos naturais, como a gruta calcária das Mangabeiras, tem possibilitado manifestações religiosas, no seu interior, a exemplo da romaria do Sagrado Coração de Jesus.

No Pediplano do Rio Pardo a vegetação apresenta-se em estágios variados de degradação, ou, ainda, no limite com Minas Gerais, estreita faixa de cerrado completamente substituído por reflorestamento de eucalipto. A utilização da terra é, principalmente, com pecuária extensiva, ou com plantios de eucalipto na fronteira com Minas Gerais.

No conjunto regional, a exploração de algodão, que exige um volume significativo de produtos químicos para o controle de pragas, o setor de fruticultura irrigada, e atividades agropecuárias, consideradas modernas, em que o uso intensivo de máquinas e insumos são empregados, tem trazido problemas diversos ao meio ambiente. A substituição da cobertura vegetal original pela implantação de cultivos, a compactação de camadas aráveis dos solos, pela aração e gradagem facilitando a ação destruidora do escoamento superficial no período das chuvas, e a ação dos ventos, no período seco, conduzem à erosão das camadas superficiais, constituindo-se em exemplos de situações freqüentemente encontradas na Região. Por sua vez, as práticas agrícolas que empregam produtos químicos na fertilização dos solos e controle de pragas e doenças, também têm levado à contaminação, sobretudo dos corpos d'água, através da lixiviação de parte desses produtos não aproveitados pelas lavouras. Levantamentos realizados na Barragem no rio do Antônio, que abastece algumas comunidades, têm detectado a presença de elementos químicos, carreados de áreas de explorações minerais.

O emprego de agrotóxicos no controle de pragas e doenças também elimina os inimigos naturais das pragas dos cultivos, interferindo no equilíbrio e na capacidade dos ecossistemas se protegerem. Com relação ao uso de agrotóxicos nas explorações agrícolas, a Região passou por uma situação dramática, dado ao grande volume que foi empregado na lavoura do algodão. Embora não se disponha de dados sobre a real situação, sabe-se que esta cultura, em função da incidência de pragas e a vasta superfície cultivada, durante várias décadas, lançou volumes significativos de produtos tóxicos, com sérios problemas sobre os

ambientes naturais e a própria população. A gravidade deste problema torna-se maior, ao se levar em consideração o fato da grande maioria dos agricultores ser analfabeta e ou semialfabetizada, associado à precariedade da assistência técnica e à falta de adequada orientação no uso e manejo desses produtos.

A precariedade do saneamento regional deve ser destacado como fator de degradação ambiental. Embora informações registrem a presença de serviço de limpeza pública nos diversos municípios, o problema se encontra no acondicionamento inadequado nos lixões a céu aberto, agravado pela inexistência de usinas de tratamento. Além disto a poluição pelos esgotos urbanos, sobretudo nas maiores concentrações urbanas, também tem criado problemas pela falta de sistemas de esgotamento sanitário na maioria das sedes municipais.

Em fim faz-se necessário ressaltar que, tendo em vista localizar-se a Região no semi-árido do Nordeste, marcada por variações climáticas, incluindo espaços com reduzida precipitação e áreas mais chuvosas, e considerando os processos de degradação ambiental, a Região Econômica de Serra Geral insere-se nas zonas susceptíveis de desertificação, principalmente pelo fato de grande parte do seu território situar-se no Bioma Caatinga. Embora a desertificação seja um processo lento, ao longo do tempo poderá destruir a capacidade de sobrevivência da população. No caso regional, o grau de conhecimento desse processo é muito precário e requer a realização de levantamentos detalhados, o que não descarta a gravidade e a presença do problema.

Considerando que a Região tem sido explorada sem a adoção de práticas preventivas de respeito ao meio ambiente e devidos cuidados dentro das normas e padrões sustentáveis, destacam-se de forma sintética as questões que estão gerando importantes impactos negativos: exploração mineral clandestina ou inadequada; desmatamento desordenado; queimadas sem observação das normas de preservação das áreas protegidas; uso excessivo e predatório dos recursos hídricos e conseqüente comprometimento dos corpos d'água com rebates sobre a vazão dos rios e riachos; adoção de práticas e manejo dos solos que provocam erosão, assoreamento dos leitos dos rios, córregos e açudes nas diversas unidades geoambientais; ocorrência de solos e áreas com severas limitações, incorporadas às explorações agrícolas sem adotar os devidos cuidados; inadequação dos sistemas de fiscalização, acompanhamento e controle do uso dos recursos naturais; atividade carvoeira e a produção artesanal de cachaça; – dois dos mais graves¹⁶ problemas socioambientais da Região - crescimento demográfico sem se dispor de uma política de ocupação do espaço regional; inexistência de serviços de tratamento de esgotos e acondicionamento adequado de lixo; concentração da terra e ocorrência de minifúndios e pequenas propriedades; escassas oportunidades de geração de emprego; precários serviços de assistência técnica e orientação aos produtores rurais; elevado grau de

¹⁶ Nestas atividades é muito comum a utilização de mão-de-obra infante-juvenil, que acarreta uma série de problemas para esta faixa etária da população como, evasão escolar, alcoolismo precoce e óbitos elevados, entre adultos, devido a esta doença; doenças pulmonares vinculadas a aspiração de fumaças de fornos, diminuindo, no geral, a capacidade laboral, da Região.

analfabetismo.

Além disto, de forma similar ao intenso parcelamento, constatado às margens dos rios e córregos, as áreas circunvizinhas aos açudes e barragens tem apresentado também uma ocupação desordenada, registrando-se a presença de lotes, pertencentes a negociantes, funcionários públicos e profissionais liberais. Esta situação é observada no entorno dos açudes de Anagé, Champrão, Brumado etc, o que expulsa e marginaliza inúmeros agricultores, distorcendo os objetivos iniciais dos projetos. A alocação de investimentos em obras de infra-estrutura hídrica, sem o necessário reordenamento da apropriação das terras, tem promovido a privatização das obras públicas por setores dominantes, o que só faz aumentar a exclusão e empobrecimento da população. Este problema, também encontrado em outras regiões, requer uma solução a fim de permitir o acesso dos pequenos produtores às áreas com potencial produtivo no entorno dos açudes e barragens, construídos pelo DNOCS, CODEVASF, CERB, CAR e outras instituições públicas.

A forma de ocupação e modelos de crescimento econômico, implementados na Região, provocaram grandes desequilíbrios ambientais. Se por um lado as atividades econômicas favoreceram a geração de riqueza, por outro a miséria, a poluição e comprometimento dos recursos naturais são conseqüências bem visíveis de todo esse processo. Diante desta constatação, a perspectiva de desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e promoção da população mais pobre, se constitui em importante perspectiva para a área. A percepção de desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente passa a ser fundamental, na medida em que busca modificar as condições de estagnação da Região com graves problemas sociais, ambientais e econômicos, resultante de um processo gerador de destruição dos recursos naturais, pobreza e miséria.

De tudo exposto pode-se concluir que o estado da arte ambiental da Região apresenta vários estágios de comprometimentos com diversos graus de intensidade, resultado de políticas públicas¹⁷ - pautadas em um modelo de desenvolvimento incompatível com a sustentabilidade ambiental - e da ausência ou da pouca consciência política/ecológica coletiva da sociedade regional, fato este que pode justificar a inexistência de instituições fortes de ampla participação popular voltadas para questão ambiental; e devido a isto, as reações que porventura se manifestam no sentido de alterar o *status quo* vigente são tímidas, isoladas e de pouca repercussão, fadada ao insucesso.

9.3.3 Fatores Críticos e Oportunidades

A análise da situação regional levanta diverso condicionante que apontam para os fatores críticos a seguir destacados:

- a) Limitados estudos sobre potencialidades e utilização dos recursos

¹⁷ Na Região existe apenas uma Unidade de Conservação na categoria de FLONA, de âmbito federal, no Bioma Caatinga (ocupa grande parte do território regional); poucas RPPN; raras iniciativas de criação de ONG; as ações públicas de combate aos promotores de passivos ambientais são pontuais, intermitentes e desarticuladas, na maioria das vezes, e sofrem solução de continuidade; as verbas orçamentárias destinadas para a conservação/preservação são limitadas.

naturais ao lado de explorações predatórias, não contando a Região com um sistema de pesquisas voltadas para o conhecimento e melhor utilização do meio ambiente. Esta situação restringe a competitividade das atividades econômicas, de modo especial as ligadas à pecuária e agrícola, bem como impede a construção de um modelo de desenvolvimento equilibrado adequado às condições sociais econômicas e ambientais;

- b) Precárias estruturas de apoio e orientação da população no uso e exploração dos recursos naturais. Embora dispondo de escritórios de assistência técnica, a prevalência da idéia de Estado mínimo, tem criado dificuldades para um melhor atendimento aos produtores;
- c) Ineficiência dos órgãos de fiscalização, facilitando a desobediência às leis ambientais;
- d) Precárias condições de vida da população e elevado grau de analfabetismo que cria grandes entraves a uma proposta de desenvolvimento equilibrado;
- e) Práticas predatórias na utilização dos recursos florestais – intenso desmatamento para produção de carvão - práticas agrícolas inadequadas, erosão dos solos e assoreamento dos espelhos d'água;
- f) Uso inadequado dos solos e água, com ocorrência de áreas em estágio avançado de degradação, comprometendo investimentos públicos realizados na área;
- g) Uso indiscriminado de agrotóxicos em determinadas atividades e áreas;
- h) Baixo grau de organização e participação da população na definição de políticas de interesse público;
- i) Atividade extrativista mineral que produz rejeitos, lixiviados e carreados para leitos de rios e córregos, acumulando-se nos fundos de açude, barragens e lagoas;
- j) Precariedade de sistemas de saneamento básico de um modo geral, agravada especialmente nas áreas povoadas nas proximidades de rios, com lançamento de esgotos domésticos, que provocam eutrofização e poluição de mananciais;
- l) Desestruturação da cotonicultura, exploração pecuária extensiva, agricultura de subsistência de baixo rendimento;
- m) Concentração da propriedade da terra e ocorrência de pequenas propriedades e minifúndios com atividades predatórias e de baixo rendimento.
- n) Reduzidos investimentos na Região, voltados para criação de uma estrutura produtiva mais adequada.
- o) Ausência de gestão hídrica compartilhada dos usuários da água nas bacias hidrográficas através de comitês, provocando conflitos de usos.
- p) Precarização das relações trabalhistas e ilegalidade nas explorações, no setor mineral.

A proposta de desenvolvimento sustentável para a Região de Serra Geral, a partir

de uma visão integrada, considera as múltiplas oportunidades de atividades econômicas que, na perspectiva da dimensão geoambiental, podem ser destacadas:

- a) Estudos das disponibilidade de recursos hídricos e solos que permitem a implantação de projetos de agricultura irrigada nas bacias dos rios de Contas e São Francisco;
- b) Os rios São Francisco, de Contas e afluentes que oferecem possibilidades de exploração diversificada – irrigação, energia hidrelétrica etc;
- c) Ocorrência de grande potencial de exploração mineral (metálicas e não-metálicas, rochas ornamentais, pedras preciosa e semipreciosas) e possibilidades de ampliação das explorações existentes;
- d) Ocorrência de monumentos naturais em zonas serranas com quedas d'água e paisagens que favorecem a implantação de atividades de lazer vinculadas ao ecoturismo;
- e) Ocorrência de uma diversificada paisagem natural, áreas com sítios arqueológicos (ocorrências de inscrições rupestres e itaquatiras) que permitem a implantação de diversas alternativas de explorações econômicas e pesquisas temáticas;
- f) Presença de uma rede de escritórios de assistência técnica e extensão rural, com centro de profissionalização de agricultores, e escola agrotécnica federal;
- g) Presença de escolas família agrícola com metodologia de ensino e assistência técnica voltadas para os filhos de agricultores;
- h) Estudos realizados pela EMBRAPA direcionados para utilização integrada dos recursos das propriedades agrícolas em áreas de influencia do rio Gavião;
- i) Presença de um grande número de barragens e açudes para abastecimento humano, com possibilidade de criação de alternativas de exploração;
- j) Presença de organizações voltadas para uso sustentável do meio ambiente;
- l) A Região abriga as nascentes de importantes tributários (sub-bacias dos rios Brumado e Gavião) do rio de Contas, aumentando a responsabilidade, em relação aos usuários da água à jusante da sociedade regional na sua conservação/preservação e nas tomadas de decisão em uma gestão compartilhada no comitê de Bacia deste rio.
- m) Existência de espaço de discussão sobre a questão da água no Comitê da Sub-bacia do rio Verde Grande¹⁸ (10% na Região), afluente do rio São Francisco, o que garante aos municípios de Jacaraci, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi, representação nos encontros;
- n) A existência do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco cria oportunidades de investimentos para a

18 Maiores informações do CBH-VERDE GRANDE em www.cbhverdegrande.org.br .

conservação ambiental de parte da Região.

9.3.4 Proposições Estratégicas

Considerando as oportunidades vinculadas ao meio ambiente, e tendo em vista a superação de fatores críticos, propõem-se as seguintes ações prioritárias, integrantes do PDRS:

- I) Definição de políticas públicas articuladas entre os diversos setores da sociedade regional, voltadas para preservação e conservação ambiental;
- II) Realização de estudos e pesquisas dos recursos ambientais na perspectiva de zoneamento agroecológico, a fim de definição de parâmetros e critérios para hierarquização de prioridades nas unidades espaciais a serem conservadas e estabelecimento de atividade econômicas de forma sustentável, com implantação de ações e realização de investimentos que promovam a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda para a população;
- III) Implementação de projetos de recuperação das áreas degradadas, de modo especial nas áreas localizadas nas proximidades das nascentes, córregos e rios;
- IV) Reestruturação e dinamização dos órgãos públicos encarregados de implementar ações e fiscalização dos recursos ambientais;
- V) Implantação de um programa de manejo e gestão dos recursos hídricos;
- VI) Aproveitamento do potencial hidrelétrico com implantação de pequenas e médias usinas, onde os impactos possam ser atenuados;
- VII) Apoio às atividades desenvolvidas pelas organizações locais que buscam preservar meio ambiente e recuperar os ecossistemas degradados;
- VIII) Fortalecimento das entidades regionais, governamentais e não governamentais, que apóiam a manutenção e preservação ambiental;
- IX) Promoção de campanhas educativas no sentido de orientar a população sobre a destinação de vasilhames, reaproveitamento de resíduos, queimadas, racionalização do uso da água, contribuindo para criar uma consciência ecológica regional;
- X) Fortalecimento e apoio à participação dos municípios da Região, no Comitê da Sub-bacia do rio Verde Grande;
- XI) Promoção e incentivo à assunção, pelos empreendedores, de iniciativas de responsabilidade social, com ênfase na questão ambiental.

9.4 Dimensão Histórico-Cultural

9.4.1 Pressupostos

A concepção que melhor tem traduzido o ideário do desenvolvimento sustentável tem como referência essencial a preservação e conservação do ambiente,

considerando a sua totalidade. Sob essa ótica, ganha relevância também o ambiente antrópico e tudo que diz respeito à condição humana. O que se espera de uma sociedade sustentável é que o seu desenvolvimento se materialize de forma equilibrada, com vistas a atender as necessidades e carências das gerações presentes, habilitando-as para uma vida digna, afim de que possam assumir o compromisso de manter a biodiversidade do planeta como legado para as gerações futuras.

Reconhecendo-se que não há um pensamento único em torno desta concepção, ainda bastante polêmica e complexa, assume-se a presente visão já incorporada pela CAR em outros trabalhos congêneres. Neste sentido, reitera-se a importância de se recorrer à história e à cultura também na sua dimensão local, quer dando atenção ao que já foi produzido acerca do desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia, quer conferindo importância aos acontecimentos da história e cultura regional visando, sobretudo, evitar os erros decorrentes da omissão da história sobre quais já advertira o filósofo político Norberto Bobbio. Segundo a sua concepção, *sem as referências ao passado tendemos a deixarmos nos enganar pelas aparências e sermos induzidos a crer que a cada dez anos a história recomeça do zero.* (Bobbio, 2000).

A preocupação em compreender e preservar a diversidade das culturas humanas, antes circunscritas aos meios acadêmicos e entidades voltadas para defender os direitos das minorias culturais, foi incorporada ao novo paradigma de desenvolvimento. Isto devido à compreensão mais recente de que a diversidade cultural é um componente importante da biodiversidade, e que tanto a preservação, quanto às mudanças nos padrões culturais devem ser procedidas em adequação à lógica interna de cada cultura, minimizando a violação de princípios, valores éticos, direitos, costumes, entre outros atributos essenciais à condição humana. *Vale dizer que a lógica das coisas se impõe às culturas, desafiando-as a desenvolver-se, mediante a percepção de seus princípios e ajustamento a eles* (Ribeiro, 1978).

A história tem registrado as transformações pelas quais passam as culturas, relacionando-as com os contextos em que são produzidas e com as condições materiais de sua existência. Evidencia que as condições de existir e agir são condicionadas pelas suas referências históricas e contextuais, por isso possuem identidade própria.

Apesar de manterem características particulares, as culturas estão sempre em interação e participam de processos históricos e sociais, cada vez mais globais. Por isso não podem ser analisadas como sistemas fechados, nem através de critérios externos, transpostos de outras culturas, que terminam por subjugar uma cultura a outra. *Entendido assim, o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade das relações humanas,* (Santos, 1989).

O papel e a contribuição da história, enquanto forma de conhecimento apto a

esclarecer sobre a organização da vida social em espaços e tempos diferenciados, já não se constitui em novidade para os planejadores, apesar da sua utilização periférica no planejamento tradicional.

Ao analisar o desenvolvimento brasileiro, Caio Prado Junior (1999) foi um entre os pioneiros que constataram a essencialidade do conhecimento da história, para entender o Brasil. Segundo a sua visão, a historiografia, expressão teórico-conceitual da História,

[...] constitui dado essencial para a elaboração do conhecimento relativo ao homem na acepção exata e precisa que o conhecimento deve ter. A saber: sistematização da experiência coletiva do homem e orientação teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana.(...) Se isso é verdade no que se refere a História em geral, é assim particularmente e especialmente no caso de coletividades como a brasileira onde uma experiência tão recente e de tão curta duração não se decantou ainda em formas novas que possam ser direta e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes do passado. Numa palavra, o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mais ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado.

Quanto ao conceito de cultura, é muito complexo. Traduz-se em muitos equívocos e ambigüidades. As suas múltiplas significações têm possibilitado abordá-la de forma diferenciada. O mais comum tem sido tratá-la, restringindo-a às manifestações artísticas ou a outros elementos culturais como patrimônio arquitetônico, por exemplo. Portanto, torna-se necessário algumas notas sobre o conceito de cultura, utilizado para efeito deste programa.

Cada cultura é produto da criação humana construída historicamente de acordo com uma determinada realidade social e suas especificidades. A relação cultura e história é dinâmica. A cultura é, ao mesmo tempo, produto e processo histórico, tanto é construída historicamente como interfere na sua construção. História e cultura são, portanto, aspectos indissociáveis de uma mesma dimensão da realidade social e não podem existir separadamente, a não ser conceitualmente, como se faz necessário proceder para fins deste trabalho.

É comum se tratar a cultura como algo estático, produto de uma determinada época. Assim lendas, crenças, festas, costumes e outros elementos culturais, por serem tradicionais passam a ser vistos como estáticos. A concepção que permeia esta dimensão tem como critério orientador de que nada que é cultural deve ser visto como estático, pois a cultura faz parte de uma realidade, na qual mudança é um aspecto fundamental. Essa noção é imprescindível ao processo de desenvolvimento sustentável, onde a mudança de atitudes, hábitos, comportamento e princípios são requisitos básicos na busca de ações comuns e renovadas para o desenvolvimento humano, bem estar social e exercício dos princípios republicanos, entre os quais: ampliação da democracia, alargamento da

cidadania e da educação libertadora. Entende-se que estes princípios, quando exercitados adequadamente, transformam-se em bens culturais e devem fazer parte do patrimônio de todas as sociedades humanas.

São freqüentes os questionamentos sobre a descaracterização das culturas locais e regionais, bem como a necessidade de resgatar as suas manifestações mais originais por parte das populações locais. No entanto, é necessário harmonizar essa vontade a um entendimento mais amplo da cultura, desmistificando-a. Em primeiro lugar ressalta-se que a cultura é dinâmica, as recriações das suas práticas contribuem para mantê-la viva. Em segundo lugar, entende-se que o resgate das suas manifestações só é possível sob o olhar contemporâneo. É sob essa ótica que a sua originalidade vai ser observada e sentida.

Ainda, convém ressaltar que a própria cultura reflete conflitos de interesses e expressa as imperfeições e desigualdades da vida social. Neste sentido, os elementos que devem ser preservados são aqueles que provocam o bem estar comum. Existem aspectos da vida social incorporados à cultura que precisam ser modificados, à exemplo da relação do homem com a natureza caracterizada historicamente como ambígua: ora predatória, ora direcionada para preservação. Por conta de um padrão cultural no qual a natureza era vista como algo inesgotável, a preservação e conservação do patrimônio cultural demoraram excessivamente de ser incorporados à cultura regional. Essa incorporação é recente, com interseção ainda parcial nas diversas camadas da sociedade. Por fim, adverte-se que neste contexto considera-se patrimônio cultural tanto os bens simbólicos, não materiais, quanto os bens materiais da cultura.

9.4.2 O Processo de Desenvolvimento Histórico da Região

9.4.2.1 Antecedentes

Sob a ótica de importantes estudiosos da sociedade brasileira, como os economistas Celso Furtado, Caio Prado Junior, o antropólogo Darci Ribeiro, o sociólogo Florestan Fernandes, entre tantos outros, a formação histórica do Brasil foi marcada por contato e conflitos entre os indígenas brasileiros e os colonizadores europeus, condição que marcou definitivamente a formação e o modo de ser do povo brasileiro e das suas diversas regiões. O que distingue estes estudiosos de muitos outros é que os mesmos dão tanta importância aos contatos como aos conflitos ocorridos no encontro destes mundos tão diferenciados, que se fundiram formando a cultura e a sociedade, enfim, a nação brasileira.

Alguns destes estudiosos como Florestan Fernandes extrapolam sua análise para a América como totalidade e mostra como a Europa se prolonga na América ao tempo em que nesta se constitui um sentimento muito sólido de identificação emocional e espiritual com os antigos países colonizadores e com todo o sistema civilizatório que eles representam. Admite que esta tendência é simples de

reconhecer, haja vista as próprias condições que cercaram e promoveram os estados independentes nas diferentes regiões da América, uma vez que as populações voltadas para a influência intelectual europeia eram constituídas por descendentes dos antigos colonizadores – os pioneiros – ou das famílias emigradas da Europa em passado mais recente. Acrescente ainda que os interesses destes grupos, quer de ordem social, quer de ordem econômica ou política, levavam a almejar a implantação de hábitos europeus em comunidades americanas.

Merece especial relevo as circunstâncias de que os movimentos de independência nacional se processaram de modo a excluir a atividade contínua e profunda de tensões coloniais contra a Europa. A eclosão de atitudes xenófobas se restringiu em quase todos os países americanos, aos períodos imediatos à luta pela emancipação nacional. Logo depois, as convivências e os interesses sociais das Camadas dominantes exigiram a valorização dos ancestrais e, por conseguinte das próprias virtudes dos chamados povos civilizados. Em sociedades etnicamente heterogêneas, nas quais a descendência e o parentesco possuem uma importância muito grande como fonte de prestígio social, isso era inevitável. Os problemas econômicos, administrativos e políticos iam no mesmo sentido, pois sua natureza complicada impunha a importação de técnicas culturais já exploradas com aparente sucesso, nas sociedades europeias. Em consequência se formaram em bases de movimentos xenófobos ou nacionalistas, atitudes de ambivalência para com a herança cultural e a influência civilizadora da Europa. As manifestações de ressentimento que se formaram em alguns países contra os colonizadores não possuem um claro conteúdo antieuropeu. Ao contrário, elas nascem da assimilação e da supervalorização de certos padrões tipicamente europeus de modo que, em vez de conduzirem atitude de rejeição em face da tradição europeia, acabam produzindo o inverso: uma fidelidade muito maior às normas e às expectativas de comportamento estabelecidas por esta tradição. (Fernandes, 1979).

Na Europa, a América tanto poderá ver as raízes de uma parte do seu passado étnico e cultural mais longínquo, quanto um esboço do seu próprio futuro em gestação. Tudo depende da maneira de encarar as coisas. Algo porém é certo: o processo civilizatório que se iniciou na Europa encontra nos povos americanos condições favoráveis à plena expansão e florescimento.

Diversamente dos escritores filiados às correntes ufanistas que narraram a formação histórica do Brasil com ênfase nos seus aspectos heróicos, notadamente aqueles que deram mais visibilidade ao ponto de vista do colonizador, Florestan Fernandes se refere a uma história épica e ao mesmo tempo heróica, porque marcada por conquistas, anos de guerra, persistência, resistência dos nativos e sobretudo porque a colonização custou milhares de vidas.

A terra descoberta foi conquistada palmo a palmo. É incompreensível a insistência com que os índios foram eliminados da nossa história. Parecem, os índios, uma espécie de matéria plástica que os portugueses utilizavam a

bel-prazer – para emprenhar, quando mulheres, para escravizar quando homens. Contudo, esta é uma das mistificações mais ridículas da nossa história. Ou antes, é a forma assumida pela história do ufanismo”(...) A história falsificada pelo branco, pelos portugueses míopes e seus descendentes mais míopes ainda – porque um Gabriel Soares, pelo menos, que sentiu na carne as dificuldades e as durezas da conquista da terra, conta essa mesma história de outro jeito, como uma realidade áspera e vivida cheia de sacrifício e de sangue, ambição, astúcia e abnegações de ambos os lados; O índio em nossa terra não é um peso morto. Ao contrário, entra ao lado das condições naturais como uma barreira a transpor, ainda que pela aliança ou pela guerra – em ambos os casos pela destruição (Fernandes, 1979).

Embora a historiografia brasileira de cariz tradicional tenha de certa forma minimizado questões importantes para se compreender o Brasil, como o choque cultural e os conflitos provocados decorrentes do contato inicial entre índios e europeus, o primeiro já descrito na carta de Pero Vaz de Caminha, este encontro de grupos étnicos tão diferenciados teve ampla repercussão na formação nacional, consolidada a partir de um intenso processo de dominação dos colonizadores portugueses e de resistência dos aborígenes.

Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para a população indígena: no ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos; no econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouro; no plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando na língua e nos costumes, os índios desengajados do seu viver gentilício, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com tijolos dessas matrizes, à medida que elas iam sendo desfeitas (Ribeiro, 1992).

Prado Júnior assinala que em qualquer aspecto que se considere nossa formação: demográfico, geográfico, social, econômico e os demais elementos daí derivados e que caracterizam a nossa nacionalidade, todos provêm direta ou indiretamente da forma como o Brasil se inseriu no mundo moderno saído da idade média, tendo como epicentro a Europa e a colonização portuguesa. Para este autor, a colonização portuguesa na América se fizera de forma bastante diversa da colonização praticada na África e na Índia.

Para os fins mercantis que se tinha em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com reduzido pessoal incumbido de negócios, sua administração e defesa armada. Era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção de gêneros que interessava ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí. Só daí, (Prado Júnior, 1999).

Ainda segundo a interpretação de Prado Júnior nos primeiros decênios após a chegada dos portugueses, o povoamento ainda não se constituía em

preocupação dos colonizadores. Neste momento inicial buscou-se superar as deficiências que o território apresentava sob o ponto de vista mercantil, através do aproveitamento e exportação de produtos extrativos, em especial o pau-brasil.

A indispensável participação do indígena na empresa exploradora de pau-brasil fez com que se apresentasse, já de início, uma primeira amostra e como que modelo em miniatura do padrão da futura organização das relações de produção e da estrutura sócio-econômica básica da sociedade brasileira: de um lado o europeu que vem especular, realizar um negócio, fazendo-se para isso de empresário, dirigente e administrador da empresa destinada a fornecer os produtos do território ocupado ao comércio do seu país de origem. De outro lado, o trabalhador de raça exótica (para o colono branco, naturalmente), sem outro papel na empresa que contribuir com sua força de (trabalho. op.cit.)

Conforme já assinalado também por outras fontes, esta força de trabalho antes cooptada com presentes de baixo valor oferecidos pelos europeus e recrutada voluntariamente, mais tarde passou a fazer exigências ameaçando com isso a margem de lucro dos proprietários que trocaram a cooptação pela coação dos indígenas. Na fase mais avançada da colonização, quando empreendimentos mais complexos que a extração do pau-brasil passaram a ser dinamizados no território as relações de trabalho evoluíram para a escravidão, tendo como exemplo mais perfeito desta relação o da produção de cana-de-açúcar.

Durante os dois primeiros séculos da colonização, a demanda por açúcar de cana ocupou lugar de destaque no mercado internacional, fazendo com que este produto atribuísse maior importância econômica ao Brasil bem como tornando mais complexas as suas relações econômicas e sociais.

É graças à produção do açúcar em que o Brasil gozará de grande destaque, que se tornará possível levar adiante a colonização e efetivamente ocupar o território brasileiro. O Brasil “é um dom do açúcar”, porque o que virá depois dele já contará com os pontos de partida e os recursos postos à disposição do progresso ulterior da colonização pelo já realizado com a exploração da cana. É por esse ângulo que se compreenderá melhor a formação do nosso país, a sua razão de ser. Não foi a colonização que empreendeu e desenvolveu o aproveitamento da exploração canavieira, e sim o contrário: é essa exploração que deu origem à colonização e ao Brasil.(...) Não é a economia do açúcar que se conforma e adapta às necessidades de uma sociedade preexistente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produzir açúcar e assim realizar um negócio (op. Cit.).

9.4.2.2 A Bahia e a Ocupação da Região

A expansão territorial que corresponde ao Estado da Bahia, teve início em meados do século XVI pela ocupação das terras situadas além da fronteira do Recôncavo Canavieiro. Estas áreas estavam destinadas para uma exploração

agrícola extensiva nos moldes da grande plantação e as terras de menor fertilidade do seu entorno eram utilizadas com a cultura do fumo, em franca expansão não somente pelas exportações para a Europa, mas também como moeda de troca por escravos.

Neste período, o pólo dinâmico da economia colonial demandava crescentemente mão-de-obra, alimentos e animais de tração para movimentar seus engenhos e cultivar suas plantações. Para atender aos requerimentos que podiam ser produzidos no âmbito das fronteiras do Estado, seria necessária a incorporação de novas terras ao processo produtivo, que passariam a fornecer os insumos visando atender a expansão da economia do Recôncavo. Desta forma a ocupação das terras chamadas do “Sertão”¹⁹ apresenta, em um dado momento, os mesmos pré-requisitos necessários para ocupação do território.

A opção de Portugal, para ocupação destas terras, recaiu no sistema de sesmaria que atendia às necessidades de uma conjuntura onde existia abundante oferta de terras e reduzida força de trabalho. Esta modalidade de distribuição dos recursos naturais para promover sua utilização com uma atividade produtiva e, como consequência, o seu povoamento, já havia sido bem sucedida na metrópole, quando da retomada e ocupação de diversas áreas que estavam sob domínio árabe por volta de 1375. Portugal não dispunha de meios para implantar uma ocupação efetiva de tão imenso território, desde quando até sua própria população era reduzida.

A posse da terra via latifúndio era uma solução complementar com outro tipo de ocupação que explorava as riquezas minerais da colônia, já que a metrópole também necessitava de ouro e pedras preciosas para quitar suas dívidas de guerra e pagar suas importações, notadamente com a Inglaterra.

A fixação da população através da exploração de minérios apresentava a vantagem de criar mais rapidamente — através do intenso fluxo de migração — cidades pólos de produção, muito embora a duração da atividade fosse efêmera pois obedecia um curto ciclo. Todavia, estas populações demandavam alimentos, o que proporcionava o estabelecimento de outras atividades econômicas com a finalidade de atender o garimpo. Essas atividades, nem sempre próximas deste mercado consumidor, tornou-se responsável pelo surgimento de diversas cidades e a consolidação de muitas outras. As cidades supridoras, no decorrer do tempo

¹⁹ O antagonismo entre “litoral e o interior do Brasil”, revelado sob a forma de conflitos culturais entre civilização e cultura do folk, deu origem a esta fórmula cômoda, mas em certo sentido apenas figurada: “litoral versus sertão”. Como índice da correspondência entre a expressão geográfica brasileira e a sua conformação sócio-cultural é mesmo uma fórmula precária, o uso corrente deu-lhe então validade e uma acepção plástica, a qual justifica por si mesmo a validade. Litoral aí designa mais um certo tipo de formação social e cultural de que a orla marítima com a porção de terra a ela associada. Corresponde, rigorosamente, à pequena faixa do território brasileiro durante os quatrocentos anos da nossa história nas fronteiras ou nas proximidades do Atlântico e a seus postos avançados no continente, aliás, muito menos numerosos. (...) Na verdade, se do ponto de vista de precisão o vocábulo deixa muito a desejar, como expressão de uma realidade histórica, o termo “civilização” - tal como é geralmente usado entre nós - é riquíssimo em conteúdo. Representa como que uma imagem em gradiente de nosso presente, revelando a falta de unidade em suas oscilações, do desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil e suas consequências. Abrange, de um modo complexo, as diversas culturas do folk, disseminadas no litoral e no interior, e afirma, dessa forma, os elementos culturais que recebemos da nossa formação européia, através dos portugueses, corrigindo a afoiteza dos que reduzem as proporções do problema à fórmula litoral versus sertão (Florestan Fernandes: 1979, p.123-124).

adquiriram maior importância do que os antigos pólos geradores de riquezas, em função do esgotamento dos veios minerais; um caso típico é o da mudança de posição de Rio de Contas, em relação a Caetité.

A estratégia de ocupação iniciada no século XVI, pelas principais famílias detentora das sesmarias dos Garcia d'Ávila e dos Guedes de Brito, reportava-se a implantação de currais de gado, inicialmente nas vazantes dos rios, próximos ao Recôncavo e seguindo o curso do rio Paraguaçu, mais tarde deslocando-se para o Nordeste e o Oeste, sempre seguindo as margens dos rios chegando aos carnaubais do Maranhão, antes tendo passado pelos Estados de Pernambuco, Goiás, Piauí e Paraíba.

A forma de ocupação determinou uma estrutura política de poder baseada no grande latifúndio, onde a presença do Estado era rarefeita, fato que se agravava quanto maior era a distância da capital. Mesmo quando divididos estes latifúndios, ainda formavam grandes propriedades e as formas de mando inerentes a uma reduzida elite rural que por consequência detinham o poder econômico, estruturando as condições para reprodução deste poder agrário patrimonialista, sob a égide do mercantilismo.

Esta forma de gerenciar a propriedade rural, principalmente no Nordeste Brasileiro, perdura até o advento do agro-negócio, quando são introduzidas formas capitalistas, tendo como suporte modernas tecnologias de produção, onde a produtividade e a competição geram um novo modelo tornando anacrônico o antigo, baseado na extensão das propriedades via das vezes improdutiva. Anacrônico mais ainda presente, principalmente, na economia nordestina, via de regra atrelado às instituições políticas que lhes dão sustentação.

A terra, apesar de "livre", tinha dono, e todos sabiam e respeitavam. Os seus "senhores", contemporaneamente denominados "coronéis", construíram e demarcaram um conjunto de relações, que os tornaram proprietários do público e do privado, encarados como um conjunto, administrados como se assim fosse.

A lei, a ordem, a justiça, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política e o cotidiano das pessoas passavam sempre pelas mãos desses potentados, elaboradores e controladores internos e externos do que poderíamos chamar, na atualidade, de poder local. As suas normas e modos de intervir estavam vinculados ao que os locais definiam como "cultura dos currais", ou seja, aos que caíam em combate, aos vencidos, entenda-se bem, não era dado nenhum direito, todos os seus bens e posses - do rebanho ao carnaúbal - era passível de destruição, a depender da decisão do vitorioso.

Os coronéis lideravam sua gente na paz e na guerra. Eram acolhidos como verdadeiros senhores, tão poderosos que tanto sós ou em aliança influenciavam e decidiam a vida dos cidadãos da Bahia, de Goiás, do Piauí ou Minas Gerais, Controlavam-se os cidadãos através de regras rígidas, que invadiam o seu mundo

particular, desrespeitando-se, muitas vezes, a sua vontade, como ocorria durante as eleições. Mas o processo social, a ocorrência dos múltiplos fenômenos, contava com o apoio decisivo de outros atores, como o juiz, o delegado e o padre.

A ocupação do que hoje poderíamos denominar, com um certo grau de aproximação, Serra Geral, tem início no século XVII, quando Estevão Ribeiro Baião Parente, entra em guerra com os índios Maracás e consegue ocupar as cabeceiras do rio Jequiriçá, a serra do Orobó e posteriormente trechos dos rios Paraguaçu e de Contas, as serras do Sincorá e a Chapada Diamantina. Por outro lado, o latifúndio da família Guedes de Brito açambarca terras compreendidas entre os rios Salitre, Jacuípe, Itapicuru e Norte da Chapada Diamantina, na Bahia, as cabeceiras dos rios Paraopeba e das Velhas, no sul de Minas Gerais, tendo como limite Oeste o leito do Rio São Francisco. Pelo rio das Velhas, os bandeirantes paulistas e mineiros implantaram fazendas de gado e garimpos que chegaram até as bacias dos rios Gavião, do Antonio e Brumado, estendendo-se pelos rios Santo Onofre, Paramirim e de Contas.

O desmembramento do latifúndio da família dos Guedes de Brito proporcionou o surgimento de diversas fazendas de gado, embrião de muitas cidades da Região e, por outro lado, a mineração foi a responsável pelo surgimento dos dois mais importantes núcleos urbanos desta época (início do século XVIII), Jacobina 1720 e Rio de Contas 1724 que, embora estejam fora dos limites que se convencionou chamar Serra Geral, exerceram forte influência no povoamento regional.

A decadência da mineração extrativista e o baixo retorno financeiro da pecuária extensiva possibilitaram o fortalecimento do setor agrícola que, além das culturas alimentares que já se produzia para autoconsumo e atendimento da mineração, estimulou a expansão da cultura industrial do algodão, fato que importou na consolidação de muitas outras cidades e o fortalecimento da elite rural que utilizava a terra, ainda que também de forma extensiva (o algodão das adjacências de Paramirim e Macaúbas e de todo Alto Sertão), contribuiu com a “revolução têxtil” da segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, já que era transportado ao porto de São Felix/Cachoeira por tropeiros e para Salvador por saveiros, de onde partia para Manchester e Liverpool. Em meados do século XIX foi implantada em Valença a primeira fábrica de tecidos que processava uma parte do algodão em carvão produzido nesta Região.

O surgimento das cidades da Região guarda estreito relacionamento com as atividades econômicas que de certa forma condicionaram as funções destas cidades. Inicialmente como paradas nos caminhos da condução de boiadas, embrião dos primeiros lugarejos. Depois o desmembramento do latifúndio dos Guedes de Brito proporciona a ocupação via constituição de grandes fazendas. Devido à extensão das propriedades e à inexistência de limites precisos, era comum a sobreposição de áreas dos diversos latifúndios, fato agravado com o desmembramento do maior de todos, o latifúndio pertencente aos Guedes Brito. Esta ocorrência motivou diversas demandas judiciais e disputas em torno das

posses e /ou abastecimento das minerações, muitas das vezes gerando conflitos armados a exemplo do ocorrido pelos idos de 1707, quando paulistas e portugueses disputaram a posse das nascentes do rio das Velhas (Guerra dos Emboabas).

As atividades vinculadas à mineração, inicialmente promovidas pelos bandeirantes, proporciona o surgimento de uma estrutura de demanda de serviços e bens de consumo e circulação de riquezas e conseqüentemente o incremento da população, surgindo as primeiras freguesias logo transformadas em vilas e mais tarde em cidades. O atendimento do crescimento da demanda de alimentos fortalece o setor agropecuário, que por sua vez introduz o cultivo do algodão, uma atividade que produz diferença bastante favorável ao crescimento da economia regional.

É reconhecida e inegável a força da Igreja Católica por todo o país, especialmente no interior, sobretudo até meados do século passado. Imagine-se apenas a intervenção na educação e já se teria um universo extraordinário. Mas a diversidade da intervenção era bem maior, passando por obras e projetos em comum, que soldavam uma aliança política. Mas, as práticas religiosas, sutis e abrangentes, ajudavam os fiéis a formar uma visão de mundo, onde o real se tornava compreensível, na maioria das vezes, em razão de vontade e desígnios superiores, para não dizer do outro mundo. Aprender a apreciar e fazer a romaria do Bom Jesus da Lapa era um ensinamento que se aprendia desde cedo. Essa cidade se transformava, na capital da fé e do lazer, para onde todos acorriam para pagar suas promessas ou render graças ao Senhor. Os violeiros, com seus cânticos e rezas, anunciavam o futuro e a esperança, elegiam seus heróis e comentavam suas conquistas, articulavam o imaginário e o desconhecido com o concreto de todas as horas.

Aos párocos estava reservado um papel relevante, qual seja o exercício da liderança espiritual, a arte de conduzir suas “ovelhas” ao bom caminho. Desempenhavam a função com amor e dedicação, como bem demonstravam as desobrigas realizadas nos municípios menores, nas vilas e lugares distantes. Era sempre uma festa que se renovava. Para a maioria, era a hora do acerto de contas (confessar, batizar, casar e comungar), para todos o tão esperado momento de reviver a esperança de dias melhores, de garantir a passagem para a vida eterna.

As atividades agrícolas, pastoris e extrativas ocupavam a população, especialmente a masculina. Às mulheres estavam reservadas atividades tidas como complementares, numa sociedade marcadamente patriarcal. Nela, valores como a poligamia, eram ressaltados e enaltecidos quando praticados pelos homens, principalmente se fossem chefes ou líderes. Mesmo a união carnal envolvendo clérigos era aceita e, em razão disso, podemos encontrar inúmeros “do padre” (Zé do padre, Antonio do padre...) por todo o interior. Em muitos casos à mulher era vedado até o direito de sentar-se à mesa, local privilegiado para as

conversas masculinas, ficando as fêmeas (donas de casa e criadagem) nos limites da copa e da cozinha.

Toda essa população vivendo, enfim, em torno do que eles próprios definiam como o “catado”, no caso o oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa. Claro, sem esquecer tudo o que pescavam nos rios, sendo que em várias localidades o beneficiamento (salga de peixes) era uma atividade sempre presente.

Os praticantes da “cultura do catado” permaneceriam distantes da Bahia oficial, administrativa. Apenas os chefes políticos detinham relações, embora olhassem com desconfiança as intenções do Governo do Estado, pois sabiam que no jogo político detinham muita força, decorrente da capacidade de produzir votos, eleger candidatos previamente selecionados, muitos deles não tendo jamais realizado qualquer visita aos distritos pelos quais eram eleitos. A contrapartida era o pouco interesse do Estado na apuração dos desmandos e perseguições dos chefes locais, pelo temor de hostilizar os ditos, mesmo diante das denúncias dos prejuízos materiais resultantes dos assaltos às cidades e fazendas.

Se nos anos recentes é difícil compreender e explicar a Região como um prolongamento da Bahia, pelas múltiplas transformações ocorridas - econômicas, sociais e culturais -, maior dificuldade seria nos seus períodos mais remotos. Até meados do século XX a Bahia, para a maioria dos moradores de diferentes regiões do interior, especialmente os mais distantes da capital, era quase uma abstração. Era um local para onde iam os interioranos. Por força do costume ainda se encontra até os dias atuais, no interior baiano, pessoas que dizem que “vão a Bahia” quando se deslocam para a capital do Estado.

Assim, a esfera pública estadual limitava-se à justiça, à polícia e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais. As trocas culturais quase não se davam, ficando cada local responsável pela preservação e reprodução das suas práticas. Aliás, a partir da questão cultural revela-se nítido o mosaico baiano, composto de partes distintas, desarticuladas, heterogêneas e contraditórias.

9.4.3 Patrimônio Histórico-Cultural

A influência dos colonizadores estrangeiros e também dos brasileiros, principalmente mineiros vindos do norte de Minas Gerais e em seguida paulistas, bem como de alguns portugueses que já residiam na região, foi de fundamental importância não somente na exploração das atividades econômicas e constituição das cidades, mas, sobretudo na formação de prática e costumes culturais demonstrados tanto no linguajar como na culinária, no estilo das construções que perdura até os dias de hoje na região Sudoeste. Dentre os primeiros desbravadores merecem especial citação Pedro Barbosa Leal, Pedro Nunes de Siqueira e Domingos Neto Pinheiro, que estenderam seus domínios para os vales

dos rios Gavião, do Antonio e as margens do rio São Francisco, onde já habitavam outros colonizadores.

A construção dos prédios públicos nas cidades mais antigas guarda semelhança com o estilo colonial português, de forma pombalina de dois andares e nas cidades restantes predominou a influência do colonial mineiro, com casas térreas e dispendo de espaços destinados a jardins. A manutenção de um padrão cultural, herdado dos colonizadores, ainda hoje é bem marcante nesta Região, muito embora sejam fortes as mudanças culturais produzidas ao longo da história regional.

A ocupação, ora conflituosa ora mais pacífica, apresentou um legado na integração dos diversos costumes e o conhecimento de práticas de exploração de atividades econômicas ligadas ao setor agrícola e à mineração, que possibilitaram o povoamento da Região. Pela proximidade do norte de Minas Gerais os traços culturais desta Região, especialmente a linguagem, o vestuário e a culinária, de certa forma foram incorporados aos modos de vida da população regional. As manifestações de cunho religioso obedeciam a um padrão delineado pela Igreja Católica, enquanto aquelas de caráter popular promoviam a organização de espetáculos geralmente de cunho musical (cantorias e filarmônicas), atrelados à parte profana dos eventos católicos. As de cunho cívico estavam vinculadas às milícias e mais tarde à Guarda Nacional, que apresentavam uma inserção nas comemorações de datas alusivas a passagens históricas.

As atividades culturais, nas suas manifestações cênicas, apresentam uma grande variedade de formas em função da junção de várias representações trazidas pelos colonizadores. Os municípios de Caetité guardam uma particularidade que os diferencia dos demais da Região, por absorverem muito da cultura erudita religiosa e acadêmica, transmitida pelas escolas dos padres implantadas no município, inclusive na transmissão da cultura escrita através da publicação de jornais e livros. Com efeito, Caetité configurou-se em um pólo gerador de conhecimento e saber com forte penetração por todo Estado.

A cultura, de modo geral, estava atrelada ao viver rural em ricas formas de expressão, desde o encontro nas feiras livres, onde o intercâmbio de conhecimento passava pela inserção política, até as formas de manifestações lúdicas e festivas, com forte apelo religioso. Com efeito, a presença da religiosidade é um traço marcante na vida destas populações, mesmo nas ocasiões informais, como é o caso dos festejos populares, quando na maioria das vezes são invocados motivos de cunho religioso. Outra forma de expressão da cultura reporta-se aos jogos e danças que encenam as lutas pelo poder, onde parcelas da população representam situações em que simbolicamente se transformam em vencedores das contendas e voltam a adquirir a liberdade e riqueza. Os jogos de origem eminentemente rural são representados pela habilidade na doma e manejo dos animais, bem como de utensílios de montaria, decorrentes da transformação do couro.

As festas populares da Região guardam semelhanças com o que ocorre na maioria das regiões brasileiras marcadas pelo sincretismo religioso. A influência da Igreja Católica, com os seus rituais encenados através de novenas, procissões, vias-sacras e reisados, produziu formas de expressão que foram incorporadas à tradição e que perduram até os dias atuais, sem apresentarem modificações significativas no seu conteúdo e nas suas formas.

Nas cidades mais antigas da Região, as manifestações culturais com caráter popular apresentam-se em maior número basicamente com a mesma origem. Dentre os festejos, são as celebrações do São João as mais presentes porque são comemoradas em quase todos os municípios, que também celebram os santos padroeiros ou padroeiras da localidade. A Semana Santa é outra importante celebração na Região, com destaque para a procissão do Senhor Morto. Os Ternos de Reis são comemorados costumeiramente a cada seis de janeiro, conforme a tradição.

Dentre as comemorações cívicas merece destaque o sete de setembro, com diversos eventos, desde o desfile dos colégios até os pronunciamentos das autoridades locais. As comemorações alusivas à independência do Brasil acontecem na maioria dos municípios da Região.

Em alguns municípios existem comemorações específicas que fogem a um padrão vigente na Região, a exemplo do Belenismo em Brumado, com a exposição do presépio na praça matriz. Em Contendas do Sincorá, no mês de agosto, comemora-se a semana do folclore. No município de Dom Basílio há uma apresentação do grupo “os capetas” em junho, e no de Guanambi, também neste mês, realiza-se a exposição agropecuária seguida de vaquejada. A incorporação deste evento ao calendário de eventos regionais vem apresentando um grande crescimento, haja vista as oportunidades de negócios e distribuição de prêmios aos participantes.

Os principais eventos comemorativos da Região estão descritos no Guia Cultural da Bahia, editado pela Secretaria da Cultura e Turismo: 2001. Alguns destes eventos foram selecionados e estão relacionados por municípios, no Anexo I:

9.4.4 Fatores Críticos e Oportunidades

A história da Região é marcada por um passado de importante efervescência cultural, tendo como centro dinâmico a cidade de Caetité, denominada a “Corte do Sertão” dada a importância que teve frente ao desenvolvimento da cultura regional. É importante ressaltar que apesar das dificuldades e até mesmo interrupção temporária deste processo de desenvolvimento humano e cultural, a Região ainda conta com importantes recursos humanos fruto deste período, conforme salientou a professora Helena Lima em seu trabalho sobre a região.²⁰

²⁰ Vi a transformação por que passou Caetité e a Região com uma Escola Normal gratuita e portanto ao alcance de todos, bem estruturada e de ótima formação educativa, aberta aos que só precisavam querer, para estudar, num meio pobre e longe da Capital. Participei desta valorização humana que atingiu todos os setores da sociedade e

No entanto, a perda de importância de Caetité como Centro econômico regional, a falta de políticas públicas consistentes e efetivas na promoção da cultura regional, aliada às dificuldades atualmente enfrentadas no setor educacional, constituem entre outros indicados no item a seguir, os fatores restritivos à ampliação do patrimônio cultural regional.

9.4.4.1 Fatores Críticos

A necessidade de se redefinir o cenário atual depara-se com uma série de fatores limitantes, entre os quais, ressalta-se:

- a) O apoio às manifestações culturais como música, dança, folclore, artesanato e outras, é restrito;
- b) Os dados quanto ao potencial da produção artesanal da Região são escassos e dispersos;
- c) Reduzidos programas para treinamento de lideranças e organizações associativas;
- d) Carência de ações sistematizadas em informação, comunicação e educação, visando a valorização do patrimônio histórico-cultural;
- e) Falta de mecanismos adequados para ampliar e fortalecer os sistemas de educação;
- f) Os conteúdos educacionais ainda dão pouca ênfase às questões da cidadania;
- g) Os canais de comunicação são deficientes, quando se trata de conteúdos que auxiliem e orientem na formação de uma consciência regional;
- h) Insuficiência de campanhas educativas valorizando o patrimônio regional;
- i) Persistência de altas taxas de analfabetismo;
- j) A mão-de-obra qualificada está muito aquém das necessidades regionais;
- k) Graves desigualdades econômicas e disparidades sociais constituem entraves para o desenvolvimento de projetos culturais;
- l) Organizações sociais e associações clientelísticas;
- m) Falta de pessoal habilitado para desenvolver projetos de cunho associativo;
- n) Necessidade de políticas públicas voltadas para a manutenção e desenvolvimento do patrimônio cultural dos municípios;
- o) Necessidade de habilitar recursos humanos para trabalhar com as questões culturais, principalmente nos municípios de menor tradição.

9.4.4.2 Oportunidades

Das oportunidades já identificadas, registram-se as seguintes:

que, em certa época, era expressa pelo slogan: Caetité exporta professores. Os frutos deste trabalho se traduzem no nível de vida, pela multiplicação dos Ginásios e Escolas Normais em todas as cidades da região, pelo elevado número de estudantes universitários e pelos já diplomados, filhos de professores formados pela Escola Normal de Caetité direta, ou indiretamente (Lima: 1977)

- a) Tradição no desenvolvimento das artes;
- b) Patrimônio histórico e cultural significativo;
- c) Considerável patrimônio natural;
- d) Existência de diferentes Conselhos deliberativos nos municípios;
- e) Existência de Organizações representativas da sociedade civil;
- f) Presença de Instituições voltadas para o desenvolvimento da educação e cultura regional, a exemplo da Fundação Anísio Teixeira;
- g) Participação dos municípios nas festas cívicas, religiosas e populares;
- h) Aproveitamento dos recursos humanos disponíveis em municípios como Caetité e Guanambi, entre outros;
- i) Dinamização dos centros de cultura existentes.

9.4.5 Proposições Estratégicas

A partir das oportunidades identificadas para a região, sugerem-se as seguintes propostas estratégicas:

- a) Criação de centros de cultura regional e casas de cultura nos municípios;
- b) Preservação do patrimônio arquitetônico regional, articulando as entidades locais com as entidades estaduais, envolvendo o poder público municipal e realizando campanhas permanentes para valorização desse patrimônio;
- c) Fomento ao artesanato regional, resgatando a experiência dos artesãos, criando pólos, oficinas comunitárias, promovendo feiras e outras iniciativas similares, explorando-as como mercadoria turística;
- d) Realização de campanhas para valorização do patrimônio histórico-cultural com fóruns, palestras, seminários, com participação das organizações da sociedade civil, escolas, poder público municipal e outros. Produção de programas de rádio e televisão e matérias na imprensa escrita;
- e) Criação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Cultura;
- f) Promoção e articulação de entidades regionais que desenvolvem atividades culturais;
- g) Realização de campanhas para preservação do patrimônio ambiental, valorizando os rios regionais, pelo seu papel histórico na integração da região;
- h) Fortalecimento das organizações comunitárias e das organizações da sociedade civil em geral, envolvendo mulheres e jovens nesse processo;
- i) Sistematização do material arqueológico da Região;
- j) Desenvolvimento e treinamento de recursos humanos, visando a renovação cultural da região;
- k) Promoção de eventos culturais que compatibilizem lazer e informação nos municípios;

- l) Descentralização dos órgãos de cultura, de forma que possam ampliar as ações na esfera dos municípios;
- m) Estímulo à formação de organizações da sociedade civil, para defender o seu patrimônio histórico-cultural;
- n) Estímulo aos projetos educacionais voltados para a formação da cidadania, com ênfase naqueles segmentos da população excluídos socialmente.

9.5 Dimensão Político-institucional

9.5.1 Pressupostos

A dimensão político institucional trata do exercício do poder nas suas diferentes modalidades e neste sentido se distingue e integra as demais. Refere-se ao poder dos governantes nas suas relações com as instituições para onde convergem as demandas da sociedade, e ao poder dos governados que cada vez mais participam das decisões públicas, quer como atores sociais e políticos, quer como cidadãos.

A incorporação da dimensão político-institucional ao marco teórico do desenvolvimento sustentável decorre do fato de a mesma se constituir no espaço privilegiado de representação de interesses dos grupos regionais. Esta dimensão deve ser o elo que torna viável a sustentabilidade no âmbito do aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, possibilita a parceria deste com o setor privado.

Ao introduzir esta dimensão ao modelo de desenvolvimento sustentável preconizado pela CAR, assume-se o compromisso de criar e/ou adaptar instituições públicas e privadas, capazes de atuar frente a uma nova realidade econômica, política e social que se delineia como tendência já nos dias atuais. Já não se trata de criar instituições apenas para operar a administração pública, mas apoiar esta, e outras não estatais, para um novo padrão de gerenciamento onde o desenvolvimento depende cada vez mais do compromisso do conjunto de agentes sociais relevantes, independente de seu caráter empresarial ou governamental, público ou privado.

Supera-se a perspectiva tradicional onde o Estado aparecia como principal formulador e condutor do processo, deixando aos demais agentes sociais a condição de espectadores ou, no máximo, receptores passivos da ação pública. O fortalecimento das instituições da sociedade civil e a modernização do Estado devem ocorrer para criar um ambiente favorável à implementação das políticas transformadoras e permanentes de promoção do bem-estar social.

O contexto político-institucional da América Latina está desde os anos noventa condicionado pelos avanços nos processos de democratização, participação e descentralização, o que requer, portanto, um novo equilíbrio de poderes entre o Estado e a sociedade ao tempo em que exige novos padrões dos governos que

implicam em mais responsabilidade, previsibilidade, eficiência e transparência. Para se adaptar a estes novos paradigmas, as instituições do Estado e a sociedade vêm se refazendo com certa agilidade.

A partir do reconhecimento de que as tradicionais propostas político-institucionais não dão mais conta da complexidade das questões econômicas, políticas, sociais e culturais é que surgiu no campo da Ciência Política e Administração Pública o conceito de Governança²¹.

O Conceito de Governança pode ser definido como formas de condução de uma organização humana e de padrões de gestão pública que emergem da articulação de atores sociais, políticos administrativos. O significado deste conceito é político e remete à esfera do social e não à esfera estatal.

Os conceitos de governança e governabilidade passam a ser associados e transitam na discussão atual sobre o Estado, qual seja à busca de requisitos societários, organizacionais e políticos para que o Estado seja eficiente. A governabilidade está relacionada com as condições do exercício de autoridade política e a governança com as condições de uso dessa autoridade. A idéia força dos conceitos de governabilidade e de governança é que o mercado não opera no vazio e se materializa melhor quando as estruturas de governança lhe dão suporte.

A governança implica também no estímulo ao sistema social para enfrentar desafios futuros. O desenvolvimento dessa capacidade depende da estrutura institucional e da capacidade de seus atores. As estratégias de desenvolvimento social são baseadas no processo de aprendizagem coletiva. O estímulo à formação de novas formas de lideranças assume um papel fundamental no sentido da mudança institucional e da governança. Lideranças se constroem e se fortalecem em tempos de incerteza, interdependência, complexidade e de transformações estruturais. Essas lideranças são os agentes mais adequados para conduzir um processo mais conveniente de aprendizado e de busca de soluções, uma vez que a governança implica na capacidade do sistema social de enfrentar desafios e essa capacidade depende da estrutura institucional e da competência dos seus atores.

Inicialmente centrado em aspectos técnico-administrativos, o conceito de governança foi absorvido por outras áreas de conhecimento e incorporado por importantes instituições como BIRD, BID, Secretariado da ONU, IPEA/PNUD, IBAMA, entre outras. Na perspectiva dessas instituições a governança passou a significar a viabilidade de reformas administrativas, fiscais e políticas. Este novo enfoque da atuação do Estado, da sociedade e das instituições internacionais de financiamento, se pauta na visão de modernização como um processo que vai além das ações voltadas apenas para o governo, mas também para a

21 O conceito de Governança ou Governance foi inicialmente adotado pelos cientistas políticos da corrente do novo institucionalismo, tendo atualmente um significado diferente do inicialmente formulado, além de comportar significativas variações. Alguns autores preferem o uso da expressão "bom governo" em lugar de governança ou governance.

incorporação de outros atores políticos e o estímulo à participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas.

A dimensão político-institucional, sob a noção de governança engloba os três níveis - nacional, estadual e municipal - e as três esferas de poder - Executivo, Legislativo e Judiciário - com todas as instituições públicas e acrescidos ainda do setor privado (empresarial ou não), na tarefa de promoção do desenvolvimento sustentável. Assim os dois conceitos, de governança e de sustentabilidade, passam a ser associados a dois outros: governabilidade e democracia. Governabilidade entendida como a busca da retomada da capacidade de iniciativa de todos os níveis de governo, estrangidos contemporaneamente por suas dívidas passadas e pela tentativa de equilíbrio macroeconômico. O pressuposto da democracia é a construção e o fortalecimento de instituições que separam os interesses individuais dos coletivos e que estimulem os indivíduos a se organizarem para o exercício da cidadania. Neste sentido, o objetivo é que os indivíduos não exercitem a democracia como meros eleitores, mas se reconheçam como cidadãos membros de uma comunidade política que lhes traz direitos e obrigações.

A relação entre esses quatro elementos é particularmente importante para países como o Brasil, onde começa a existir um consenso de que uma sólida economia de mercado necessita de uma sustentação baseada no fortalecimento dos mecanismos do sistema político democrático, na confiança dos atores sociais, na estabilidade econômica e na previsibilidade das regras políticas, fiscais e jurídicas.

Com a redemocratização do País a partir da segunda metade dos anos 80, começa-se a incorporar o tema da responsabilidade dos atores econômicos, políticos e sociais, além da responsabilidade das instituições dos poderes Legislativo e Judiciário, na tarefa de tornar mais solidárias as políticas públicas e ações em defesa do meio ambiente e das categorias sociais excluídas do processo de desenvolvimento.

A partir do reconhecimento do esgotamento da forma tradicional de tratamento das questões político-institucionais, incorporou-se o conceito de governança aos PDRS para onze regiões do estado da Bahia. Através do conceito de governança a CAR lança as bases políticas e institucionais para a realização do desenvolvimento sustentável, o que requer novas parcerias entre o governo, a sociedade e o setor empresarial. Sob esta ótica, o papel das lideranças - governamentais, partidárias, empresariais, de ONG's e movimentos sociais - é estratégico para que o planejamento seja operacionalizado. A razão do envolvimento desses atores está no reconhecimento de que cada um deles conta com habilidades diferentes, bem como possibilidades distintas para aproveitar ao máximo os instrumentos e mecanismos disponíveis para resolver conflitos e fazer pressões voltadas para a implementação e sustentabilidade das propostas regionais.

Fazer acontecer a proposta do PDRS depende, portanto, além de uma estrutura institucional adequada, da existência de lideranças capazes e comprometidas com propostas estratégicas para o desenvolvimento regional. Colocar todos esses atores como parceiros estratégicos que se unem e articulam em nome de um projeto de desenvolvimento sustentável é uma tarefa necessária, embora difícil e não isenta de conflito, críticas e limitações. É no âmbito da própria região que os obstáculos devem ser superados de modo que se possa potencializar as alternativas e esforços para o desenvolvimento em bases sustentáveis.

9.5.2 Princípios e Atores para a Gestão do PDRS

O diagnóstico referente à organização social elaborado para a Serra Geral identificou diferentes organizações e atores sociais que atuam na Região. Entre estes se destacam os sindicatos patronais, as associações de produtores rurais e associações urbanas, as organizações não governamentais, os movimentos sociais, os conselhos municipais, associações de empresários, associação de professores, entre outras. Os sindicatos patronais estão presentes em todos os municípios da Região, sendo que a maioria deles foi fundada na década de setenta. Apesar do número expressivo de filiados destes sindicatos todos exercem atividades burocráticas e assistencialistas, com baixa representatividade no que tange as políticas públicas regionais.

Identificaram-se aproximadamente mil associações de produtores rurais e associações urbanas disseminadas na Região, quase todas vinculadas a projetos governamentais. Apesar do caráter instrumental verificado nestas organizações não se pode negligenciar o potencial de contribuição das mesmas para o desenvolvimento regional. Espera-se que muitas destas associações sejam capazes de ultrapassar a fase inicial de receptora de recursos públicos para uma etapa de maior mobilização sociopolítica, que ao mesmo tempo possam intervir adequadamente na elaboração e execução das políticas públicas locais e regionais.

De formação mais recente e atendendo a proposta de descentralização da gestão pública no Brasil, os conselhos municipais foram formados em quase todos os municípios, com diferentes finalidades: Conselhos de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente, Conselho Tutelar, Conselho do Idoso, entre outros, cuja experiência ainda embrionária, aliada aos baixos índices de educação e incipiente cultura sociopolítica, dificultam o desempenho pleno das funções que lhe são atribuídas constitucionalmente.

Na ampliação dos processos organizativos desta Região não se pode deixar de considerar o surgimento das associações de produtores, empresários e comerciantes de diferentes ramos, que buscam nesta forma de organização, principalmente, a afirmação de interesses econômicos, através da modernização produtiva, organizacional e gerencial dos seus empreendimentos, visando a identificação de melhores mercados para colocação de seus produtos. Nesta linha de organização destacam-se a Associação de Ceramistas de Caetité –

ACESUBA, Associação Baiana de Produtores de Algodão – APABA, Associação dos Irrigantes do Vale do Rio Brumado – ADIB, Associação de Produtores de Manga de Livramento do Brumado - APROMAL, Associação de Mulheres Tecelãs de Caculé (em processo de organização), Associação de Produtores de Cana e Derivados de Caetité – APROCANA (Associação sediada no Povoado de Santa Luzia, no Município de Caetité, constituída em 2003, com raio de atuação extensivo a todos os municípios produtores de cana de açúcar e derivados desta Região). São igualmente significativas, na Região, associações que organizam outros segmentos e categorias sociais dos setores do comércio e serviços, tais como a Associação dos Professores Municipais de Brumado, Associação Industrial e Comercial de Mortugaba, dentre outras. Em uma outra perspectiva, surgem igualmente as associações de dirigentes e executivos municipais que se organizam como força territorial filiada a facções políticas hegemônicas do Estado, visando o fortalecimento de suas posições e a ampliação de seu poder de barganha junto aos poderes públicos, nos âmbitos estadual e federal. As associações dos Municípios de Serra Geral e Vale do São Francisco e a Associação dos Municípios dos Vales do Rio do Antônio e Rio Gavião são exemplos desta modalidade de organização.

A emergência destas organizações é aqui destacada, pelo seu significado na Região Serra Geral, como potencial força produtiva e organizacional frente à implementação do desenvolvimento territorial participativo, envolvendo todos os segmentos sociais a partir da mobilização destes coletivos de interesses, fato que deve ser considerado no delineamento das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Região.

A partir de tais referências, a aplicação do conceito de governança ao PDRS Serra Geral possibilita a identificação dos princípios básicos que deverão nortear a gestão do desenvolvimento sustentável na Região. Esses princípios são os seguintes:

- a) As alternativas político-institucionais de gestão dos diversos aspectos do PDRS devem contemplar os poderes executivo, legislativo e judiciário que atuam na Região, a fim de assegurar um ambiente institucional e normativo favorável ao desenvolvimento regional sustentável;
- b) As ações públicas devem ser abertas ao diálogo e à fiscalização dos diversos atores políticos, econômicos e sociais que atuam nos municípios;
- c) Incorporação do Ministério Público como instrumento de defesa e promoção de interesses sociais, assim como seu poder de exigir do executivo a formulação e execução de políticas públicas capazes de assegurar os direitos dos cidadãos, previstos na Constituição e nas leis;
- d) Definição da agenda de prioridades, envolvendo as lideranças regionais no processo decisório e na implementação de ações;
- e) Equidade, eficiência e eficácia das ações públicas são essenciais no desenho dos formatos e parcerias institucionais;

- f) Participação dos cidadãos e de organismos de representação coletiva na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;
- g) Criação de “espaços públicos” de estímulo ao debate e ao diálogo, tais como programas de rádio, fóruns, debates públicos, seminários, etc, como instrumentos de fortalecimento de consensos;
- h) Capacitação de recursos humanos de forma ampla, a partir da compreensão de que a educação, formal e informal, é elemento essencial e está no centro do novo paradigma iniciado nos anos 90, tanto nos países desenvolvidos como nos demais;
- i) Além da ampliação da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano, a educação deve ser vista enquanto forma de construção da cidadania, de formação de capital social e cultural, de promoção da mobilidade social e essencial para elevar a posição dos países e das regiões no mercado mundial.
- j) Apoio aos Conselhos Municipais já existentes de forma que os mesmos possam ser consolidados democraticamente;
- k) Estímulo aos mecanismos de comunicação e cooperação entre os diferentes Conselhos;
- l) Democratização dos sindicatos e associações locais, garantindo alternância de poder e continuidade dos trabalhos.

A partir do referencial e princípios acima é possível identificar as principais linhas de atuação dos poderes públicos - executivo, legislativo e judiciário - bem como aquelas esperadas no âmbito da sociedade civil.

9.5.3 Poder Executivo

O objetivo mais importante dos poderes executivos federais, estaduais e municipais deve ser a criação de um ambiente favorável à manutenção da continuidade administrativa e assegurar a transparência das ações públicas em todos os níveis. Outro objetivo deve ser a criação de um ambiente social que permita a comunidade concluir que as ações governamentais que beneficiam o maior número de cidadãos são sempre preferíveis àquelas que beneficiam uma quantidade menor, evitando-se o clientelismo, o fisiologismo e o corporativismo. Deve-se, portanto, perseguir as seguintes linhas de atuação:

- a) Apoio da comunidade regional para a identificação de mecanismos capazes de fortalecer a capacidade de administração municipal, incluindo formas de aumentar a arrecadação de impostos e taxas e potencializar a aplicação dos recursos públicos;
- b) Criação de instrumentos que orientem e otimizem os recursos disponíveis a exemplo da elaboração de Planos Diretores;
- c) Criação de formas de supervisão e controle das ações públicas, através da participação da sociedade nos fóruns de decisão e acompanhamento, visando a transparência e a maior responsabilidade dos seus gestores;

- d) Preparação dos municípios para aumentar as vantagens do processo de descentralização tributária e administrativa já em curso;
- e) Incentivo ao processo de capacitação para o fortalecimento da cidadania dos diversos segmentos da sociedade civil, inclusive a ampliação da participação e capacitação dos funcionários públicos;
- f) Estímulo à formação de consórcios municipais, como forma de potencializar a aplicação de recursos públicos;
- g) Apoio a formação e consolidação dos Conselhos Municipais.

9.5.4 Poder Legislativo

O formato político institucional do PDRS deve se pautar pelo reconhecimento da importância do legislativo, destacando nos municípios o papel da Câmara de Vereadores. Para isso é necessário que se proponham projetos visando:

- a) Estabelecer programa de capacitação técnica e política para líderes e para funcionários do legislativo, com vistas a melhoria da capacidade legislativa e fiscalizadora da Câmara;
- b) Abrir canais de comunicação entre a Câmara e a sociedade quando da elaboração de projetos de leis e acompanhamento dos mesmos.

9.5.5 Poder Judiciário

As propostas do PDRS de apoio a projetos na área do judiciário devem ser amplamente negociadas com os gestores da justiça estadual, com base nas seguintes linhas de atuação:

- a) Estímulo à sociedade, através da divulgação de informações, sobre as amplas possibilidades de ação civil pública, que cabe a iniciativa dos promotores públicos;
- b) Desenvolvimento de programas de educação popular sobre direitos dos cidadãos, principalmente os de caráter mais amplo, como o direito de justiça para todos e direito ao meio ambiente saudável;
- c) Motivação das organizações da sociedade civil para a constituição de grupos de educação sobre direitos, incluindo assessoramento as organizações comunitárias e aos movimentos populares.

9.5.6 Sociedade Civil

O fortalecimento da sociedade civil é de fundamental importância para a ampliação da democracia e para a melhoria das condições de sobrevivência das comunidades. Diante das novas propostas sobre o papel do Estado, as ações do programa devem ser orientadas para:

- a) Identificar serviços e programas que podem ser executados pelas organizações da sociedade civil;
- b) Buscar apoio gerencial às instituições da sociedade civil;
- c) Estimular trabalhos voluntários em benefício das comunidades;
- d) Criar e divulgar mecanismos de apoio à constituição de micro e pequenas empresas geradoras de emprego;

- e) Apoiar financeira e pedagogicamente iniciativas de capacitação e qualificação de mão-de-obra, a exemplo das Escolas Família Agrícola;
- f) Estimular a realização de parcerias entre o setor público e as organizações da sociedade civil;
- g) Habilitar a comunidade para o desenvolvimento humano, através de programas pedagógicos de emprego e renda.

9.5.7 Fatores Críticos e Oportunidades para o Desenvolvimento

Entre os fatores potenciais para o desenvolvimento político-institucional da Região Serra Geral destaca-se a ampliação dos processos organizativos, na maioria dos municípios. Esta ampliação se fez tanto no âmbito exclusivo da sociedade civil como no vínculo destas organizações com o poder público, através dos programas governamentais. Embora tenha sido possível identificar o crescimento destas entidades já a partir da década de oitenta e a conseqüente ampliação das mesmas nos anos noventa, verificaram-se também algumas contradições e conflitos que restringem o desempenho de muitas destas organizações, a saber:

9.5.7.1 Fatores Críticos:

- a) A inexistência de instituições públicas, nos três níveis de poder, com gestões desvinculadas das disputas político-eleitorais, gerando intolerância principalmente entre os gestores de instituições dos principais municípios e estaduais;
- b) A inexperiência das instituições públicas que atuam no âmbito regional, para se articularem com uma proposta de ação integrada, provocando ora a duplicidade, ora a inexistência de ações;
- c) A desestruturação de instituições públicas, principalmente em pesquisa e assistência técnica, para atender às demandas do desenvolvimento regional;
- d) A incapacidade da sociedade política local em produzir projetos regionais de desenvolvimento que possibilitem o ordenamento e a sustentabilidade das ações do setor privado;
- e) A insuficiente organização da sociedade civil para produzirem interlocutores junto ao poder público estadual e federal;
- f) A inexistência de uma política governamental integrada para o desenvolvimento regional;
- g) As restrições ao crédito público para custeio agrícola, devido a política econômica vigente;
- h) A ineficiente fiscalização das instituições do poder público diante das ações do setor privado que degradam o meio ambiente;
- i) A insuficiente quantidade e representatividade de instituições não governamentais de defesa do meio ambiente;
- j) Desinteresse e descrença quanto ao significado da ação sociopolítica;
- k) Rivalidade entre algumas representações comunitárias;
- l) Grande parte das iniciativas organizacionais sobrevive com poucos recursos;
- m) As associações nem sempre se articulam em torno dos interesses

coletivos;

9.5.7.2 Oportunidades:

- a) Existência de cooperativas de produtores agrícolas e de trabalhadores com potencial para responderem, aos compromissos regionais para com o desenvolvimento sustentável;
- b) Preocupação de vários órgãos públicos estaduais e algumas prefeituras municipais com o desenvolvimento regional;
- c) Existência de uma consciência empresarial com o desenvolvimento regional, inclusive com atração de novos investidores particularmente nos municípios de Guanambi, Livramento de Nossa Senhora e Caetité;
- d) Criação de um sistema de financiamento do custeio agrícola por parte das empresas compradoras;
- e) Possibilidade de instituições, públicas e privadas, virem a atuar na Região para a promoção do turismo, como atividade econômica complementar, aproveitando os recursos naturais e ordenando o fluxo de visitantes religiosos;

9.5.8 Proposições Estratégicas

À luz das oportunidades identificadas para o desenvolvimento político-institucional e visando a superação das limitações representadas pelos fatores críticos, propõe-se as seguintes ações prioritárias, integrantes do PDRS.

- I) Criar instância interinstitucional - dos três níveis de poder e da sociedade civil - de coordenação do PDRS, na própria região;
- II) Estimular a parceria entre os setores governamentais, empresariais e organizações da sociedade civil, para a concepção e implementação de projetos;
- III) Redesenhar as estruturas institucionais regionais, adequando-as para a gestão coletiva do PDRS, tornando-a capaz de promover: a) investimentos; b) desenvolvimento de recursos humanos; c) pesquisas estudos e transferência de tecnologia; e d) preservação ambiental, inclusive através de fiscalização e programas educacionais;
- IV) Estimular a participação comunitária, através de programas específicos que valorizem a liderança e os recursos humanos locais e programas de participação comunitária que capacitem os funcionários da administração local e organizações comunitárias e ONG's em planejamento municipal, gestão comunitária do meio ambiente, inclusive água e saneamento;
- V) Estender os programas de desenvolvimento especificamente para os pequenos produtores agrícolas para incorporá-los ao processo de integração agro-industrial;
- VI) Estimular a ampliação e constituição de uma rede de organizações que viabilizem a participação da sociedade civil em suas diversas instâncias e segmentos sociais;

- VII) Desenvolver trabalhos educativos com vistas a ampliar a consciência cidadã e participativa;
- VIII) Divulgar o papel dos conselhos municipais enquanto propulsores de transformação política e ao mesmo tempo estimular a população a participar dos mesmos;
- IX) Estimular os diferentes Conselhos para que os mesmos busquem articulação entre si;
- X) Defender a democratização e transparência das ações de todas as organizações que defendem os interesses públicos e coletivos, quer sejam prefeituras e câmaras municipais, cooperativas, sindicatos associações de produtores, organizações empresariais, conselhos municipais, organizações governamentais, entre outras.

10 AMBIENTE INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS

O modelo de planejamento baseado no conceito do desenvolvimento sustentável tem como pressuposto fundamental a participação permanente da população na elaboração e implementação do Programa.

Neste planejamento, ao considerar a efetiva participação dos atores sociais em todos os momentos do processo, o conteúdo da proposta de intervenção incorpora o conhecimento de realidade feito por esta população, além de suas motivações e expectativas. Deste modo, ao entender que a proposta de intervenção deve estar sempre aberta para que possa incorporar novas atualizações e que aos atores sociais organizados compete papéis relevantes em todas as instâncias da realidade, compreende-se também a importância da participação destes atores no momento da operacionalização da proposta.

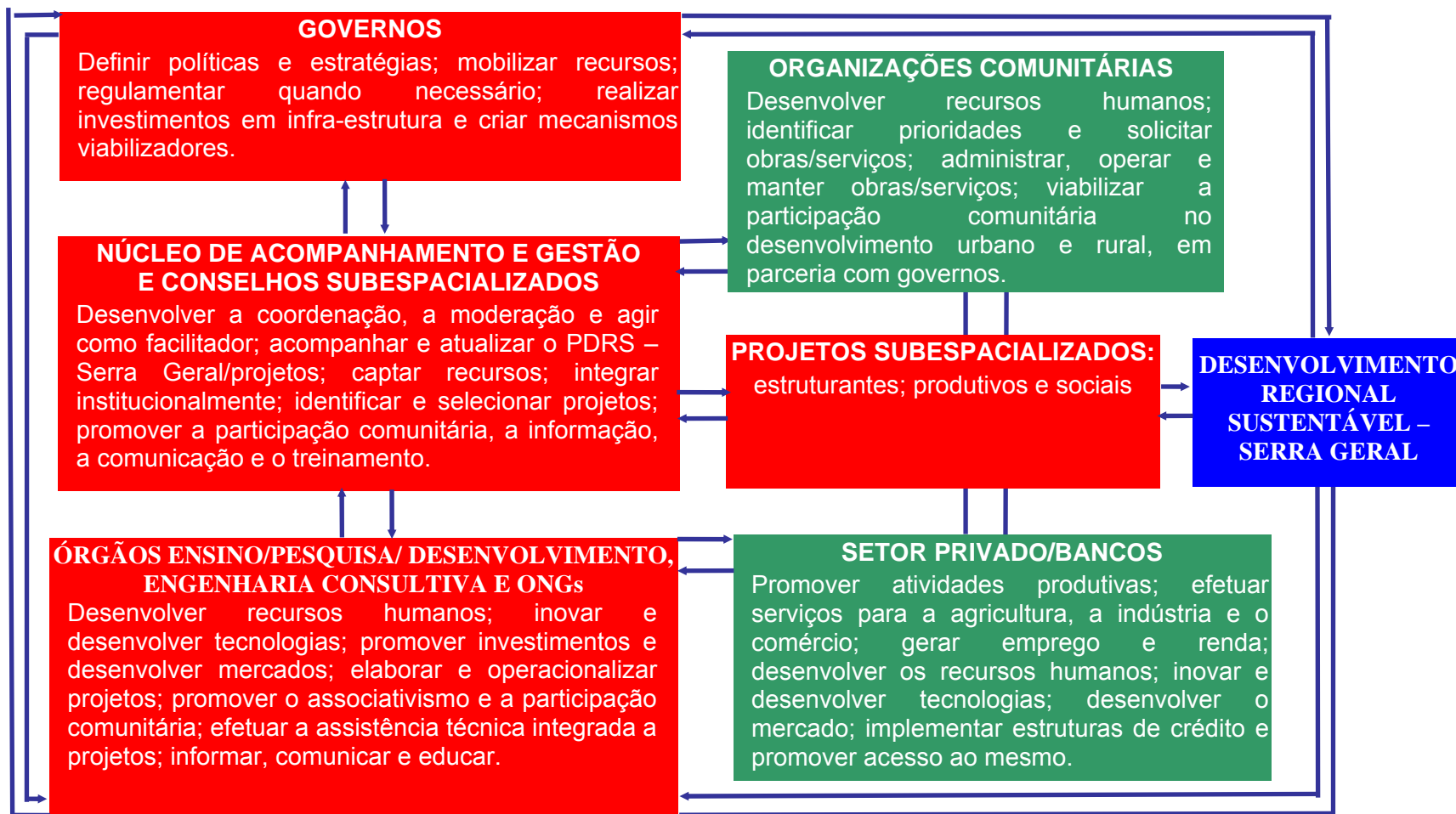
Uma outra questão importante que deve ser levantada é que este modelo de planejamento, ao garantir de forma efetiva a participação mais ampla da sociedade local, viabiliza a existência de unidades menores de planejamento e ação do Programa garantindo, assim, maior politização das ações constantes dos diferentes projetos que potencializam os fatores locais e, conseqüentemente, possibilita, no momento da execução, melhor intervenção do Programa na área-objeto.

10.1 Ambiente Institucional

O alcance dos objetivos do PDRS Serra Geral através da estratégia formulada exige que não só a sociedade civil mas, também, as diversas instituições públicas, tenham um forte compromisso com o processo de desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, com os objetivos do Programa. Ao longo do período de implementação do PDRS, estas instituições devem estabelecer inter-relações com variados graus de dependência entre si. A Figura 19, a seguir, sintetiza os diversos tipos de inter-relações dos grupos de instituições no processo de desenvolvimento regional sustentável da Serra Geral.

Desde a fase de elaboração do diagnóstico para a formulação do PDRS, a CAR adotou procedimentos para consolidação da gestão participativa deste Programa, envolvendo diferentes agentes públicos e privados, organismos e lideranças atuantes nas diferentes instâncias – estadual, regional, local e comunitária, no processo de planejamento, levando-os a contribuir com seu conhecimento e experiência na formulação de uma estratégia de desenvolvimento para esta Região. Para identificação dos atores sociais e institucionais da Região, seus projetos e suas formas de atuação, são sistematizados procedimentos operacionais em diferentes fases do processo de elaboração do Programa.

Figura 19
Região Serra Geral
Ambiente Institucional: Papéis dos Principais Atores no Processo de Desenvolvimento Regional Sustentável



10.2 Entrevista de Qualidade

O trabalho realizado de entrevistas de qualidade que é concentrado, principalmente, na etapa de elaboração do Perfil Regional, é definida pela equipe técnica como sendo o primeiro momento de identificação e reconhecimento dos atores sociais, seus projetos e formas de atuação, baseados nas ideologias, vivências, valores e interesses, bem como a sua visão sobre os problemas, as potencialidades e os fatores considerados pelos mesmos como permissivos e restritivos ao desenvolvimento, com vistas à definição de uma primeira configuração acerca da construção do futuro da Região.

Entretanto, este trabalho não se constitui, apenas, em fonte de informação, mas na oportunidade de pontuar aspectos relevantes para a elaboração do novo paradigma que será construído a partir da identificação de objetivos e do compromisso com sua realização.

As entrevistas de qualidade são assim denominadas, porque os critérios de seleção dos atores não envolve a utilização de procedimentos estatísticos; baseia-se, sobretudo, no suposto conhecimento, experiência e engajamento dos mesmos em atividades nas esferas produtivas, institucional e de representação política dos possíveis entrevistados.

A relevância deste momento deveu-se à possibilidade de aprofundar o conhecimento da Região, permitindo a obtenção de uma leitura compreensiva de suas diferentes dimensões, bem como a identificação de algumas alternativas para a superação dos problemas e a formulação de propostas, pelos próprios atores.

Este processo foi conduzido de forma que os atores sociais, ao se perceberem participantes do desenvolvimento regional, propusessem uma estratégia de desenvolvimento baseada num referencial endógeno à Região, comprometendo-se com a sua realização.

Na Região Serra Geral as entrevistas foram realizadas, em sua grande parte, de forma individual e através de visitas técnicas nos próprios locais onde os atores sociais desenvolvem suas ações. Em resumo, foram feitos contatos com prefeitos, secretários municipais, vereadores, dirigentes de órgãos estaduais, ONG'S, cooperativas, associações, sindicatos, produtores rurais, representantes de agentes financeiros, técnicos, empresários, entre outros, em todos os municípios que compõem a Região.

PARTE III
ESTRUTURA E GESTÃO INTEGRADA DO PROGRAMA

11.1 Objetivo Geral

Viabilizar diretrizes e estratégias baseadas nos princípios do desenvolvimento regional sustentável, que estabelecem a promoção da equidade socioespacial, a conservação dos recursos ambientais, o desenvolvimento científico-tecnológico, a preservação dos elementos histórico-culturais, a democratização político-institucional, a garantia de acesso aos serviços sociais e a expansão das atividades econômicas que resultem na diminuição da pobreza, da exclusão e da desigualdade social, de forma permanente.

11.2 Objetivos Específicos

- a) Implantar um Sistema de C&T a partir da articulação das organizações regionais, que viabilize programas de pesquisa de médio e longo prazo, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias nas áreas de criações e lavouras adaptadas aos ecossistemas existentes, irrigação, agroindústria, mineração e cerâmica, respeitando o uso sustentável dos recursos naturais para que a Região amplie suas atividades produtivas com melhor aproveitamento de seus recursos e maior competitividade;
- b) Implementar projetos voltados à universalização e aumento da qualidade dos serviços de educação, saúde, habitação, saneamento básico, segurança pública, informação, comunicação, ação social, entre outras áreas potenciais de melhoria da condição de vida e da capacidade de produzir resultados mais produtivos no desenvolvimento das diversas ações a serem empreendidas pela população;
- c) Promover ações voltadas para a atração de investimentos públicos e privados e para o desenvolvimento dos recursos humanos, a fim de expandir a economia com base na diversificação da cadeia produtiva regional e, conseqüentemente, aumentar os níveis de produção, renda e emprego. Neste objetivo priorizam-se ações voltadas à melhor distribuição de renda e redução da pobreza e desigualdades sociais;
- d) Desenvolver ações de estudo, pesquisa e monitoramento do meio ambiente bem como campanhas e outras atividades mais conseqüentes, destinadas a promover uma maior conscientização social quanto à conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais;
- e) Apoiar projetos relacionados com a preservação e a conservação do patrimônio histórico-cultural e estimular o surgimento de novas organizações da sociedade civil que tenham como objetivo o desenvolvimento de iniciativas e ações voltadas para as tradições e a valorização da cultura regional;

- f) Estimular a melhoria da gestão dos serviços públicos através da participação da sociedade regional, que priorize a descentralização, a democratização dos instrumentos de ação dos mesmos e a modernização pelo aporte de modernos materiais e processos organizacionais e administrativos e pela qualificação dos seus recursos humanos, com vistas à melhoria de eficiência destes serviços e redução dos custos produtivos e sociais;
- g) Estimular a sociedade regional para a criação de um Conselho Regional de Desenvolvimento que promova foros regionais de discussão sobre o processo de desenvolvimento regional, no sentido de contribuir para uma maior integração e comprometimento dos atores sociais e institucionais, além de possibilitar um conhecimento mais amplo das potencialidades, das limitações existentes e das reivindicações regionais;
- h) Implantar obras de infra-estrutura nas áreas de estrada, energia, transporte, comunicação, armazenamento, comercialização, recursos hídricos, saneamento básico, habitação, educação e saúde, equipamentos urbanos a fim de viabilizar a expansão econômica e melhor condição de vida.

O PDRS Serra Geral, definido como um Programa baseado nos princípios da sustentabilidade, tem como público-alvo, num sentido amplo, o conjunto da sociedade regional. Entretanto, dada a necessidade de se buscar uma maior eficiência operacional, o Programa priorizará aqueles segmentos sociais e organizações que mais se identificam com suas diretrizes e estratégias. Deste modo, em um sentido restrito, sem expressar um caráter de seletividade, o público-alvo direto do Programa constituído por grupos de interesses ou formas organizadas desenvolvendo atividades no espaço regional. Estes são os seguintes:

- o pequeno e o médio produtor agropecuário, individual e/ou associado;
- os pecuaristas, os irrigantes, os fruticultores, os cotonicultores e os mineradores;
- as associações comunitárias rurais, comerciais, de moradores, de mulheres, de jovens e outras;
- os sindicatos de trabalhadores rurais, patronais e outros;
- as associações e/ou cooperativas de produtores agrícolas, educacionais, de irrigantes, áreas de reforma agrária, mineração, agroindustriais e de crédito;
- a pequena e a média empresa agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;
- as prefeituras municipais e outras instituições públicas;
- as organizações comunitárias diversas;
- as ONGS voltadas para o meio ambiente, para o desenvolvimento social e cultural e para o artesanato;
- Clubes de Diretores Lojistas, Lions e Rotary;
- os clubes sociais e diversos outros clubes locais.

13 ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA GERAL

13.1 Pressupostos

Na concepção de uma estratégia apropriada para o desenvolvimento regional sustentável é necessário, a priori, caracterizar os diferentes contextos que interferem nos modos de ser e viver da Região em estudo ou de qualquer uma outra. Assim é que, no contexto internacional, tem-se observado que a partir dos anos 80 do século passado, a efetivação do processo de globalização em, praticamente, todos os países, decorrente da disseminação de uma nova ordem baseada na doutrina do neo-liberalismo, tem, progressivamente, trazido como conseqüência, a perda de influência dos governos na gestão do processo de desenvolvimento nacional e regional. Corporações econômicas multinacionais têm passado cada vez mais a exercer um papel central na criação de oportunidades de renda e emprego, levando o sistema político nacional a exercer um papel secundário neste assunto.

De fato, a abertura da economia dos países ao mundo globalizado promoveu um acirramento da concorrência e competitividade entre países, que na verdade se traduz por disputas entre regiões. Não há dúvida de que, ao existir esta nova ordem no contexto internacional, os países passaram a praticar uma série de reformas nas áreas econômica, social, política, institucional, financeira, tecnológica, entre outras, visando melhor se adequar aos novos princípios internacionais estabelecidos e em busca do progresso social. Esta opção do país na idéia de que a expansão do progresso social somente poderá ser viabilizada quando o mesmo tenha exportações importantes e apresente uma boa imagem ao mundo financeiro internacional e, conseqüentemente, aumente a sua atratividade na captação de capital externo, termina por incorporar ao comércio internacional apenas aquelas regiões que detém vantagens competitivas, imprimindo-as maior dinamismo socioeconômico em detrimento de várias outras que continuam deprimidas ou apresentando baixos índices de crescimento. Portanto, esta prioridade mundial à internacionalização da produção, do comércio e das finanças, que vem sendo também adotada pelo sistema político brasileiro ao adotar as idéias do neoliberalismo, em detrimento do estímulo às atividades voltadas ao mercado interno, tem deixado a maior parte do território nacional em uma condição secundária ou à margem do processo de desenvolvimento. Em outras palavras, pode-se dizer que o contexto internacional tem atualmente uma função muito importante no processo de tomada de decisão de investimentos locais e dispõe dos principais fatores promotores de mudança social, podendo induzir ou bloquear qualquer processo de desenvolvimento regional.

No contexto nacional brasileiro, o processo de democratização do sistema político iniciado em meados dos anos 80 do século passado, tem também promovido grandes transformações nos diversos ambientes que interferem diretamente no processo de desenvolvimento regional.

Entre as mudanças mais importantes no contexto brasileiro e que de algum modo têm interferido no processo de desenvolvimento regional, podem ser indicadas as seguintes:

- a) redução do Estado, sobretudo nas áreas de planejamento, gestão e implementação de programas e projetos e na função de agente econômico devido às privatizações e ao aumento da participação das sociedades locais (segmentos organizados da sociedade civil) nas etapas de planejamento e operação de programas sociais e econômicos;
- b) aumento da descentralização do Estado, envolvendo a transferência efetiva de poder da esfera nacional para as instâncias estadual e municipal que passaram a assumir uma maior fração de responsabilidade pela implementação de ações, particularmente a prestação dos serviços;
- c) aumento do controle sobre os gastos públicos com a existência de leis que estabelecem limites na aplicação dos recursos financeiros e responsabilidades nos compromissos financeiros estabelecidos por gestores anteriores;
- d) controle rigoroso da inflação, acompanhado de taxas relativamente baixas de crescimento do produto devido às políticas restritivas nas áreas monetárias e dos gastos públicos e à política de manutenção de um alto percentual da carga tributária, do câmbio flutuante, entre outras;
- e) diminuição gradativa da participação na economia das atividades de lavouras e criação e crescimento, por outro lado, das atividades relacionadas com o sistema agroindustrial;
- f) redução progressiva da população rural e conseqüente expansão em ritmo veloz, das populações urbanas, sobretudo nos médios e grandes centros;

Por outro lado, observa-se uma importante transformação em curso nos contextos mundial e brasileiro que é a crescente preocupação com o uso dos recursos naturais e o aumento do envolvimento da sociedade no controle, preservação e conservação do meio ambiente. Esta mudança de consciência da sociedade tem cada vez mais se ampliado o que tem provocado, em algumas oportunidades, discussões acirradas entre o capital, o governo e a sociedade, sobre a implantação de empreendimentos econômicos que, tradicionalmente, detêm tecnologias que não apresentam boas práticas de preservação ambiental.

É evidente que todos estes fatores que estão em curso nos ambientes mundial e brasileiro, ao lado das potencialidades e restrições locais, configuram o sistema de ser e viver das regiões, ou seja, interferem diretamente no processo de desenvolvimento regional.

No momento atual, dado o conhecimento destas relações e a existência de um mundo caracterizado por amplas e complexas transformações, torna-se

necessário, a utilização de novos métodos e técnicas visando reduzir incertezas e perdas de esforços no trabalho de um planejamento eficaz. Assim, a construção de cenários de desenvolvimento, técnica integrante deste novo modelo de planejamento, parece ser de grande valor por serem dotados de maior flexibilidade e de possibilidades de ajuste frente às freqüentes mudanças de ambiente. O trabalho com cenários permite também que seja aprimorado o processo de decisão dos dirigentes, dos empresários e de capacitação das organizações, no sentido de saber lidar com um futuro diferente daquele baseado nas tendências históricas.

13.2 Contexto Regional e Cenários do Desenvolvimento Regional

A Serra Geral da Bahia possuía, no último Censo Demográfico, uma população de pouco mais de 565 mil pessoas e uma densidade demográfica de 17,5 hab/km², taxa inferior aos valores apresentados pelo Estado e país. Com 43,4% da população residindo na área urbana, caracterizava-se ao lado de mais 3 outras regiões do Estado como as que ainda mantinham um quantitativo de população urbana inferior à população rural. No período 1970-2000 sua taxa de crescimento demográfico foi de 1,3% a.a. sendo comparativamente inferior às taxas apresentadas pelo Estado e o País no mesmo período. Ainda no último ano censitário, sua taxa de analfabetismo era relativamente alta, situando-se em torno de 30%.

No seu conjunto, embora já tenha em seu território alguns exemplos de atividades econômicas que utilizam tecnologia de ponta (na área industrial, é o caso da mineração), a Região ainda se define como uma área de características rurais, onde predominam atividades agrícolas tradicionais de baixa agregação de valor e uso de tecnologias limitadas. É importante ressaltar que mesmo aquelas atividades de maior geração de valor ainda não produziram efeitos multiplicativos traduzidos pela instalação de novos empreendimentos de segunda e terceira geração, isto é, ampliando a cadeia produtiva regional, visando agregar um maior valor aos produtos da Região.

A crise da cotonicultura que a Região conheceu, a partir do final da década de 80 do século passado, provocou uma depressão econômica que se mantém até hoje. Antes da crise, a lavoura do algodão era a atividade econômica mais disseminada na Região e responsável pela absorção da maior parte da mão-de-obra e dos investimentos que eram feitos. Inclusive, em épocas de colheita, era necessário buscar força-de-trabalho fora da Região, uma vez que somente a Região não atendia à demanda que se fazia necessário. Hoje, as atividades econômicas de maior destaque na geração de renda regional se caracterizam por se localizarem em pontos específicos do território, podendo ser definidas como “ilhas de progresso” pouco absorvedoras de mão-de-obra e baixas relações com o restante da Região, a exemplo da fruticultura irrigada nos municípios de Urandi, Guanambi, Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio e a mineração de magnésio (Brumado), manganês (Licínio de Almeida), urânio e pedras preciosas (Caetité).

No ano de 2000, a produção da Região detinha um PIB de R\$1,631 bilhões de reais, sendo que seu valor *per capita* era de R\$ 2.886,63 equivalendo a 57,9% do PIB *per capita* do Estado da Bahia (R\$ 5.064,67).

Em um trabalho de construção de cenários de desenvolvimento regional é desejável a apresentação de no mínimo dois tipos de cenários alternativos para que, de forma comparativa, se possa antecipar os contornos das mudanças que poderão acontecer na Região nos próximos anos e, também, subsidiar a elaboração dos instrumentos de planejamento do PDRS – estratégia, vetores, linhas de ação e projetos. Deste modo, os 2 cenários que se pode elaborar para a Região Serra Geral são: (a) cenário tendencial, o qual indica a continuidade das tendências a partir da constatação dos acontecimentos passados e presentes; e, (b) cenário normativo, o qual apresenta o que deve acontecer, a partir da intervenção via PDRS.

O cenário tendencial se caracteriza pela ausência de qualquer ação estratégica promotora do desenvolvimento regional sustentável. Em função dos fatores exógenos, conforme foi descrito anteriormente e da existência dos fatores endógenos regionais de desenvolvimento, o cenário que se desenha é de perpetuação ou até mesmo de agravamento do quadro atual, que sendo uma Região deprimida, define-se como pessimista.

As características principais deste cenário podem ser resumidas em:

- a) manutenção ou avanços pouco significativos da atividade de cotonicultura, continuando a Região a ter uma produção de algodão de baixa competitividade e com uma cadeia produtiva muito limitada;
- b) continuidade dos baixos índices de produtividade das lavouras e criações tradicionais (a exemplo de bovinos, mandioca e cana-de-açúcar, entre outras) não havendo, portanto, expansão da renda e do emprego regional a partir destas atividades;
- c) baixa verticalização das indústrias de mineração e da fruticultura irrigada em função da limitada formação profissional, baixa capacidade empreendedora e ausência de recursos para investimentos, mesmo para pequenas e médias empresas;
- d) expansão limitada ou redução da atividade ceramista devido ao impacto que esta vem causando no meio ambiente e ao aumento da pressão por parte da sociedade e instituições governamentais para que estas atividades passem a utilizar novas tecnologias que preservam o meio ambiente, em função do aparecimento de produtos substitutivos de outras regiões que utilizam estas tecnologias;
- e) empobrecimento progressivo da população regional com crescimento das taxas de desemprego e subemprego e dos índices de criminalidade;
- f) redução da população regional e aumento acelerado das populações nas cidades, provocando deterioração da condição de vida urbana em função da falta de condições dos órgãos públicos em realizar investimentos de infra-estrutura e serviços sociais básicos;

- g) manutenção ou até aceleração do ritmo de destruição dos recursos naturais;
- h) expansão dos níveis de desigualdades sociais e econômicas intra e inter-regionais, em função da concentração da renda regional.

O cenário normativo, caracterizado como desejado, ou seja, o que projeta um quadro futuro de desenvolvimento a ser alcançado pela ação participativa dos atores sociais e institucionais ao longo do tempo através da implementação e gestão do PDRS. Seu desenho se traduz como um cenário otimista, apresentando como características principais a superação do quadro atual pelo estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento para a população regional.

As características principais deste segundo cenário são as seguintes:

- a) reestruturação e revigoramento da economia regional em bases sustentáveis, com implementação de atividades competitivas no âmbito dos mercados macrorregional e nacional;
- b) uso sustentável dos recursos naturais, garantindo sua conservação e preservação;
- c) redução da pobreza e desigualdade intra e inter-regional;
- d) existência de infra-estrutura e serviços sociais básicos em qualidade e quantidade requerida pela população;
- e) aumento da participação das populações locais no planejamento e gestão quanto aos assuntos de interesse local, através de uma maior organização social e democratização das instituições;
- f) diminuição das taxas de analfabetismo e crescimento dos índices de saúde da população;
- g) maior apropriação das manifestações da cultura regional e exercício da cidadania.

Neste cenário desejável é essencial que os atores desempenhem bem os seus papéis, destacando-se a sociedade civil produzindo novas lideranças com abertura de espaço para mulheres, jovens e minorias, a sociedade política exercitando o mandato de moderador de conflitos e formulador de projetos regionais e o Estado adotando mecanismos de estímulos a trabalhos em parceria com a iniciativa privada.

13.3 Vetores Estratégicos, Linhas de Ação e Projetos

O PDRS Serra Geral da Bahia propõe vetores estratégicos, linhas de ação e projetos visando guiar os rumos de um desenvolvimento sustentável para a Região. Estes instrumentos foram estruturados com base nas cinco dimensões que compõem o eixo central da sustentabilidade, cuja finalidade é o crescimento econômico com equidade social e minimização dos impactos ambientais.

Foram identificados seis vetores orientadores da construção do novo paradigma

do processo de desenvolvimento sustentável da Região. Para cada um deles são indicadas, a seguir, as linhas de ação prioritárias de desenvolvimento:

I - Ampliação, Revitalização e Diversificação da Base Econômica Regional;

- a) Modernização, competitividade e expansão da cadeia produtiva do algodão;
- b) Dinamização da pecuária bovina voltada à sua especialização em corte ou leite;
- c) Fomento à diversificação agropecuária (mamona, flores, piscicultura, sorgo, caprino e ovino, produtos olerícolas e hortícolas);
- d) Exploração e beneficiamento de atividades artesanais de pedras semipreciosas;
- e) Apoio à mineração de manganês, magnésio, ferro, urânio e à pesquisa voltada para identificação de potencialidades e viabilidade de exploração de outros minerais;
- f) Promoção de investimentos agroindustriais e industriais visando aumentar o beneficiamento local da produção mineral e agrícola, através de pequenas e médias empresas;
- g) Modernização e diversificação da indústria cerâmica;
- h) Apoio à criação de um pólo de confecções em Caetité;
- i) Expansão do comércio e dos serviços regionais;
- j) Ampliação da área de irrigação através de projetos públicos e privados, com aumento da competitividade das lavouras de valor comercial, especialmente fruticultura e olericultura.

II - Dinamização da Agricultura Familiar

- a) Introdução de tecnologias adaptadas ao semi-árido (convivência com a seca);
- b) Mandioca: aumento da produtividade e beneficiamento;
- c) Reestruturação fundiária com assentamentos rurais;
- d) Apoio aos micros e pequenos empreendimentos agroindustriais (alambiques, casas de laticínios, casas de farinha, fabricos de doces e biscoitos, entre outros);
- e) Fortalecimento da infra-estrutura hídrica familiar.

III - Desenvolvimento Humano, Fortalecimento Institucional e Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural

- a) Formação profissional;
- b) Assentamentos humanos;
- c) Reformulação, adequação das instituições públicas e fortalecimento dos sistemas de educação, saúde e saneamento;
- d) Apoio aos movimentos comunitários e fortalecimento do associativismo, cooperativismo;
- e) Promoção da cultura e cidadania;
- f) Valorização dos agrupamentos humanos excluídos do desenvolvimento regional;
- g) Conservação do patrimônio histórico-cultural;

- h) Estudos e pesquisas dos sítios arqueológicos, paleontológicos;
- i) Promoção de programas de educação socioambiental, voltados para a preservação e recuperação do patrimônio histórico-cultural;
- j) Apoio aos remanescentes dos quilombos;
- k) Melhoria das informações de mercado e de comunicação.

IV - Conservação e Uso Sustentável dos Recursos do Meio Ambiente

- a) Recuperação dos recursos naturais degradados – solos, vegetação, rios e lagoas;
- b) Aproveitamento do potencial turístico e cultural das áreas de grutas, além de outras áreas de interesse ambiental;
- c) Promoção de programas de educação socioambiental, voltados para a preservação e recuperação do patrimônio e ecossistemas naturais;
- d) Conservação e monitoramento ambiental;
- e) Apoio à educação e legislação ambiental;
- f) Manejo de sub e micro bacias hidrográficas.

V - Expansão da Infra-estrutura Urbana e Rural

- a) Transporte e armazenagem;
- b) Energia e telecomunicações nas áreas urbanas e rurais;
- c) Educação e saúde;
- d) Água e saneamento;
- e) Ordenamento e humanização do espaço urbano;
- f) Ampliação da infra-estrutura hídrica através da construção de barragens, açudes e cisternas;
- g) Estrada e comunicação;
- h) Moradia.

VI - Inovação e Desenvolvimento Científico-Tecnológico Regional

- a) Tecnologias inovadoras para sistemas produtivos existentes e/ou introduzidos;
- b) Tecnologias de ponta;
- c) Tecnologia orgânica (BIO);
- d) Reestruturação das instituições vinculadas ao ensino, à geração e à difusão de tecnologias de forma integrada com os setores produtivos, apoiadas por pesquisadores capacitados para o cumprimento do seu papel;
- e) Apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa;
- f) Desenvolvimento de tecnologias de processos para a indústria de transformação de produtos vegetais e animais, com agregação de valor;
- g) Desenvolvimento de tecnologias de conservação e uso racional dos recursos ambientais.

A implementação do PDRS Serra Geral da Bahia será realizada através dos Projetos Executivos, sendo que cada um reúne as ações prioritárias que devem ser desenvolvidas nos subespaços regionais. Os projetos executivos resultam do desdobramento dos vetores estratégicos e suas linhas de ação e devem ser implementados de forma integrada, visando alcançar o impacto desejado para o desenvolvimento sustentável da Região.

O elenco dos projetos está agrupado em categorias que definem objetivos diferenciados quanto à aplicação dos investimentos e natureza das ações. Estas categorias são as seguintes:

I - Estruturantes

Reúnem os projetos voltados para a implantação, recuperação ou ampliação de qualquer tipo de infra-estrutura e possibilitam a criação de condições favoráveis para a viabilização dos projetos econômicos e sociais. Para a Região Serra Geral foram definidos os seguintes:

- Reestruturação Fundiária e Reforma Agrária;
- Expansão da Rede de Energia Elétrica;
- Gerenciamento de Bacias Hidrográficas;
- Ampliação dos Serviços de Saneamento Básico;
- Ampliação, Melhoria e Recuperação da Rede Rodoferroviária;
- Ampliação da Rede de Telecomunicação e do Uso de Recursos da Tecnologia da Informação;
- Conservação, Recuperação e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais;
- Ampliação da Infraestrutura Hídrica, da Irrigação e Recuperação de Áreas Irrigadas;
- Capacitação e Profissionalização da Força de Trabalho;
- Desenvolvimento da Ciência & Tecnologia;
- Aperfeiçoamento dos Sistemas Administrativo e Tributário dos Municípios.

II - Produtivos

Os projetos reunidos nesta categoria têm como característica principal o fato de serem geradores de bens e serviços econômicos e de corresponderem às áreas para as quais são destinados os investimentos privados. A finalidade mais importante dos projetos produtivos é a geração de emprego e renda, dirigidos para as áreas que apresentam as maiores potencialidades naturais, a fim de possibilitar uma maior competitividade. Para a Região Serra Geral foram definidos os seguintes:

- Revitalização e Expansão da Cadeia Produtiva do Algodão;

- Difusão de Tecnologias e Estratégias de Convivência com a Seca;
- Modernização da Pecuária Bovina;
- Promoção à Diversificação Agropecuária;
- Apoio e Dinamização da Agroindústria;
- Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Dinamização do Comércio e dos Serviços;
- Fortalecimento da Fruticultura Regional;
- Modernização e Diversificação da Indústria Cerâmica;
- Expansão da Mineração e Apoio à Verticalização Industrial;
- Modernização da Extração e do Beneficiamento de Rochas Ornamentais e de Pedras Semipreciosas;
- Fomento à Criação de Pólo de Confeções.

III - Sociais

Esta categoria abrange os projetos destinados ao atendimento das populações envolvidas quanto às carências e déficits nas áreas sociais básicas, a exemplo da saúde, educação e cultura. Estes projetos não devem ser confundidos como compensatórios, contribuindo, de fato, para a ampliação das vantagens locais da Região. Para a Região Serra Geral foram definidos os seguintes:

- Promoção da Educação Sanitária e Ambiental;
- Expansão e Melhoria da Qualidade dos Serviços de Saúde Pública;
- Expansão dos Serviços de Educação;
- Associativismo e Cooperativismo;
- Promoção Social das Mulheres;
- Integração das Minorias Sociais ao Processo de Desenvolvimento;
- Apoio ao Patrimônio Histórico-Cultural.

É apresentada, a seguir, uma síntese dos projetos indicativos por categoria.

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 1

Título: Reestruturação Fundiária e Reforma Agrária	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: <p>O último Censo agropecuário realizado pelo IBGE, 1995-96, mostrou que a Região Serra Geral apresentava uma estrutura fundiária bastante concentrada, uma vez que os estabelecimentos com mais de 100 hectares, embora representassem apenas 5,9% do número total dos estabelecimentos, detinham 48,8% da área total recenseada. Uma análise da estrutura fundiária no âmbito interno da Região revela que Brumado e Guanambi foram os subespaços onde ocorriam as maiores concentrações de terra, visto que os estratos de áreas com mais de 100 hectares com 6,9% e 6,1%, respectivamente, do total dos estabelecimentos, detinham 53,8% e 59,0% do total da área dos imóveis.</p> <p>Utilizando-se o Índice de Gini para avaliar a concentração da terra, observa-se que a Região apresentou, um índice equivalente de 0,66 e que, no período de 1985 a 1995-96, reduziu este índice em apenas 0,01, mostrando a imobilidade da configuração da estrutura fundiária regional.</p> <p>Esta situação acarreta a existência de um grande número agricultores sem terra e detentores de pequenos estabelecimentos que, em função das restrições socioeconômicas e climáticas, marginalizam-se ao lado de grandes propriedades que, por serem muito pouco exploradas, não cumprem a função social da terra.</p>	
Objetivo Geral: <p>Incorporar ao processo produtivo as populações rurais sem terra e/ou com pouca terra, através de ações de reestruturação, regularização e reforma agrária, visando superação das dificuldades de sobrevivência familiar, expansão da produção voltada para o mercado e ampliação da renda.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Associativismo e cooperativismo;b) Assistência técnica;c) Pesquisa agrícola;d) Acesso a mercados;e) Saúde e educação;f) Energia elétrica;g) Crédito rural.	
Instituições Participantes: <p>INCRA, SEAGRI, CDA, EBDA, CAR, associações de pequenos agricultores, SEC, SESAB, CODEVASF, DNOCS.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal e estadual, bancos oficiais.</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 2

Título: Expansão da Rede de Energia Elétrica	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: <p>A retomada das atividades agropecuárias na Região, em particular a cotonicultura no subespaço Guanambi, a fruticultura no subespaço de Brumado (especialmente em Livramento de Nossa Senhora), bem como a expansão da mineração nos subespaços de Brumado e Caetité, proporcionam as condições para o crescimento destes centros na Região e, conseqüentemente, uma crescente demanda por energia elétrica no meio urbano.</p> <p>Além do atendimento ao crescimento de atividades típicas do meio urbano, principalmente as decorrentes das tendências de ampliação da classe comercial, acrescenta-se os benefícios que podem ser proporcionados às pequenas e médias propriedades rurais, pois possibilitará o desenvolvimento de atividades agropecuárias com mais alto grau de eficiência.</p> <p>Portanto, a expansão do uso de energia elétrica nas propriedades rurais possibilitará incorporar valor agregado à produção rural, pela implantação de pequenas unidades agroindustriais, a exemplo de mini-usinas de leite, máquinas de beneficiamento e de bombeamento de água, além de implantação de sistemas simplificados de irrigação.</p>	
Objetivo Geral: <p>Ampliar o sistema de distribuição de energia elétrica para atender às necessidades do crescimento populacional urbano e da expansão da economia regional. Além de atender a novas áreas decorrentes do crescimento urbano, é necessário ampliar a rede para atender à demanda agropecuária, com implantação de linhas de distribuição rural, incentivando também a atividade agroindustrial.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Construção de linhas de transmissão;b) Ampliação de redes de distribuição nos centros urbanos com expansão do número de ligações domiciliares;c) Implantação de linhas de distribuição no meio rural beneficiando unidades agrícolas e agroindustriais;d) Desenvolvimento de sistemas de eletrificação rural de baixo custo.	
Instituições Participantes: <p>Empresas de energia privadas, governo federal, estadual e prefeituras.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal, estadual e municipais.</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 3

Título: Gerenciamento de Bacias Hidrográficas	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: Em razão de a Região apresentar: deficiências hídricas em vários graus de intensidade refletindo na disponibilidade limitada de água; uso perdulário na irrigação; contaminações agroquímicas, minerais e orgânicas de origem urbana; conflitos de usos; dentre outros, torna-se necessária a implementação de ações voltadas para garantir um controle de uso e manejo adequado dos mananciais existentes. A estruturação de uma gestão sistêmica participativa tem a vantagem de uma visão de conjunto dos problemas da bacia, facilita a tomada de decisão dos usuários, permitindo a articulação interinstitucional e deliberações multilaterais e descentralizadas. Além disso, otimiza os investimentos de infra-estrutura e fortalece as relações sociopolíticas.	
Objetivo Geral: Garantir a conservação, o uso e uma gestão participativa sustentável dos recursos hídricos das bacias hidrográficas.	
Ações Integrativas: a) Estruturação e implantação de banco de dados ambientais georeferenciados interativos para dar suporte às tomadas de decisão dos usuários; b) Reavaliação da base tecnológica, com ênfase na irrigação e nas práticas agrícolas adotadas; c) Atualização do cadastro dos principais usuários das águas superficiais e subterrâneas e das fontes de poluição pontuais e difusas; d) Identificação das áreas críticas ou vulneráveis à contaminação e degradação da qualidade das águas; e) Avaliação mais precisa do potencial dos solos irrigáveis, considerando os produtos agrícolas e suas necessidades hídricas; f) Regularização dos sistemas de captação de água para os diversos usos, através dos procedimentos de outorga estabelecidos pelos órgãos competentes; g) Promoção de um programa de recomposição das florestas de galeria e proteção das principais áreas de recarga dos aquíferos; h) Determinação mais acurada das contribuições subterrâneas ao escoamento superficial; i) Implantação de sistemas de coleta e tratamento de efluentes líquidos; j) Criação de Comitês de Bacias e/ou Consórcios Intermunicipais.	
Instituições Participantes: Prefeituras municipais, DNOCS, CODEVASF, SRH, CAR, CERB, CRA, EBDA, EMBASA, AMAVALE, Ministério das Cidades, SEMARH, UFBA; UESB, ONG's ambientais.	
Fontes Financeiras: Governos federal, estadual, municipais e recursos externos.	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 4

Título: Ampliação dos Serviços de Saneamento Básico	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos.
Justificativa: Os serviços existentes de saneamento básico envolvendo a oferta de água, rede de esgoto e limpeza pública das cidades, já não atendem satisfatoriamente à demanda da população havendo, portanto, em função da localidade, a necessidade de implantar ou ampliar sistemas de captação e distribuição de água, de tratamento sanitário, de recolhimento e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Constata-se que os fluxos de água que cortam várias localidades da Região estão constantemente poluídos em função da falta de redes adequadas de esgotamento sanitário, equipamentos e instalações de limpeza pública urbana.	
Objetivo Geral: Garantir a melhoria da qualidade de vida das populações dos subespaços através de um adequado serviço de saneamento básico.	
Ações Integrativas: a) Controle de perdas dos sistemas de abastecimento de água; projetos de construção de SAA e de SSAA; perfuração de poços; projetos de esgotamento sanitário com instalações de fossas sépticas ou outros sistemas; coleta e disposição final de resíduos sólidos nas sedes dos municípios; implantação de cisternas e barreiros para abastecimento rural; b) Melhoramentos ou ampliação dos serviços de abastecimento de água nas cidades de Guanambi, Brumado, Caetité e Caculé, Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Igaporã, Lagoa Real, Sebastião Laranjeiras e Urandi; c) Ampliação dos serviços de esgotamento sanitário e de remoção do lixo nas sedes municipais. Estudo deve ser realizado para determinar os locais e o tipo de disposição final dos resíduos sólidos; d) Preservação e recuperação das fontes naturais hídricas existentes em várias localidades da Região.	
Instituições Participantes: Prefeituras municipais, CERB, FNS, CRA, CAR, SRHS e EMBASA.	
Fontes Financeiras: Governos federal, estadual, municipais e recursos externos.	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 5

Título: Ampliação, Melhoria e Recuperação da Rede Rodo-ferroviária	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: O dinamismo da economia nos municípios de Guanambi, Brumado, Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Caculé tem se constituído em um forte fator no fluxo de pessoas. Essa situação requer melhoramentos no sistema de transporte para facilitar o deslocamento da população e a distribuição e comercialização de mercadorias. Por outro lado, a rede ferroviária merece especial atenção no aspecto da segurança nos trechos que cruzam as cidades, devido aos constantes acidentes nestas áreas.	
Objetivo Geral: Proporcionar melhores condições de trafegabilidade em uma rede rodoviária caracterizada pelo crescente fluxo de tráfego de média e longa distâncias, através da recuperação e conservação de trechos e racionalizar o transporte de grande volume de cargas típicas de ferrovia, integrando-a com a modalidade rodoviária.	
Ações Integrativas: a) Restauração do pavimento nos trechos: BR-030 – Sebastião Laranjeiras; Ibiassucê – Caculé; b) Melhoramento dos trechos com superfície de rolamento em revestimento primário: BR-030 – Pageú do Vento; Pindorama – Itaúna; Caculé – Condeúba; Condeúba – Irundiara; Malhada de Pedras – Guajeru – Condeúba; Cordeiros – Div. BA/MG; Urandi – Sebastião Laranjeiras; Guanambi – Matina; Mortugaba – Div. BA/MG; c) Melhoramentos localizados em trechos de estradas vicinais, principalmente nos acessos para as localidades de São Timóteo, Iguatemi, Ubraçaba, Cristalândia, Brejinho das Ametistas e Guirapá; d) Melhoramentos e conservação do trecho ferroviário Mapele – Brumado; e) Construção de trecho ferroviário ligando Brumado a Luis Eduardo Magalhães; f) Melhoria da segurança nos trechos ferroviários que cruzam as cidades, principalmente em Brumado e Tanhaçu.	
Instituições Participantes: Empresas privadas, governos federal, estadual e municipais.	
Fontes Financeiras: Governos federal e estadual.	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 6

Título: Ampliação do Uso de Recursos da Tecnologia da Informação e Rede de Telecomunicação.	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio prazo
Justificativa: A capacidade de produzir, difundir e utilizar informações bem como a adoção de meios de telecomunicações proporcionados pelo avanço das inovações tecnológicas em escala mundial, bem como suas determinações nos fluxos de bens e serviços, passaram a constituir diferencial entre as nações, entre as empresas, no mundo do trabalho e no mundo dos indivíduos. Nas sociedades contemporâneas a percepção dos riscos econômicos, sociais e ambientais e o apelo para que estes sejam geridos adequadamente pelas entidades responsáveis chamam a atenção para as necessidades de se reforçar e ampliar as instâncias de acesso à informação e participação como condição básica dos princípios de cidadania e democracia. O direito à informação é, portanto, condição necessária ao desenvolvimento dos Estados contemporâneos. Apesar da sua utilização periférica no contexto regional e do descompasso na absorção de novas tecnologias - a medida em que setores empresariais capitalizados utilizam-se dos recursos altamente sofisticados disponíveis no mercado, ao mesmo tempo em que se verifica utilização de técnicas rudimentares, principalmente entre os pequenos produtores - é necessário para o seu desenvolvimento que a Região disponibilize as novas tecnologias de produção, informação e comunicação para um público mais abrangente, de forma a ampliar os espaços da economia e da autonomia dos cidadãos. A adoção de tecnologias de irrigação é exemplar para a região à medida que os subespaços Brumado e Guanambi, econômicos e socialmente mais dinâmicos, foram os que mais absorveram a agricultura irrigada e beneficiaram-se mais das invocações tecnológicas.	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta dos serviços de telecomunicações e o acesso da população aos novos meios de informação, de forma a elevar o nível de competitividade da economia regional e promover o capital social e humano da região.	
Ações Integrativas: a) Disponibilizar novas tecnologias de informação nas escolas públicas e capacitar os alunos para que possam utilizar os meios disponíveis; b) Aparelhar as escolas rurais com computadores e acesso a internet em outros meios acessíveis; c) Treinar alunos e professores das escolas rurais para utilizar os meios de comunicação adequados às escolas; d) Capacitar a nova geração vinculada à agricultura familiar para a adoção de novas tecnologias de produção, comunicação e formação; e) Ampliar o sistema de comunicações para alimentar o sistema de comercialização e o sistema de informações, que só foram tornadas mais eficientes devido às facilidades proporcionadas pelas redes de computadores.	
Instituições Participantes: Governos federal, estadual e prefeituras, Cooperativas, ONG's, UNEB e UESB.	
Fontes Financeiras: Governos federal e estadual.	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 7

Título: Conservação, Recuperação e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais	
Localização: Todos subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: <p>Os recursos ambientais da Região vêm sendo cada vez mais destruídos pela ação antrópica, provocando erosão, assoreamentos de rios, poluição dos mananciais, diminuição da capacidade regional de captura de carbono, enfraquecimento da capacidade de suporte dos ecossistemas, resultando em desequilíbrios nas relações entre o meio biótico e abiótico, com forte reflexo na qualidade de vida da população regional. Os desmatamentos que vêm ocorrendo desde a formação da região se intensificaram com a demanda das siderúrgicas mineiras e da indústria de cerâmica, com o agravante de não se respeitar as reservas legais e as Áreas de Proteção Permanentes (APP), a exemplo das nascentes dos mananciais, mata ciliares, etc. As queimadas ainda são uma prática agrícola bastante difundida e o uso de agroquímicos nos plantios de algodão e nos perímetros de irrigação, além do uso perdulário da água, concorrem para agravar mais ainda a qualidade das condições ambientais. As indústrias de transformação mineral e o crescimento dos centros urbanos, também têm contribuído para agravar o quadro regional. Nos empreendimentos, o componente ambiental (recuperação e prevenção), quando é considerado, não é tratado no mesmo nível de importância dos componentes econômicos, gerando distorções de percepção quanto aos resultados e, conseqüentemente, inquietações na sociedade quanto ao grau e nível dos impactos ambientais a que estará sujeita. Já é fato que a recuperação e prevenção ambiental produzem ganhos inegáveis, como o aumento da biodiversidade, a geração de empregos, a habilitação para a certificação ambiental (ISO 14001); contribuem para a ampliação da consciência ecológica e permite o acesso ao mercado de carbono entre outras vantagens, não se justificando, portanto, a sua omissão nos projetos econômicos.</p>	
Objetivo Geral: <p>Promover a recomposição e a prevenção ambiental e a apropriação sustentável dos recursos naturais.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Articulação com o Ministério Público para implantar um plano de Adequação Ambiental (Termos de Ajuste de Conduta Ambiental - TAC);b) Implantação da Agenda 21 e criação de Comitês de Bacias e de brigadas contra incêndio florestal;c) Implantação de planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADES) e adoção de estratégias de combate à desertificação;d) Modelos de exploração sustentável dos recursos naturais;e) Incentivo à criação de UCs;f) Implantação de plano de manejo e gestão na FLONA..	
Instituições Participantes: <p>Ministério Público, MMA, SEMARH, CBPM, EBDA, CAR, IBAMA, CODEVASF, UFBA, DNCOS, UESB, AMAVALE, AFLORA, CRA, SRH, EMBRAPA, SEAGRI, Polícia Militar, ECOFABA.</p>	
Fontes Financiadoras: <p>Governos Federal, Estadual e Municipal, empresas privadas e Órgãos Internacionais (GEF, BIRD)</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 8

Título: Ampliação da Infraestrutura Hídrica, da Irrigação e Recuperação de Áreas Irrigadas	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: <p>A Região Serra Geral possui uma enorme área caracterizada pela ocorrência de períodos prolongados de estiagens, levando a população a passar por sérias dificuldades em sua condição de vida. Deste modo, um aumento da oferta de água para atendimento humano, dessedentação dos animais e uso para irrigação de lavouras constitui um fator de importância fundamental para a sobrevivência desta população. Por outro lado, a ocupação dos espaços econômicos ainda não explorados na Região, baseados na agricultura de sequeiro, apresenta uma série de restrições, inclusive por estarem sujeitos aos constantes períodos de estiagem. A necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, em razão de sua escassez, cria condições para implantação de uma agricultura com reduzidos índices de perdas. Observam-se também áreas que já foram exploradas com a irrigação, mas que atualmente se apresentam inadequadas para o uso, em razão de estarem com níveis altos de salinização necessitando, portanto, de trabalhos de recuperação.</p>	
Objetivo Geral: <p>Promover o aumento da oferta de infraestrutura hídrica e a expansão da área irrigada regional, visando melhorar as condições de vida da população, reduzir as incertezas decorrentes da escassez de chuvas e possibilitar a expansão da produção agrícola.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Regularização fluvial através da construção de pequenas e médias barragens;b) Estudos básicos e anteprojetos de barragens destinadas ao represamento de água para irrigação;c) Criação de condições para viabilização da implantação de uma agricultura familiar sustentável;d) Implantação de adutoras para distribuição de água às comunidades rurais;e) Sistemas simplificados de abastecimento de água para áreas rurais;f) Construção de açudes, cisternas e outros equipamentos similares;g) Implantação de drenagem adequada nos projetos de irrigação, para evitar salinização;h) Treinamento de pessoal no uso de máquinas, de forma a evitar compactação de solos;i) Recuperação das áreas de nascentes e da mata ciliar.	
Instituições Participantes: <p>SEAGRI, SRHSH, COELBA, EBDA, CAR, CERB, SRH, DNOCS, CODEVASF, associações de produtores e prefeituras municipais.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Tesouro Nacional e Estadual e instituições financiadoras internacionais</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 9

Título: Capacitação e Profissionalização da Força de Trabalho	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: <p>Por ser uma região predominantemente agrícola, grande parte da força de trabalho regional está ocupada na agricultura. As políticas públicas de emprego e renda voltadas para a região devem observar as suas peculiaridades, tanto para atender adequadamente às demandas de geração de emprego e renda como para dar respostas às necessidades de capacitação e profissionalização da mão-de-obra regional. Assim é que enquanto nos subespaços Brumado, Caculé e Condeúba mais da metade da mão de obra está ocupada na agricultura, esta proporção é menor no subespaço de Guanambi, que tem aí situado o maior centro urbano da região e, portanto mais exigente quanto a qualificação da mão-de-obra utilizada nos serviços e comércio.</p> <p>A população ocupada nas atividades industriais se concentra nos subespaços Brumado, Guanambi e Caetité, sendo que neste último se destaca a indústria cerâmica de porte significativo e a de vestuário, que empregam razoável contingente de mão-de-obra. No subespaço Brumado, apesar do grande número de municípios que o compõe existe a indústria de mineração no município sede que absorve a maior parte dos empregados do mencionado setor.</p>	
Objetivo Geral: <p>Capacitar e profissionalizar a força de trabalho regional, com vistas a adequá-las às constantes mudanças, inovações tecnológicas e exigências do mercado de trabalho, tornando-o mais competitivo e a população menos vulnerável ao desemprego.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Implantação de centros de treinamento localizado nas sedes dos subespaços;b) Adaptação e difusão de tecnologias para micro, pequenas e médias empresas;c) Introdução e difusão de tecnologias mais adequadas à agricultura familiar e de convivência com a seca;d) Aumento da empregabilidade da força de trabalho regional face aos novos paradigmas tecnológicos, organizacionais e gerenciais;e) Melhoria do bem-estar dos trabalhadores, garantindo a sua saúde e segurança no ambiente de trabalho.	
Instituições Participantes: <p>SEBRAE, SENAI, SENAR, Escolas Técnicas, SETRAS, SEAGRI, EBDA e Escolas de Família Agrícola.</p>	
Fontes Financiadoras: <p>Governos Federal, Estadual e Municipais e Associações Comerciais da Região.</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 10

Título: Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: <p>O padrão tecnológico das atividades socioeconômicas regionais se caracteriza pela heterogeneidade. Enquanto os setores mais dinâmicos, a exemplo da exploração mineral, o comércio e fruticultura irrigada utilizam processos de ponta e similar aos de regiões avançadas, as atividades agrícola e pecuária, em geral, aplicam processos de baixo padrão técnico.</p> <p>Levantamentos e dados regionais mostram a ocorrência de formas predatórias e agressivas de exploração dos recursos naturais que têm deixado um elevado passivo ambiental, aprofundando as já precárias condições socioeconômicas de grande parte da população.</p> <p>Deste modo, torna-se necessária a introdução de tecnologias, fundamentadas no manejo dos recursos naturais, na difusão de processos e de produtos, com o objetivo de substituir o paradigma químico mecânico e a exploração predatória do meio ambiente. A pesquisa e a difusão tecnológica regional precisam estar orientadas por ditames que resguardem rigorosos padrões sanitários de qualidade e ambientais, através de um tratamento preferencialmente biológico e que respondam às exigências de mercado e demandas da população. A pesquisa e difusão tecnológica também devem compor um conjunto de propostas amplas, que possam viabilizar as atividades socioeconômicas como um todo.</p>	
Objetivo Geral: <p>Desenvolver programas e projetos de pesquisa e inovação tecnológica vinculados ao aproveitamento das potencialidades econômicas regionais e baseados no modelo de desenvolvimento sustentável a serem implementados por uma rede de instituições locais.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Promoção de Investimentos em infra-estrutura e setores capazes de dar respostas, com adoção de tecnologias de serviços e uso de recursos hídricos;b) Implantação de programa de valorização e capacitação dos recursos humanos, visando o envolvimento e participação comunitária em atividades de preservação ambiental e melhoria das condições de vida da população;c) Priorização em pesquisas com algodão, pecuária, fruticultura irrigada, mamona e outras lavouras de maior adaptação ao semi-árido, mineração, novos materiais para cerâmica;	
Instituições Participantes: <p>EMBRAPA, UESB, UNEB, EBDA, SECTI, FAPESB</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal e estadual</p>	

PROJETO ESTRUTURANTE Nº 11

Título: Aperfeiçoamento dos Sistemas Administrativo e Tributário dos Municípios.	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto prazo
Justificativa: Além da crise financeira que os municípios vêm atravessando, pela incapacidade de gerar novas receitas para cobrir gastos essenciais, há uma reconhecida crise de gestão em grande parte dos municípios brasileiros e baianos. A necessidade de aperfeiçoar os recursos técnicos e humanos, já diagnosticada em outros trabalhos similares, é uma realidade também para as prefeituras desta Região, que em alguns casos já vem tentando melhorar os recursos disponíveis. Esta preocupação é procedente, haja vista que tanto para captar recursos dos Governos federal e estadual e outros recursos externos, como para aplicar estes recursos com eficiência, tornam-se cada vez mais necessários recursos técnicos adequados, pessoal qualificado e consciente do seu papel no contexto da administração pública. Administrar os recursos públicos com competência e racionalidade é exigência efetiva de todas as sociedades democráticas e daquelas que ainda estão em processo de democratização.	
Ações Integrativas: a) Estímulo de concurso público para todos os níveis, em todas as prefeituras municipais; b) Capacitação de todo pessoal em atividade, enfatizando o papel do servidor público em uma sociedade democrática; c) Estabelecimento de políticas de cargos e salários compatíveis com a realidade das prefeituras; d) Criação de mecanismos para coibir práticas ilícitas de favorecimento entre funcionários e cidadãos; e) Treinamento de pessoal em novos métodos de gestão administrativa e financeira; f) Estudos e projetos no campo tributário; g) Capacitação de pessoal da área financeira e criação de cadastro de imóveis urbanos, visando o aumento da capacidade de arrecadação de impostos, exclusivamente de cunho municipal, a exemplo do Imposto Territorial Rural – ITR.	
Instituições Participantes: Governos federal, estadual e municipais, UPB, SEBRAE, ONG's, UESB e UNEB.	
Fontes Financiadoras: Governos Federal, Estadual e Municipais.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 1

Título: Revitalização e Expansão da Cadeia Produtiva do Algodão	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto, médio e longo prazos.
Justificativa: <p>Nos anos 70 e 80 do século passado, a lavoura de algodão na Região Serra Geral destacava-se entre as demais lavouras como a mais importante, tanto na geração de renda quanto na absorção do emprego regional. Esta lavoura que naqueles anos chegou a ocupar cerca de 250.000 ha, não ocupava mais de 5,5 mil ha no ano de 2002. Com isto sua participação no Valor Bruto da Produção agrícola caiu de 20,6% para 0,9% no período 1990 a 2002.</p> <p>Na Serra Geral da Bahia, face sua adaptação às restrições climáticas, o algodão foi, historicamente, suporte de renda e de emprego, principalmente, para os pequenos produtores rurais.</p> <p>Portanto, tendo em vista a existência de poucas alternativas para o sequeiro e graças às suas características de adaptação às condições climáticas regionais, a cultura do algodão pode voltar a se constituir uma atividade de relevante importância econômica para a geração de renda e para absorção da mão-de-obra da população.</p> <p>Outro aspecto importante é a possibilidade que tem este produto de criar outras alternativas econômicas na área industrial, relacionadas com a pluma e o óleo.</p>	
Objetivo Geral: <p>Promover a expansão da lavoura do algodão e o aumento do valor agregado de sua cadeia produtiva, através da inserção de novas atividades agroindustriais e industriais visando a expansão dos níveis de emprego e renda regional.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Promoção de ações de atração de investimentos voltadas à implantação de um parque agroindustrial e industrial de algodão, de estrutura compatível com a produção regional;b) Melhoria dos serviços de assistência técnica ao agricultor;c) Garantia ao agricultor de acesso aos mercados de algodão;d) Implementação de pesquisas agrícolas voltadas à melhoria da qualidade da fibra;e) Controle do bicudo;f) Descompactação de solos;g) Treinamento de mão-de-obra no combate às pragas e ao uso de máquinas;h) Maior controle no uso de agrotóxicos e na destinação das embalagens.	
Instituições Participantes: <p>EBDA, SEAGRI, ADAB, CAR, FAEB, FETAG, BNB, Banco do Brasil e bancos privados, empresas privadas de assistência técnica, prefeituras, cooperativas, empresas privadas de máquinas e insumos, usinas de algodão, indústrias de fiação, tecelagem e vestuários.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governo do estado e prefeituras, bancos públicos e privados.</p>	

PROJETO PRODUTIVO Nº 2

Título: Difusão de Tecnologias e Estratégias de Convivência com a Seca	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazo
Justificativa: Possuindo grande parte de suas terras em áreas com restrições climáticas, a agricultura de sequeiro, na Região, embora sujeita a perdas, representa uma atividade econômica importante quanto ao valor de produção e à geração de emprego. As explorações de algodão, mandioca e feijão de corda, se constituem nas lavouras mais marcantes nestas áreas. Um significativo número de agricultores está diretamente vinculado à produção de sequeiro e ainda permanecerá até que profundas modificações culturais sejam incorporadas pela população. Assim, torna-se necessária a adoção de ações de apoio e dinamização dos níveis técnicos e o aumento da produção, visando a melhoria da renda e o aumento do emprego nas áreas de sequeiro. Além disto, a agricultura familiar regional tem, nestas atividades, o seu principal suporte, requerendo uma melhor estruturação que viabilize a sua convivência com as condições de semi-aridez dominantes na Região.	
Objetivo Geral: Aumentar a produção e a produtividade das lavouras e criações de sequeiro, através de tecnologias adequadas e de outras ações, visando aumentar as estratégias de sobrevivência dos produtores vinculados à agricultura familiar.	
Ações Integrativas: a) Associativismo e Cooperativismo; b) Inovação tecnológica; c) Pesquisa agrícola; d) Introdução de lavouras e criações; e) Aproveitamento agroindustrial; f) Assistência técnica e difusão de tecnologia de convivência com a seca.	
Instituições Participantes: EMBRAPA, SEAGRI, EBDA, CAR, SEBRAE, ONG's, empresas privadas, FAEB, FETAG.	
Fontes Financeiras: Governo federal, estadual e municipal.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 3

Título: Modernização da Pecuária Bovina	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: Historicamente a pecuária bovina, além de ser considerada a exploração responsável pelo processo de ocupação e povoamento regional, foi a principal atividade econômica por um longo período de tempo. Com o advento da exploração mineral e de outras atividades agrícolas, a exploração pecuária passou a ter maior importância nas áreas de melhores condições de clima e solos. Muito embora a criação de animais tenha apresentado uma evolução tecnológica, ainda prevalece o criatório extensivo, com baixo rendimento físico, em algumas áreas. Em função das condições climáticas, edáficas e mercadológicas, a exploração bovina pode vir a constituir uma importante atividade econômica, visando o aumento de renda através da especialização da atividade, incorporação de tecnologias, comercialização e gestão.	
Objetivo Geral: Promover maior dinamização da pecuária bovina com uso de tecnologias modernas, visando aumentar a oferta de carne e leite e expansão de emprego e renda.	
Ações Integrativas: a) Associativismo e cooperativismo; b) Reprodução animal; c) Manejo e alimentação animal; d) Instalações pecuárias; e) Treinamento de mão-de-obra; f) Melhoria genética do rebanho.	
Instituições Participantes: SEAGRI, EBDA, EMBRAPA, FAEB, Sindicato patronal, cooperativas, prefeituras municipais e associações de produtores.	
Fontes Financeiras: Governos federal e estadual, Banco do Brasil, Banco do Nordeste.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 4

Título: Promoção da Diversificação Agropecuária	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: A Serra Geral, por apresentar a maior parte de sua população residindo na área rural, tem como principal fonte geradora de emprego o setor primário. Em função disto, sua economia depende substancialmente do setor agropecuário. Por outro lado, dada a existência de solos de boa fertilidade, certa disponibilidade de recursos hídricos em determinados locais e, também, às características climáticas, existe um enorme potencial a ser desenvolvido na Região, voltado para a exploração de uma série de produtos agropecuários, tais como, frutas (abacaxi, melancia, melão, abacate, coco, mamão, uva e frutas cítricas), flores, mamona, urucum, alho, cebola e as criações: caprino-ovinocultura, piscicultura, bem como, suinocultura e avicultura, em pequenas propriedades.	
Objetivo Geral: Promover a diversificação agropecuária com a introdução e expansão de novas lavouras e criações, visando o aumento do emprego e da renda regional.	
Ações Integrativas: a) Assistência técnica e difusão de tecnologias; b) Pesquisa agrícola; c) Aproveitamento agroindustrial; d) Inovação tecnológica; e) Acesso a novos mercados; f) Associativismo e cooperativismo; g) Implementação de cultivos agroflorestais.	
Instituições Participantes: SEAGRI/EBDA, Empresas privadas, EMBRAPA, FAEB, FETAG, associações de produtores, sindicatos patronais e de trabalhadores, cooperativas.	
Fontes Financeiras: Empresas privadas, bancos oficiais e privados, prefeituras.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 5

Título: Apoio à Modernização da Agroindústria.	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: <p>Os perímetros irrigados da Região se constituem em importantes centros produtores de frutas, destacando-se Livramento de Nossa Senhora e Urandi. Apesar do crescimento da produção, a Região tem apresentado algumas dificuldades na área de comercialização, já que a produção é vendida <i>in natura</i>, o que requer uma grande agilidade nas vendas por estradas de difícil tráfego. Uma alternativa visando reduzir este problema seria o aproveitamento local das frutas criando uma opção de mercado para esta produção, através da implantação de agroindústrias nas áreas de sucos, polpas, doces e licores.</p> <p>A implantação de uma unidade processadora de carne bovina em Guanambi poderia integrar também, em menor escala, a produção de suínos e aves incluindo, até mesmo, a produção destas criações dos demais subespaços.</p> <p>Por outro lado, em toda a Região já existem diversas unidades agroindustriais de características artesanais, a exemplo dos pequenos alambiques voltados para a produção de cachaça e rapadura; unidades de laticínios onde ocorre o aproveitamento do leite para a produção de queijo coalho, mussarela, manteiga e requeijão; casas de farinha de mandioca e casas de fabricação dos biscoitos tradicionais na Região, conhecidos como “avoador”. Estas agroindústrias artesanais devem merecer todo um trabalho de assessoria voltado para e a incorporação de novas tecnologias de produção no sentido da melhoria do padrão do produto e, também, de acesso a novos mercados.</p>	
Objetivo Geral: <p>Implantar sistemas de produção compatíveis com a moderna agroindústria e criar alternativas de comercialização para a produção regional, possibilitando a geração de mais empregos e renda, agregando valor aos produtos.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Instalação de unidades processadoras de produtos <i>in natura</i>;b) Associativismo e cooperativismo;c) Promoção e integração da produção agrícola com o processamento industrial;d) Implantação do sistema de compra antecipada, garantindo acesso aos pequenos produtores, reduzindo os riscos de prejuízos na comercialização.	
Instituições Participantes: <p>SEAGRI/EBDA, CAR, SEBRAE, empresas privadas, prefeituras.</p>	
Fontes Financeiras <p>Banco do Brasil, BNB e agentes financeiros privados.</p>	

PROJETO PRODUTIVO Nº 6

Título: Fortalecimento da Agricultura Familiar	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: A pequena propriedade familiar representa um segmento essencial para o desenvolvimento agrícola regional. Dados censitários demonstram que mais de 90% dos estabelecimentos rurais pertencem aos estratos da agricultura familiar. O fortalecimento deste segmento é decisivo para o aumento da renda regional e promoção de uma maior ocupação da mão de obra familiar proporcionando, conseqüentemente, expansão de emprego no setor rural.	
Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, através do fomento de atividades não-agrícolas; aumentar e diversificar a produção agrícola utilizando tecnologias de convivência com a seca, visando crescimento dos níveis de emprego e renda e, conseqüentemente, melhorar o bem estar social e a qualidade de vida da população envolvida.	
Ações Integrativas: a) Associativismo/cooperativismo; b) Tecnologias adaptadas à seca; c) Agroindustrialização; d) Comercialização; e) Crédito e assistência técnica; f) Profissionalização e treinamento de mão-de-obra agrícola; g) Tecnologias apropriadas; h) Cursos e treinamentos para realização de atividades não-agrícolas; i) Aproveitamento de frutas silvestres.	
Instituições Participantes: CAR, EBDA, SEAGRI, FETAG, Escola Família Agrícola, agentes financeiros e empresas de assistência técnica, ONG's.	
Fontes Financeiras: Tesouros Estadual e Federal, prefeituras.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 7

Título: Dinamização do Comércio e dos Serviços	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio prazo
Justificativa: <p>Entre as décadas de 70 e 80 do século passado, em face da conjuntura econômica favorável e dos estímulos financeiros governamentais, a Região Serra Geral recebeu expressivos incentivos creditícios, permitindo a ocupação e expansão das áreas agricultáveis que se encontravam ainda inexploradas e dinamizando áreas tradicionalmente produtoras. O Vale do Iuiú – com extensas áreas planas e férteis – foi praticamente desbravado nessa época, vindo Guanambi a tornar-se cidade pólo, fornecedora de serviços e apoio à produção e desbancando a cidade de Caetité que, durante anos, constituiu-se no principal centro regional. Esta cidade que, desde os anos 50, vinha deixando de ter a importância regional em favor de Vitória da Conquista, em consequência da BR-116, perdeu a liderança a partir dos anos 70, mais uma vez, para Guanambi, que apresentou taxas elevadas de crescimento populacional, estruturou-se com os mais variados equipamentos urbanos, caracterizando-se atualmente como a mais influente sede de serviços urbanos regionais. As demais cidades da Região, embora venham apresentando tendências crescentes de urbanização, dependem em grande escala do comércio e serviços dos dois centros mais equipados, Guanambi e Vitória da Conquista. A necessidade de dotar os municípios de melhor infra-estrutura de serviços e apoiar as iniciativas que tornem o comércio local mais dinâmico e, ao mesmo tempo, mais autônomo, é, portanto, uma necessidade justificável no contexto do desenvolvimento regional, na sua busca de melhor condição de vida da população, mais equilíbrio econômico entre as cidades, de forma que as mesmas atinjam um maior grau de auto-sustentabilidade.</p>	
Objetivo Geral: <p>Apoiar a expansão e modernização dos setores comercial e de serviços, para que a população possa usufruir serviços de melhor qualidade e, conseqüentemente, melhore o seu bem-estar e nível de vida e, assim, beneficiando as economias municipais.</p>	
Ações Integrativas: <ol style="list-style-type: none">Treinamento de pessoal, para uma melhor qualificação, em consonância ao dinamismo de atividades típicas de áreas urbanas, tais como: serviços de armazenamento, estocagem, comércio atacadista e varejista, administração, oficinas de manutenção e reparos, para atender à demanda de atividades dos setores secundário e terciário;Qualificação da mão-de-obra, preparando-a para operar máquinas e equipamentos mais modernos e com melhores níveis de produtividade;Fortalecimento das atividades ligadas ao comércio e ao serviço, através da distribuição das funções terciárias, de acordo com a dimensão da cidade;Melhoria dos níveis de atendimento dos serviços públicos em todos os municípios da Região.	
Instituições Participantes: <p>Governos federal, estadual, prefeituras, Clubes de Diretores Lojistas, SEBRAE, associações comerciais e outras entidades privadas.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal e estadual e prefeituras.</p>	

PROJETO PRODUTIVO Nº 8

Título: Fortalecimento da Fruticultura Regional	
Localização: Subespaços Brumado e Guanambi	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: <p>A Região se destaca na produção de manga, banana e maracujá, principalmente, em áreas irrigadas dos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Urandi e Guanambi. O principal pólo produtor na Região é localizado em Livramento de Nossa Senhora, onde se produz manga com uso de tecnologias mais aperfeiçoadas e com grande parte da produção comercializada para o exterior. Com a expansão da irrigação, a produção de fruteiras poderá se estender e diversificar ainda mais, o que possibilitará transformar a Região em um pólo nacional de produção de frutas. Entre as fruteiras com possibilidades de ter um maior apoio, podem ser citadas: abacaxi, melancia, melão, abacate, coco, mamão, uva e frutas cítricas.</p> <p>Vale observar também que a EBDA, em Livramento de Nossa Senhora, vem realizando pesquisas e difundindo uma variedade de umbuzeiro de frutos grandes e que alguns produtores já iniciaram pequenos plantios comerciais desta fruteira.</p> <p>A partir do momento que passem a existir, na Região, volumes significativos de produção de frutas, será desejável a implantação de um complexo agroindustrial, visando a produção de polpas, sucos, doces, licores, entre outros produtos.</p>	
Objetivo Geral: <p>Aumentar e diversificar a produção de frutas voltadas para ao comércio exterior</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Pesquisas com fruteiras;b) Assistência técnica;c) Aproveitamento agroindustrial de frutas;d) Comercialização;e) Mercado exterior;f) Associativismo e cooperativismo;g) Tecnologia pós-colheita;h) Irrigação de fruteiras.	
Instituições Participantes: <p>SEAGRI, EBDA, UESB, UFBA, EMBRAPA, FAEB, prefeituras municipais, associações de produtores, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, DNOCS, CODEVASF.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal e estadual, BNB, Banco do Brasil.</p>	

PROJETO PRODUTIVO Nº 9

Título: Modernização e Diversificação da Indústria Cerâmica	
Localização: Subespaços Caetitê, Caculé e Guanambi	Prazo de Execução: Médio prazo
Justificativa: <p>A indústria cerâmica tem um papel cada vez maior na economia brasileira, sendo que o setor já responde por cerca de 1% do PIB. A Bahia é um dos estados mais procurados pelos empresários do setor, devido às condições adequadas para seus negócios, como a existência de matéria-prima mineral para a fabricação de blocos e telhas, por exemplo. Além disso, o crescimento das zonas urbanas da Bahia e, particularmente, da região Serra Geral, tem aumentado a demanda por produtos cerâmicos.</p> <p>Na Região, a indústria cerâmica é considerada uma atividade de relativa expressão, que emprega grande contingente de mão-de-obra, podendo ter condições potenciais de contribuir ainda mais para um aumento significativo na geração de emprego e renda. Além do mais, a atividade tem provocado grandes impactos ambientais, tanto na aquisição da matéria-prima como no processo de fabricação, onde predominam fornos de baixa eficiência, causando poluição do ar.</p>	
Objetivo Geral: <p>Ampliação da capacidade produtiva e diversificação da indústria cerâmica, visando atender à demanda crescente gerada pela indústria da construção civil, através do emprego de novas tecnologias de produção de menor impacto ambiental.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Inserção de novos produtos cerâmicos;b) Uso de tecnologias sustentáveis, novos materiais e energias alternativas;c) Capacitação de mão-de-obra em novos processos tecnológicos;d) Formação de designer;e) Promoção de ações de atração de investimentos e de recuperação das áreas de extração da matéria-prima.	
Instituições Participantes: <p>Associação de Ceramistas do Sudoeste da Bahia – ACESUBA, FIEB, SENAI, SEBRAE, CBPM, SICM, CAR e Associações Comerciais da Região.</p>	
Fontes Financiadoras: <p>Governos federal e estadual, bancos privados e empresas privadas.</p>	

PROJETO PRODUTIVO Nº 10

Título: Expansão da Mineração e Apoio a verticalização Industrial.	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: O setor mineral organizado tem um grande peso na Região, gerando emprego e renda, amenizando os efeitos econômicos das frustrações de safras agrícolas. Destaca-se a exploração de magnesita, talco, manganês e urânio, por grandes grupos que fazem beneficiamento primário, agregando baixo valor ao produto. Por isso são grandes as oportunidades de aumentar a agregação de valor, principalmente no que se refere aos três primeiros minerais. A extração ainda não atingiu a capacidade máxima do potencial de exploração, havendo amplas possibilidades de crescimento do volume de produção, devido à existência de várias jazidas inexploradas. Adicionalmente, recente descoberta de minério de ferro na Região, tem despertado interesses de mineradores, inclusive do exterior, o que pode transformar a Região em uma das mais importantes produtoras deste minério do país. Outras ocorrências minerais merecem estudos de viabilidade de exploração.	
Objetivo Geral: Ampliar e diversificar a exploração mineral e otimizar o desempenho das cadeias produtivas, visando aumentar o valor adicionado das atividades industriais da Região.	
Ações Integrativas: a) Atração de investimentos para a implantação de indústrias de 2ª e 3ª geração; b) Estudo de viabilidade de exploração de ocorrências minerais; c) Uso de tecnologias de baixo impacto ambiental; d) Empreendedorismo.	
Instituições Participantes: CBPM; SGM, INB; Mineradoras da Região, SICM; SEBRAE.	
Fontes Financeiras: Governos federal e estadual, empresas privadas, bancos privados.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 11

Título: Modernização da Extração e do Beneficiamento de Pedras Semipreciosas e de Rochas Ornamentais	
Localização: Subespaços Caetité, Brumado e Guanambi	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: A Região vem explorando de modo inadequado e, muitas vezes, clandestinamente, pedras semipreciosas como ametista e cristal de rocha, através de garimpos, principalmente nos municípios de Caetité e Licínio de Almeida, sem as mínimas condições de segurança e promovendo grande impacto ambiental. A atividade utiliza tecnologia rudimentar no processo de extração e não sofre controle efetivo do Estado, seja nos aspectos tributário e ambiental e, mesmo, no aspecto trabalhista, dada a precarização das condições de trabalho. A comercialização em estado bruto, sem agregação de valor, se constitui em perdas importantes de divisas e limita a criação de postos de trabalhos na Região. Embora a atividade se constitua em uma opção de trabalho e renda para muitas famílias e movimente um volume substancial de pedras de boa qualidade no mercado de gemas, a maioria dos trabalhadores é formada por micro-mineradores que não possuem o capital necessário para realizar aquisições de equipamentos adequados e investimentos nas minas, não adotando também processos modernos de gestão empresarial, comprometendo, conseqüentemente, o desempenho e a lucratividade de suas atividades. A Região apresenta potencial de ampliação da atividade, possibilidade de diversificação com a extração sustentável de rochas ornamentais e de implantação de unidades de beneficiamento voltadas para a fabricação de jóias, bijuterias e outros produtos artesanais de pedras.	
Objetivo Geral: Sensibilizar os pequenos mineradores (garimpeiros) quanto à necessidade de se reunirem em associações/cooperativas a fim de promoverem modificações e aperfeiçoamentos tecnológicos, gerenciais, financeiros, mercadológicos e ambientais, visando a otimização da cadeia produtiva de pedras semipreciosas e rochas ornamentais.	
Ações Integrativas: a) Associativismo/cooperativismo; b) Capacitação em designer de jóias e bijuterias, lapidação e fabricação de produtos artesanais de pedras semipreciosas e rochas ornamentais; c) Técnicas de mineração sustentáveis; d) Articulação de um pólo de artesanato utilizando matérias primas, sobretudo minerais, e mão-de-obra regionais.	
Instituições Participantes: CBPM; SICM, SEBRAE, CRA, SENAI, SGM, COOAMAC, Sindicato das Industrias de Mármore, Granitos e Similares do Estado da Bahia, CAR.	
Fontes Financeiras: Governos federal e estadual e prefeituras.	

PROJETO PRODUTIVO Nº 12

Título: Fomento a Criação de Pólo de Confecção	
Localização: Subespaço Caetité	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: <p>O diagnóstico socioeconômico revelou a necessidade de ampliação, diversificação e conseqüentemente, agregação de valor com relação à produção regional. De modo geral, a maioria dos produtos originários desta Região necessita melhorar o seu padrão tecnológico de produção e comercialização, de forma a tornarem-se mais competitivos, quer visando o mercado interno quer para atender ao mercado externo. Entre as demandas identificadas, destacou-se a necessidade de fomentar a produção de vestuário já existente no município de Caetité. Neste contexto, é aconselhável a criação de um pólo de confecções neste subespaço, com vistas a absorver parte da produção regional de algodão e atender a necessidade de geração de emprego e renda no âmbito regional, com repercussão positiva no Estado da Bahia.</p> <p>Vale observar que em Caetité já existe um certo número de fábricas localizadas no perímetro urbano. Por uma questão logística, seria recomendável a instalação de todas em um local apropriado.</p>	
Objetivo Geral: <p>Criar um pólo de confecções no subespaço Caetité de forma a ampliar o potencial produtivo da região, com vistas a maximizar a geração de emprego, renda e bem-estar da população regional.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Capacitação e treinamento da mão-de-obra disponível e a que já trabalha com este tipo de indústria;b) Formação de estilistas de moda;c) Modernização da indústria de vestuário;d) Adequação dos produtos às demandas do mercado;e) Estímulo à organização deste segmento social, incluindo as costureiras e trabalhadoras da indústria de vestuário;f) Associativismo e cooperativismo;g) Assistência técnica e gestão moderna para a comercialização dos produtos.	
Instituições Participantes: <p>SEBRAE, SENAI, Escolas Técnicas, CAR, SETRAS e Escolas de Família Agrícola.</p>	
Fontes Financiadoras: <p>Governos federal, estadual, municipais e Associações Comerciais da Região.</p>	

PROJETO SOCIAL Nº 1

Título: Apoio ao Patrimônio Histórico-Cultural	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: A Região possui um rico acervo histórico-cultural quer tratando-se dos seus bens materiais quer considerando-se os seus bens imateriais. Neste contexto merece destaque o município de Caetité por sua condução em um processo cultural de vanguarda fundamentado na educação municipal. Este modelo serviu como referência regional, com expressiva influência para os demais municípios do Estado. Portanto, a partir das referências históricas, entende-se que a cultura regional necessita ser revisitada.	
Ações Integrativas: a) Criação de Centros de Cultura Regional nas cidades de Guanambi, Brumado e Caculé, equipados e dotados de acervos bibliográficos sobre a Região; b) Apoio à Fundação Anísio Teixeira, em Caetité, e outras iniciativas semelhantes na Região; c) Incentivo à criação e preservação de bibliotecas, museus, santuários, grutas, prédios escolares, centros de cultura, reservas ambientais e todas as iniciativas de promoção, desenvolvimento e preservação da cultura local e regional; d) Qualificação de pessoal para os centros de difusão de cultura;	
Instituições Participantes: Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Estadual da Cultura e Turismo e prefeituras municipais, ONG's e empresas públicas e/ou privadas que investem em programas culturais.	
Fontes Financeiras: Tesouros Federal, Estadual e Municipais e Empresas públicas e/ou privadas.	

PROJETO SOCIAL Nº 2

Título: Promoção da Educação Sanitária e Ambiental	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazo
Justificativa: <p>Por ser uma Região de exploração mineral, portanto mais suscetível a danos ambientais, a população necessita de educação ambiental ampla: quer para trabalhar e usufruir a sua riqueza mineral, quer para se defender dos problemas daí decorrentes. Igualmente necessário se faz que se estenda a educação sanitária para o maior número de cidadãos, a fim de que os mesmos possam exigir do poder público, condições ambientais adequadas nas cidades e no campo, de modo que estas melhorias traduzam-se em qualidade de vida. A questão de segurança do trabalho e da segurança da população em relação à exploração mineral, de um modo geral também deve ser enfatizada nos programas de educação ambiental, sem menosprezar, contudo, os problemas do cotidiano como a falta de saneamento básico e disposição adequada do lixo principalmente nas cidades. Cumpre chamar atenção que a questão ambiental deve ser tratada enquanto questão estrutural para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Neste contexto, o meio ambiente jamais poderá ser tratado superficialmente ou com visão conjuntural, sob pena de se inviabilizarem as alternativas de desenvolvimento existentes ou as que porventura possam existir. Embora se reconheça que alguns destes problemas são de difícil resolução e exigem maior tempo para minimizá-los, reconhece-se também que existem problemas ambientais e sanitários que já poderiam ser eliminados, a exemplo do destino final do lixo nas cidades com saneamento básico precário, entre outros.</p>	
Objetivo Geral: <p>Minimizar os problemas ambientais e sanitários que permanecem na Região, pois os mesmos são anacrônicos, maléficos à população e incompatíveis com o que se espera de uma sociedade humanizada e sustentável.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Apoio a entidades que trabalham na defesa do meio ambiente;b) Levantamento e reestruturação de programas ambientais existentes, com vistas a apóia-los;c) Promoção de iniciativas culturais que esclareçam sobre a necessidade de um ambiente saudável.	
Instituições Participantes: <p>IBAMA, SEPLAN, SEAGRI, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, EBDA, CAR, CRA, ONG's, Universidade do Sudoeste, Instituições religiosas, Instituições beneficentes, Empresas privadas, ECOFABA.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governos federal, estadual e municipal, instituições privadas.</p>	

PROJETO SOCIAL Nº 3

Título: Expansão dos Serviços de Educação	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio prazo
Justificativa: Apesar do pioneirismo da Região no tratamento da questão educacional, que se esboçara a partir de Caetité desde o século XIX, a necessidade de melhorias educacionais na região é justificável, sobretudo em função da persistência de taxas relativamente altas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade/série, falta de cursos profissionalizantes e mão de obra qualificada para atender ao mercado regional, entre outras dificuldades encontradas tanto pelo corpo docente como pelos alunos da Região. Apesar de alguns indicadores positivos na área de educação, a maioria é incompatível com uma região que, já em 1895, criou uma escola normal para preparar os seus professores e credenciou-se, no âmbito estadual, a defender a escola pública de qualidade para todos os cidadãos.	
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas de melhoria educacional na região, visando a universalização e melhor qualidade do ensino público.	
Ações Integrativas: a) Apoio a iniciativas de capacitação dos professores, de mulheres, jovens e outros grupos sociais, habilitando-os para serem atores do desenvolvimento regional; b) Universalização do ensino regional através do desenvolvimento de programas e ações eficientes, tais como programas de renda-mínima associados ao ensino; c) Redução das taxas de abandono escolar e do número de alunos em séries atrasadas com relação à idade; d) Expansão da alfabetização de adultos e do desenvolvimento do esporte e de outros empreendimentos culturais.	
Instituições Participantes: Ministério de Educação, Secretaria Estadual de Educação, ONG's, Instituições religiosas e filantrópicas.	
Fontes Financeiras: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Entidades Benéficas, Empresas Públicas e Privadas.	

PROJETO SOCIAL Nº 4

Título: Associativismo e Cooperativismo	
Localização: Todos os Subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: Tem sido freqüente na Região o surgimento das associações de produtores, de empresários e comerciantes de diferentes ramos, que buscam, nesta forma de organização, a afirmação de interesses econômicos através da modernização produtiva, organizacional e gerencial dos seus empreendimentos e da identificação de melhores mercados para a colocação dos seus produtos. Registra-se também favorabilidade para a expansão das organizações sociais, face à existência de movimentos sociais organizados, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, das comissões pastorais e das organizações de produtores. Embora tais condições justifiquem a necessidade de um projeto mais arrojado e orgânico, que congregue o maior número possível de associações, verificaram-se limitações de diversas ordens no crescimento destas entidades. Entre estas limitações, a falta de pessoal qualificado e de voluntários para desenvolver alguns projetos já em andamento, acrescido do pequeno envolvimento da sociedade local nestes trabalhos, além da carência de recursos financeiros para viabilizá-los.	
Objetivo Geral: Aproveitar o potencial da região para ampliar e viabilizar as cooperativas, sindicatos e demais organizações sociais existentes.	
Ações Integrativas: a) Criar mecanismos democráticos e descentralizados, de maneira a envolver parte mais significativa da população com estas organizações; b) Dar mais visibilidade às instituições já formadas; c) Tornar estas organizações meio de construção e ampliação da cidadania, visando empoderar os seus membros; d) Resgatar o papel original dos sindicatos, enquanto instrumento de defesa dos trabalhadores, atualmente descaracterizados pelo trabalho assistencialista; e) Apoiar as Cooperativas de produtores em consonância com o apoio às novas modalidades de organização social.	
Instituições Participantes: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras; Universidades; Escolas de Família Agrícola; Cooperativas; Sindicatos; Associações e ONG's.	
Fontes Financeiras: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras, Cooperativas, Sindicatos, ONG's.	

PROJETO SOCIAL Nº 5

Título: Expansão e Melhoria da Qualidade dos Serviços de Saúde Pública	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Curto e médio prazos
Justificativa: Em função dos seus indicadores, o padrão de desenvolvimento social da Região é considerado baixo, mesmo contemplando-se os avanços identificados na década anterior. A recorrência da mortalidade infantil, bem como o aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis, da tuberculose e da esquistossomose, sobretudo na área rural, são fatores inibidores do desenvolvimento, quer analisando-se sob a ótica do bem-estar humano, fator que se justifica por si mesmo, quer correlacionando-se tais fatores com os aspectos produtivos, devido à existência de significativo contingente de mão-de-obra inapta pelas precárias condições de saúde. Por isso é justificável a necessidade de fortalecimento do sistema de saúde regional, com a instalação do programa de Saúde da Família em todos os municípios, integração das diversas ações de saúde das esferas federal, estadual, municipal e privada. Considerado o padrão de renda estadual e, sobretudo, o padrão regional, as experiências com a saúde pública bem como a universalização destes serviços deve ser priorizada.	
Objetivo Geral: Ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços de saúde pública.	
Ações Integrativas: a) Capacitar a população para exigir dos governos políticas públicas de saúde universais e eficazes; b) Ampliar o quadro do pessoal de saúde nos municípios mais carentes; c) Apoiar iniciativas bem sucedidas na área do trabalho das pastorais.	
Instituições Participantes: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde.	
Fontes Financeiras: Governo Federal. Governo Estadual e Prefeituras Municipais.	

PROJETO SOCIAL Nº 6

Título: Promoção Social das Mulheres	
Localização: Todos os Subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: A despeito da pouca visibilidade do trabalho feminino nas regiões brasileiras, principalmente em regiões de base agrícola como a Serra Geral, formada sob o signo de uma cultura predominantemente patriarcal, estudos específicos para esta área demonstraram que as mulheres têm desempenhado papel relevante no desenvolvimento da Região. Além de constituir a base da força de trabalho que dá sustentação à economia doméstica, em muitos casos são chefes de família e constituem também força de trabalho constante na agricultura familiar. Na educação regional, as mulheres sempre tiveram papel de destaque, principalmente as que se dedicaram às atividades docentes. Atualmente este segmento social vem se destacando também à frente dos movimentos sociais. Apesar da concentração de esforços nos diversos campos de atuação, da costumeira jornada dupla no exercício das funções, o trabalho feminino ainda é menos qualificado, tem menor remuneração e menos reconhecimento da sociedade. O que justifica o presente projeto é a necessidade de reconhecimento e promoção do papel social da mulher, histórica e socialmente subvalorizado.	
Objetivo Geral: Habilitar as mulheres para participarem igualmente do processo de desenvolvimento, através de maior qualificação e valorização, quer do trabalho profissional quer do trabalho doméstico.	
Ações Integrativas: a) Promover ações educativas junto às mulheres, de forma que as mesmas sejam capazes de evitar os efeitos negativos provocados pela discriminação, ao tempo em que se amplie a consciência do papel da mulher na sociedade; b) Criar e manter grupos vigilantes contra qualquer tipo de violência praticada contra as mulheres, bem como implantar uma Delegacia da Mulher; c) Fortalecer e fiscalizar as organizações sociais envolvidas com as questões de gênero.	
Instituições Participantes: ONG's, Universidades, Secretaria de Combate à Pobreza, NEIM (UFBA).	
Fontes Financeiras: Governo Federal, Governo Estadual e Prefeituras Municipais.	

PROJETO SOCIAL Nº 7

Título: Integração das Minorias Social ao Processo de Desenvolvimento	
Localização: Todos os subespaços	Prazo de Execução: Médio e longo prazos
Justificativa: <p>A distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos e mais de idade na Serra Geral se apresenta bastante concentrada; mais da metade da população regional com 10 anos e mais de idade, cerca de 51,2%, declarou não possuir rendimentos. Já as pessoas que recebiam até 1 salário mínimo em 2000, representavam na Região 31,2% . Por outro lado, apenas 0,3% das pessoas com 10 anos e mais de idade recebiam mais de 20 salários mínimo, dado revelador da desigualdade econômica e social que vem excluindo parte considerável da sua população, cuja formação se deu através de um processo também excludente e pelos dados enunciados, ainda não reparado devidamente. Na Serra Geral, o segmento social detentor das maiores rendas é constituído por uma população bastante reduzida e, em sua maior parte, acha-se ligado às atividades econômicas vinculadas ao mercado externo (pecuária bovina, algodão, mineração e fruticultura irrigada). Por outro lado, a maior parte da população regional tem nas atividades econômicas voltadas para o mercado interno (principalmente lavouras alimentares, comércio e serviços locais) a única fonte geradora de renda. Como estas últimas atividades têm pouco valor adicionado, as transferências de renda proporcionadas pelas mesmas são relativamente baixas e limitadas. É o caso, por exemplo, do segmento da agricultura familiar responsável pela produção das lavouras alimentares, cujo sistema produtivo se caracteriza pelo emprego de baixa tecnologia, o que proporciona a geração de produto e renda de valor bastante limitado. Esta situação tem proporcionado, como consequência, a permanência de uma população pobre e com baixa condição de acesso aos mercados de produtos e aos serviços de educação e saúde provocando, desta forma, um quadro social caracterizado pela persistente desigualdade socioeconômica e exclusão social. A necessidade de habilitar estas minorias sociais para que possam ser incluídas no processo de desenvolvimento, justifica o presente projeto. Convém ressaltar o fato específico de que, analisando-se pela distribuição dos rendimentos, as minorias sociais compõem a maioria estatística, nesta região.</p>	
Objetivo Geral: <p>Criar mecanismos de emprego e renda atrelados a ações educacionais de forma que estas minorias possam ser habilitadas para participar do processo de desenvolvimento, de forma a lhe conferir sustentabilidade.</p>	
Ações Integrativas: <ul style="list-style-type: none">a) Através de ações educativas atreladas à geração de emprego e renda e dos benefícios das políticas de inclusão social,b) Habilitar a população excluída para participar do processo e usufruir dos benefícios do desenvolvimento da Região.	
Instituições Participantes: <p>Secretaria de Agricultura, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Combate à Pobreza, Universidades, ONG's, Instituições religiosas e beneficentes.</p>	
Fontes Financeiras: <p>Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Empresas Públicas e Privadas e Entidades Beneficentes.</p>	

15.1 Estrutura e Sistema de Gestão

No ano de 1995, o Governo do Estado da Bahia, ao elaborar e divulgar o trabalho “Modelo Teórico-Metodológico dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS” (CAR, 2000), através da SEPLAN e da CAR, expressou politicamente a sua opção pela idéia da sustentabilidade no processo de desenvolvimento do Estado. Desde então, a CAR vem elaborando, os PDRS para as diversas regiões econômicas da Bahia.

Esta concepção de desenvolvimento sustentável requer a presença ativa do Estado sob uma nova forma de atuação como instância pública, nos planos federal, estadual e municipal, no seu papel de agente executor e indutor de mudanças, de coordenação e mobilização das forças sociopolíticas, econômico-produtivas e sociais das regiões.

Sob esta concepção, o Governo do Estado é reconhecido não só pela sua capacidade de intervenção, mas, sobretudo, de regulação, ao mesmo tempo em que promove os meios para ampliar a participação da sociedade civil e das iniciativas não-governamentais no processo de desenvolvimento. Neste sentido, o sistema de gestão passa a ser estruturado na perspectiva de formação de uma rede, articulando as instâncias públicas e privadas, onde se destacam as lideranças regionais e locais para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional sustentável e seus correspondentes projetos.

Na concepção do sistema de gestão para o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, consideram-se as seguintes premissas:

- a) descentralização do Estado em função da heterogeneidade do espaço regional, de forma a permitir a elaboração de políticas regionais/espaciais, com conseqüente valorização das atividades públicas nas instâncias locais de poder e de tomada de decisão, incluindo a iniciativa privada e as comunidades locais;
- b) democratização dos instrumentos de ação do Estado, visando criar condições para o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, além de outros segmentos organizados da sociedade civil e da representação política local. Adicionalmente, a democratização institucional irá criar condições para uma efetiva integração das estruturas federais, estaduais, municipais e do setor privado, existentes na Região;
- c) introdução de mecanismos institucionais inovadores, para garantir a mobilização da comunidade e implementação do PDRS, assim como para reduzir o risco de descontinuidade administrativa dos projetos executivos;
- d) ação permanente para o desenvolvimento e valorização de lideranças e dos recursos humanos técnicos locais (funcionários públicos,

organizações comunitárias, empresas privadas e cooperativas, ONG's e outros) na supervisão e gestão de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

- e) compreensão, por parte dos atores sociais, do processo de mudança por que passa o Estado quanto aos seus novos papéis, nos quais, para determinadas atribuições, os investimentos, os riscos e as responsabilidades devem ser compartilhadas com a iniciativa privada.

Do ponto de vista operacional, a estruturação deste sistema, no caso do Estado da Bahia, envolve a SEPLAN e a CAR. Atuando anteriormente apenas no espaço regional, preferencialmente nas áreas rurais, a CAR tem hoje as suas funções ampliadas, cabendo-lhe coordenar e promover a execução das políticas e programas de desenvolvimento regional, urbano e municipal do Estado.

Ao integrar, num mesmo contexto de coordenação institucional, funções como assistência à administração municipal, de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento regional, com abrangência estadual, o Governo do Estado cria possibilidades concretas para o desenvolvimento de uma ação articulada, não somente entre as instituições estatais, mas entre estas e as organizações civis de âmbito regional.

A atuação da CAR, integrando a perspectiva territorial – onde se articulam as diferentes dimensões e setores envolvidos no desenvolvimento do Estado – constitui-se, sem dúvida, num grande desafio técnico-político e administrativo pois, além da experiência inédita no desenvolvimento e aplicação de métodos e processos de planejamento participativo, cumpre-lhe viabilizar e participar da implementação dos mecanismos operacionais indispensáveis à gestão do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões do Estado.

A CAR, seguindo este caminho e após ter concluído o processo de elaboração de nove PDRS para onze regiões econômicas do Estado da Bahia, implementa sob a coordenação da SEPLAN e em parceria com demais organismos estatais e organizações locais, uma nova estrutura de gestão do desenvolvimento regional, baseada na implantação dos Conselhos de Desenvolvimento.

A construção deste novo enfoque fundamentado na sustentabilidade se fez no curso do processo de elaboração de cada PDRS. De acordo com a metodologia definida para os PDRS, a CAR adotou procedimentos técnico-metodológicos junto aos atores sociais (lideranças representativas dos espaços regional e local, nos diversos campos – político, empresarial, comunitário, ecumênico e sindical), no sentido de que estes não fossem apenas consultados, mas passassem, também, a se envolver nas diferentes etapas do planejamento. As relações de autoridade, representadas pelo Estado, se colocam segundo os princípios anteriormente explicitados, como complementares às relações de solidariedade representadas pela sociedade civil. A participação das estruturas de autoridade conjuga-se às de solidariedade, para a viabilização da gestão dos PDRS. Desta forma, o Governo,

ao liderar o processo de elaboração e execução dos PDRS, com a participação da sociedade, exercita a gestão institucional pactuada nos moldes da *governance*, integrando, assim, as estruturas de autoridade com as de solidariedade.

No âmbito do Governo do Estado, a Secretaria do Planejamento, por suas competências regimentais, define-se como o órgão condutor deste processo. Constituindo-se em macrosegmentos do planejamento estadual, a estruturação do sistema de gestão dos PDRS encontra-se no seu campo de responsabilidades, cabendo, entretanto, à CAR, um dos órgãos componentes desta estrutura, com uma linha de atuação mais executiva, a condução operacional desses Programas.

Neste formato, portanto, caberá à SEPLAN a Coordenação Geral dos PDRS, com a participação das demais secretarias e dos respectivos órgãos envolvidos com a execução de cada Programa. À CAR caberá a Coordenação Executiva, cujas competências em relação a esses Programas, deverão estar explicitadas num instrumento legal de institucionalização de cada PDRS. Evidencia-se, portanto, a importância de não se criar estruturas específicas para a condução dos PDRS e, sim, de reorganizar as instituições existentes.

Nesta perspectiva, o Governo vem discutindo a constituição e estruturação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, visando internalizar e promover o processo de desenvolvimento sustentável a partir dos espaços de discussão.

A estrutura de gestão do PDRS Serra Geral, nos moldes acima explicitados, visa atender à necessidade de serem criados mecanismos operacionais que permitam a efetiva integração da sociedade civil com as estruturas de governo – federal, estadual e municipal, existentes na Região. Na verdade, estas relações se apresentam de forma descoordenada e dispersa, seja do ponto de vista da aplicação e uso dos recursos, seja com relação à definição das ações e prioridades demandadas regionalmente, conforme ficaram evidenciadas nos diversos contatos com os atores sociais, nos subespaços variados, por ocasião da elaboração do PDRS.

A efetivação dos benefícios dos diferentes projetos e programas governamentais em qualquer instância, junto ao público-alvo regional, depende da montagem deste modelo institucional, desde que devidamente adequado às demandas político-administrativas e socioespaciais da Região, conforme já foi proposto no PDRS Serra Geral. A estrutura de gestão a ser implantada deverá viabilizar e agilizar as prioridades eleitas, de forma coordenada e nos prazos adequados. Neste sentido, devem-se identificar alternativas de integração e articulação das organizações sociais existentes, tais como os Conselhos Municipais, que poderão se constituir em instâncias de discussão e encaminhamento de interesses comuns nos diferentes subespaços.

As propostas territoriais ou subespaciais deverão contar com a criação de núcleos de gestão do desenvolvimento sustentável por subespaço, que apresentarão uma estrutura mínima para permitir a participação ativa dos atores do setor público

(pessoal já existente nos diversos órgãos locais) e da sociedade civil (associações comunitárias e conselhos municipais), a fim de que as principais atribuições abaixo sejam bem desempenhadas:

- ser o ponto focal de informações e comunicação quando das intervenções do Estado no subespaço;
- identificar projetos e selecionar aqueles demandados pelos beneficiários, mantendo sempre o compromisso com o conceito da sustentabilidade;
- orientar entidades (os conselhos municipais) na formulação dos perfis dos projetos para captação de recursos;
- realizar o acompanhamento de campo, reunindo informações sobre o subespaço, para a atualização do PDRS;
- colaborar para uma maior coordenação regional nos esforços em pesquisa e em inovação tecnológica;
- apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos;
- realizar ações de promoção de investimentos comuns ao subespaço;
- colaborar na promoção de parcerias e na ampliação da participação comunitária nos projetos;
- catalisar e orientar o processo de criação de fóruns, câmaras, associações, grupos e consórcios intermunicipais.

Estes núcleos terão como responsabilidade articular as propostas geradas nos subespaços regionais, fomentando ações conjuntas, no intuito de otimizar, integrar e aproveitar os recursos e as experiências já disponíveis nos órgãos públicos, empresas privadas, associações, organizações comunitárias, ONG's, outros programas e projetos.

Nos subespaços onde forem identificadas as condições adequadas e demandas por parte dos beneficiários, serão dedicados estímulos e orientações para a criação de consórcios intermunicipais, visando uma atuação conjunta das prefeituras em determinadas áreas. Estímulos também deverão ser concedidos para a formação de comitês de sub-bacias hidrográficas entre os usuários comuns de água, com vistas à gestão compartilhada dos recursos hídricos superficial e subterrâneo.

Os formatos institucionais, articulados e/ou utilizados na prática, em consonância com os instrumentos vigentes e com os princípios que devem nortear as alternativas de gestão dos diversos aspectos de cada PDRS, possibilitarão o exercício de coordenação da efetiva implementação desses Programas.

A gestão dos PDRS requer uma eficiente articulação das diversas dimensões e das instituições responsáveis pelas mesmas, em sintonia com a concepção do desenvolvimento sustentável, a estratégia de desenvolvimento regional de cada PDRS e com as novas tendências de organização do Estado e da sociedade. Ademais, os gestores dos PDRS devem organizar e estruturar os processos de negociação, detalhamento, execução e viabilização das linhas estratégicas de

ação e dos projetos, definindo formas de gerenciamento das intervenções públicas e privadas e da articulação entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral e entre as diferentes instâncias governamentais.

15.2 Fatores Relevantes para a Implementação do Programa

Para uma perfeita coerência com o desenvolvimento sustentável, o processo de implementação do PDRS Serra Geral deve manter, de forma permanente, os seguintes elementos fundamentais:

- a) mobilização de recursos financeiros e da sociedade regional;
- b) cooperação e coordenação entre os atores sociais e institucionais;
- c) integração dos grupos excluídos social e economicamente;
- d) monitoramento e gestão adequada dos recursos naturais;
- e) informação e comunicação social.

Assim, fica evidente que o Programa, para ser efetivo, deverá buscar, necessariamente, as parcerias, o que exigirá a implementação de uma estratégia de abordagem em três níveis complementares ao longo da execução, quais sejam:

1. Nível dos Beneficiários:

Diz respeito à relação e ao atendimento direto das necessidades do público-alvo, através da identificação e mobilização conjunta de recursos para projetos subespecializados e para a criação de mecanismos facilitadores e estimuladores que privilegiem, sobretudo, a participação comunitária, eliminando interesses centrados em valores corporativos que se sobrepõem aos objetivos do desenvolvimento regional.

2. Nível Institucional:

Para atingir os objetivos do Programa, será necessário implantar um processo de cooperação e coordenação permanente dos seus gestores com os órgãos governamentais, as empresas do setor privado, os agentes financiadores, as ONG's, as lideranças comunitárias, os segmentos organizados da sociedade civil e os programas ou ações similares no País e no exterior.

Os gestores do PDRS Serra Geral viabilizarão, também, uma diretriz de funcionamento, qual seja, a de otimizar, integrar e aproveitar recursos e experiências já existentes nos locais dos projetos, para atingir uma maior racionalização do uso dos recursos humanos, institucionais e financeiros. Dentro deste espírito, o Programa deverá buscar, como um dos seus resultados, o fortalecimento das instituições de ensino presentes (UNEB, UESB, UFBA, faculdades privadas, Escolas Famílias Agrícolas e escola técnica de nível médio), a revitalização da pesquisa e da assistência técnica e contribuições para a criação e/ou fortalecimento das ONG's locais, vocacionadas para a gestão ambiental, gestão da água e saneamento e outras

atividades de importância para as comunidades, além da implementação de ações afirmativas.

3. Nível da Informação e da Comunicação Social:

Os gestores do Programa deverão criar um banco de dados gerenciais e estimular a criação de outros, como de informações ambientais, importantes para ampliar e melhorar a qualidade da informação e facilitar o processo de tomada de decisão.

O Programa deverá apoiar a criação de sistemas de comunicação, visando atingir diretamente o público-alvo, os tomadores de decisão, os agentes financiadores, os parceiros do desenvolvimento e da gestão ambiental, os formadores de opinião e o público em geral. Para uma maior efetividade, a mídia local e a mídia regional deverão ser privilegiadas.

Para a adequada implementação do PDRS, tem-se, a seguir, um resumo dos instrumentos mais relevantes e críticos:

- a) legais – institucionalização do Programa e dos mecanismos de gestão propostos;
- b) incentivos fiscais e financeiros – adequação e fortalecimento dos existentes e criação de novos incentivos como o ICMS ecológico e financeiro (linhas de crédito inovadoras e diferenciadas, doações e financiamentos internacionais de cooperação multi e bilateral);
- c) promoção de investimentos e desenvolvimento de mercado, privilegiando as micro e pequenas empresas e as iniciativas associativistas;
- d) organizacionais:
 - i) recursos humanos capacitados e motivados (nível de gestão, supervisão e formação);
 - ii) estabelecimento de instrumentos de acompanhamento e avaliação de projetos;
 - iii) redefinição dos papéis das instituições regionais e fortalecimento das mesmas;
 - iv) coordenação interinstitucional;
 - v) cooperação técnica;
- e) participação dos beneficiários em todo o processo de implementação, monitoramento e avaliação;
- f) informação, comunicação e desenvolvimento dos recursos humanos, permeando todas as atividades;
- g) infra-estrutura – modernização e ampliação da infra-estrutura econômica;
- h) fomento à adoção e obtenção de certificados de qualidade – Sistema ISO, Selo Verde, Erradicação do Trabalho Infantil e outros.

Figura 21
Estrutura de Gestão Proposta do PDRS Serra Geral



15.3 Fase Piloto (2 anos)

O PDRS Serra Geral será implementado progressivamente, em todos os subespaços da Região. Esta fase decorre da necessidade de iniciar a implantação do sistema de gestão e o estabelecimento de uma sistemática gradual de articulação de esforços, além do cumprimento de determinadas atividades (ações precursoras) para o desenvolvimento do Programa.

Destaca-se, entre as ações precursoras, a necessidade de integrar e compatibilizar as ações planejadas e em curso, pelas diversas instituições, com as ações do Programa, a fim de evitar superposição de atividades e desperdício de recursos, vez que o Programa deve ser considerado como a única referência para intervenção na Região. Esta fase contempla também a elaboração de cartas-consulta, de propostas, perfis e projetos detalhados, com a participação dos beneficiários, a captação de recursos/negociações junto aos doadores e agentes financiadores nacionais e da cooperação multi e bilateral.

Com relação à implantação dos projetos executivos, foram selecionados, para este período, projetos-pilotos de efeito demonstrativo que permitirão:

- a) buscar maior visibilidade e efeito demonstrativo no que diz respeito ao desenvolvimento regional sustentável, em especial no auxílio à mobilização da participação comunitária, educação, inovação tecnológica e conservação ambiental;
- b) instalar embriões de estrutura para a gestão de projetos;
- c) atender às prioridades dos beneficiários, sobretudo dos grupos sociais mais vulneráveis (excluídos, pobres, etc.);
- d) tornar disponíveis recursos locais para assegurar a gestão e a sustentabilidade do Programa;
- e) dar continuidade às ações em curso.

- **Projetos Pilotos-Demonstrativos:**

- Gerenciamento de Bacias Hidrográficas;
- Conservação, Recuperação e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais;
- Capacitação e Profissionalização da Força de Trabalho;
- Revitalização e Expansão da Cadeia Produtiva do Algodão;
- Integração das Minorias Sociais ao Processo de Desenvolvimento.

Quanto à capacitação dos recursos humanos nesta fase, serão realizadas reciclagens através de cursos modulados de pessoal para supervisão e gestão do PDRS Serra Geral, além de projetos específicos, concedendo prioridade para os quadros das instituições locais e regionais.

15.4 Execução Plena (a partir do 3º ano)

A expectativa é de que, na fase piloto, todos os cinco subespaços, que contêm os 29 municípios da Região Serra Geral, apresentem projetos em vias de execução plena. Todos os projetos deverão ser monitorados e avaliados para permitir as devidas correções e a sua replicabilidade para outras regiões do Estado.

REFERÊNCIAS

ACTO – Tecnologia Empresarial e Projetos Culturais. *Pesquisa de mercado: comercialização de cana-de-açúcar e derivados; empresas comerciais dos municípios localizados na Região do Projeto Pró-Gavião, revendedores de cana-de-açúcar e derivados*. Salvador. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA)/SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas da Bahia, set. 1999.n.p.

ACTO – Tecnologia Empresarial e Projetos Culturais. *Pesquisa de mercado: comercialização de mandioca e derivados; empresas comerciais dos municípios localizados na Região do Projeto Pró-Gavião, revendedores de mandioca e derivados*. Salvador. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA)/SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas da Bahia, set. 1999.n.p.

AECOFABA. História disponível em <http://www.micks.com.br/aecofaba/historia3.htm> Acesso em 10/05/2005.

Aeroportos do Estado da Bahia – Manual de Implementação de Aeroportos. Rio de Janeiro: IAC – Instituto de Aviação Civil.

ANGÉLICO, João. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas. 1995. 271 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE CRÉDITO RURAL. Brasília: Banco Central do Brasil, 1996 a 2001.

ARRUDA, Moacir B. Corredores ecológicos no Brasil: o enfoque ecossistêmico na implementação da Convenção da Biodiversidade. In: ARRUDA, Moacir B. (Org.) *Gestão Integrada de Ecossistemas Aplicada a Corredores Ecológicos*. Brasília:MMA/IBAMA, 2006. p.19-53.

BAHIA. Análise Global da Economia Baiana – diagnóstico. Salvador: Fundação Comissão de Planejamento Econômico – CPE, 1974.

BAHIA. Mapa do Sistema de Transportes. Salvador: DERBA, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717 p.

BRAGA, R. S. A utilização do transporte ferroviário no Brasil. In. *Revista de Administração Pública – edição especial sobre transportes – v. 8, nº. 1*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan/mar 1974.

CAVALCANTI, Salete Barbosa. *Globalização, Novas Regiões de Produção Agrícola e Desigualdades Sociais*. Salvador: CRH. Caderno CRH. nº 24/25. p 109 – 121. Jan/dez.1996.

CEI. *Informações Básicas dos Municípios Baianos*. 1994

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA) Irecê: Perfil Regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS/CAR/SEPLAN, 2002. 220p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). *Perfil municipal: Lagoa Real*. Salvador. s.n, 1997. 130p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). *Perfil Regional: Recôncavo Sul – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS*. Salvador; 1999. 174 p. (Série Cadernos CAR, 25).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (Ba). Projeto Nordeste: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP; Região de Planejamento de Serra Geral. Salvador: s.n, 1982. 26p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). Projeto Comunitário da Região do Rio Gavião. Relatório Técnico. Elaboração: Paulo Marcos B. Souza, Salvador: 1993.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). *Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião: o contexto econômico do país; área do projeto*: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA, (1995).n.p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). Relatório Técnico. Avaliação dos Projetos de Energia Solar, Salvador: CEP/CAR, 1993.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). *Perfil Regional IRECÊ – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS*. Salvador: 2002.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Dimensão Histórico-Cultural: Chapada Diamantina: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável* – Salvador, 1997. 102 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: Modelo Teórico-Metodológico - Salvador, 2000. 40 p. (Cadernos CAR, 24).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Irecê* – Salvador, 2005. 266 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Sul da Bahia* – Salvador, 1997. 217 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Sudoeste da Bahia* – Salvador, 2000. 268p.

COTRIM, Dário Teixeira. Guanambi: Aspectos Históricos Genealógicos. Belo Horizonte, Ed. Cutiara, 1994. 124p (Coleção Grupo Oficina das Letras, vol.12)

- COUTINHO, J. A. Organizações Não-Governamentais: o que se oculta no “não”? Revista Espaço Acadêmico. Ano III. Nº 24. S. Paulo: maio, 2003. Disponível em [http:// www. Espaçoacademico.com.br/024/24ccoutinho.htm](http://www.Espaçoacademico.com.br/024/24ccoutinho.htm), Acesso em 20/05/2005.
- DNOCS. Estudo de Viabilidade Técnico-econômica de Aproveitamento Hidroagrícola e Hidroenergético da Bacia do Rio de Contas. Documento Síntese. 1972. n.p.
- FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. 357 p.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Métodos de regionalização. In: Economia regional: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, 569 p.
- Ferrovias E F – 025, Variante do Paraguaçu. Ministério da Infra-Estrutura.
- FIEB. Cadastro Industrial da Bahia. 2003.
- FREIRE, Felisberto. História Territorial do Brasil. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e CIA, 1906. 503p.
- FROMM, G. Transporte e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.
- GEORGE, P. Compêndio de Geografia Rural. Barcelona: Ediciones Ariel, 1964.
- GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/urbano/gohn.pdf>.200.
- GUERREIRO DE FREITAS A F. Oeste da Bahia – Dimensão Histórico Cultural – Salvador: CAR/SEPLAN, 1997. 48p.
- HENRIQUE, Dias T. – História da Bahia – Ocupação do Território. Publicação do Jornal Correio da Bahia – Suplemento Dominical – 2002.
- HILHORST, Jos G. M. *Planejamento regional, enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 189 p.
- IBGE. Censo Agropecuário 1985
- IBGE. Censo Agropecuário 1995-96
- IBGE. Censo Demográfico 1970.
- IBGE. Censo Demográfico 1980.
- IBGE. Censo Demográfico 1991.
- IBGE. Censo Demográfico 2000.
- IBGE. Contagem da população 1996.
- IBGE. Indicadores Sociais Municipais 2000: Brasil. Rio de Janeiro, 2002. 162p.
- IBGE. PAM – Produção Agrícola Municipal. Censo, 1990 a 2002.
- IBGE. PPM – Produção Pecuária Municipal, 1990 a 2002.

INB – Indústrias Nucleares do Brasil. Perfil Corporativo. Coordenação de Comunicação Corporativa. Brasília. 2001, 87p.

INB – Indústrias Nucleares do Brasil. Perfil Corporativo. Coordenação de Comunicação Corporativa. Brasília. 2002, 31p.

Integração – Revista Informativa e Cultural da Bahia Ano XI – Nº 70 – abril/maio 2003.

ISARD, Walter. *Méthode de l'analyse régionale: une introduction à la science régionale*. Paris: Dunod, 1972. 229p.

Jornal A Tarde de 10/05/2005.

JORNAL A TARDE. Caderno dos Municípios, Salvador. 05/maio/2005.

JORNAL A TARDE. *Economia*, pág. 18. 22/junho/2005.

LEÃO, A. C. Fundamentos de Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, José de Jesus Souza. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. 3 p. 406-429, jul-set. 2001.

LIMA, José Edimilson de Souza. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais, Rev. FAE, Curitiba. V. 7, n. 1, p. 119 – 127.jan./jun. 2004.

LIMA, Santos Helena – Caetité, Pequeninina e Ilustre. Brumado. Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1977. 48p.

LUZ, A. B. Evolução do Sistema de Transporte na Região Oeste do Estado da Bahia. Salvador: CAPES/UNIFACS, 2001. pp. (tese para obtenção do grau de mestre em Análise Regional e Urbana).

LUZ, A. B. Transportes, localização e aglomeração – uma introdução informal. In. Bahia Análise & Dados. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 13, n. 2, p. 285 – 303, set. 2003.

LUZ, R. P. B. Transporte e desenvolvimento urbano: um estudo do município de Valença. Salvador: UNEB, 2004.

MACEDO BELTRÃO, Napoleão E. de e CARDOSO, Gleibson D. Aspectos Gerais da Cotonicultura Brasileira: tipificação de produtores e tamanho de propriedades. Revista Bahia Agrícola. V. 6, nº 2, jun 2004. pág. 7-10.

Malha Ferroviária. Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (mapa). Companhia Vale do Rio Doce, 2002.

Mapa Hidrogeológico do Estado da Bahia, escala 1:1.000.000. CEPLAB/SEPLANTEC. 1980.

MARTINS, João P. – O Outro Lado da Serra – Episódios da Serra Geral – Editoração Eletrônica/Guanambi – Bahia / 2003. 190 p..

MARTINS, João. Adeus, Natureza: a floresta nativa do Médio São Francisco está sendo arrasada. Guanambi. Revista Integração, nº 58, jan/fev – 2001, Ano IX. pág 15.

MATOS, Aécio Gomes de, Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

MURICY, Ivana. Novos Padrões de Reprodução Sociodemográfica na Bahia *in* Dinâmica Sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador. SEI. (Série Estudos e Pesquisas, 60, V 1), 2003. pp:15-43.

NEVES, E. F. Uma comunidade sertaneja – da sesmaria ao minifúndio. (um estudo da história regional e local). Salvador: EDUFBA; UEFS, 1998.

Neves, Erivaldo Fagundes. Uma Comunidade Sertaneja, da sesmaria ao minifúndio: Um estudo de história regional e local. Salvador; Universidade Federal da Bahia. (1998) 353p.

ODIER, L. Os benefícios econômicos das realizações rodoviárias. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 1970.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Vasconcelos; CORREIA, Rebert Coelho; SILVA, Carliene Nunes da; FRAGA, Antonio Fonseca.. *Diagnóstico e tipificação dos sistemas de produção praticados pelos pequenos produtores do município de Jacaraci-Ba. Documentos: EMBRAPA, n.141, p.7-64. nov.1999.*

OLIVEIRA, Carlos Alberto Vasconcelos; CORREIA, Rebert Coelho; SILVA, Carliene Nunes da; FRAGA, Antonio Fonseca.. *Diagnóstico e tipificação dos sistemas de produção praticados pelos pequenos produtores do município de Mortugaba -Ba. Documentos: EMBRAPA, n.148, p.7-60. dez.1999.*

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para re(li)gião, Sudene, Nordeste: Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 137p. (Estudos sobre o Nordeste).

PERROUX, F. A economia do século XX. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PRADO JUNIOR, Caio. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999. 142 p.

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais, folha SD 24 Salvador; geologia; geomorfologia; pedologia; vegetação; uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1981. 624 p. il. map. (Levantamento de recursos naturais, 24).

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais, folha SD 23 Brasília; geologia; geomorfologia; pedologia; vegetação; uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1982. 660 p. il. map. (Levantamento de recursos naturais, 29).

Revista Brasileira de Transportes. V. 2, No. 2. Rio de Janeiro: GEIPOT, abr/jun. 1967.

Revista Ferroviária. Ano 52 – nº 1 – Janeiro 1991. 35pag (No artigo Trocando de Camisa. Pág 3-5)

Revista Suma Econômica – Novembro de 2003 –Índice Geral de Preços.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 440 p.

RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: estudos antropológicos da civilização; etapas da evolução sócio-cultural. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 260p.

RICHARDSON, H. W. Economia Regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTANA, Charles d'Almeida – Dimensão Histórico- Cultural : Recôncavo Sul, Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável , Salvador : CAR /SEPLAN, 1999. 113P.

SANTOS, Acácio F. Araújo; RAMOS, Carlos Henrique; SOUZA, Cesar Luiz Alves de; CARVALHO, Darling A. Graça; SILVA, José Valdeilson S.; ALMEIDA, Solange. *Agricultura Familiar e Sustentabilidade: O caso Pro-Gavião. Curso de Introdução ao Desenvolvimento Sustentável*. CAR-UNB/CDS-FIB: Monografia de final de curso. Salvador, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 89p (Coleção Primeiro Passos, 110).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SEI. Anuário Estatístico da Educação: Bahia 1998. Salvador, SEI. 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SEI. Anuário Estatístico da Educação: Bahia 2000. Salvador, SEI. 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SEI. Anuário Estatístico da Educação: Bahia 2001. Salvador, SEI. 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SEI. Anuário Estatístico da Educação: Bahia 2002. Salvador, SEI. 2003.

SEI - Municípios em Síntese. Censo 2000.

SEI. Anuário Estatístico da Bahia – 1999

SEI. Anuário Estatístico da Bahia – Salvador, SEI 1995

SEI. Anuário Estatístico da Bahia- Salvador , SEI, 2002

SEI. Bahia Crescimento Populacional: 1980-1996. Série Estudos e Pesquisas, nº 39. 1998

SEI. Dinâmica Sócio-demográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador, SEI, 2003. V2 (Série Estudos e Pesquisas, 60). 447p.

SESAB. Anuário Estatístico: Informações de Saúde-Ba. Dados por município, 1993. Salvador, 336p

SESAB. Anuário Estatístico: Informações de Saúde-Ba. Dados por município, 1994. Salvador,401p

SHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. In: CADERNO CRH nº 28, Salvador: centro de Recursos Humanos, UFBA, jan./jun.1998, p. 59 a 79.

SUDENE. Dados Pluviométricos Mensais do Nordeste: série: Pluviometria 9 - Bahia. Sudene, 1990. V.2. 559p.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dinâmica Sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador:SEI, 2v (Série estudos e pesquisas,60). 447p. 2003. – VOLUME 2.

TOURIÑO, Emilio Pérez. *Agricultura Y Capitalismo; Análisis de la Pequeña Producción Campesina*. Servicio Publicaciones, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación; Secretaria General Técnica. Madrid 1982.

WILKINSON, John. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. São Paulo, Editora Hucitec, CEPA, 1986. 219p

WILSON E. O editor; Francês M. PETER, subeditor; CARLOS Gabaglia Penna, coordenador da edição brasileira; MARCOS Santos, RICARDO Silveira, tradutores. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Sites:

www.cgu.gov.br (Secretaria Federal de Controle Interno)

www.datasus.gov.br

www.sei.ba.gov.br

www.sesab.ba.gov.br

www.tcm.ba.gov.br

ANEXO I
EVENTOS CULTURAIS DA REGIÃO SERRA GERAL

- **Aracatu**
Festa do Reisado, comemorada no dia 05 de Janeiro, com torneio de Ternos de Reis. Em junho é comemorado a Festa de São Pedro, a mais importante do calendário local.
- **Brumado**
Neste município, o Belenismo exerce forte atração da população local. Consiste na exposição de um presépio na Praça da Matriz. Em outubro é realizada a Festa de Nossa Senhora Aparecida, tendo como ponto de destaque uma procissão com andor que percorre as ruas próximas à matriz.
- **Caculé**
Destaca-se a Festa do Reisado, comemorada em Janeiro e a Festa do São João, em junho.
- **Caetité**
A festa do São João, no mês de junho, é uma referencia dos festejos municipais, bem como as comemorações em apreço a São Cristóvão, em Julho. Em setembro acontece a festa em louvor ao padroeiro, Sagrado Coração de Jesus.
- **Candiba**
Queima de Judas no sábado de Aleluia e a Festa do São João. Em julho é comemorada a Independência da Bahia com desfile do carro da cabocla e dos alunos dos colégios do município, além da festa em louvor da padroeira Nossa Senhora de Santana.
- **Condeúba**
Ocorre a festa do Reisado, comemorada em Janeiro. Celebrações durante a Semana Santa, com destaque para a procissão do senhor morto e grande participação popular. A comemoração da fundação da cidade acontece em Maio, bem como as festas em louvor ao Divino Espírito Santo e Santo Antônio. A festa do São João merece destaque pela sua animação, com a decoração do arraia sempre utilizando temas regionais. As comemorações ao Bom Jesus acontecem em agosto e a Nossa Senhora Aparecida e Santa Luzia, em Outubro e Dezembro, respectivamente.
- **Contenda do Sincorá**
Celebrações durante a Semana Santa, apresentando como destaque a procissão da Via Sacra durante a quaresma. Em junho acontece a festa do padroeiro, São João Batista e paralelamente ocorre a Sincorá Festança dedicada à parte profana, com apresentação de quadrilhas e comidas típicas. Em agosto acontece a semana do Folclore, com apresentação de diversas atividades ligadas ao tema. Nos meses de outubro e dezembro acontecem as comemorações à semana da criança e Nossa Senhora da Conceição, respectivamente.

- **Cordeiros**

Em janeiro é celebrado o dia de São Sebastião. A festa da padroeira, Nossa Senhora da Soledade, acontece no mês de maio. No mês de junho comemora-se a festa mais tradicional do município, o São João e em agosto a festa do padroeiro, Senhor Bom Jesus da Boa Vontade.

- **Dom Basílio**

No mês de janeiro festa em louvor ao Senhor do Bonfim e em março, a São José. Em abril, comemoração do aniversário do município e em maio, a Santa Rita de Cássia. Junho é o mês com maior quantidade de celebrações, inclusive com a organização de grupos folclóricos, a exemplo dos Capetas, quando várias pessoas se fantasiam e usam máscaras para assustar os moradores, durante o São João. Neste período ocorre também a corrida de sacos, com brincadeiras com crianças de 5 a 10 anos e o leilão de animais, para arrecadação de fundos para os festejos juninos. A festa de São João, uma tradição de 116 anos, ocorre no período de 15 a 24. As outras festas ocorrem em setembro, outubro e dezembro, com as celebrações em louvor a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida e o Natal, respectivamente.

- **Guajeru**

Existe uma forte tradição no município de comemorar a festa de Reis, com vários grupos folclóricos. Já as comemorações alusivas à Nossa Senhora do Rosário acontecem no mês de maio. O São João, a festa típica regional, em junho e a festa da padroeira Santa Rosa, em setembro.

- **Guanambi**

A maior cidade da Região também realiza o maior número de eventos na área da cultura popular, começando em janeiro com as homenagens aos Santos Reis Magos. Logo em seguida, o campeonato norte mineiro e sudoeste baiano de motocross. No mês de fevereiro, a tradicional festa carnavalesca de Mutans. Em março no dia do aniversário da cidade ocorre o abraço da cidade, quando autoridades e a população, de mãos dadas, circundam o centro histórico. O evento mais importante de maio é o passeio ciclístico em homenagem ao dia do trabalhador. Já em junho são realizados os festejos de Santo Antônio, padroeiro da cidade, São João e a exposição agropecuária. As comemorações do Sete de Setembro contam com desfile dos alunos dos colégios e autoridades. Em novembro, o encontro regional Amigos da Cultura, com apresentação de vários segmentos culturais de cada município; em dezembro tem início o festival de reisado e o reveillon.

- **Ibiassucê**

O primeiro evento é realizado em janeiro, em homenagem a São Sebastião padroeiro da cidade. Na Semana Santa, após a missa em louvor à ressurreição de Cristo, é efetuada a Queima de Judas; no mês de maio realiza-se o evento comemorativo ao Mês de Maria, Mãe de Jesus. Junho, por tradição regional, é o mês com maior quantidade de celebrações, começando com a festa de Corpus Christi, festa de Santo Antônio, trezena de Santo Antônio e ladainha de

Santo Antônio. Em julho é realizada a semana da cultura, evento comemorativo ao aniversário de emancipação do município. Nos meses de agosto, setembro e outubro são realizadas as festas em louvor a Nossa Senhora das Graças, Coração de Jesus e Nossa Senhora Aparecida, respectivamente. Em dezembro, a festa do reisado, com visitas às residências que armam presépios.

- **Igaporã**

Em janeiro comemora-se a festa de São Sebastião, em maio a festa do Coração de Maria, em junho a festa junina e em agosto, a festa de Nossa Senhora do Livramento e o aniversário da cidade.

- **Ituaçu**

Agosto é o mês comemorativo da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Alívio. Na segunda quinzena do mês, a festa do Sagrado Coração de Jesus e o aniversário da cidade.

- **Jacaraci**

Vários eventos religiosos em comemoração à Semana Santa, como missas e peças teatrais; em maio comemora-se o dia das mães, com gincanas e dramatizações. Em junho, mês em que se comemora o maior número de eventos populares, iniciando com a festa de Santo Antônio, logo a seguir com o aniversário da cidade e depois a festa de São João. As festas de Nossa Senhora do Patrocínio e Bom Jesus do Monte são comemoradas em agosto; em setembro, a padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem e a Independência do Brasil.

- **Lagoa Real**

Janeiro, apresentação de diversos grupos da zona rural no festival de Reis e a celebração da padroeira Santa Virgem das Vitórias. Na Semana Santa acontece a queima de Judas, em junho a festa do São João e a missa do vaqueiro, seguida da vaquejada. Já em julho, a celebração em louvor ao Sagrado Coração de Jesus. Em setembro acontece a maior quantidade de eventos iniciando com a semana da cultura e as comemorações ao 7 de setembro, além da festa de Santa Terezinha.

- **Licínio de Almeida**

Em abril é comemorado o aniversário da cidade e em junho, a festa de São João; em dezembro, a festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira da cidade .

- **Livramento de Nossa Senhora**

Festa da padroeira e São João.

- **Maetinga**

Em maio, aniversário da cidade e em junho, festas de Santo Antonio e São João.

- **Malhada de Pedras**
Julho é o mês do aniversário da cidade e a festa de Bom Jesus.
- **Mortugaba**
Em março festeja-se São José, padroeiro da cidade e em maio, o dia do trabalho. Em junho, São João e em novembro é comemorado o aniversário da cidade.
- **Palmas do Monte Alto**
Em maio é aniversário da cidade e em setembro, a comemoração cívica do Sete de Setembro e homenagem a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, padroeira do município.
- **Pindaí**
Janeiro é o mês da festa de São Sebastião e em junho, a festa de São João e São João Batista, padroeiro da cidade.
- **Piripá**
Existência de celebrações alusivas à Semana Santa e em junho, a festa do São João; em julho, festa de Nossa Senhora Santana, a padroeira da cidade e o aniversário do município. Em julho é realizado também o campeonato de futebol do município e em outubro a festa de Nossa Senhora Aparecida.
- **Presidente Jânio Quadros**
Em dezembro comemora-se o dia da cidade, quando ocorreu a emancipação local.
- **Rio do Antônio**
Em junho é a festa de São João e julho, festa da cidade, em comemoração à emancipação do município.
- **Sebastião Laranjeiras**
Em abril festeja-se a emancipação do município e em junho, louvor a Santo Antônio.
- **Tanhaçu**
Junho é a festa de São João. A festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro acontece em julho; em agosto comemora-se o dia do estudante, com desfile das escolas e em setembro, a emancipação da cidade.
- **Urandi**
Festa de São João e festa de Santo Antônio, em junho; em outubro, a festa de emancipação do município.